

# Relatório Anual 2009

Volume 45



# Relatório Anual 2009

Volume 45



ISSN 0104-3307  
CGC 00.038.166/0001-05

|                                    |          |       |                 |      |          |
|------------------------------------|----------|-------|-----------------|------|----------|
| Boletim do Banco Central do Brasil | Brasília | v. 45 | Relatório Anual | 2009 | p. 1-237 |
|------------------------------------|----------|-------|-----------------|------|----------|

# Relatório do Banco Central do Brasil

Publicação anual do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes gráficos e quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

**A Economia Brasileira** – Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (**E-mail:** coace.depec@bcb.gov.br);

**Moeda e Crédito** – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

**Mercados Financeiro e de Capitais** – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

**Finanças Públicas** – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (**E-mail:** difin.depec@bcb.gov.br);

**Relações Econômico-Financeiras com o Exterior** – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap)

(**E-mail:** dibap.depec@bcb.gov.br);

**A Economia Internacional** – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec)

(**E-mail:** copec.depec@bcb.gov.br);

**Organismos Financeiros Internacionais** – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

(**E-mail:** derin@bcb.gov.br).

## Informações sobre o Boletim:

Telefone: (61) 3414-1009

Fax: (61) 3414-2036

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br>, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R\$375,00 (nacional) e US\$231,00 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Publicações. A assinatura anual inclui doze edições mensais do Boletim, uma edição do Relatório Anual e quatro edições do Relatório de Inflação. O Suplemento Estatístico teve sua última edição impressa em março de 1998. Após esse mês, está disponível apenas via internet.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório Anual 2009, Volume 45.

## Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Cogiv

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar

Caixa Postal 8.670

70074-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565

Fax: (61) 3414-3626

E-mail: editor@bcb.gov.br

Exemplar avulso: R\$31,00

Tiragem: 500 exemplares

## Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Diate

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

DDG: 08009792345

Fax: (61) 3414-2553

Internet: <http://www.bcb.gov.br>



# Sumário

---

|                                                                                  |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Introdução .....</b>                                                          | <b>11</b> |
| <b>I- A Economia Brasileira.....</b>                                             | <b>15</b> |
| Nível de atividade .....                                                         | 15        |
| Produto Interno Bruto .....                                                      | 16        |
| Investimentos .....                                                              | 20        |
| Indicadores da produção industrial .....                                         | 23        |
| Indicadores do comércio .....                                                    | 27        |
| Indicadores da produção agropecuária .....                                       | 29        |
| Pecuária.....                                                                    | 31        |
| Política agrícola .....                                                          | 32        |
| Produtividade .....                                                              | 32        |
| Energia .....                                                                    | 33        |
| Indicadores de emprego .....                                                     | 34        |
| Indicadores de salários e rendimentos .....                                      | 36        |
| Indicadores de preços.....                                                       | 37        |
| Índices gerais de preços .....                                                   | 37        |
| Índices de preços ao consumidor .....                                            | 38        |
| Preços monitorados.....                                                          | 40        |
| Núcleos .....                                                                    | 41        |
| <b>II- Moeda e Crédito.....</b>                                                  | <b>43</b> |
| Política monetária .....                                                         | 43        |
| Agregados monetários .....                                                       | 44        |
| Títulos públicos federais e operações do<br>Banco Central no mercado aberto..... | 49        |
| Operações de crédito do sistema financeiro.....                                  | 50        |
| Sistema Financeiro Nacional .....                                                | 57        |
| <b>III- Mercado Financeiro e de Capitais.....</b>                                | <b>61</b> |
| Taxas de juros reais e expectativas de mercado .....                             | 61        |

|                                                              |            |
|--------------------------------------------------------------|------------|
| Mercado de capitais .....                                    | 62         |
| Aplicações financeiras .....                                 | 65         |
| <b>IV- Finanças Públicas.....</b>                            | <b>67</b>  |
| Políticas orçamentária, fiscal e tributária .....            | 67         |
| Outras medidas de política econômica .....                   | 68         |
| Necessidades de financiamento do setor público.....          | 69         |
| Dívida mobiliária federal .....                              | 74         |
| Dívida Líquida do Setor Público .....                        | 76         |
| Arrecadação de impostos e contribuições federais .....       | 81         |
| Previdência Social.....                                      | 82         |
| Finanças estaduais e municipais .....                        | 83         |
| <b>V- Relações Econômico-Financeiras com o Exterior.....</b> | <b>85</b>  |
| Política de comércio exterior .....                          | 85         |
| Política cambial.....                                        | 89         |
| Movimento de câmbio .....                                    | 92         |
| Balanço de pagamentos .....                                  | 94         |
| Balança comercial.....                                       | 96         |
| Intercâmbio comercial .....                                  | 117        |
| Serviços.....                                                | 119        |
| Rendas .....                                                 | 123        |
| Transferências unilaterais correntes.....                    | 126        |
| Conta financeira .....                                       | 127        |
| Reservas internacionais.....                                 | 138        |
| Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional.....           | 139        |
| Dívida externa.....                                          | 141        |
| Indicadores de endividamento .....                           | 148        |
| Captações externas.....                                      | 149        |
| Títulos da dívida externa brasileira.....                    | 152        |
| Posição internacional de investimento .....                  | 154        |
| <b>VI- A Economia Internacional.....</b>                     | <b>157</b> |
| Atividade econômica .....                                    | 158        |
| <i>Commodities</i> .....                                     | 165        |
| Petróleo .....                                               | 166        |
| Política monetária e inflação.....                           | 167        |
| Mercado financeiro internacional .....                       | 171        |

|                                                                                   |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>VII- Organismos Financeiros Internacionais .....</b>                           | <b>177</b>     |
| Fundo Monetário Internacional .....                                               | 177            |
| Grupo dos 20.....                                                                 | 178            |
| Banco de Compensações Internacionais.....                                         | 180            |
| Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos.....                               | 181            |
| <br><b>VIII-Principais Medidas de Política Econômica.....</b>                     | <br><b>183</b> |
| Emenda Constitucional .....                                                       | 183            |
| Leis Complementares .....                                                         | 183            |
| Leis.....                                                                         | 183            |
| Medidas Provisórias.....                                                          | 186            |
| Decretos .....                                                                    | 188            |
| Decretos Legislativos.....                                                        | 193            |
| Resoluções do Conselho Monetário Nacional .....                                   | 193            |
| Resoluções do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.....            | 208            |
| Resoluções da Câmara de Comércio Exterior .....                                   | 208            |
| Circulares do Banco Central do Brasil .....                                       | 213            |
| Circulares da Secretaria de Comércio Exterior.....                                | 218            |
| Portarias do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e<br>Comércio Exterior..... | 218            |
| Portaria do Ministério da Fazenda .....                                           | 219            |
| Portarias do Ministério das Minas e Energia .....                                 | 219            |
| Portaria da Secretaria de Comércio Exterior .....                                 | 219            |
| Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional .....                                 | 220            |
| Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil .....            | 221            |
| Carta-Circular do Banco Central do Brasil.....                                    | 221            |
| <br><b>Apêndice .....</b>                                                         | <br><b>223</b> |

## Quadros Estatísticos

|          |                                                                                   |    |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Capítulo | I                                                                                 |    |
| 1.1      | PIB a preços de mercado.....                                                      | 16 |
| 1.2      | PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal..... | 17 |
| 1.3      | Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto .....                           | 18 |
| 1.4      | Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa.....                            | 18 |
| 1.5      | PIB – Valor corrente, por componente .....                                        | 19 |
| 1.6      | Formação Bruta de Capital (FBC) .....                                             | 21 |
| 1.7      | Produção de bens de capital selecionados.....                                     | 22 |
| 1.8      | Desembolsos do Sistema BNDES.....                                                 | 22 |
| 1.9      | Produção industrial.....                                                          | 24 |
| 1.10     | Utilização da capacidade instalada na indústria.....                              | 26 |
| 1.11     | Produção agrícola – Principais culturas .....                                     | 29 |
| 1.12     | Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas .....    | 30 |
| 1.13     | Estoque de grãos – Principais culturas.....                                       | 31 |
| 1.14     | Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante .....               | 33 |
| 1.15     | Consumo de energia elétrica .....                                                 | 34 |
| 1.16     | Emprego formal – Admissões líquidas.....                                          | 35 |
| 1.17     | Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2009 .....                       | 37 |
| 1.18     | Participação de itens do IPCA em 2009 .....                                       | 39 |
| 1.19     | Participação dos grupos no IPCA em 2009.....                                      | 39 |
| 1.20     | Principais itens na composição do IPCA em 2009.....                               | 41 |
| 1.21     | Preços ao consumidor e seus núcleos em 2009.....                                  | 41 |
| Capítulo | II                                                                                |    |
| 2.1      | Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios.....                        | 47 |
| 2.2      | Haveres financeiros .....                                                         | 48 |
| 2.3      | Evolução do crédito.....                                                          | 51 |
| 2.4      | Crédito com recursos livres.....                                                  | 53 |
| 2.5      | Crédito com recursos direcionados .....                                           | 55 |
| 2.6      | Desembolsos do BNDES .....                                                        | 56 |
| Capítulo | III                                                                               |    |
| 3.1      | Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2009.....                       | 66 |
| Capítulo | IV                                                                                |    |
| 4.1      | Necessidades de financiamento do setor público .....                              | 70 |
| 4.2      | Resultado primário do Governo Central .....                                       | 71 |
| 4.3      | Receita bruta do Tesouro Nacional .....                                           | 72 |
| 4.4      | Despesas do Tesouro Nacional.....                                                 | 72 |
| 4.5      | Usos e fontes – Setor público consolidado.....                                    | 73 |
| 4.6      | Títulos públicos federais – Posição de carteira .....                             | 74 |
| 4.7      | Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador.....            | 76 |



|          |                                                                                  |     |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.8      | Operações compromissadas – Mercado aberto .....                                  | 77  |
| 4.9      | Evolução da Dívida Líquida do Setor Público .....                                | 78  |
| 4.10     | Dívida Líquida do Setor Público .....                                            | 79  |
| 4.11     | Dívida líquida e bruta do Governo Geral .....                                    | 80  |
| 4.12     | Arrecadação bruta de receitas federais .....                                     | 81  |
| 4.13     | Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores .....                       | 82  |
| 4.14     | Resultado da Previdência Social .....                                            | 83  |
| 4.15     | Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e<br>Serviços (ICMS)..... | 84  |
| 4.16     | Transferências da União para os estados e municípios .....                       | 84  |
| Capítulo | V                                                                                |     |
| 5.1      | Movimento de câmbio contratado .....                                             | 93  |
| 5.2      | Balanço de pagamentos .....                                                      | 95  |
| 5.3      | Balança comercial – FOB .....                                                    | 96  |
| 5.4      | Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação.....                             | 97  |
| 5.5      | Índices de preço e <i>quantum</i> de importação .....                            | 99  |
| 5.6      | Exportação por fator agregado – FOB .....                                        | 101 |
| 5.7      | Exportação – FOB – Principais produtos básicos .....                             | 102 |
| 5.8      | Exportação por fator agregado e região – FOB.....                                | 104 |
| 5.9      | Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados.....                    | 105 |
| 5.10     | Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados .....                       | 106 |
| 5.11     | Exportação por intensidade tecnológica – FOB.....                                | 109 |
| 5.12     | Importação – FOB.....                                                            | 110 |
| 5.13     | Importações – FOB – Principais produtos .....                                    | 112 |
| 5.14     | Importações por categoria de uso e região – FOB .....                            | 113 |
| 5.15     | Importação por intensidade tecnológica – FOB.....                                | 116 |
| 5.16     | Balança comercial por países e blocos – FOB .....                                | 118 |
| 5.17     | Serviços .....                                                                   | 120 |
| 5.18     | Viagens internacionais.....                                                      | 121 |
| 5.19     | Transportes .....                                                                | 122 |
| 5.20     | Serviços empresariais, profissionais e técnicos.....                             | 123 |
| 5.21     | Rendas .....                                                                     | 124 |
| 5.22     | Transferências unilaterais correntes .....                                       | 126 |
| 5.23     | Saldo de transações correntes e necessidade de<br>financiamento externo .....    | 127 |
| 5.24     | Taxas de rolagem de médio e longo prazo do setor privado .....                   | 129 |
| 5.25     | Investimentos estrangeiros diretos .....                                         | 130 |
| 5.26     | Investimento estrangeiro direto – Participação por país .....                    | 131 |
| 5.27     | Investimento estrangeiro direto – Participação por setor .....                   | 132 |
| 5.28     | Investimentos estrangeiros em carteira .....                                     | 134 |
| 5.29     | Outros investimentos estrangeiros .....                                          | 135 |
| 5.30     | Investimentos brasileiros diretos.....                                           | 136 |
| 5.31     | Investimentos brasileiros em carteira.....                                       | 136 |
| 5.32     | Outros investimentos brasileiros .....                                           | 137 |
| 5.33     | Demonstrativo de variação das reservas internacionais.....                       | 138 |



|      |                                                                                          |     |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.34 | Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa.....                                        | 139 |
| 5.35 | Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos<br>da dívida externa ..... | 140 |
| 5.36 | Endividamento externo bruto .....                                                        | 141 |
| 5.37 | Dívida externa registrada .....                                                          | 142 |
| 5.38 | Dívida pública externa registrada.....                                                   | 144 |
| 5.39 | Dívida externa registrada – Por devedor .....                                            | 145 |
| 5.40 | Dívida externa registrada – Por credor.....                                              | 146 |
| 5.41 | Prazo médio de amortização .....                                                         | 147 |
| 5.42 | Indicadores de sustentabilidade externa .....                                            | 148 |
| 5.43 | Emissões da República.....                                                               | 150 |
| 5.44 | Dívida externa reestruturada .....                                                       | 152 |
| 5.45 | Posição internacional de investimento .....                                              | 154 |

|          |                                       |     |
|----------|---------------------------------------|-----|
| Capítulo | VI                                    |     |
| 6.1      | Maiores economias desenvolvidas ..... | 159 |
| 6.2      | China .....                           | 160 |

## Gráficos

|          |                                                         |    |
|----------|---------------------------------------------------------|----|
| Capítulo | I                                                       |    |
| 1.1      | Formação Bruta de Capital Fixo .....                    | 21 |
| 1.2      | Produção industrial.....                                | 23 |
| 1.3      | Produção industrial – Dados dessazonalizados.....       | 23 |
| 1.4      | Produção industrial – Por categoria de uso .....        | 25 |
| 1.5      | Utilização da capacidade instalada na indústria.....    | 26 |
| 1.6      | Índice de Volume de Vendas no Comércio – Ampliado ..... | 27 |
| 1.7      | Índice de Confiança do Consumidor .....                 | 28 |
| 1.8      | Produção animal.....                                    | 31 |
| 1.9      | Taxa média de desemprego aberto .....                   | 35 |
| 1.10     | Nível de emprego formal.....                            | 36 |
| 1.11     | Rendimento médio habitual real .....                    | 36 |
| 1.12     | Índices de preços ao consumidor .....                   | 38 |

|          |                                                                                                  |    |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Capítulo | II                                                                                               |    |
| 2.1      | Meios de pagamentos (M1) – Velocidade-renda.....                                                 | 45 |
| 2.2      | Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro<br>de 2009, dessazonalizado .....            | 45 |
| 2.3      | Depósitos à vista a preço de dezembro de 2009, dessazonalizados....                              | 45 |
| 2.4      | Base monetária e meios de pagamento .....                                                        | 46 |
| 2.5      | Haveres financeiros – Em percentual do PIB.....                                                  | 48 |
| 2.6      | Posição líquida de financiamento dos títulos públicos<br>federais – Média diária.....            | 49 |
| 2.7      | Operações compromissadas do Banco Central – Volume por<br>prazo – Média dos saldos diários ..... | 50 |

|          |                                                                                 |     |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.8      | Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro ..... | 51  |
| 2.9      | Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres.....                | 53  |
| 2.10     | Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física .....                   | 54  |
| 2.11     | Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica.....                  | 54  |
| 2.12     | <i>Spread</i> bancário das operações de crédito com recursos livres.....        | 54  |
| 2.13     | Inadimplência das operações de crédito com recursos livres.....                 | 55  |
| 2.14     | Sistema bancário – Participação por segmentos .....                             | 59  |
| Capítulo | III                                                                             |     |
| 3.1      | Taxa <i>over</i> /Selic .....                                                   | 61  |
| 3.2      | Taxa <i>over</i> /Selic x dólar x <i>swap</i> 360 dias .....                    | 61  |
| 3.3      | Curva de juros – <i>Swap</i> DI x pré .....                                     | 62  |
| 3.4      | Taxa <i>over</i> /Selic acumulada em 12 meses .....                             | 62  |
| 3.5      | Mercado primário – Ofertas registradas na CVM .....                             | 63  |
| 3.6      | Ibovespa .....                                                                  | 64  |
| 3.7      | Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq.....                                              | 64  |
| 3.8      | Volume médio diário negociado na Bovespa – 2009 .....                           | 64  |
| 3.9      | Valor de mercado – 2009 – Companhias abertas listadas na Bovespa .....          | 64  |
| 3.10     | Aplicações financeiras – Saldos – 2009 .....                                    | 65  |
| 3.11     | Rendimento dos principais ativos financeiros em 2009 .....                      | 66  |
| Capítulo | IV                                                                              |     |
| 4.1      | Necessidades de financiamento do setor público .....                            | 71  |
| 4.2      | Títulos públicos federais .....                                                 | 75  |
| 4.3      | Evolução da estrutura da dívida mobiliária.....                                 | 75  |
| 4.4      | Previdência Social .....                                                        | 83  |
| Capítulo | V                                                                               |     |
| 5.1      | Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo ..... | 96  |
| 5.2      | Exportação e importação – FOB .....                                             | 96  |
| 5.3      | Índice de termos de troca .....                                                 | 97  |
| 5.4      | Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das exportações brasileiras ....    | 98  |
| 5.5      | Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das importações brasileiras ...     | 100 |
| 5.6      | Exportação por fator agregado – FOB .....                                       | 102 |
| 5.7      | Importação de matérias-primas x produção industrial .....                       | 111 |
| 5.8      | Importação por categoria de uso final – FOB .....                               | 111 |
| 5.9      | Importação por categoria de uso final – FOB .....                               | 115 |
| 5.10     | Reservas internacionais .....                                                   | 138 |
| 5.11     | Prazo médio da dívida externa registrada .....                                  | 147 |
| 5.12     | Composição da dívida externa registrada.....                                    | 147 |
| 5.13     | Indicadores de sustentabilidade externa.....                                    | 149 |
| 5.14     | Cotações de títulos brasileiros no exterior .....                               | 153 |
| 5.15     | Índice de risco-Brasil – Embi+ ( <i>Strip spread</i> ) .....                    | 153 |

|          |                                                       |     |
|----------|-------------------------------------------------------|-----|
| Capítulo | VI                                                    |     |
| 6.1      | Índice de preços de <i>commodities</i> .....          | 165 |
| 6.2      | Petróleo <i>U.K. Brent</i> – Mercado à vista.....     | 166 |
| 6.3      | Taxas de juros oficiais .....                         | 167 |
| 6.4      | EUA: inflação.....                                    | 168 |
| 6.5      | Japão: inflação .....                                 | 169 |
| 6.6      | Área do Euro: inflação.....                           | 170 |
| 6.7      | Reino Unido: inflação.....                            | 170 |
| 6.8      | China: inflação.....                                  | 171 |
| 6.9      | Prêmios CDS 5 anos – Principais bancos.....           | 172 |
| 6.10     | <i>TED spread</i> .....                               | 172 |
| 6.11     | <i>iTraxx</i> Europa – Séries 9, 10 e 11 .....        | 173 |
| 6.12     | Retorno dos títulos do governo .....                  | 173 |
| 6.13     | VIX.....                                              | 174 |
| 6.14     | Bolsas de valores – EUA, Europa e Japão .....         | 174 |
| 6.15     | Bolsas de valores – Mercados emergentes .....         | 175 |
| 6.16     | <i>Emerging Markets Bond Index Plus</i> (Embi+) ..... | 175 |
| 6.17     | Moeda de países desenvolvidos .....                   | 176 |
| 6.18     | Moeda de países emergentes .....                      | 176 |



## Introdução

---

A trajetória da economia mundial respeitou dois períodos distintos em 2009. O primeiro, observado até meados do segundo trimestre do ano, incorporou a continuidade da reversão, iniciada em 2008, do ciclo de expansão econômica principiado em 2002. Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito traduzir-se-ia em ciclo recessivo agudo suscitou a atuação coordenada dos bancos centrais e governos dos Estados Unidos da América (EUA) e de países europeus com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade.

O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que a coordenação de políticas econômicas mencionada passava, efetivamente, a favorecer a retomada da atividade. Nesse sentido, a atenuação e, em algumas economias, a reversão do ambiente recessivo observado desde meados de 2008 refletiram as contribuições inerentes ao maior dinamismo da demanda interna, especialmente o impacto da flexibilização das políticas monetária e fiscal sobre os gastos de consumo privado, e à intensificação do comércio externo.

A atuação do governo brasileiro em resposta às alterações assinaladas no cenário econômico mundial incorporou medidas importantes nas esferas fiscal, cambial e monetária, objetivando adequar as condições de liquidez interna e proporcionar estímulo à demanda agregada que mitigasse o impacto, sobre o nível da atividade, do ambiente recessivo observado nas principais economias maduras.

Na área fiscal, deve se enfatizar a adoção de medidas temporárias de desoneração tributária, com ênfase para a isenção ou redução nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre eletrodomésticos, automóveis, produtos da construção civil, móveis e bens de capital. Essa política, embora contribuísse, no cenário de retração na arrecadação inerente à redução registrada no nível da atividade interna, para que o superávit primário do setor público consolidado apresentasse recuo anual de 1,48 ponto percentual (p.p.), para 2,06% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2009, mostrou-se relevante para assegurar a relativa estabilidade do nível do emprego em segmentos intensivos em mão de obra e para fortalecer o dinamismo da demanda interna, elemento essencial para

a recuperação experimentada pela economia brasileira no decorrer do ano. Vale ressaltar que a redução observada no superávit primário não deve se constituir em restrição à trajetória declinante de médio e longo prazos da relação dívida líquida do setor público (DLSP)/PIB.

A atuação do governo no âmbito da administração da política de comércio exterior concentrou-se na criação de instrumentos voltados a assegurar a liquidez em moeda estrangeira, em cenário de escassez de linhas de crédito externas e, em consequência, de deslocamento de parcela significativa das operações financeiras relativas ao comércio exterior brasileiro para o mercado doméstico.

O cenário recessivo observado a partir do acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais traduziu-se na reversão da postura mais restritiva adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na condução da política monetária em 2008. Nesse sentido, após interromper, ao final de 2008, o processo de elevação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) iniciado na reunião de abril daquele ano, o Copom reduziu a taxa em 500 pontos base (p.b.), no decorrer de 2009, enfatizando-se que metade do corte mencionado ocorreu nas duas primeiras reuniões do ano. Vale ressaltar que nas três últimas reuniões do ano, considerando que o ritmo da atividade econômica registrava recuperação acentuada e que a trajetória dos preços, embora registrasse dinâmica consistente com a trajetória das metas, passava a ser influenciada por pressões de demanda, o Copom optou por não alterar a taxa básica de juros.

A recuperação do nível da atividade interna, após o breve período recessivo observado no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, evidenciou, portanto, a eficácia – favorecida pela crescente solidez registrada nos fundamentos macroeconômicos do país, nos últimos anos – das medidas adotadas nas áreas fiscal, de comércio exterior e monetária. Esse movimento foi sustentado, em especial, pelo dinamismo da demanda interna, que assegurou, inicialmente, o desempenho favorável dos segmentos produtores de bens de menor valor agregado e, posteriormente, em ambiente de melhora nas condições do mercado de crédito e nas expectativas dos agentes econômicos, a recuperação dos segmentos associados a bens de consumo de maior valor agregado e a bens de capital.

A evolução do consumo das famílias foi favorecida, no período mais agudo da crise, pela sustentação da renda inerente aos programas de transferência do governo federal e pela relativa estabilidade experimentada pelo mercado de trabalho. A consolidação dos gastos de consumo, evidenciada no desempenho das vendas varejistas, refletiu o efeito do aumento da confiança dos consumidores sobre sua disposição em relação ao comprometimento de renda futura e o impacto das melhores condições de crédito sobre as compras de bens duráveis. O comportamento dos investimentos, em linha com a melhora acentuada observada nos indicadores relacionados às expectativas empresariais e com o ritmo de crescimento da produção e dos indicadores de utilização da capacidade instalada, constituiu-se em determinante adicional à sustentabilidade do atual processo de crescimento da economia.

A recuperação consistente experimentada pela economia brasileira é evidenciada, adicionalmente, pela elevação, ao final de setembro, da classificação de risco do país a *investment grade* pela agência *Moody's*, alinhando sua avaliação à das outras duas principais agências, *Standard & Poor's* (S&P) e *Fitch Ratings*. A melhor avaliação refletiu o reconhecimento da capacidade do país para a absorção de choques e a melhora significativa do perfil de crédito soberano do Brasil. O *spread* medido pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), calculado pelo *JP Morgan*, corrobora o desempenho favorável da avaliação de risco do país, encerrando o ano em 192 pontos, patamar vigente no período anterior à crise e acentuadamente inferior ao nível de 428 pontos registrado ao final de dezembro de 2008.

Os impactos recessivos da crise sobre a atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, enquanto a permanência dos fluxos de capitais estrangeiros possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos e a continuidade do programa de acumulação de reservas internacionais. Nesse sentido, o déficit em transações correntes registrou retração anual de 0,17 p.p. do PIB, o que, associado ao resultado positivo das contas capital e financeira, possibilitou que o balanço de pagamentos registrasse, pelo nono ano consecutivo, superávit global.

Nesse contexto, as taxas de inflação, embora apresentassem recuo anual acentuado em 2009, em especial quando considerada a variação dos índices gerais, registraram aceleração importante nos últimos meses do ano. Nesse sentido, a variação observada nos índices de preços ao consumidor no último trimestre de 2009, mesmo sensibilizada pelas pressões sazonais exercidas pelos aumentos nos preços dos alimentos *in natura*, nos custos associados à educação e nas tarifas de transportes públicos, evidenciou o impacto da intensificação assinalada no ritmo da atividade interna, a partir de meados do primeiro semestre.

É relevante enfatizar que, ainda assim, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atingiu 4,31%, situando-se no intervalo de tolerância da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

# A Economia Brasileira

## Nível de atividade

A evolução da economia brasileira em 2009 traduziu, a partir de meados do primeiro semestre do ano, o processo de retomada consistente do nível da atividade que sucedeu o breve período recessivo registrado após o agravamento da crise mundial. Esse desempenho, evidenciando a relevância da demanda interna para a sustentação do novo ciclo expansionista, ocorreu em cenário de crescimento das importações, compatível com a recuperação interna, e de redução nos superávits da balança comercial.

O dinamismo da demanda interna assegurou, inicialmente, o desempenho favorável dos segmentos produtores de bens de menor valor agregado e, posteriormente, em ambiente de melhora nas condições do mercado de crédito e nas expectativas dos agentes econômicos, a recuperação dos segmentos associados a bens de consumo de maior valor agregado e a bens de capital. Nesse cenário, o consumo privado e os investimentos exerceram contribuições respectivas de 2,4 p.p. e de -1,9 p.p. para a variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009.

A evolução do consumo das famílias foi favorecida, no período mais agudo da crise mundial, pela sustentação da renda inerente aos programas de assistência do governo federal e pela relativa estabilidade experimentada pelo mercado de trabalho. A consolidação dos gastos de consumo, evidenciada no desempenho das vendas varejistas, refletiu o efeito do aumento da confiança dos consumidores sobre sua disposição em relação ao comprometimento de renda futura e o impacto das melhores condições de crédito sobre as compras de bens duráveis.

O comportamento dos investimentos, em linha com a melhora acentuada observada nos indicadores relacionados às expectativas empresariais, com o ritmo de crescimento da produção e dos indicadores de utilização da capacidade instalada, constituiu-se em determinante adicional à sustentabilidade do atual processo de crescimento da economia. Vale ressaltar que a preservação do dinamismo envolvendo esse componente da demanda agregada se constitui em elemento fundamental para adequar a capacidade instalada da indústria ao nível crescente da demanda interna – impulsionado pela melhora nas expectativas e pela disposição dos consumidores em comprometer parcela mais representativa da renda – e, portanto, para mitigar pressões sobre os preços.



## Produto Interno Bruto

O PIB, mesmo assinalando recuperação vigorosa, na margem, no último trimestre, apresentou retração anual de 0,2% no ano, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultado consistente com os dois períodos distintos experimentados pela economia brasileira após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais ao longo do ano.

**Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado**

| Ano  | A preços<br>de 2009<br>(R\$<br>milhões) | Variação<br>real<br>(%) | Deflator<br>implícito<br>(%) | A preços<br>correntes <sup>1/</sup><br>(US\$<br>milhões) | População<br>(milhões) | PIB <i>per capita</i>        |                         |                                               |
|------|-----------------------------------------|-------------------------|------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------|------------------------------|-------------------------|-----------------------------------------------|
|      |                                         |                         |                              |                                                          |                        | A preços<br>de 2009<br>(R\$) | Variação<br>real<br>(%) | A preços<br>correntes <sup>1/</sup><br>(US\$) |
| 1980 | 1 575 890                               | 9,2                     | 92,1                         | 237 772                                                  | 118,6                  | 13 292                       | 7,0                     | 2 005                                         |
| 1981 | 1 508 915                               | -4,3                    | 100,5                        | 258 553                                                  | 121,2                  | 12 448                       | -6,3                    | 2 133                                         |
| 1982 | 1 521 439                               | 0,8                     | 101,0                        | 271 252                                                  | 123,9                  | 12 281                       | -1,3                    | 2 190                                         |
| 1983 | 1 476 861                               | -2,9                    | 131,5                        | 189 459                                                  | 126,6                  | 11 668                       | -5,0                    | 1 497                                         |
| 1984 | 1 556 611                               | 5,4                     | 201,7                        | 189 744                                                  | 129,3                  | 12 041                       | 3,2                     | 1 468                                         |
| 1985 | 1 678 790                               | 7,8                     | 248,5                        | 211 092                                                  | 132,0                  | 12 720                       | 5,6                     | 1 599                                         |
| 1986 | 1 804 531                               | 7,5                     | 149,2                        | 257 812                                                  | 134,7                  | 13 401                       | 5,4                     | 1 915                                         |
| 1987 | 1 868 231                               | 3,5                     | 206,2                        | 282 357                                                  | 137,3                  | 13 610                       | 1,6                     | 2 057                                         |
| 1988 | 1 867 110                               | -0,1                    | 628,0                        | 305 707                                                  | 139,8                  | 13 354                       | -1,9                    | 2 186                                         |
| 1989 | 1 926 111                               | 3,2                     | 1 304,4                      | 415 916                                                  | 142,3                  | 13 535                       | 1,4                     | 2 923                                         |
| 1990 | 1 842 325                               | -4,3                    | 2 737,0                      | 469 318                                                  | 146,6                  | 12 568                       | -7,1                    | 3 202                                         |
| 1991 | 1 861 301                               | 1,0                     | 416,7                        | 405 679                                                  | 149,1                  | 12 484                       | -0,7                    | 2 721                                         |
| 1992 | 1 851 183                               | -0,5                    | 969,0                        | 387 295                                                  | 151,5                  | 12 215                       | -2,2                    | 2 556                                         |
| 1993 | 1 942 350                               | 4,9                     | 1 996,1                      | 429 685                                                  | 154,0                  | 12 614                       | 3,3                     | 2 790                                         |
| 1994 | 2 056 033                               | 5,9                     | 2 240,2                      | 543 087                                                  | 156,4                  | 13 143                       | 4,2                     | 3 472                                         |
| 1995 | 2 142 876                               | 4,2                     | 93,9                         | 770 350                                                  | 158,9                  | 13 488                       | 2,6                     | 4 849                                         |
| 1996 | 2 188 958                               | 2,2                     | 17,1                         | 840 268                                                  | 161,3                  | 13 569                       | 0,6                     | 5 209                                         |
| 1997 | 2 262 842                               | 3,4                     | 7,6                          | 871 274                                                  | 163,8                  | 13 816                       | 1,8                     | 5 320                                         |
| 1998 | 2 263 642                               | 0,0                     | 4,2                          | 843 985                                                  | 166,3                  | 13 616                       | -1,5                    | 5 077                                         |
| 1999 | 2 269 393                               | 0,3                     | 8,5                          | 586 777                                                  | 168,8                  | 13 448                       | -1,2                    | 3 477                                         |
| 2000 | 2 367 118                               | 4,3                     | 6,2                          | 644 984                                                  | 171,3                  | 13 820                       | 2,8                     | 3 766                                         |
| 2001 | 2 398 201                               | 1,3                     | 9,0                          | 553 771                                                  | 173,8                  | 13 798                       | -0,2                    | 3 186                                         |
| 2002 | 2 461 947                               | 2,7                     | 10,6                         | 504 359                                                  | 176,3                  | 13 964                       | 1,2                     | 2 861                                         |
| 2003 | 2 490 178                               | 1,1                     | 13,7                         | 553 603                                                  | 178,7                  | 13 932                       | -0,2                    | 3 097                                         |
| 2004 | 2 632 424                               | 5,7                     | 8,0                          | 663 783                                                  | 181,1                  | 14 535                       | 4,3                     | 3 665                                         |
| 2005 | 2 715 600                               | 3,2                     | 7,2                          | 882 439                                                  | 183,4                  | 14 808                       | 1,9                     | 4 812                                         |
| 2006 | 2 823 437                               | 4,0                     | 6,1                          | 1 088 767                                                | 185,6                  | 15 215                       | 2,7                     | 5 867                                         |
| 2007 | 2 995 028                               | 6,1                     | 5,9                          | 1 366 544                                                | 187,6                  | 15 961                       | 4,9                     | 7 283                                         |
| 2008 | 3 148 854                               | 5,1                     | 7,4                          | 1 636 022                                                | 189,6                  | 16 607                       | 4,0                     | 8 628                                         |
| 2009 | 3 143 015                               | -0,2                    | 4,8                          | 1 577 264                                                | 191,5                  | 16 414                       | -1,2                    | 8 237                                         |

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

O breve período recessivo que sucedeu as alterações no ambiente econômico internacional traduziu-se – consideradas estatísticas dessazonalizadas e variações em relação ao trimestre anterior – em retrações respectivas do PIB de 3,5% e 0,9% nos trimestres encerrados em dezembro de 2008 e em março de 2009. Vale ressaltar que essa evolução refletiu, fundamentalmente, os impactos da deterioração das expectativas e das condições de crédito sobre o dinamismo da indústria e dos investimentos e sobre os níveis dos estoques. A produção do setor industrial assinalou recuos respectivos de 7,6% e 4,2% nos trimestres mencionados.

A partir do segundo trimestre de 2009, o nível da atividade da economia passou a registrar recuperação progressiva, expressa nos aumentos respectivos de 1,4%, 1,7% e 2% assinalados pelo PIB nos trimestres finalizados em junho, setembro e dezembro. Esse movimento foi impulsionado pela retomada da demanda interna, pelas medidas temporárias de renúncia fiscal do governo federal e, na segunda metade do ano, pela intensificação dos investimentos.

**Quadro 1.2 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal**

| Percentual             |      |      |      |      |
|------------------------|------|------|------|------|
| Discriminação          | 2009 |      |      |      |
|                        | I    | II   | III  | IV   |
| PIB a preço de mercado | -0,9 | 1,4  | 1,7  | 2,0  |
| Agropecuária           | -1,8 | -0,4 | -2,1 | -0,0 |
| Indústria              | -4,2 | 1,5  | 3,0  | 4,0  |
| Serviços               | 1,2  | 1,5  | 1,4  | 0,6  |

Fonte: IBGE

Considerada a ótica da oferta, o desempenho anual do PIB em 2009 refletiu as retrações respectivas de 5,2% e 5,5% assinaladas nos setores primário e secundário e o crescimento de 2,6% registrado no setor de serviços, ressaltando-se que o desempenho desfavorável da produção agropecuária traduziu, em grande parte, as quebras de safras decorrentes da ocorrência de condições meteorológicas adversas no período de desenvolvimento de importantes culturas.

O recuo anual de 5,5% observado no setor industrial refletiu, em especial, as contrações assinaladas na indústria de transformação, 7%; e na construção civil, 6,3%, enquanto o maior dinamismo observado no setor de serviços, compatível com a recuperação da demanda interna, foi sustentado pelos desempenhos dos segmentos serviços de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos, 6,5%; outros serviços, 5,1%; serviços de informação, 4,9%; administração, saúde e educação públicas, 3,2%; e atividades imobiliárias e aluguel, 1,4%. Os setores comércio e transporte, armazenamento e correios, que refletem, em parte, o comportamento dos setores agropecuário e industrial, apresentaram recuos respectivos anuais de 1,2% e 2,3%.

**Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto**

Percentual

| Discriminação                                                                    | 2007 | 2008 | 2009 |
|----------------------------------------------------------------------------------|------|------|------|
| PIB                                                                              | 6,1  | 5,1  | -0,2 |
| Setor agropecuário                                                               | 4,8  | 5,7  | -5,2 |
| Setor industrial                                                                 | 5,3  | 4,4  | -5,5 |
| Extrativa mineral                                                                | 3,7  | 4,9  | -0,2 |
| Transformação                                                                    | 5,6  | 3,2  | -7,0 |
| Construção                                                                       | 4,9  | 8,2  | -6,3 |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás e água                              | 5,4  | 4,8  | -2,4 |
| Setor serviços                                                                   | 6,1  | 4,8  | 2,6  |
| Comércio                                                                         | 8,4  | 6,1  | -1,2 |
| Transporte, armazenagem e correio                                                | 5,0  | 3,4  | -2,3 |
| Serviços de informação                                                           | 7,4  | 8,9  | 4,9  |
| Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos | 15,1 | 13,0 | 6,5  |
| Outros serviços                                                                  | 4,8  | 4,2  | 5,1  |
| Atividades imobiliárias e aluguel                                                | 4,9  | 1,6  | 1,4  |
| Administração, saúde e educação públicas                                         | 2,3  | 1,5  | 3,2  |

Fonte: IBGE

O exame dos componentes da demanda evidencia a importância do consumo das famílias e do governo para a sustentação do PIB em 2009. Nesse sentido, os gastos das famílias, em cenário de crescimento da massa salarial real e do volume das operações de crédito do sistema financeiro destinado a pessoas físicas, aumentaram 4,1% no ano, enquanto o consumo do governo cresceu 3,7%. Em oposição, os investimentos, em linha com o desempenho da construção civil e da produção e importação de máquinas e equipamentos, apresentaram retração anual de 9,9%, contribuindo decisivamente para que o impacto exercido pela demanda interna para o desempenho anual do PIB em 2009 fosse negativo em 0,3 p.p. As importações recuaram 11,4% no ano e as exportações, 10,3%, determinando que a contribuição da demanda externa para a evolução do PIB em 2009 atingisse 0,1 p.p.

**Quadro 1.4 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa**

Percentual

| Discriminação                  | 2007 | 2008 | 2009  |
|--------------------------------|------|------|-------|
| PIB                            | 6,1  | 5,1  | -0,2  |
| Consumo das famílias           | 6,1  | 7,0  | 4,1   |
| Consumo do governo             | 5,1  | 1,6  | 3,7   |
| Formação Bruta de Capital Fixo | 13,9 | 13,4 | -9,9  |
| Exportações                    | 6,2  | -0,6 | -10,3 |
| Importações                    | 19,9 | 18,0 | -11,4 |

Fonte: IBGE

A análise da evolução trimestral do PIB indica que a retração de 0,9% experimentada pelo agregado no trimestre finalizado em março, em relação ao encerrado em dezembro, representou o início da superação da crise, no âmbito da economia brasileira. Esse resultado, em sequência à retração de 3,5% assinalada, no mesmo tipo de comparação, no trimestre encerrado em dezembro – quando foi interrompido um ciclo de nove resultados trimestrais positivos em sequência – refletiu, em especial, a menor intensidade do impacto da deterioração das expectativas e das restrições no mercado de crédito sobre o desempenho da indústria, que realizou expressiva adequação nos estoques e nos investimentos.

#### **Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente**

Em R\$ milhões

| Discriminação                             | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      |
|-------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Produto Interno Bruto a preços de mercado | 2 369 484 | 2 661 344 | 3 004 881 | 3 143 015 |
| Ótica do produto                          |           |           |           |           |
| Setor agropecuário                        | 111 566   | 127 267   | 151 268   | 163 953   |
| Setor industrial                          | 584 952   | 636 280   | 698 939   | 686 445   |
| Setor serviços                            | 1 337 903 | 1 524 311 | 1 706 098 | 1 851 703 |
| Ótica da despesa                          |           |           |           |           |
| Consumo final                             | 1 903 679 | 2 133 194 | 2 400 746 | 2 626 525 |
| Consumo das famílias                      | 1 428 906 | 1 594 133 | 1 812 467 | 1 972 431 |
| Consumo da administração pública          | 474 773   | 539 061   | 588 279   | 654 094   |
| Formação Bruta de Capital                 | 397 027   | 487 761   | 598 382   | 518 950   |
| Formação Bruta de Capital Fixo            | 389 328   | 464 137   | 560 893   | 525 837   |
| Variação de estoques                      | 7 699     | 23 624    | 37 490    | -6 887    |
| Exportação de bens e serviços             | 340 457   | 355 672   | 414 257   | 354 235   |
| Importação de bens e serviços (-)         | 271 679   | 315 283   | 408 504   | 356 696   |

Fonte: IBGE

O exame da evolução do PIB, no primeiro trimestre do ano, sob a ótica da oferta, revela melhora generalizada no desempenho de todos os segmentos. Nesse sentido, o recuo da indústria atingiu 4,2%, ante 7,6% no trimestre encerrado em dezembro, enquanto as variações registradas no setor de serviços e na agropecuária alcançaram, na ordem, 1,2% e -1,8%, ante -2% e -4,3%, respectivamente, no último trimestre de 2008.

Em relação ao comportamento da demanda, ressaltou-se a intensificação do recuo trimestral – de 10% no trimestre encerrado em dezembro para 11,2% naquele finalizado em março – assinalado na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e a recuperação, de recuo de 1,8% para aumento de 0,2%, no consumo das famílias. O consumo do governo elevou-se 4,5% no trimestre, enquanto as importações e as exportações registraram reduções respectivas de 15,6% e 15,1%.

O PIB, ratificando a eficácia das medidas econômicas do governo, envolvendo a flexibilização da política monetária e os incentivos fiscais direcionados a segmentos importantes na cadeia produtiva, registrou taxa de crescimento de 1,4% no segundo trimestre do ano, revertendo a trajetória declinante iniciada após o agravamento da crise internacional.

A recuperação mencionada traduziu, considerada a ótica da oferta, as expansões de 1,5% observadas na indústria e no setor de serviços, que haviam registrado variações respectivas de -4,2% e 1,2% no trimestre finalizado em março, contrastando com o recuo de 0,4% assinalado na agropecuária, que havia registrado retração de 1,8% no trimestre encerrado em março. O exame da evolução do PIB segundo os componentes da demanda registra a ocorrência de aumento de 2,9% no consumo das famílias, 2,3% na FBCF, e redução de 0,3% no consumo do governo, enquanto no âmbito da demanda externa ocorreram elevações de 8,7% nas exportações e de 5,4% nas importações.

O PIB cresceu 1,7% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, constituindo-se no segundo resultado positivo em sequência, nessa base de comparação, e em indicativo de esgotamento do ciclo recessivo experimentado pela economia brasileira após o acirramento da crise mundial.

Sob a ótica da oferta, o desempenho trimestral do PIB refletiu os aumentos assinalados na indústria, 3%, e nos serviços, 1,4%, e a retração de 2,1% observada na agropecuária, enquanto o comportamento dos componentes da demanda reforçou a relevância da demanda interna para a sustentação do produto. Sob essa ótica, ocorreram expansões na FBCF, 6,7%; no consumo das famílias, 2,4%, e do governo, 0,6%; nas importações, 2,9%; e nas exportações, 0,3%.

A expansão de 2% assinalada pelo PIB no último trimestre de 2009 constituiu-se em indicativo relevante da consolidação do processo de recuperação da economia brasileira. Considerada a ótica da oferta, ressaltem-se os aumentos observados na indústria, 4%, e no setor de serviços, 0,6%, enquanto a produção agropecuária mostrou-se estável. O exame da trajetória trimestral do PIB de acordo com os componentes da demanda evidenciou as elevações respectivas de 6,6%, 1,9% e 0,6% registradas na FBCF e no consumo das famílias e do governo. Em relação à demanda externa, os aumentos observados nas importações, 11,4%, e nas exportações, 3,6%, mostraram-se compatíveis com a relativa recuperação da economia mundial e, em especial, com a retomada dos gastos domésticos, ressaltando-se a relevância das importações como fator de equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas.

## Investimentos

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, registraram recuo anual de 9,9% em 2009, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo IBGE. Deve ser enfatizado que esse recuo, representando a interrupção de um ciclo de cinco aumentos em sequência, evidenciou o efeito mais intenso da retração assinalada no

primeiro trimestre de 2009, em relação ao inerente à recuperação observada nesses gastos nos dois últimos trimestres do ano.

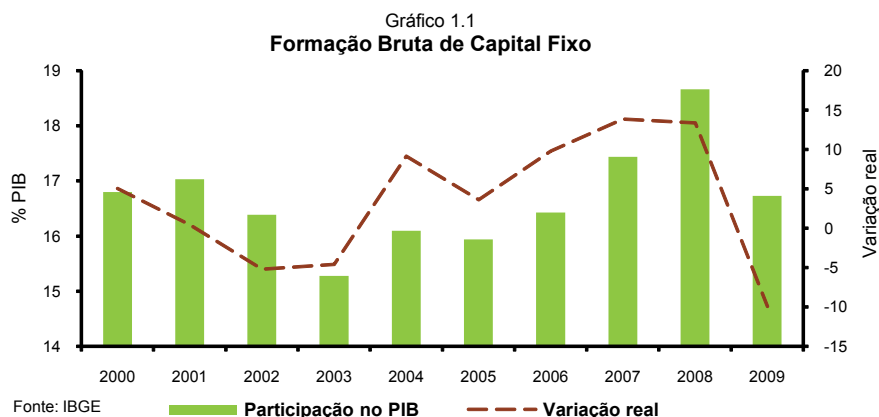
### Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Percentual

| Ano  | Participação na FBC                   |                            |        |                         | A preços correntes |         |
|------|---------------------------------------|----------------------------|--------|-------------------------|--------------------|---------|
|      | Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) |                            |        | Variação<br>de estoques | FBCF/PIB           | FBC/PIB |
|      | Construção<br>civil                   | Máquinas e<br>equipamentos | Outros |                         |                    |         |
| 1995 | 44,5                                  | 48,9                       | 8,3    | -1,6                    | 18,3               | 18,0    |
| 1996 | 48,2                                  | 43,5                       | 7,3    | 1,0                     | 16,9               | 17,0    |
| 1997 | 49,5                                  | 43,1                       | 7,0    | 0,3                     | 17,4               | 17,4    |
| 1998 | 51,9                                  | 40,8                       | 6,9    | 0,3                     | 17,0               | 17,0    |
| 1999 | 50,6                                  | 37,2                       | 7,8    | 4,4                     | 15,7               | 16,4    |
| 2000 | 45,7                                  | 39,3                       | 7,1    | 7,9                     | 16,8               | 18,3    |
| 2001 | 43,9                                  | 43,3                       | 7,3    | 5,5                     | 17,0               | 18,0    |
| 2002 | 47,8                                  | 44,8                       | 8,5    | -1,2                    | 16,4               | 16,2    |
| 2003 | 42,8                                  | 45,3                       | 8,7    | 3,1                     | 15,3               | 15,8    |
| 2004 | 41,1                                  | 45,0                       | 7,9    | 6,0                     | 16,1               | 17,1    |
| 2005 | 41,6                                  | 49,0                       | 7,7    | 1,6                     | 15,9               | 16,2    |
| 2006 | 39,6                                  | 50,6                       | 7,8    | 1,9                     | 16,4               | 16,8    |
| 2007 | 36,5                                  | 51,5                       | 7,2    | 4,8                     | 17,4               | 18,3    |
| 2008 | 35,3                                  | 51,6                       | 6,8    | 6,3                     | 18,7               | 19,9    |
| 2009 | 41,7                                  | 51,8                       | 7,9    | -1,3                    | 16,7               | 16,5    |

Fonte: IBGE

A produção de insumos da construção civil apresentou recuo anual de 6,3% em 2009, ante elevação de 8,5% no ano anterior. Vale ressaltar a recuperação – expressa nas taxas de crescimento trimestrais positivas observadas a partir do trimestre encerrado em junho – registrada pelo setor no decorrer do ano, trajetória favorecida, em parte, pela continuidade das obras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



A produção de bens de capital, evidenciando o impacto inicial do agravamento da crise mundial sobre a demanda por bens para investimento, decresceu 17,4% em 2009, ante expansão de 14,3% no ano anterior. Essa reversão refletiu a ocorrência de reduções generalizadas nos segmentos dessa indústria, com ênfase nos registrados nos setores ligados à construção civil, 48,5%, e à agropecuária, em especial peças agrícolas, 38,4%, e máquinas e equipamentos agrícolas, 28,5%. Adicionalmente, ocorreram reduções nas produções de bens tipicamente industrializados, 28,1%, resultado de retrações nos segmentos de bens seriados, 31,8%, e não seriados, 6,5%; bens de capital destinados a energia elétrica, 32,5%; e equipamentos de transporte, 8,8%.

#### Quadro 1.7 – Produção de bens de capital selecionados

| Discriminação    | Variação percentual |      |       |
|------------------|---------------------|------|-------|
|                  | 2007                | 2008 | 2009  |
| Bens de capital  | 19,5                | 14,3 | -17,4 |
| Industrial       | 17,0                | 4,6  | -28,1 |
| Seriados         | 18,5                | 2,7  | -31,8 |
| Não seriados     | 7,4                 | 17,4 | -6,5  |
| Agrícolas        | 48,4                | 35,1 | -28,5 |
| Peças agrícolas  | 170,8               | 58,8 | -38,4 |
| Construção       | 18,7                | 4,8  | -48,5 |
| Energia elétrica | 26,0                | 12,0 | -32,5 |
| Transportes      | 18,0                | 31,3 | -8,8  |
| Misto            | 15,4                | 2,5  | -14,7 |

Fonte: IBGE

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpar) – assinalaram crescimento anual de 50% em 2009, situando-se em R\$136,4 bilhões. Considerados por setores, ressaltam-se as elevações nos totais destinados à indústria de transformação, 68,9%, e ao segmento comércio e serviços, 42,6%.

#### Quadro 1.8 – Desembolsos do Sistema BNDES<sup>1/</sup>

Em R\$ milhões

| Discriminação              | 2007   | 2008   | 2009    |
|----------------------------|--------|--------|---------|
| Total                      | 64 892 | 90 878 | 136 356 |
| Por setor                  |        |        |         |
| Indústria de transformação | 25 395 | 35 710 | 60 302  |
| Comércio e serviços        | 33 448 | 46 263 | 65 979  |
| Agropecuária               | 4 998  | 5 595  | 6 856   |
| Indústria extrativa        | 1 051  | 3 311  | 3 219   |

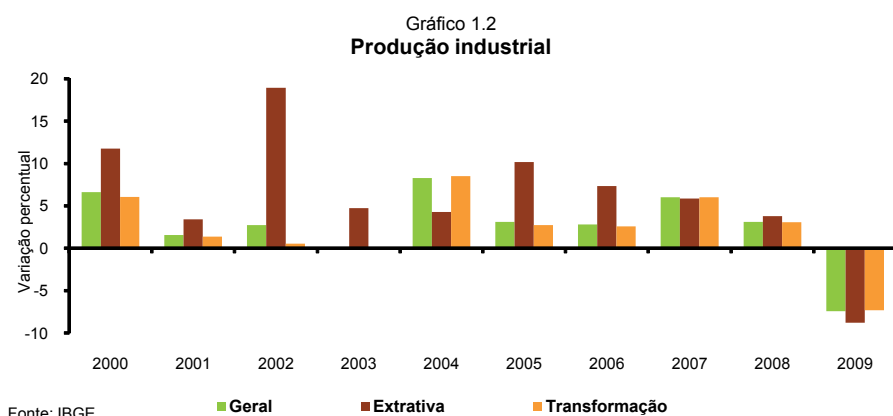
Fonte: BNDES

1/ Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao sistema BNDES, após permanecer em 6,25% a.a. desde o segundo trimestre de 2007, foi reduzida para 6% a.a. ao final do primeiro semestre de 2009, patamar mantido até o final do ano.

## Indicadores da produção industrial

A produção física da indústria assinalou recuo anual de 7,4% em 2009, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Brasil (PIM-PF) do IBGE, constituindo-se no primeiro resultado anual negativo desde 1999. A produção física da indústria registrou taxa de crescimento média anual de 2,6% no decênio 2000-2009.



É importante enfatizar que a indústria brasileira, embora registrasse retração anual, apresentou recuperação consistente ao longo do ano, após o movimento de retração intensa observado ao final de 2008. Nesse sentido, o índice de produção física da indústria geral acumulou aumento de 19,5%, de dezembro de 2008 a outubro de 2009, trajetória interrompida apenas no último bimestre do ano, quando o indicador recuou 1,2%.





Os efeitos da crise sobre a indústria brasileira materializaram-se, principalmente, pelas vias comercial e creditícia. A via do crédito, tipificada pelo colapso temporário da oferta nos mercados de crédito nacional e internacional, afetou, em especial, a disponibilidade de capitais para investimento e aquisição de bens de maior valor unitário, movimento que, em cenário de deterioração das expectativas de empresários e consumidores, afetou negativamente os setores industriais produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A via comercial, evidenciando a acentuada contração da demanda externa, embora impactasse, em especial, os setores produtores de bens intermediários direcionados ao mercado externo, exerceu efeitos negativos sobre as indústrias de bens de capital, com ênfase no recuo das produções de aviões e caminhões, e de bens de consumo duráveis, em especial no segmento de automóveis.

A produção física de bens de capital apresentou decréscimo anual de 17,4% em 2009, com ênfase nas retrações assinaladas nas atividades máquinas e equipamentos, 29,4%; material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, 27,7%; e máquinas, equipamentos e materiais elétricos, 26,8%. Em sentido inverso, a produção de outros equipamentos de transporte, exclusive automóveis, constituiu-se na única a apresentar resultado positivo no ano, elevando-se 16,2%.

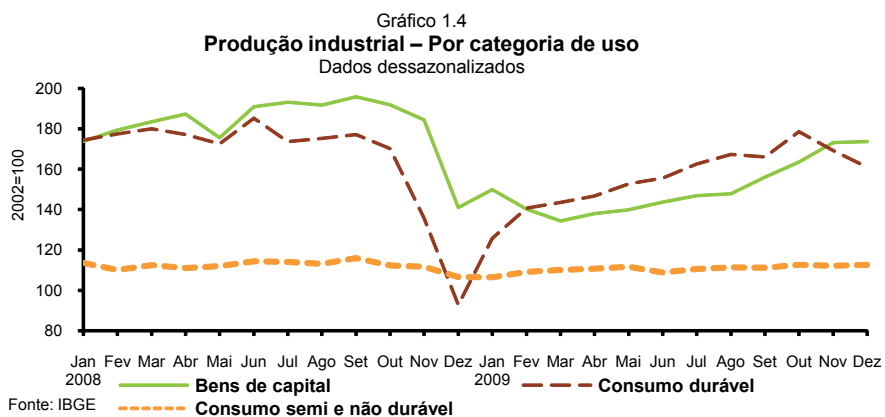
A produção de bens de consumo duráveis recuou 6,4% em 2009, ressaltando-se as retrações observadas nas atividades outros equipamentos de transporte, exclusive automóveis, 32,9%; e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, 24,3%. Enquanto, em sentido inverso, as produções dos segmentos máquinas e equipamentos, e mobiliário registraram aumentos respectivos de 8,2% e 1,2%. É relevante enfatizar a recuperação experimentada, no decorrer do ano, pela produção de veículos automotores, que, após experimentar acentuada redução no último trimestre de 2008, respondeu aos estímulos fiscais específicos para o setor e registrou retração anual de apenas 0,6%.

#### Quadro 1.9 – Produção Industrial

| Discriminação         | Variação percentual |      |        |
|-----------------------|---------------------|------|--------|
|                       | 2007                | 2008 | 2009   |
| Total                 | 6,0                 | 3,1  | - 7,4  |
| Por categorias de uso |                     |      |        |
| Bens de capital       | 19,5                | 14,3 | - 17,4 |
| Bens intermediários   | 4,9                 | 1,5  | - 8,8  |
| Bens de consumo       | 4,7                 | 1,9  | - 2,7  |
| Duráveis              | 9,1                 | 3,8  | - 6,4  |
| Semi e não duráveis   | 3,4                 | 1,4  | - 1,6  |

Fonte: IBGE

A sustentação da renda disponível das famílias, em ambiente de manutenção da massa salarial e de intensificação dos programas sociais do governo federal, exerceu desdobramentos favoráveis sobre o desempenho da indústria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis. Nesse sentido, o recuo anual de 1,6% assinalado nessa indústria constituiu-se no menor dentre os observados nas categorias de uso, ressaltando-se as elevações registradas nas atividades farmacêutica, 7,9%; bebidas, 7,1%; e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza, 4,7%. Em sentido inverso, as retrações mais acentuadas ocorreram nas produções de calçados e artigos de couro, 8,6%; vestuário e acessórios, 7,9%; têxtil, 6,4%; e alimentos, 1,7%.



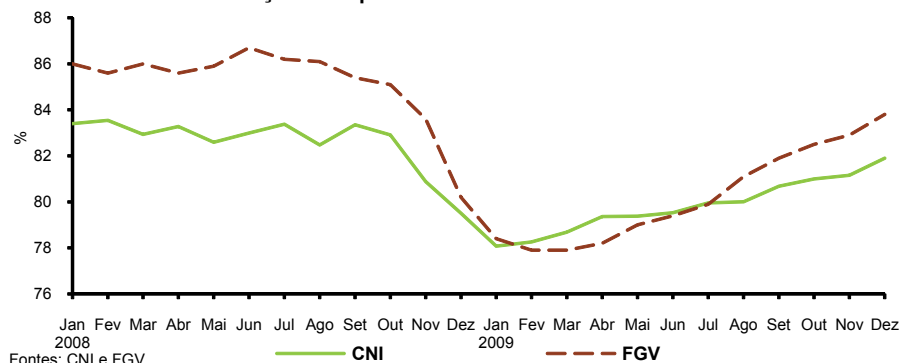
A produção de bens intermediários, traduzindo os resultados negativos observados nas demais categorias de uso e o processo de ajuste de estoques de insumos realizado nos meses que sucederam ao acirramento da crise, decresceu 8,8% em 2009. O desempenho da categoria refletiu, em especial, os declínios observados nas atividades material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, 25,5%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 19,9%; máquinas e equipamentos, 18,5%; e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 14,6%, neutralizados, em parte, pelo dinamismo nas produções de refino de petróleo, 1%; e celulose e pasta para fabricação de papel, 0,2%.

Dentre as 27 atividades pesquisadas pelo IBGE, 23 registraram retrações nas respectivas produções, ressaltando-se as relativas a material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, 25,5%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 19,9%; e máquinas e equipamentos, 18,5%, contrastando com os aumentos assinalados nos segmentos farmacêutica, 7,9%; bebidas, 7,1%; perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza, 4,7%; e outros equipamentos de transporte, 2,3%. A produção de alimentos, atividade detentora da participação mais representativa na categoria, decresceu 1,7% no ano.

O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) da indústria, que havia recuado 4,8 p.p., para 78,1%, no trimestre encerrado em janeiro de 2009, apresentou crescimento gradual

ao longo do ano, atingindo 81,9% em dezembro, de acordo com dados dessazonalizados do Sistema de Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Gráfico 1.5  
**Utilização da capacidade instalada na indústria**



#### Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria<sup>1/</sup>

Percentual

| Discriminação                  | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------------------------|------|------|------|
| Indústria de transformação     | 85,1 | 85,2 | 80,2 |
| Bens de consumo finais         | 83,1 | 84,9 | 82,5 |
| Bens de capital                | 85,7 | 87,9 | 75,5 |
| Materiais de construção        | 84,6 | 88,4 | 85,3 |
| Bens de consumo intermediários | 87,8 | 86,4 | 80,8 |

Fonte: FGV

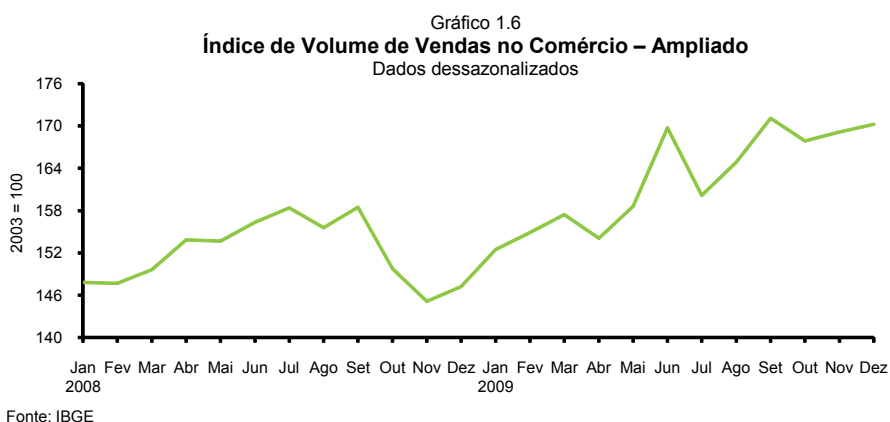
1/ Pesquisa trimestral. Média do ano.

A trajetória do emprego industrial ao longo do ano mostrou-se consistente, embora de forma suavizada e defasada, com a evolução da produção física. Nesse sentido, a retração anual de 5,2% observada no pessoal ocupado assalariado na indústria concentrou-se no primeiro semestre do ano, enquanto a recuperação da produção industrial, em curso a partir do segundo trimestre do ano, passou a impactar a recuperação do emprego a partir do segundo semestre.

O otimismo do empresariado industrial, que se seguiu, em especial, à superação do momento mais agudo da crise, está expresso na evolução do Índice de Confiança da Indústria (ICI), divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), que, após recuar para 75,1 pontos, em janeiro, atingiu 113,4 pontos em dezembro, situando-se apenas 3,5 p.p. abaixo do recorde da série, assinalado em abril de 1995.

## Indicadores do comércio

O Índice de Volume de Vendas no Comércio Ampliado assinalou aumento anual de 6,9% em 2009, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE. Esse resultado, embora inferior aos observados em 2008 e em 2007, evidencia a trajetória consistente do consumo privado, registrando-se resultados favoráveis nas vendas dependentes da evolução da massa salarial e das condições do mercado de crédito. Ocorreram, no período, resultados positivos em oito dos dez segmentos pesquisados, com ênfase nas expansões assinaladas nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 11,8%; automóveis, motocicletas, partes e peças, 11%; equipamentos e materiais para escritório e comunicação, 10,6%; e livros, jornais, revistas e papelaria, 9,6%, contrastando com os decréscimos assinalados nos segmentos material de construção, 6,6%; e tecidos, vestuário e calçados, 2,7%.



Consideradas por regiões geográficas, as vendas no comércio ampliado registraram aumento generalizado em 2009. O resultado mais favorável ocorreu no Nordeste, 8,5%, seguindo-se os relativos às regiões Sudeste, 7,6%; Centro-Oeste, 6%; Sul, 5,8%; e Norte, 3,6%. Em relação às unidades da Federação, à exceção da retração de 0,6% observada no Amazonas, ocorreram, igualmente, aumentos generalizados nas vendas, com ênfase nos assinalados no Piauí, 15,8%; Sergipe, 15,6%; Roraima, 10,8%; Alagoas, 10,4%; e Ceará, 10,2%.

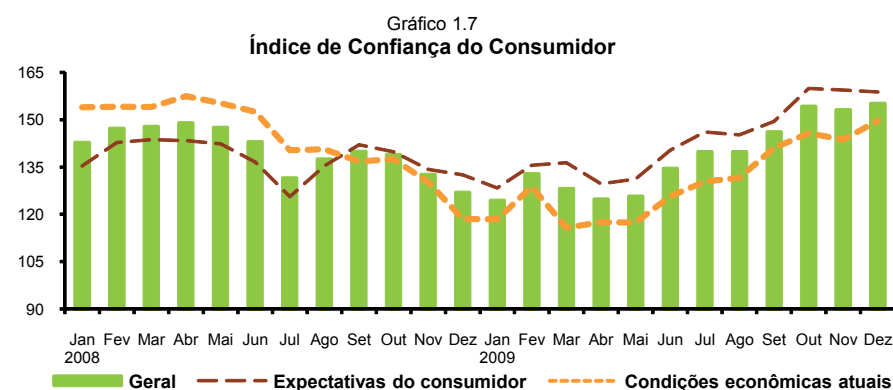
A Receita Nominal de Vendas do Comércio Ampliado, evidenciando as elevações respectivas de 6,9% e 0,8% registradas no volume de vendas e nos preços, apresentou expansão anual de 7,8% em 2009. Os segmentos que apresentaram taxas de crescimento da receita nominal superiores à inflação anual de 4,9%, assinalada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, foram: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, 18,3%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 18%; e livros, jornais, revistas e papelaria, 14,1%. Os crescimentos mais modestos da receita nominal ocorreram em móveis e eletrodomésticos, 1,5%; e combustíveis e lubrificantes, 1,9%.

Favorecidas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e pela melhora nas condições de crédito, as vendas do setor automobilístico cresceram 12,7% em 2009, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), enquanto as vendas de autoveículos nacionais no mercado interno, divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), aumentaram 10%.

Os indicadores de inadimplência seguiram em patamar compatível com a trajetória das vendas varejistas, com a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingindo, em média, 6,5% em 2009, ante 6,1% em 2008. Por região, as maiores taxas ocorreram no Norte, 9,7%, e no Nordeste, 9,3%. A inadimplência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), medida pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu, em média, 6,9% em 2009, ante 6,5% no ano anterior.

Apesar de apresentarem recuperação expressiva no segundo semestre do ano, os indicadores de expectativas dos consumidores registraram, de modo geral, retração em 2009. Nesse sentido, o Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela *Ipsos Public Affairs* para a ACSP, recuou 6,8% no ano.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela FGV, decresceu 2,4% no ano, resultado de reduções de 2,1% no Índice de Expectativas (IE) e de 2,8% no Índice da Situação Atual (ISA). Vale ressaltar que o processo de recuperação das expectativas, mencionado anteriormente, se evidencia no aumento de 16,5% registrado no ICC no último trimestre de 2009, em relação a igual período do ano anterior, quando os componentes IE e ISA experimentaram elevações respectivas de 14,4% e 20,2%.



Fonte: Fecomercio SP

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), de periodicidade trimestral, divulgado pela CNI, cresceu 0,6% no ano, enfatizando-se o aumento de 6,7% observado entre os trimestres finalizados em dezembro de 2009 – quando o indicador atingiu o recorde da série histórica iniciada em 2001 – e do ano anterior. A segmentação do resultado anual do Inec revela que os componentes otimismo dos consumidores em

relação às expectativas de inflação e expectativas de renda pessoal registraram aumentos respectivos de 4% e 1,1%, contrastando com as reduções assinaladas nos componentes expectativas de desemprego, 1%, e intenção de compras de bens de maior valor, 0,3%.

O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), recuou 1,5% em 2009, resultado de redução de 9,5% no Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea) e de elevação de 4% no Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que representa 60% do índice geral.

## Indicadores da produção agropecuária

A safra de grãos atingiu 133,8 milhões de toneladas em 2009, apresentando redução anual de 8,3%, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo IBGE em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O rendimento médio, impactado pela ocorrência de condições meteorológicas adversas à época do plantio e/ou pelo desenvolvimento de importantes culturas, decresceu 8,2% no ano, enquanto a área colhida recuou 0,2%.

### Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

| Produtos                       | 2008  | 2009  |
|--------------------------------|-------|-------|
| Grãos                          | 146,0 | 133,8 |
| Caroço de algodão              | 2,4   | 1,8   |
| Arroz (em casca)               | 12,1  | 12,6  |
| Feijão                         | 3,5   | 3,5   |
| Milho                          | 59,0  | 51,0  |
| Soja                           | 59,9  | 57,0  |
| Trigo                          | 5,9   | 4,9   |
| Outros                         | 3,2   | 2,9   |
| Variação da safra de grãos (%) | 9,7   | - 8,3 |
| Outras culturas                |       |       |
| Banana                         | 7,0   | 7,1   |
| Batata-inglesa                 | 3,7   | 3,5   |
| Cacau (amêndoas)               | 0,2   | 0,2   |
| Café (beneficiado)             | 2,8   | 2,4   |
| Cana-de-açúcar                 | 649,0 | 687,1 |
| Fumo (em folhas)               | 0,9   | 0,9   |
| Laranja                        | 18,4  | 18,3  |
| Mandioca                       | 26,3  | 26,6  |
| Tomate                         | 3,9   | 4,1   |

Fonte: IBGE

A produção de soja recuou 4,8%, para 57 milhões de toneladas, registrando-se retração de 6,8% na produtividade média e aumento de 2,2% na área colhida. As exportações do grão, destinadas, em especial, à China e à União Europeia, aumentaram 16,6% no ano.

A colheita de arroz atingiu 12,6 milhões de toneladas. O crescimento anual de 4,2% registrado na cultura decorreu de elevações de 3,2% no rendimento médio e de 0,9% na área colhida. A safra de milho totalizou 51 milhões de toneladas, reduzindo-se 13,5% no ano, com ênfase no decréscimo de 9,3% na produtividade média.

A produção de feijão, mesmo ocupando área 9,3% maior do que em 2008, aumentou 0,5% no ano, atingindo 3,5 milhões de toneladas. Vale mencionar que, embora as cotações do produto se mostrassem atrativas à época da primeira safra, constituindo em estímulo à intensificação da produção, a irregularidade meteorológica traduziu-se em recuo anual de 8% na produtividade média da leguminosa.

#### **Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas**

| Variação percentual |          |       |      |       |                  |       |
|---------------------|----------|-------|------|-------|------------------|-------|
| Produtos            | Produção |       | Área |       | Rendimento médio |       |
|                     | 2008     | 2009  | 2008 | 2009  | 2008             | 2009  |
| Grãos               | 9,7      | -8,3  | 4,2  | -0,2  | 5,3              | -8,2  |
| Algodão (caroço)    | -3,0     | -25,9 | -5,7 | -23,2 | 2,9              | -3,6  |
| Arroz (em casca)    | 9,5      | 4,2   | -1,2 | 0,9   | 10,8             | 3,2   |
| Feijão              | 6,6      | 0,5   | -1,4 | 9,3   | 8,1              | -8,0  |
| Milho               | 13,9     | -13,5 | 4,5  | -4,6  | 8,9              | -9,3  |
| Soja                | 3,4      | -4,8  | 3,4  | 2,2   | 0,0              | -6,8  |
| Trigo               | 44,0     | -16,0 | 28,3 | 2,1   | 12,2             | -17,7 |

Fonte: IBGE

A produção de caroço de algodão herbáceo somou 1,8 milhão de toneladas. A redução anual de 25,9% registrada em 2009 refletiu, em especial, a contração de 23,2% na área colhida.

A colheita de trigo totalizou 4,9 milhões de toneladas, recuando 16% no ano e ocupando área cultivada 2,1% mais elevada. A expressiva retração de 17,7% observada no rendimento médio da cultura refletiu, fundamentalmente, os efeitos desfavoráveis do alto índice pluviométrico registrado na época do desenvolvimento da lavoura.

A safra de café, em ciclo bianual de baixa produtividade, atingiu 2,4 milhões de toneladas. A retração anual de 12,8% observada na produção do grão resultou de retrações respectivas de 3,5% e 9,6% na área colhida e na produtividade média.

A safra de cana-de-açúcar totalizou 687,1 milhões de toneladas, elevando-se, a exemplo da área plantada, 5,9% no ano.

### Quadro 1.13 – Estoque de grãos – Principais culturas

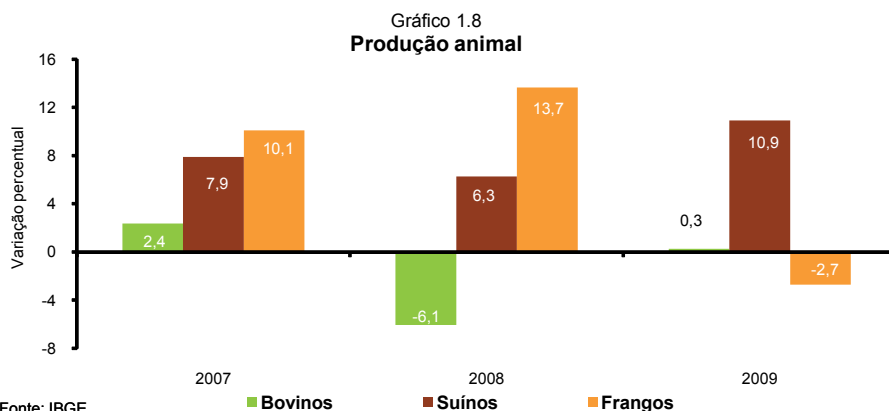
Mil toneladas

| Produtos         | 2006/2007 | 2007/2008 | 2008/2009 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grãos            |           |           |           |
| Arroz (em casca) |           |           |           |
| Início do ano    | 2 021,7   | 1 081,3   | 983,9     |
| Final do ano     | 1 081,3   | 983,9     | 664,1     |
| Feijão           |           |           |           |
| Início do ano    | 81,4      | 180,0     | 257,7     |
| Final do ano     | 180,0     | 257,7     | 478,0     |
| Milho            |           |           |           |
| Início do ano    | 3 300,2   | 11 860,5  | 11 210,3  |
| Final do ano     | 11 860,5  | 11 210,3  | 8 148,7   |
| Soja             |           |           |           |
| Início do ano    | 3 675,6   | 4 540,1   | 1 971,7   |
| Final do ano     | 4 540,1   | 1 971,7   | 4 251,2   |
| Trigo            |           |           |           |
| Início do ano    | 1 817,9   | 1 676,7   | 2 422,7   |
| Final do ano     | 1 676,7   | 2 422,7   | 1 482,0   |

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

## Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, as produções de aves, bovinos e suínos totalizaram 9,9 milhões, 6,6 milhões e 2,9 milhões de toneladas em 2009, representando aumentos anuais respectivos de 10,9% para suínos, de 0,3% para bovinos e retração de 2,7% para aves.



As vendas externas de aves, bovinos e suínos somaram 3,3 milhões, 926,1 mil e 529,2 mil toneladas em 2009, registrando variações anuais de -0,1%, -9,5% e 13,2%, respectivamente.



## Política agrícola

O plano agrícola e pecuário 2009/2010, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), incorpora disponibilidade de recursos de R\$107,5 bilhões, total 37,8% superior ao relativo ao plano anterior, dos quais R\$92,5 bilhões destinados à agricultura empresarial e R\$15 bilhões, à agricultura familiar.

No âmbito da agricultura empresarial, R\$66,2 bilhões serão destinados para crédito e comercialização, dos quais R\$54,2 bilhões disponibilizados a taxas de juros controladas e R\$12 bilhões, a taxas de juros livres, ressaltando-se que os valores mencionados encontram-se, na ordem, em patamares 20,8%, 20,2% e 23,7% superiores aos programados no plano anterior.

A disponibilidade de recursos para investimento atinge R\$14 bilhões, elevando-se 37,2% no ano, dos quais R\$3,5 bilhões originários dos Fundos Constitucionais.

Estão previstos repasses de R\$500 milhões para financiamentos sob o amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural); de R\$1,5 bilhão para o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa); e de R\$2 bilhões para o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), que possibilita a concessão de financiamento para integralização de cotas-partes e para capital de giro, em condições exclusivas para cooperativas agropecuárias.

Adicionalmente, foram criadas linhas especiais de crédito no total de R\$12,3 bilhões, para atender necessidades de capital de giro e financiamento para estocagem de etanol das cooperativas, agroindústrias e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas. As linhas destinadas a capital de giro, envolvendo recursos de até R\$10 milhões, estão sob o amparo do BNDES e são concedidas na modalidade de equalização de taxas de juros, com prazo máximo de 24 meses e taxa de juros de 11,25% a.a. Os financiamentos para estocagem de etanol, previstos em R\$2,3 bilhões, serão operados pelo BNDES e por agentes financeiros conveniados, a taxa de juros de 11,25% a.a.

## Produtividade

A produtividade do trabalho industrial, compreendida como a razão entre o índice de produção física do setor e o indicador do número de horas pagas ao pessoal ocupado assalariado na produção fabril, ambos divulgados pelo IBGE, recuou 1,9% em 2009, ante aumentos respectivos de 1,1% e 4,1% nos dois anos anteriores. Registraram-se retrações de 1,7% na produtividade da indústria de transformação e de 7,9% na relativa à indústria extrativa mineral. A segmentação da trajetória anual da produtividade da indústria por atividades revela a ocorrência de decréscimos acentuados nas indústrias de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos de precisão e de comunicação, 15,2%;

metalurgia básica, 9,6%; e máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações, 8,7%. Em sentido oposto, ressaltam-se as elevações assinaladas nas atividades produtos químicos, 5,2%; e alimentos, 2,5%.

A produtividade do trabalho industrial registrou retração em seis das dez unidades federativas pesquisadas pelo IBGE, com ênfase nos recuos assinalados no Espírito Santo, 9,4%; em Minas Gerais, 5,5%; e em São Paulo, 4,6%, contrastando com os resultados positivos observados no Paraná, 4,2%, e em Pernambuco, 2,3%.

A produtividade média do setor agrícola, entendida como a razão entre a produção de grãos e a área colhida, decresceu 8,2% em 2009. Essa evolução, fortemente correlacionada com as condições meteorológicas desfavoráveis, refletiu, adicionalmente, a estabilidade da demanda por fertilizantes agrícolas que, evidenciando forte ajuste de estoques, ocorreu em ambiente de retrações de 5,7% na produção nacional de fertilizantes agrícolas – segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) – e de 28,8% nas importações do insumo. As vendas de máquinas agrícolas no mercado interno cresceram 1,5% no ano, de acordo com a Anfavea, enquanto as relativas a tratores de rodas, cultivadores motorizados e colheitadeiras experimentaram variações respectivas de 4,7%, -5% e -14,4%.

## Energia

A produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN), aumentou 6,9% em 2009, ante 3,6% no ano anterior, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP). A produção atingiu 2,029 milhões de barris/dia (mbd), ante 1,899 mbd em 2008, registrando o maior patamar em dezembro, 2,079 mbd, e o menor em janeiro, 1,973 mbd. A produção de gás natural totalizou 0,364 mbd, recuando 1,8% em 2009.

**Quadro 1.14 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante**

| Média diária (1.000 b/d) |       |       |       |
|--------------------------|-------|-------|-------|
| Discriminação            | 2007  | 2008  | 2009  |
| Petróleo                 | 1 423 | 1 485 | 1 481 |
| Óleos combustíveis       | 95    | 89    | 86    |
| Gasolina                 | 318   | 324   | 328   |
| Óleo diesel              | 716   | 769   | 763   |
| Gás liquefeito           | 207   | 211   | 209   |
| Demais derivados         | 86    | 91    | 95    |
| Álcool carburante        | 262   | 336   | 393   |
| Anidro                   | 101   | 108   | 109   |
| Hidratado                | 161   | 228   | 284   |

Fonte: ANP

O total de óleo processado nas refinarias apresentou aumento anual de 0,7% em 2009, atingindo 1,742 mbd. As importações de petróleo decresceram 1,7% no ano, atingindo 0,387 mbd, enquanto suas exportações aumentaram 22%, situando-se em 0,525 mbd.

O consumo de derivados de petróleo no mercado interno registrou retração anual de 0,2% em 2009, ressaltando-se os recuos relativos a querosene iluminante, 32,6%; óleos combustíveis, 3%; gás liquefeito de petróleo (GLP), 1%; e óleo diesel, 0,8%. Em sentido oposto, ocorreram elevações no consumo de querosene de aviação, 4,1%; demais derivados de petróleo, 3,9%; gasolina de aviação, 2,7%; e gasolina automotiva, 1,2%. O consumo de álcool, continuando a refletir o crescimento das vendas de automóveis com a tecnologia bicombustível, aumentou 16,9% no ano, registrando-se acréscimos respectivos de 24,3% e 1,2% nas vendas de álcool hidratado e de álcool anidro.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), o consumo nacional de energia elétrica, evidenciando o recuo de 8,1% no consumo industrial, registrou decréscimo anual de 1,2% em 2009. O consumo residencial, comercial e nos outros segmentos – incluindo iluminação pública, serviços e poderes públicos e o setor rural – registrou crescimentos anuais respectivos de 6,3%, 5,7% e 0,4%.

#### **Quadro 1.15 – Consumo de energia elétrica<sup>1/</sup>**

GWh

| Discriminação | 2007    | 2008    | 2009    |
|---------------|---------|---------|---------|
| Total         | 378 551 | 392 804 | 387 986 |
| Por setores   |         |         |         |
| Comercial     | 58 739  | 61 947  | 65 479  |
| Residencial   | 90 300  | 94 719  | 100 680 |
| Industrial    | 175 423 | 180 059 | 165 537 |
| Outros        | 54 089  | 56 082  | 56 289  |

Fonte: EPE

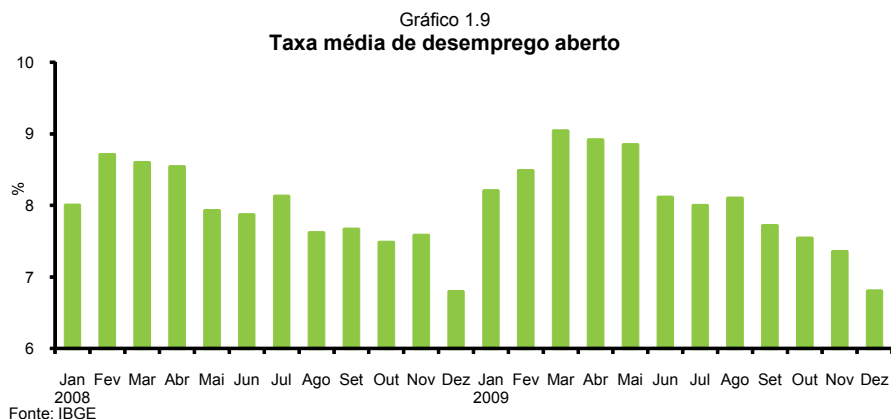
1/ Não inclui autoprodutores.

A segmentação do consumo de energia por regiões geográficas revela a ocorrência de aumentos nas regiões Centro-Oeste, 3,6%; Nordeste, 0,4%; e Norte, 0,2%, contrastando com os recuos assinalados no Sul, 0,5%, e no Sudeste, 2,6%.

## **Indicadores de emprego**

Os indicadores de emprego, embora retratassem, na primeira metade do ano, os impactos do acirramento da crise mundial sobre o nível da atividade interna, passaram a evidenciar, no restante do ano, a recuperação consistente registrada pela economia

brasileira. Nesse cenário, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu 8,1% em 2009, representando aumento anual de apenas 0,2 p.p.



É importante mencionar que a relativa estabilidade anual apresentada pela taxa de desemprego ocorreu em ambiente de desaceleração – de 3,4% em 2008 para 0,7% em 2009 – na taxa de crescimento da ocupação. Nesse sentido, de acordo com a PME, foram criados 308 mil empregos em 2009, ante 625 mil no ano anterior, dos quais 175 mil com carteira de trabalho assinada, 129 mil por conta própria e 74 mil sem carteira. Esse resultado ratifica, embora com menor intensidade do que em anos anteriores, a continuidade do processo de formalização crescente do mercado de trabalho.

De acordo com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram gerados 995,1 mil postos de trabalho com carteira de trabalho assinada em 2009, resultado que corresponde a cerca de 70% da média observada no quinquênio encerrado em 2008. O número de trabalhadores com carteira assinada aumentou 2,1% no ano, com ênfase nas expansões assinaladas na

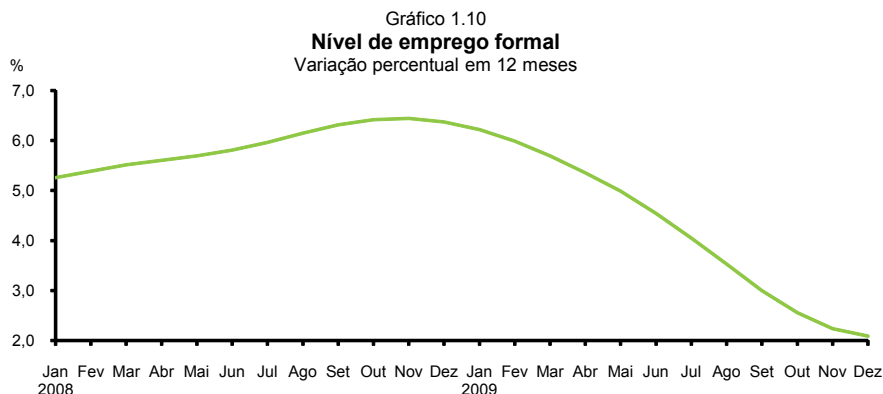
#### **Quadro 1.16 – Emprego formal – Admissões líquidas**

| Em mil                                    |         |         |        |
|-------------------------------------------|---------|---------|--------|
| Discriminação                             | 2007    | 2008    | 2009   |
| Total                                     | 1 617,4 | 1 452,2 | 995,1  |
| Por setores                               |         |         |        |
| Indústria de transformação                | 394,6   | 178,7   | 10,9   |
| Comércio                                  | 405,1   | 382,2   | 297,2  |
| Serviços                                  | 587,1   | 648,3   | 500,2  |
| Construção civil                          | 176,8   | 197,9   | 177,2  |
| Agropecuária                              | 21,1    | 18,2    | - 13,6 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 7,8     | 8,0     | 5,0    |
| Outros <sup>1/</sup>                      | 25,0    | 19,0    | 18,3   |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

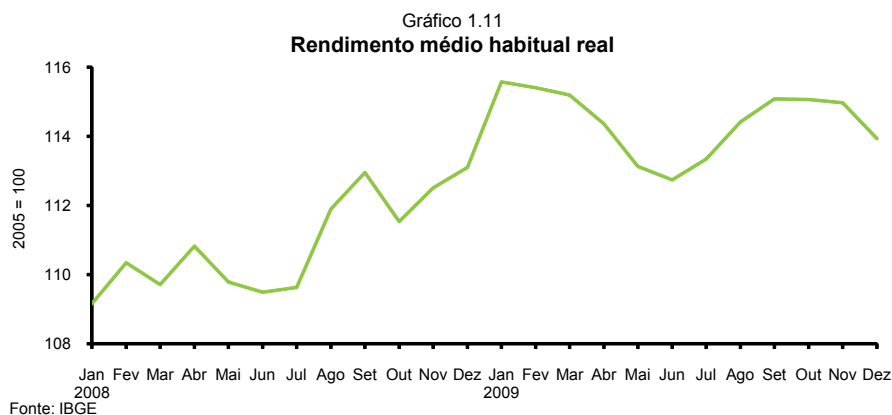
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

construção, 6,2%, e no comércio e no setor de serviços, ambas de 3,9%, contrastando com a retração de 2,2% observada na indústria de transformação.



## Indicadores de salários e rendimentos

O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME atingiu R\$1.344,40 em dezembro de 2009, elevando-se 3,2% em relação a igual período do ano anterior, resultado de aumentos respectivos de 5% e 2,3% nos segmentos de trabalhadores sem carteira e com carteira assinada. Assinale-se que o ritmo de crescimento dos rendimentos se manteve no patamar observado no biênio encerrado em 2008. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 3,9% em 2009, ante 6,9% no ano anterior.



### Quadro 1.17 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2009

Variação percentual

| Discriminação       | Nominal | Real <sup>1/</sup> |
|---------------------|---------|--------------------|
| Total               | 8,4     | 3,2                |
| Posição na ocupação |         |                    |
| Com carteira        | 7,6     | 2,3                |
| Sem carteira        | 10,4    | 5,0                |
| Conta própria       | 8,6     | 3,3                |
| Por setor           |         |                    |
| Setor privado       | 8,4     | 3,1                |
| Setor público       | 10,7    | 5,3                |

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

## Indicadores de preços

As taxas de inflação, embora registrassem recuo anual acentuado em 2009, em especial quando considerada a variação dos índices gerais, registraram aceleração importante nos últimos meses do ano. Nesse sentido, a variação observada nos índices de preços ao consumidor, no último trimestre de 2009, mesmo sensibilizada pelas pressões sazonais exercidas pelos aumentos nos preços dos alimentos *in natura*, nos custos associados à educação e nas tarifas de transportes públicos, evidenciou o impacto da intensificação assinalada no ritmo da atividade interna, a partir de meados do primeiro semestre.

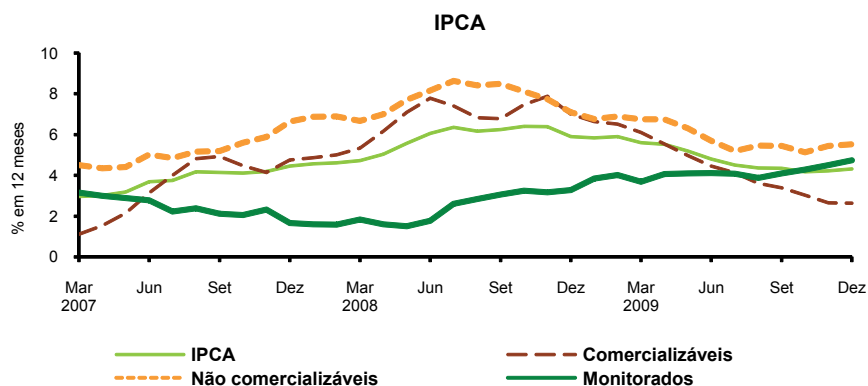
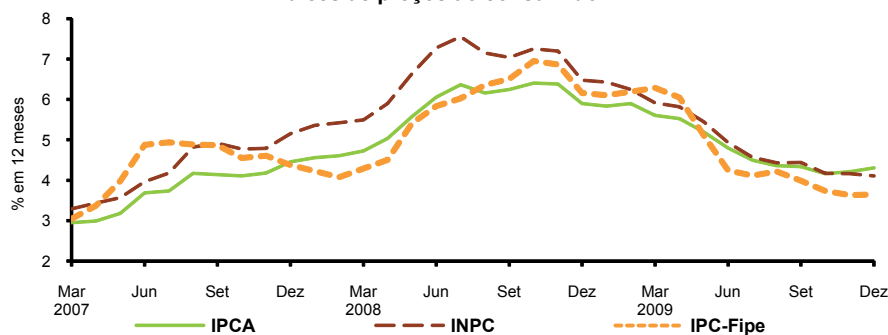
A variação do IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 4,31%, situando-se no intervalo de tolerância da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

## Índices gerais de preços

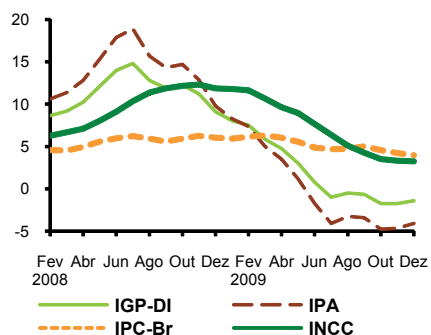
O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, que agrega o Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI), o Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, registrou deflação de 1,43% em 2009, ante crescimento de 9,10% no ano anterior.

A variação anual do IPA-DI, refletindo o impacto, sobre os preços no atacado, das retrações respectivas de 4,43% e 3,16% observadas nos preços dos produtos industriais e agrícolas, atingiu -4,08% no ano, ante 9,80% em 2008, enquanto as relativas ao IPC-Br e ao INCC situaram-se em 3,95% e 3,25%, respectivamente, ante, na mesma ordem, 6,07% e 11,87% no ano anterior.

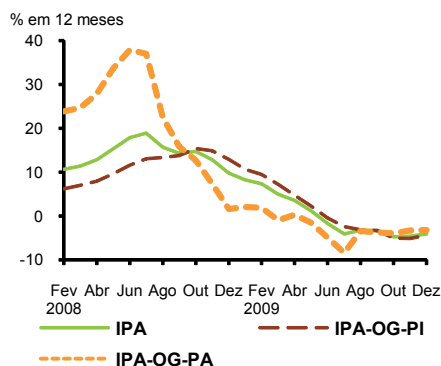
Gráfico 1.12  
Índices de preços ao consumidor



IGP-DI e seus componentes



IPA segundo a origem



Fontes: IBGE, Fipe e FGV

## Índices de preços ao consumidor

A variação do IPCA, que considera a cesta de consumo das famílias com rendimento mensal de um a quarenta salários mínimos, atingiu 4,31% em 2009, terceira menor taxa anual desde o início de sua divulgação, em 1980, ante 5,90% no ano anterior e 4,46% em 2007. O desempenho anual do IPCA traduziu as elevações assinaladas nos preços

livres, 4,14%, e nos monitorados<sup>1</sup>, 4,73%, que haviam aumentado, na ordem, 7,05% e 3,27% no ano anterior.

#### Quadro 1.18 – Participação de itens no IPCA em 2009

Variação percentual

| Itens                      | IPCA                |                      |                      |                      |                         |
|----------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
|                            | Pesos <sup>1/</sup> | Variação             | Variação             | Contribuição         | Participação            |
|                            |                     | acumulada<br>em 2008 | acumulada<br>em 2009 | acumulada<br>em 2009 | no índice <sup>2/</sup> |
| IPCA                       | 100,00              | 5,90                 | 4,31                 | 4,31                 | 100,00                  |
| Refeição                   | 4,21                | 14,46                | 9,06                 | 0,38                 | 8,86                    |
| Cursos                     | 4,92                | 4,76                 | 5,94                 | 0,29                 | 6,78                    |
| Empregado doméstico        | 3,31                | 11,04                | 8,74                 | 0,29                 | 6,71                    |
| Cigarro                    | 0,99                | 6,08                 | 27,00                | 0,27                 | 6,19                    |
| Alimentos <i>in natura</i> | 1,90                | 10,79                | 13,55                | 0,26                 | 5,98                    |
| Carnes                     | 2,24                | 24,01                | -5,34                | -0,12                | -2,78                   |
| Feijões                    | 0,36                | -10,04               | -37,84               | -0,14                | -3,15                   |
| Automóvel usado            | 1,33                | -4,32                | -11,91               | -0,16                | -3,68                   |

Fonte: IBGE

1/ Média de 2009.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

#### Quadro 1.19 – Participação dos grupos no IPCA em 2009

Variação percentual

| Grupos                    | IPCA                |                      |                      |                      |                         |
|---------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
|                           | Pesos <sup>1/</sup> | Variação             | Variação             | Contribuição         | Participação            |
|                           |                     | acumulada<br>em 2008 | acumulada<br>em 2009 | acumulada<br>em 2009 | no índice <sup>2/</sup> |
| IPCA                      | 100,00              | 5,90                 | 4,31                 | 4,31                 | 100,00                  |
| Alimentação e bebidas     | 22,71               | 11,12                | 3,17                 | 0,72                 | 16,77                   |
| Habituação                | 13,24               | 5,09                 | 5,68                 | 0,75                 | 17,43                   |
| Artigos de residência     | 4,21                | 1,99                 | 3,05                 | 0,13                 | 2,98                    |
| Vestuário                 | 6,65                | 7,30                 | 6,11                 | 0,40                 | 9,21                    |
| Transportes               | 19,36               | 2,32                 | 2,37                 | 0,46                 | 10,61                   |
| Saúde e cuidados pessoais | 10,83               | 5,72                 | 5,37                 | 0,58                 | 13,47                   |
| Despesas pessoais         | 10,06               | 7,35                 | 8,03                 | 0,79                 | 18,42                   |
| Educação                  | 7,10                | 4,58                 | 6,11                 | 0,42                 | 9,65                    |
| Comunicação               | 5,84                | 1,79                 | 1,07                 | 0,06                 | 1,47                    |

Fonte: IBGE

1/ Média de 2009.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

1/ Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.



A aceleração anual registrada nos preços monitorados refletiu, em grande parte, os aumentos observados nos itens gás de bujão, 13,74%; remédios, 5,85%; ônibus urbano, 5,34%; tarifas de energia elétrica, 4,69%; e gasolina, 2,06%. A desaceleração experimentada pelos preços livres, além de traduzir a retração no nível da atividade registrada nos meses imediatamente posteriores ao acirramento da crise mundial, evidenciou o comportamento dos preços dos alimentos, com ênfase nas variações registradas nos itens feijão, -37,84%; arroz, -13,12%; carnes, -5,34%; frango, -5,16%; leite, -3,45%; óleo de soja, -1,53%; e pão francês, -1,11%.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, atingiu 4,11% em 2009, ante 6,48% no ano anterior. Vale ressaltar que a inflação medida pelo INPC se situou em patamar inferior à mensurada pelo IPCA porque o indicador considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação – que apresentaram variação de preço relativamente mais reduzida em 2009 – é maior. Registre-se que a participação do grupo alimentação e bebidas no IPCA atingiu 22,56%, ante 29,62% no INPC.

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), para famílias com rendimento de um a vinte salários mínimos na cidade de São Paulo, atingiu 3,65% em 2009, ante 6,16% no ano anterior.

## Preços monitorados

Os preços monitorados aumentaram 4,73% em 2009, respondendo por 1,40 p.p. da variação total do IPCA no ano. As maiores variações ocorreram nos itens taxa de gás de bujão, 13,74%; energia elétrica, 4,69%; ônibus urbano, 5,34%; passagem aérea, 31,89%; ônibus intermunicipal, 6,19%; remédios, 5,85%; *ferry-boat*, 14,86%; e plano de saúde, 6,39%, enquanto, em sentido inverso, os preços do gás veicular e do óleo diesel recuaram 5,34% e 8,48%, respectivamente. Vale mencionar, ainda, as elevações observadas nos itens gasolina, 2,06%; e tarifa de telefone fixo, 0,91%.

Em relação aos itens que exerceram impacto mais acentuado sobre a variação anual do IPCA, ressaltem-se as contribuições originárias dos aumentos observados nos planos de saúde, 0,22 p.p.; nas tarifas de ônibus urbano, 0,20 p.p., com os maiores reajustes ocorrendo em Curitiba, 14,69%, Goiânia, 12,50%, Fortaleza, 12,50%, e Salvador, 10,00%; e na tarifa de ônibus intermunicipal, 0,07 p.p., com as elevações mais acentuadas ocorrendo em Belo Horizonte, 9,58%, e em São Paulo, 7,59%.

O reajuste médio das tarifas de energia elétrica atingiu 4,69% em 2009, ante 1,11% no ano anterior, resultado de aumentos em oito das onze regiões abrangidas pelo IPCA. Os preços dos remédios e da gasolina aumentaram 5,85% e 2,06%, ante variações respectivas de 3,98% e -0,26% em 2008.

**Quadro 1.20 – Principais itens na composição do IPCA em 2009**

Variação percentual

| Discriminação                     | IPCA                |                            |                            |                                |
|-----------------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|
|                                   | Pesos <sup>1/</sup> | Variação acumulada em 2008 | Variação acumulada em 2009 | Contribuição acumulada em 2009 |
| Índice (A)                        | 100,00              | 5,90                       | 4,31                       | 4,31                           |
| Preços livres                     | 70,43               | 7,05                       | 4,14                       | 2,91                           |
| Preços monitorados                | 29,57               | 3,27                       | 4,73                       | 1,40                           |
| Itens monitorados – Seleccionados |                     |                            |                            |                                |
| Passagem aérea                    | 0,27                | 12,18                      | 31,89                      | 0,09                           |
| Remédios                          | 2,88                | 3,98                       | 5,85                       | 0,17                           |
| Ônibus intermunicipal             | 1,19                | 5,66                       | 6,19                       | 0,07                           |
| Água e esgoto                     | 1,63                | 7,11                       | 4,94                       | 0,08                           |
| Plano de saúde                    | 3,41                | 6,15                       | 6,39                       | 0,22                           |
| Telefone fixo                     | 3,41                | 3,64                       | 0,91                       | 0,03                           |
| Ônibus urbano                     | 3,76                | 3,08                       | 5,34                       | 0,20                           |
| Gás de bujão                      | 1,16                | 2,42                       | 13,74                      | 0,16                           |
| Energia elétrica                  | 3,25                | 1,11                       | 4,69                       | 0,15                           |
| Gasolina                          | 4,11                | -0,26                      | 2,06                       | 0,08                           |

Fonte: IBGE

1/ Média de 2009.

**Núcleos**

As variações anuais dos três índices de núcleos de inflação do IPCA calculados pelo Banco Central do Brasil (BCB) apresentaram desaceleração em 2009 e mantiveram-se em patamar superior à registrada pelo índice cheio.

**Quadro 1.21 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2009**

Variação percentual

| Discriminação                  | 2008 | 2009   |        |        |
|--------------------------------|------|--------|--------|--------|
|                                |      | 1º sem | 2º sem | No ano |
| IPCA (cheio)                   | 5,90 | 2,57   | 1,70   | 4,31   |
| Exclusão                       | 5,72 | 2,78   | 1,89   | 4,73   |
| Médias aparadas com suavização | 4,82 | 2,24   | 2,07   | 4,36   |
| Dupla ponderação               | 6,07 | 2,55   | 2,13   | 4,74   |
| IPC-Br                         | 6,07 | 2,66   | 1,25   | 3,95   |
| Núcleo IPC-Br                  | 4,07 | 2,05   | 1,62   | 3,70   |

Fontes: IBGE e FGV

O núcleo por médias aparadas com suavização aumentou 4,36% em 2009, ante 4,82% no ano anterior, enquanto o núcleo de dupla ponderação<sup>2</sup> apresentou variações respectivas de 4,74% e 6,07%. O núcleo por exclusão, que exclui as variações dos preços de dez itens<sup>3</sup> do subgrupo alimentação no domicílio e dos itens combustíveis domésticos e veículos, registrou elevação anual de 4,73%, ante 5,72% em 2008.

A variação do núcleo do IPC-Br, calculado pela FGV pelo método de médias aparadas com suavização, desacelerou de 4,07% em 2008 para 3,70% em 2009, enquanto o índice cheio cresceu 3,95% no período.

---

2/ Este núcleo é calculado reponderando-se os pesos originais – baseados na importância de cada item para a cesta do IPCA – pelos respectivos graus de volatilidade relativa, resultando em menor representatividade para o comportamento dos componentes mais voláteis.

3/ Os dez itens são: Tubérculos, raízes e legumes; Cereais, leguminosas e oleaginosas; Hortaliças e verduras; Frutas; Carnes; Pescados; Açúcares e derivados; Leites e derivados; Aves e ovos; e Óleos e gorduras.

### Política monetária

A condução da política monetária em 2009 foi pautada pelos desdobramentos do acirramento da crise mundial, observado na segunda metade de 2008, sobre a trajetória da atividade econômica interna. Em resposta ao novo ambiente experimentado pela economia mundial que, caracterizado por restrições importantes no mercado de crédito, aumento da aversão ao risco e deterioração de expectativas, traduziu-se em retração acentuada da atividade interna no final de 2008 e no início de 2009, o Banco Central optou pela reversão da postura mais restritiva adotada na condução da política monetária em 2008, reduzindo a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 500 p.b., no decorrer de 2009.

O Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu, ao final de 2008, o processo de elevação da taxa Selic iniciado na reunião de abril daquele ano e expresso em crescimento de 250 p.b. da taxa, em quatro reuniões consecutivas. Nesse sentido, nas reuniões de outubro e de dezembro, o Copom considerou que as perspectivas em relação à evolução da atividade econômica haviam se tornado mais incertas e que os efeitos da crise internacional sobre as condições financeiras internas indicavam que a contribuição do crédito para a sustentação da demanda doméstica poderia arrefecer de forma mais intensa do que seria determinada exclusivamente pelos efeitos da política monetária. Adicionalmente, foram avaliados os efeitos negativos da intensificação da crise internacional sobre a confiança dos consumidores e empresários. Nesse contexto, entendendo que a consolidação de condições financeiras mais restritivas pode ampliar os efeitos da política monetária sobre a demanda e, ao longo do tempo, sobre a inflação, o Copom decidiu por unanimidade manter a taxa Selic em 13,75% a.a., sem viés.

Nas duas primeiras reuniões realizadas em 2009, em janeiro e em março, o Copom reduziu a taxa Selic em 100 p.b. e em 150 p.b., respectivamente. Essa decisão considerou, em janeiro, que, diante dos sinais de arrefecimento do ritmo de atividade econômica e do recuo das expectativas de inflação para horizontes relevantes, haviam se reduzido de forma importante os riscos de não concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA voltasse a evoluir de forma consistente com a trajetória das metas. Adicionalmente, foi considerado, em março, que o desaquecimento da demanda,

motivado pelo aperto das condições financeiras, pela deterioração da confiança dos agentes e pela contração da atividade econômica global, havia criado importante margem de ociosidade dos fatores de produção, e que esse desenvolvimento deveria contribuir para conter as pressões inflacionárias, mesmo diante das consequências do processo de ajuste do balanço de pagamentos e da presença de mecanismos de realimentação inflacionária na economia.

Nas reuniões realizadas em abril e em junho, o Copom promoveu reduções de, igualmente, 100 p.b. na taxa Selic. A continuidade do processo de introdução de estímulos monetários, observada nas reuniões mencionadas, mostrava-se consistente com os desdobramentos do cenário de desaquecimento da demanda interna e de contração da economia global, sobre o nível de utilização dos fatores de produção. Adicionalmente, foi entendido que, embora a recuperação gradual da atividade econômica – expressa nos indicadores de produção industrial, nas taxas de utilização da capacidade na indústria, no desempenho do mercado de trabalho e na evolução da confiança de empresários e consumidores – justificasse a manutenção da flexibilização monetária, estímulos adicionais deveriam ser implementados de maneira mais parcimoniosa.

O Copom considerou, na reunião realizada em julho, que decisões sobre a evolução da taxa básica de juros deveriam considerar a magnitude do movimento total realizado desde janeiro. Nesse contexto, foi avaliado que o balanço dos riscos para a trajetória prospectiva central da inflação justificava estímulo monetário residual, expresso em redução de 50 p.b., para 8,75% a.a., na taxa Selic.

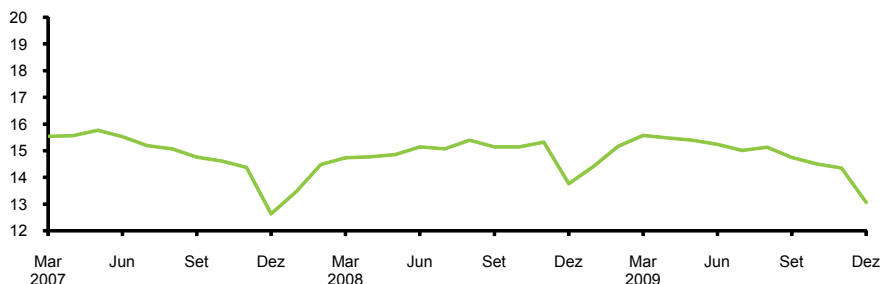
Nas reuniões realizadas em setembro, outubro e dezembro, o Copom manteve a taxa Selic em 8,75% a.a. A postura mais cautelosa do Comitê justificava-se na medida em que, embora continuassem favoráveis as perspectivas de concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA seguisse registrando dinâmica consistente com a trajetória das metas, decisões sobre a evolução da taxa básica de juros deveriam incorporar a magnitude do movimento total realizado de janeiro a julho. O Copom considerou, também, que a manutenção da taxa de juros básica no patamar mencionado contribuiria para mitigar o risco de reversões abruptas da política monetária no futuro e, assim, para a recuperação consistente da economia ao longo dos próximos trimestres.

## **Agregados monetários**

A trajetória dos agregados monetários em 2009 esteve condicionada, em parte, pelas medidas de política monetária expansionistas adotadas a partir de meados do segundo semestre de 2008, em resposta ao cenário de restrições severas nas linhas de crédito internas e externas que sucedeu o agravamento da crise mundial.

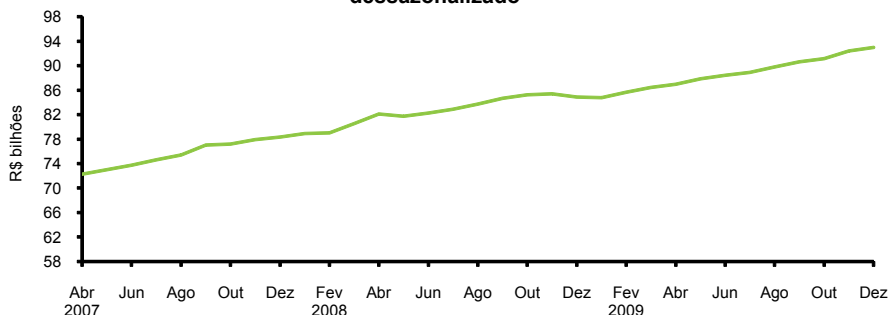
O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) registrou aumento anual de 10,1% em 2009, atingindo R\$240,3 bilhões, resultado de crescimentos de 14% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 7,3% nos depósitos à vista. Considerados dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o agregado avançou 5,7% no ano, refletindo, basicamente, a evolução do produto nominal. A velocidade renda do M1, definida como a relação entre o PIB a valores correntes e o saldo médio do agregado, registrou relativa estabilidade no ano.

Gráfico 2.1  
**Meios de pagamento (M1) – Velocidade-renda<sup>1/</sup>**



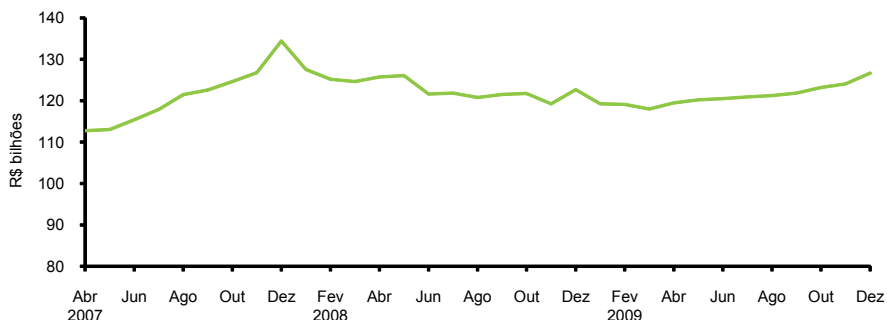
1/ Definida como a razão entre o PIB acumulado de doze meses a valores correntes e o saldo médio do agregado monetário.

Gráfico 2.2  
**Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2009, dessazonalizado<sup>1/</sup>**



1/ Índice de preço: IPCA.

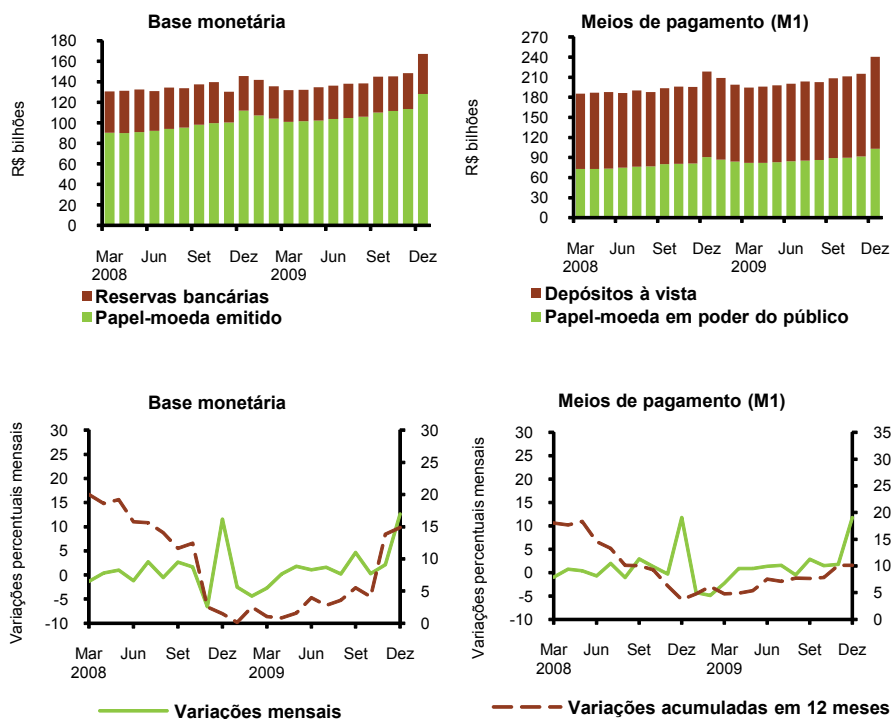
Gráfico 2.3  
**Depósitos à vista a preço de dezembro de 2009, dessazonalizados<sup>1/</sup>**



1/ Índice de preço: IPCA.

Em linha com o movimento do M1, a média dos saldos diários da base monetária cresceu 14,9% no ano, totalizando R\$167,4 bilhões em dezembro. A análise de seus componentes revelou acréscimos de 14,3% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 16,8% nas reservas bancárias, este evidenciando, ainda, o efeito da redução da alíquota do compulsório sobre recursos à vista, ocorrida em outubro de 2008.

Gráfico 2.4  
**Base monetária e meios de pagamento**  
Média dos saldos diários



Avaliada pelos saldos de final de período, a base monetária totalizou R\$166,1 bilhões no final de 2009, elevando-se R\$18,5 bilhões no ano. Ressaltem-se os impactos expansionistas das compras líquidas de R\$62,9 bilhões realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e dos resgates líquidos de R\$11,3 bilhões em títulos do Tesouro Nacional, neutralizados, em parte, pelos efeitos contracionistas associados à conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, R\$52,3 bilhões, e aos ajustes nas operações com derivativos, mediante *swaps* cambiais, R\$3,2 bilhões.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados registrou crescimento de 8,6% no ano, situando-se em R\$1,2 trilhão. O saldo de títulos privados cresceu 3,3%, atingindo R\$593,9 bilhões, com ênfase nos resgates líquidos de R\$38,2 bilhões de depósitos a prazo. Os depósitos de poupança elevaram-se 17,9%, para R\$319,6 bilhões, registrando captações líquidas de R\$30,4 bilhões.

## Quadro 2.1 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

| Período     | Recursos à vista <sup>1/</sup> | Depósitos a prazo <sup>1/</sup> | Depósitos de poupança <sup>1/</sup><br>Rural | Depósitos de poupança <sup>1/</sup><br>Demais modalidades | Operações de crédito | Recursos DI de Soc. de Arrrend. Merc. | FIF curto prazo | FIF 30 dias | FIF 60 dias |
|-------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|
| Anterior ao |                                |                                 |                                              |                                                           |                      |                                       |                 |             |             |
| Plano Real  | 50                             | -                               | 15                                           | 15                                                        | -                    | -                                     | -               | -           | -           |
| 1994 Jun    | 100 <sup>2/</sup>              | 20                              | 20                                           | 20                                                        | -                    | -                                     | -               | -           | -           |
| Ago         | " <sup>2/</sup>                | 30                              | 30                                           | 30                                                        | -                    | -                                     | -               | -           | -           |
| Out         | " <sup>2/</sup>                | "                               | "                                            | "                                                         | 15                   | -                                     | -               | -           | -           |
| Dez         | 90 <sup>2/</sup>               | 27                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | -               | -           | -           |
| 1995 Abr    | " <sup>2/</sup>                | 30                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | -               | -           | -           |
| Mai         | " <sup>2/</sup>                | "                               | "                                            | "                                                         | 12                   | -                                     | -               | -           | -           |
| Jun         | " <sup>2/</sup>                | "                               | "                                            | "                                                         | 10                   | -                                     | -               | -           | -           |
| Jul         | 83                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 35              | 10          | 5           |
| Ago         | "                              | 20                              | 15                                           | 15                                                        | 8                    | -                                     | 40              | 5           | 0           |
| Set         | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | 5                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Nov         | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | 0                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 1996 Ago    | 82                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 42              | "           | "           |
| Set         | 81                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 44              | "           | "           |
| Out         | 80                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 46              | "           | "           |
| Nov         | 79                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 48              | "           | "           |
| Dez         | 78                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 50              | "           | "           |
| 1997 Jan    | 75                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 1999 Mar    | "                              | 30                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Mai         | "                              | 25                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Jul         | "                              | 20                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Ago         | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | 0               | 0           | "           |
| Set         | "                              | 10                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Out         | 65                             | 0                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 2000 Mar    | 55                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Jun         | 45                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 2001 Set    | "                              | 10                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 2002 Jun    | "                              | 15                              | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Jul         | "                              | "                               | 20                                           | 20                                                        | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 2003 Fev    | 60                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| Ago         | 45                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | -                                     | "               | "           | "           |
| 2008 Mai    | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | 5 <sup>3/</sup>                       | "               | "           | "           |
| Jul         | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | 10 <sup>3/</sup>                      | "               | "           | "           |
| Set         | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | 15 <sup>3/</sup>                      | "               | "           | "           |
| Out         | 42                             | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | "                                     | "               | "           | "           |
| Nov         | "                              | "                               | 15                                           | "                                                         | "                    | "                                     | "               | "           | "           |
| 2009 Jan    | "                              | "                               | "                                            | "                                                         | "                    | 0 <sup>4/</sup>                       | "               | "           | "           |
| Set         | "                              | "                               | 13,5                                         | "                                                         | "                    | "                                     | "               | "           | "           |

1/ A partir de agosto/2002, começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos à vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%). A partir de outubro/2002, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente. Em outubro de 2008, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre recursos à vista e depósitos a prazo passaram para 5%.

A partir de janeiro/2009, a alíquota adicional sobre os recursos a prazo passou para 4%.

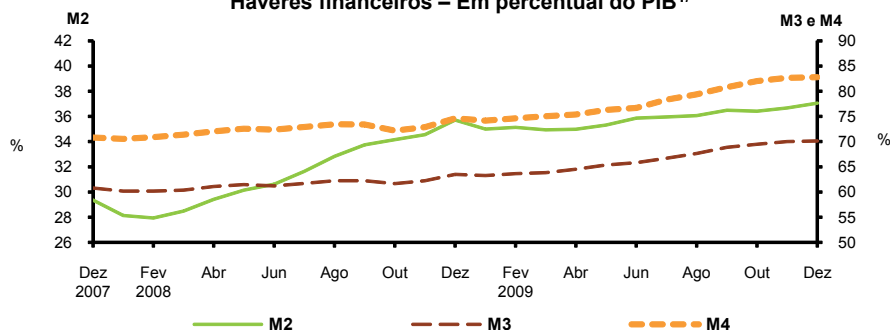
2/ No período de junho/1994 a junho/1995, as alíquotas de 100% e de 90% referem-se ao acréscimo em relação ao período-base apurado entre 23 e 30 de junho de 1994. A partir de julho de 1995, a incidência do compulsório refere-se exclusivamente à média aritmética dos saldos diários de cada período de cálculo.

3/ Inclui, também, 100% da variação, se positiva, da base de cálculo definida em 31.1.2008.

4/ Os Depósitos Interbancários (DI) captados de sociedades de arrendamento mercantil foram incluídos na base de cálculo da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.



Gráfico 2.5  
Haveres financeiros – Em percentual do PIB<sup>1/</sup>



1/ Estimativa do Banco Central para o PIB dos doze últimos meses a preços do mês assinalado.

## Quadro 2.2 – Haveres financeiros

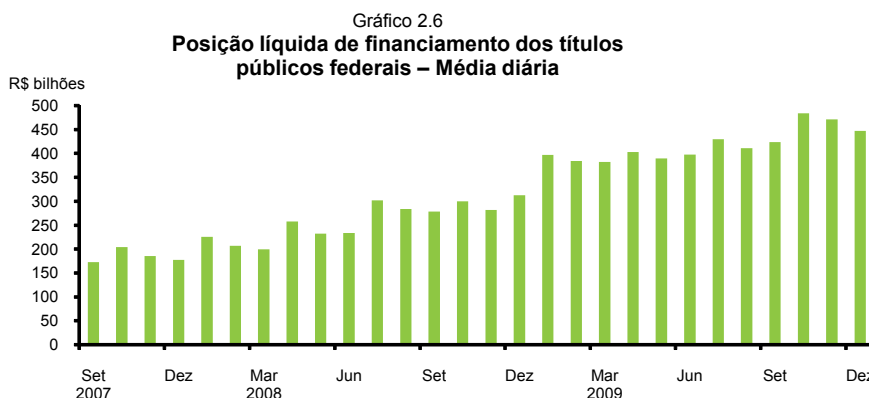
| Saldos em final de período |     | R\$ bilhões |         |         |         |
|----------------------------|-----|-------------|---------|---------|---------|
| Período                    |     | M1          | M2      | M3      | M4      |
| 2008                       | Jan | 190,3       | 756,0   | 1 617,3 | 1 895,8 |
|                            | Fev | 184,1       | 758,4   | 1 633,8 | 1 924,3 |
|                            | Mar | 183,8       | 778,4   | 1 649,7 | 1 951,3 |
|                            | Abr | 186,8       | 812,3   | 1 687,2 | 1 989,4 |
|                            | Mai | 183,3       | 840,7   | 1 714,7 | 2 024,1 |
|                            | Jun | 186,2       | 864,5   | 1 727,6 | 2 043,1 |
|                            | Jul | 185,9       | 905,7   | 1 766,6 | 2 086,8 |
|                            | Ago | 186,7       | 949,8   | 1 801,3 | 2 125,5 |
|                            | Set | 194,8       | 988,6   | 1 823,3 | 2 150,5 |
|                            | Out | 189,7       | 1 013,5 | 1 829,4 | 2 141,9 |
|                            | Nov | 198,0       | 1 034,4 | 1 863,9 | 2 182,0 |
|                            | Dez | 223,4       | 1 073,0 | 1 908,2 | 2 242,1 |
| 2009                       | Jan | 196,1       | 1 054,3 | 1 905,7 | 2 233,9 |
|                            | Fev | 194,4       | 1 060,2 | 1 920,4 | 2 251,5 |
|                            | Mar | 192,3       | 1 058,0 | 1 933,8 | 2 272,8 |
|                            | Abr | 194,5       | 1 062,1 | 1 958,2 | 2 288,6 |
|                            | Mai | 195,8       | 1 074,9 | 1 989,1 | 2 322,5 |
|                            | Jun | 202,2       | 1 095,1 | 2 009,8 | 2 342,3 |
|                            | Jul | 198,2       | 1 098,6 | 2 037,7 | 2 393,2 |
|                            | Ago | 202,6       | 1 104,7 | 2 072,4 | 2 432,4 |
|                            | Set | 209,6       | 1 121,2 | 2 115,6 | 2 482,0 |
|                            | Out | 209,7       | 1 117,0 | 2 130,9 | 2 516,6 |
|                            | Nov | 220,5       | 1 132,0 | 2 160,9 | 2 551,4 |
|                            | Dez | 248,1       | 1 164,9 | 2 203,8 | 2 602,3 |

O agregado M3 aumentou 15,5% no ano, somando R\$2,2 trilhões, enfatizando-se o crescimento de 20% observado nas quotas de fundos de investimento, que, acumulando captações líquidas de R\$109,9 bilhões, totalizaram R\$930,5 bilhões. O M4, que agrega ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, aumentou 16,1% no ano, atingindo R\$2,6 trilhões.

Compatíveis com o atual regime de política monetária baseada no sistema de metas para a inflação, as projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2009.

## **Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto**

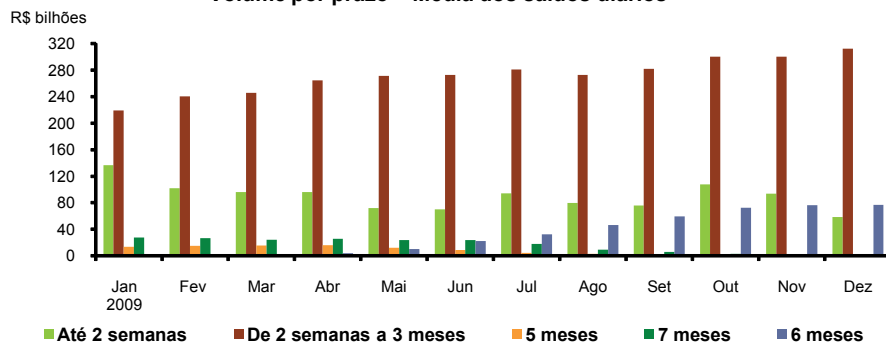
As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais apresentaram resgates líquidos de R\$95,8 bilhões em 2009, determinados por resgates de R\$446,1 bilhões e colocações de R\$350,3 bilhões. As operações de trocas, com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R\$66,1 bilhões, com resgates antecipados de R\$13 bilhões.



As operações de financiamento, apuradas pelos saldos médios diários, realizadas pelo Banco Central com o objetivo de assegurar as condições de liquidez do sistema financeiro, totalizaram R\$447,1 bilhões em dezembro, registrando elevação de 43,2% no ano. A expansão foi determinada, principalmente, pelas operações primárias do Tesouro Nacional e pelas compras de moeda estrangeira realizadas pela Autoridade Monetária.

O saldo das operações de curtíssimo prazo recuou de R\$98,6 bilhões, ao final de 2008, para R\$58,3 bilhões, enquanto o relativo às operações de duas semanas a três meses aumentou de R\$166,6 bilhões para R\$312,3 bilhões. As operações com prazos de seis meses – que sucederam aquelas com prazos de cinco meses e de sete meses, cujos saldos haviam totalizado R\$15,8 bilhões e R\$31,2 bilhões, respectivamente, ao final de 2008, e apresentaram saldos nulos, ao final de 2009 – registraram saldo de R\$76,6 bilhões no final de dezembro de 2009.

Gráfico 2.7  
Operações compromissadas do Banco Central –  
Volume por prazo – Média dos saldos diários



## Operações de crédito do sistema financeiro

As operações de crédito do sistema financeiro caracterizaram-se, no decorrer de 2009, pelo restabelecimento gradual da trajetória de expansão observada antes do acirramento da crise financeira internacional. A retomada das condições favoráveis do mercado de crédito foi impulsionada pelas medidas monetárias e fiscais de caráter anticíclico adotadas pelo Banco Central e pelo governo federal em resposta ao quadro restritivo observado nos últimos meses de 2008, com ênfase nos impactos dos empréstimos em moeda estrangeira, destinados a assegurar sustentação à atividade exportadora, e da liberação de recolhimentos compulsórios, com vistas a prover liquidez em moeda doméstica no mercado interbancário.

A expansão do crédito consolidou-se, em especial, no segundo semestre, impulsionada, inicialmente, pelas contratações de pessoas físicas, com destaque para a aceleração dos empréstimos consignados em folha de pagamento e dos financiamentos para aquisição de veículos. Esse comportamento esteve condicionado à evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho e ao declínio das taxas de juros, que atingiram os valores mais reduzidos em distintas modalidades.

A recuperação das contratações no segmento de pessoas jurídicas, embora registrasse relativo impulso no segundo trimestre do ano, em resposta à melhora das expectativas empresariais e à retomada dos gastos com investimentos, mostrou-se menos acentuada do que no âmbito das famílias. Essa trajetória refletiu, em parte, as restrições experimentadas pelas pequenas e médias empresas à rolagem de seus compromissos financeiros, em contexto de limitação da oferta de recursos bancários de curto prazo. Adicionalmente, os financiamentos lastreados em recursos externos registraram acentuado declínio, condicionado, principalmente, pela contração da demanda externa e seus efeitos sobre as exportações.

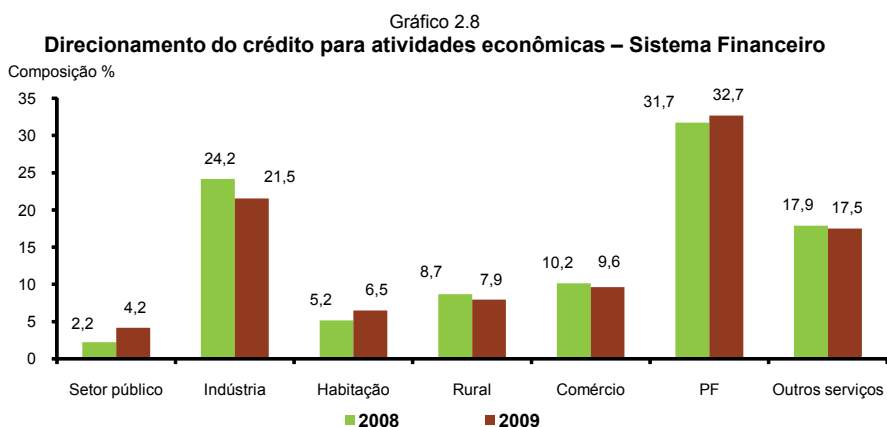
### Quadro 2.3 – Evolução do crédito

| Discriminação          | R\$ bilhões |         |         |            |      |
|------------------------|-------------|---------|---------|------------|------|
|                        | 2007        | 2008    | 2009    | Variação % |      |
|                        |             |         |         | 2008       | 2009 |
| Total                  | 936,0       | 1 227,3 | 1 414,4 | 31,1       | 15,2 |
| Recursos livres        | 660,8       | 871,2   | 954,6   | 31,8       | 9,6  |
| Direcionados           | 275,2       | 356,1   | 459,8   | 29,4       | 29,1 |
| <b>Participação %:</b> |             |         |         |            |      |
| Total/PIB              | 35,2        | 40,8    | 45,0    |            |      |
| Rec. livres/PIB        | 24,8        | 29,0    | 30,4    |            |      |
| Rec. direc./PIB        | 10,3        | 11,9    | 14,6    |            |      |

Nesse contexto, os empréstimos e financiamentos realizados pelo sistema financeiro, considerados recursos livres e direcionados, totalizaram R\$1.414 bilhões ao final de 2009, elevando-se 15,2% no ano, ante 31,1% em 2008. A relação entre o estoque total de crédito e o PIB situou-se em 45%, ante 40,8% ao final de 2008.

A consolidação da trajetória expansionista dos empréstimos bancários foi sustentada, em especial, pelo comportamento das carteiras com recursos direcionados, ressaltando-se a atuação das instituições financeiras públicas em relação ao provimento de recursos tanto para projetos habitacionais, de infraestrutura e para capital de giro do setor produtivo, quanto para a viabilização de aquisições de carteiras de crédito de instituições financeiras de menor porte. Dessa forma, a representatividade dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro aumentou de 36,3% em 2008 para 41,5% em 2009, elevando o saldo de suas operações para R\$587,6 bilhões. As participações das carteiras das instituições privadas nacionais e dos bancos estrangeiros registraram recuos respectivos de 2,5 p.p. e 2,8 p.p. no período, atingindo, na ordem, 40,3% e 18,2%.

O crédito destinado ao setor privado, incluindo recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.355 bilhões em 2009, assinalando aumento anual de 12,9% em doze meses. As operações com



peças físicas cresceram 18,7%, sustentadas pelo maior dinamismo das modalidades crédito consignado, financiamentos para aquisição de veículos e crédito habitacional. Considerada a distribuição por atividade econômica, os empréstimos concedidos ao segmento outros serviços somaram R\$247,7 bilhões, elevando-se 12,8% no ano, com ênfase na demanda dos ramos energia, telecomunicações e transportes. O crédito destinado ao comércio, impulsionado pelas contratações nos segmentos de automóveis, alimentos e supermercados, aumentou 9,2% em 2009, alcançando R\$136,3 bilhões. Os recursos bancários contratados pela indústria totalizaram R\$304,7 bilhões, elevando-se 2,8% no ano, ressaltando-se as operações realizadas nos setores energia, metalurgia e siderurgia.

Os financiamentos habitacionais, que contemplam recursos para construção e aquisição de moradias, atingiram R\$91,9 bilhões em dezembro, assinalando expansão anual de 45,2%. Os empréstimos concedidos com recursos da caderneta de poupança somaram R\$33 bilhões, aumentando 13,7% em relação a 2008 e correspondendo a 289 mil unidades financiadas, enquanto os desembolsos efetuados com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, sob a égide do Programa Minha Casa, Minha Vida, alcançaram R\$14,1 bilhões, correspondendo a 276 mil imóveis. O fluxo de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinado, prioritariamente, ao financiamento de imóveis para a população com renda de até cinco salários mínimos elevou-se 68,4% no ano, somando R\$17,2 bilhões.

As operações de crédito rural totalizaram R\$112,3 bilhões em dezembro, aumentando 5,6% no ano. Os financiamentos para o custeio da safra 2009/2010 cresceram 4,3%, enquanto as parcelas destinadas a investimento e comercialização agrícolas aumentaram 4,3% e 6,4%, respectivamente. Como resultado, os percentuais dessas modalidades em relação ao total de crédito rural passaram a representar, na ordem, 42,2%, 48,2% e 9,6%.

As operações de crédito destinadas ao setor público totalizaram R\$59 bilhões. O crescimento anual de 116,7% assinalado nesse segmento refletiu, fundamentalmente, o aumento de 253% observado nas carteiras do governo federal, impulsionado pelas contratações destinadas, principalmente, a investimentos dos setores de petróleo, gás e eletricidade. A dívida bancária relativa às esferas estaduais e municipais aumentou 45,5% no período, somando R\$26 bilhões, com participação destacada de financiamentos às áreas de energia e infraestrutura urbana.

As operações de crédito com recursos livres atingiram R\$954,5 bilhões ao final de 2009, aumentando 9,6% no ano e passando a representar 67,5% do total do sistema financeiro, ante 71% em dezembro de 2008. As carteiras de pessoas físicas – evidenciando as condições favoráveis representadas pela evolução consistente dos indicadores de renda, emprego e confiança do consumidor, e os efeitos da redução da alíquota do IPI sobre a demanda por bens de consumo duráveis, especialmente veículos – totalizaram R\$469,8 bilhões, registrando aumento anual de 19,2%.

**Tabela 2.4 – Crédito com recursos livres**

| Discriminação             | R\$ bilhões |       |       |            |       |
|---------------------------|-------------|-------|-------|------------|-------|
|                           | 2007        | 2008  | 2009  | Variação % |       |
|                           | Dez         | Dez   | Dez   | 2008       | 2009  |
| Total                     | 660,8       | 871,2 | 954,5 | 31,8       | 9,6   |
| Pessoa jurídica           | 343,2       | 476,9 | 484,7 | 38,9       | 1,6   |
| Referencial <sup>1/</sup> | 283,5       | 391,5 | 397,8 | 38,1       | 1,6   |
| Recursos domésticos       | 214,9       | 300,7 | 342,9 | 39,9       | 14,0  |
| Recursos externos         | 68,6        | 90,8  | 54,9  | 32,5       | -39,5 |
| Leasing <sup>2/</sup>     | 34,8        | 55,3  | 48,2  | 58,8       | -12,9 |
| Rural <sup>2/</sup>       | 2,0         | 3,8   | 4,0   | 89,8       | 7,7   |
| Outros <sup>2/</sup>      | 23,0        | 26,3  | 34,7  | 14,6       | 31,7  |
| Pessoa física             | 317,6       | 394,3 | 469,8 | 24,2       | 19,2  |
| Referencial <sup>1/</sup> | 240,2       | 272,5 | 319,4 | 13,4       | 17,2  |
| Cooperativas              | 12,5        | 16,9  | 21,1  | 35,8       | 24,5  |
| Leasing                   | 30,1        | 56,7  | 64,1  | 88,2       | 13,1  |
| Outros                    | 34,7        | 48,1  | 65,2  | 38,7       | 35,4  |

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999.

2/ Operações lastreadas em recursos domésticos.

O volume de crédito com recursos livres direcionados ao segmento de pessoas jurídicas cresceu 1,6% no ano, totalizando R\$484,7 bilhões, dos quais R\$429,7 bilhões corresponderam às operações com recursos domésticos, com ênfase para a expansão de 27,3% na modalidade capital de giro. Em sentido inverso, o saldo dos financiamentos lastreados em moeda estrangeira recuou 39,5% no ano, situando-se em R\$55 bilhões.

A taxa média de juros das modalidades que compõem o crédito referencial atingiu 34,3% a.a. em dezembro, recuando 9 p.p. em doze meses. A taxa relativa ao segmento de pessoas físicas decresceu 15,2 p.p., para 42,7% a.a., situando-se no menor patamar da série histórica, com ênfase nos declínios respectivos de 16 p.p. e de 12,8 p.p. registrados nas modalidades crédito pessoal e financiamentos para aquisição de bens. A taxa média referente ao segmento de pessoas jurídicas recuou 5,2 p.p. no ano, situando-se em 25,5% a.a., ressaltando-se as reduções observadas nas modalidades desconto de promissórias, 16,9 p.p., e capital de giro com encargos prefixados, 10,2 p.p.

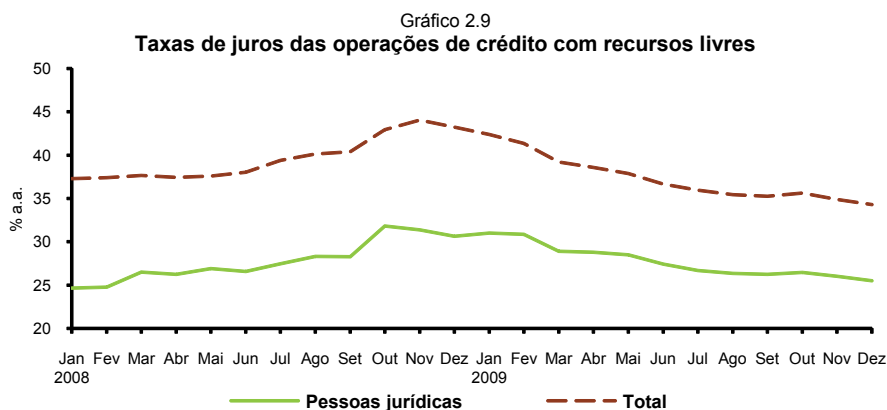


Gráfico 2.10  
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física

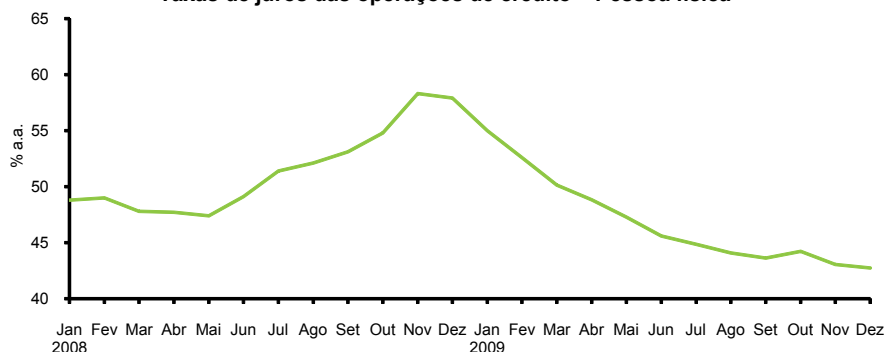
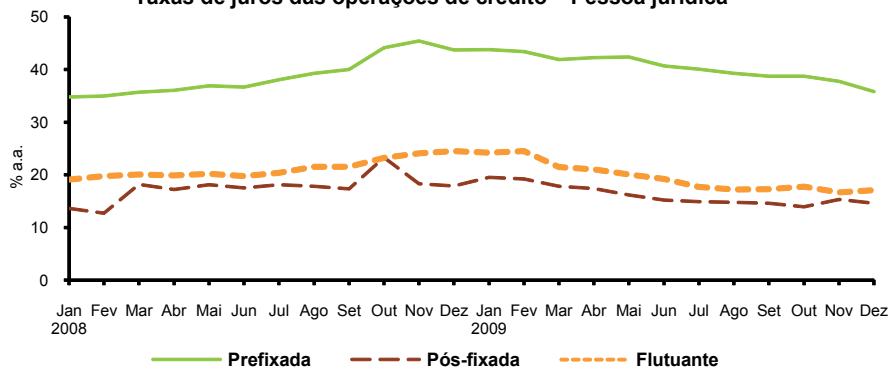
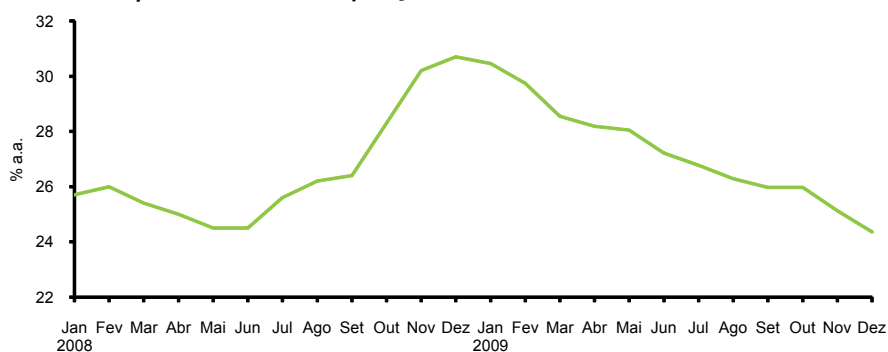


Gráfico 2.11  
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica



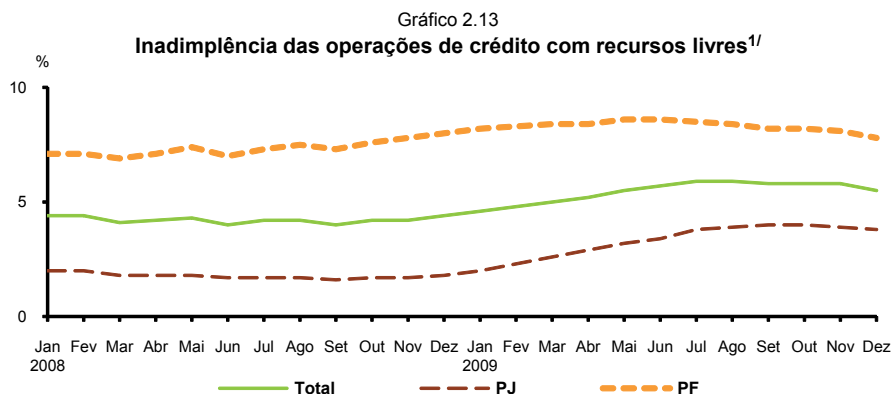
O *spread* bancário, considerado o crédito referencial, atingiu 24,4 p.p. em dezembro, reduzindo-se 6,3 p.p. no ano. Registraram-se retrações respectivas de 13,4 p.p. e 1,9 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, cujos *spreads* situaram-se, na ordem, em 31,6 p.p. e 16,5 p.p.

Gráfico 2.12  
*Spread* bancário das operações de crédito com recursos livres



O prazo médio das modalidades compreendidas no crédito referencial atingiu 391 dias no final de 2009, elevando-se treze dias no ano. O prazo médio relativo à carteira de pessoas físicas alcançou 522 dias, aumentando 34 dias no ano e situando-se no patamar mais elevado da série iniciada em junho de 2000, enquanto, em sentido inverso, o prazo médio das operações contratadas com pessoas jurídicas recuou 16 dias ao longo de 2009, atingindo 286 dias.

A taxa de inadimplência relativa ao crédito referencial, correspondente às operações com atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,5% em dezembro. O aumento anual de 1,1 p.p. traduziu, em especial, o ambiente de restrição de linhas de crédito às pequenas e médias empresas observado após o agravamento da crise nos mercados financeiros internacionais. Nesse sentido, a inadimplência registrou crescimento anual de 2 p.p., para 3,8%, no segmento de pessoas jurídicas, contrastando com o recuo anual de 0,2 p.p., para 7,8%, assinalado no segmento de pessoas físicas.



Os financiamentos com recursos direcionados somaram R\$459,8 bilhões em 2009, elevando-se 29,1% no ano, com ênfase no crescimento de 35,3% observado nas operações realizadas pelo BNDES, que totalizaram R\$283 bilhões e representaram 61,6% da carteira total de crédito direcionado. Os financiamentos habitacionais e as operações de crédito rural expandiram-se, respectivamente, 46,3% e 0,6% no ano.

#### Quadro 2.5 – Crédito com recursos direcionados

| Discriminação     | R\$ bilhões |       |       |            |
|-------------------|-------------|-------|-------|------------|
|                   | 2007        | 2008  | 2009  | Variação % |
|                   |             |       |       | 2009/2008  |
| Total             | 275,2       | 356,1 | 459,8 | 29,1       |
| BNDES             | 160,0       | 209,3 | 283,0 | 35,3       |
| Direto            | 77,8        | 107,8 | 158,1 | 46,7       |
| Repasses          | 82,2        | 101,5 | 124,9 | 23,1       |
| Rural             | 64,3        | 78,3  | 78,8  | 0,6        |
| Bancos e agências | 60,7        | 73,3  | 74,6  | 1,8        |
| Cooperativas      | 3,6         | 5,0   | 4,2   | -17,1      |
| Habitação         | 43,6        | 59,7  | 87,4  | 46,3       |
| Outros            | 7,3         | 8,8   | 10,7  | 20,7       |



Os desembolsos realizados pelo BNDES atingiram R\$136,4 bilhões ao final de 2009, ressaltando-se que o aumento anual de 50% registrado nesses empréstimos refletiu, em grande parte, o crescimento de 62,8% observado nas contratações da indústria, que, destinados basicamente aos segmentos coque, petróleo e combustível, e celulose e papel, somaram R\$63,5 bilhões. Os recursos captados pelo segmento comércio e serviços, evidenciando a maior procura dos ramos transporte terrestre e eletricidade e gás, totalizaram R\$66 bilhões, elevando-se 42,6% no ano. Os financiamentos à agropecuária e às micro, pequenas e médias empresas totalizaram, na ordem, R\$6,9 bilhões e R\$23,9 bilhões, elevando-se 22,5% e 9,5%, respectivamente, no período.

#### Quadro 2.6 – Desembolsos do BNDES

| Discriminação                          | 2008     | 2009      | R\$ milhões     |
|----------------------------------------|----------|-----------|-----------------|
|                                        |          |           | Variação<br>(%) |
| Total                                  | 90 877,8 | 136 356,1 | 50,0            |
| Indústria                              | 39 020,8 | 63 521,1  | 62,8            |
| Produtos alimentícios                  | 9 543,9  | 8 034,0   | -15,8           |
| Química                                | 2 176,1  | 2 175,0   | -0,1            |
| Veículo, reboque e carroceria          | 4 603,0  | 5 922,5   | 28,7            |
| Outros equip. transporte <sup>1/</sup> | 2 942,3  | 2 899,3   | -1,5            |
| Refino de petróleo e álcool            | 3 145,6  | 23 238,4  | 638,8           |
| Comércio/Serviços                      | 46 262,5 | 65 979,3  | 42,6            |
| Transporte terrestre                   | 17 531,3 | 23 737,1  | 35,4            |
| Construção                             | 4 103,1  | 6 550,4   | 59,6            |
| Telecomunicações                       | 6 187,8  | 3 834,9   | -38,0           |
| Eletricidade e gás                     | 8 923,3  | 14 716,5  | 64,9            |
| Agropecuária                           | 5 594,5  | 6 855,7   | 22,5            |

Fonte: BNDES

1/ Inclui indústria de aviação.

As consultas formalizadas ao BNDES, que correspondem à demanda potencial para novos desembolsos, somaram R\$223,9 bilhões em 2009. A elevação anual de 27,4% foi impulsionada pelo acréscimo de 56,4% nos pedidos da indústria, que, totalizando R\$105 bilhões, concentraram-se nos setores coque, petróleo e combustível, e veículos, reboque e carroceria. As solicitações relativas ao segmento de comércio e serviços aumentaram 6,8% no ano, para R\$109,9 bilhões, destacando-se as atividades relacionadas à administração pública e a telecomunicações.

As provisões constituídas pelo sistema financeiro totalizaram R\$97,5 bilhões em dezembro de 2009, representando 6,9% do saldo da carteira de crédito, ante 5,3% ao final de 2008. Vale ressaltar que essa evolução se mostrou consistente com o aumento anual de 1,1 p.p., para 4,3%, registrado, no período, na taxa de inadimplência do crédito total do sistema financeiro.

## Sistema Financeiro Nacional

Os dispositivos introduzidos ao final de 2008, objetivando a provisão de liquidez em moeda doméstica e estrangeira pelo Banco Central, permaneceram em vigor no início de 2009, mas sofreram alterações no decorrer do ano. Nesse sentido, em 28 de setembro de 2009, o Banco Central editou a Circular nº 3.468, que reduziu a alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de 15% para 13,5%. O cumprimento da exigibilidade passou de 40% para 45%, mediante a vinculação de títulos públicos federais no Selic, e de 60% para 55%, em espécie. Nas operações de compra de ativos e depósitos interfinanceiros passíveis de dedução do compulsório sobre recursos a prazo por parte das instituições financeiras cessionárias, foram consideradas elegíveis como cedentes as instituições financeiras com Patrimônio de Referência (PR), relativo ao mês de dezembro de 2008, de até R\$2,5 bilhões. As operações contratadas na forma da norma anterior, ou seja, com instituições financeiras cedentes com PR de até R\$7 bilhões, foram consideradas para efeito de dedução até os respectivos vencimentos. A mesma medida incluiu no rol de deduções do compulsório sobre recursos a prazo a aquisição de cotas de Fundos de Investimento Multimercado e de Fundos de Investimento de Renda Fixa titulados por um único investidor qualificado, de propriedade do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), lastreados, essencialmente, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Câmbio e Letras de Arrendamento Mercantil, emitidos por instituição financeira (IF) com PR de até R\$2,5 bilhões.

Visando adequar a liquidez no sistema financeiro, o CMN, por intermédio da Resolução nº 3.692, de 26 de março de 2009, instituiu os Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), modalidade de captação de depósitos a prazo, garantida pelo FGC até R\$20 milhões, com prazo mínimo de seis meses e máximo de sessenta meses. Essa medida possibilitou a captação de depósitos da ordem de R\$14,4 bilhões, até 15 de janeiro de 2010, os quais beneficiaram, sobretudo, instituições financeiras de pequeno e médio porte. Adicionalmente, a Resolução nº 3.729, de 28 de maio de 2009, objetivando fortalecer a previsibilidade dos fluxos de entradas e saídas desses depósitos, vedou seu resgate antecipado total ou parcial, enquanto a Resolução nº 3.793, de 28 de setembro de 2009, elevou o prazo mínimo das operações, de seis para doze meses. Para a garantia desses depósitos, o FGC foi autorizado a fixar contribuições adicionais para as instituições financeiras, com base nos saldos dessas captações, que totalizaram R\$14,2 bilhões no final do ano.

De modo a impulsionar a oferta de crédito para projetos de investimento, a Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, autorizou o Tesouro Nacional a conceder crédito de até R\$100 bilhões ao BNDES, mediante emissão de títulos públicos e transferência de superávit financeiro. O caráter anticíclico dessa medida foi acentuado pela prerrogativa reservada ao governo federal de condicionar as concessões desses recursos à criação ou manutenção de postos de trabalho, respeitados aspectos econômicos e financeiros relacionados à viabilidade dos projetos.

As operações de crédito corresponderam a 35,5% do total de ativos do sistema bancário em dezembro de 2009, ante 32,4% no final de 2008. Em relação às operações de tesouraria, a participação dos ativos em títulos e valores mobiliários manteve-se estável em 21,4%, enquanto a representatividade das aplicações interfinanceiras de liquidez e de câmbio recuou de 22,2% para 19,3% no ano. A parcela dos títulos públicos na composição da carteira de títulos e valores mobiliários, mantendo-se em trajetória declinante, atingiu 60,2% ao final de 2009, ante 61,9% no encerramento do ano anterior.

O aumento relativo na alocação de recursos em operações de crédito refletiu os impactos da redução da taxa básica de juros, iniciada em janeiro de 2009, da liberação de depósitos compulsórios e da concessão de incentivos à demanda interna por bens de consumo durável. Nesse contexto, a participação das receitas com operações de crédito no resultado da intermediação financeira aumentou de 53,7% no final de 2008 para 57,3% em dezembro de 2009. A parcela das rendas originárias de operações com títulos aumentou de 37,9% para 40,6% no ano.

No que se refere à origem de recursos para a intermediação, manteve-se a tendência, observada em 2008, de aumento da representatividade das captações tradicionais, com a parcela de depósitos totais – à vista, a prazo e de poupança – ampliando-se de 33,2% no final de 2008 para 33,7% em dezembro de 2009. No mesmo sentido, a participação conjunta das operações cambiais e das captações interfinanceiras de liquidez – operações compromissadas e depósitos interfinanceiros – aumentou 1,8 p.p., para 38,8%, no ano.

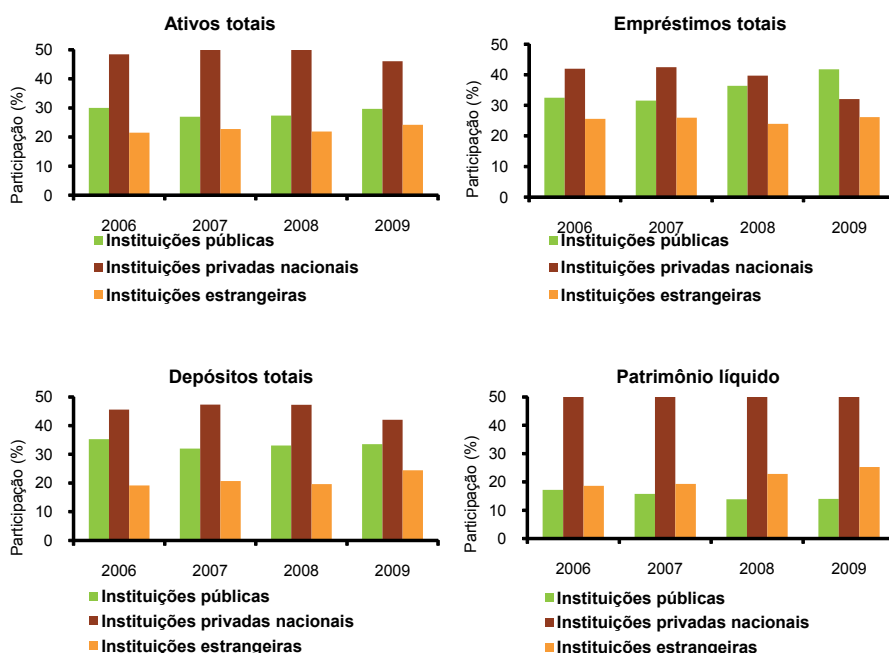
No âmbito institucional, a Resolução nº 3.757, de 1º de julho de 2009, promoveu alterações nas regras referentes à constituição e ao funcionamento das agências de fomento, com o intuito de permitir a ampliação de suas atividades. Essas entidades foram autorizadas a financiar empreendimentos de pequeno porte de natureza profissional, comercial ou industrial, inclusive a pessoas físicas, a contratar operações de arrendamento mercantil financeiro e a conceder crédito rural. Com respeito às fontes de recursos, as agências de fomento foram autorizadas a realizar captações por intermédio de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças.

No que se refere à regulamentação prudencial, prosseguiu em 2009 a adaptação do sistema financeiro ao novo arcabouço normativo internacional emanado do Comitê de Basileia, tendo em vista a apuração do requerimento de capital necessário à cobertura das atividades de intermediação, conhecido como Basileia II. Nesse sentido, a Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, dispôs sobre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, com cronograma a ser implementado até o final de outubro de 2010. O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, das obrigações financeiras pactuadas, bem como aos custos de recuperação do crédito e à desvalorização de contrato devido à deterioração na classificação de risco do tomador ou de renegociações. Referida estrutura aplica-se a todas as operações com risco de crédito, classificadas ou não na carteira de negociação.

Adicionalmente, a Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, determinou que as instituições financeiras, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a estabelecer comitê de auditoria, devem elaborar e divulgar anualmente, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, demonstrações contábeis consolidadas de acordo com padrões internacionais. A medida insere-se no contexto de maior potencial de participação das instituições financeiras nacionais nos mercados globais, tendo em vista recentes processos de fusão e a maior confiabilidade externa na solidez do sistema nacional.

Gráfico 2.14

**Sistema bancário – Participação por segmentos<sup>1/</sup>**



<sup>1/</sup> Apresenta dados somente das instituições bancárias, sem consolidar, portanto, as posições dos conglomerados financeiros.

## Mercado Financeiro e de Capitais

### Taxas de juros reais e expectativas de mercado

O ciclo de flexibilização monetária iniciado em janeiro, quando a meta para a taxa básica de juros foi reduzida em 100 p.b., manteve-se durante todo o ano de 2009, quando a meta mencionada acumulou redução de 500 p.b., situando-se em 8,75% a.a. em dezembro.

A taxa de juros real *ex-ante*, calculada pelo Banco Central para o prazo de um ano, com base em pesquisa junto a analistas do setor privado, apresentou redução ao longo dos sete primeiros meses de 2009. Esse movimento, evidenciando o ambiente de expectativas mais elevadas em relação à trajetória da meta para a taxa Selic, registrou reversão a

Gráfico 3.1  
Taxa over/Selic

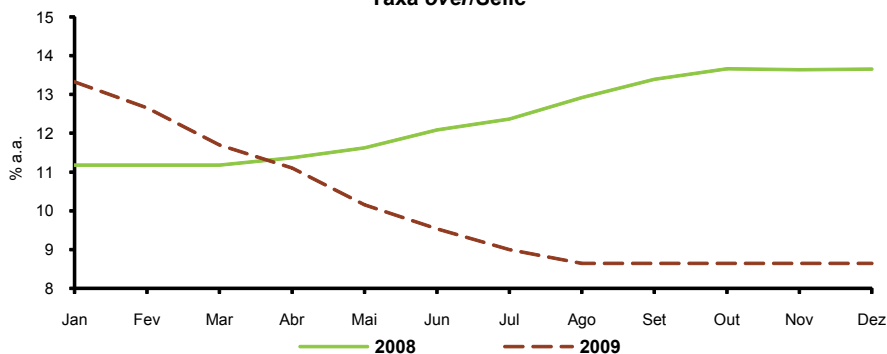
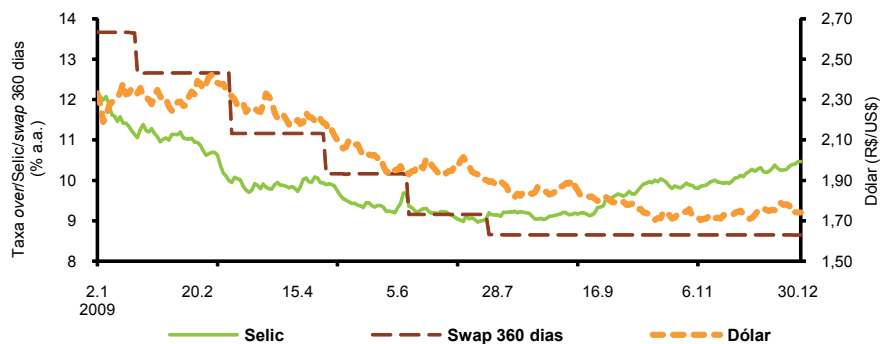


Gráfico 3.2  
Taxa over/Selic x dólar x swap 360 dias



partir de agosto. Ao final do ano, a taxa situava-se em 5,1% a.a., reduzindo-se 2,1 p.p. em relação a dezembro de 2008.

No mercado de derivativos, os contratos de *swap* de depósitos interfinanceiros (DI) x pré de 360 dias apresentaram taxas decrescentes no mercado futuro de juros ao longo do primeiro semestre do ano, atingindo a cotação mínima de 8,97% a.a. em julho. Embora a trajetória declinante mencionada, evidenciando as expectativas em relação à condução da política monetária em 2010, registrasse reversão no decorrer do segundo semestre do ano, a taxa dos contratos negociados ao final de dezembro situou-se em 10,46% a.a., patamar 171 p.b. inferior ao registrado no final de 2008.

Gráfico 3.3  
Curva de juros – Swap DI x pré

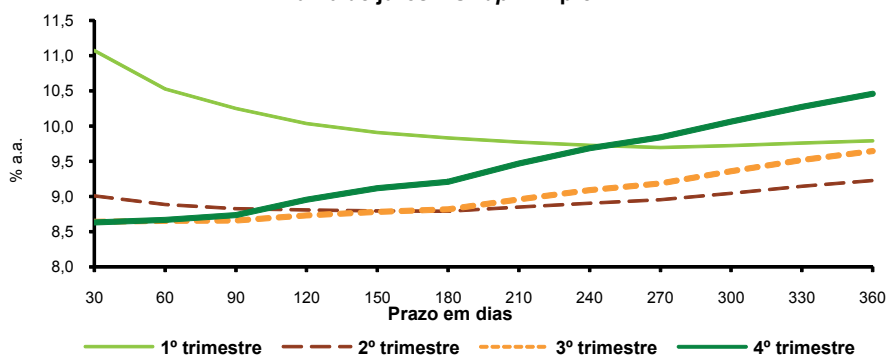
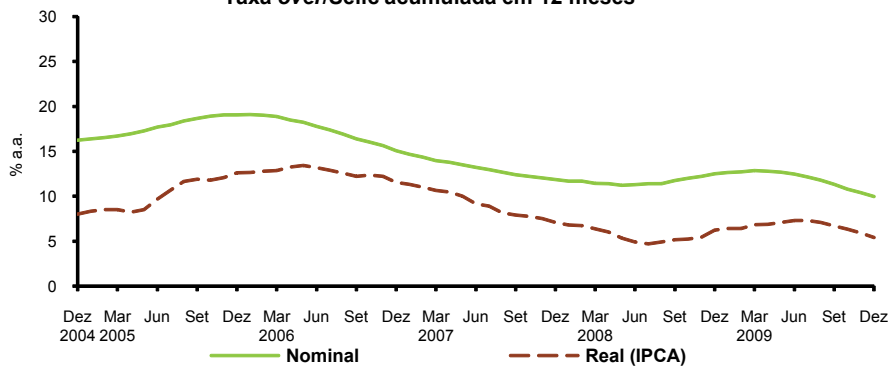


Gráfico 3.4  
Taxa over/Selic acumulada em 12 meses

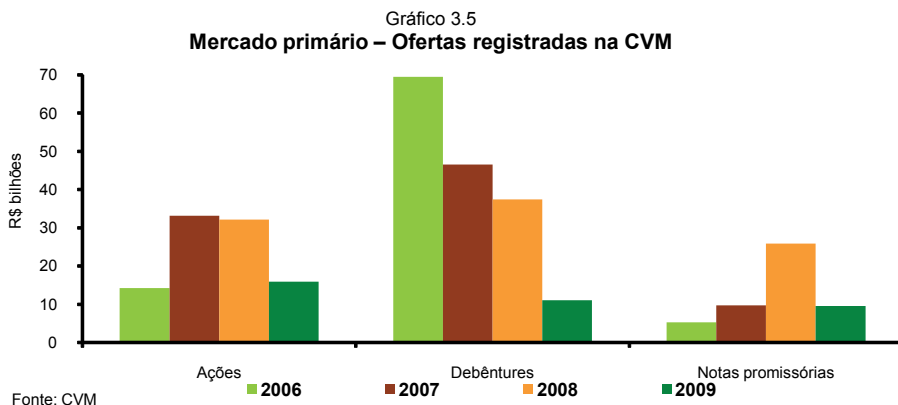


## Mercado de capitais

Os desdobramentos da crise mundial sobre os preços dos ativos e a liquidez dos mercados financeiros restringiram as novas emissões no mercado de capitais, em especial durante o primeiro semestre do ano. É importante enfatizar que, embora o volume de ofertas primárias de ações, debêntures e notas promissórias registradas

na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentasse recuo anual de 62,2% em 2009, totalizando R\$36,5 bilhões, esse mercado retomou ritmo expressivo de emissões no segundo semestre, sinalizando perspectivas favoráveis em relação à sua trajetória em 2010.

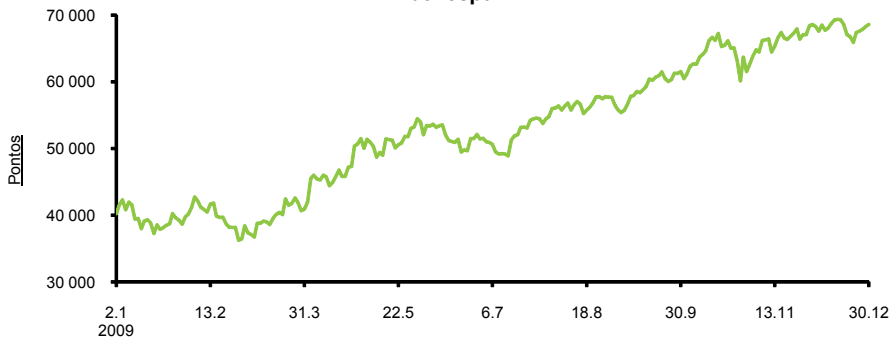
As emissões primárias de ações somaram R\$15,9 bilhões e as de debêntures, R\$11,1 bilhões, ante R\$32,1 bilhões e R\$37,5 bilhões, respectivamente, em 2008; enquanto as relativas a notas promissórias, instrumento de prazo mais curto, recuaram 63,3%, para R\$9,5 bilhões.



O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) atingiu 68.588 pontos no último fechamento do ano, acumulando valorização de 82,7% em 2009. A oscilação verificada no indicador nos dois primeiros meses do ano foi sucedida por um período de valorização que perdurou até o início de junho, quando o índice alcançou 54.486 pontos. Após recuar para 48.872 pontos em 14 de julho, o índice manteve trajetória positiva até o final do ano, interrompida brevemente em outubro, atingindo patamares próximos à máxima histórica alcançada em meados de 2008. Avaliado em dólares, o Ibovespa avançou 145,2% em 2009, refletindo tanto a valorização do índice quanto a apreciação do real. Os índices Dow Jones e Nasdaq registraram ganhos anuais respectivos de 18,8% e 43,9%.

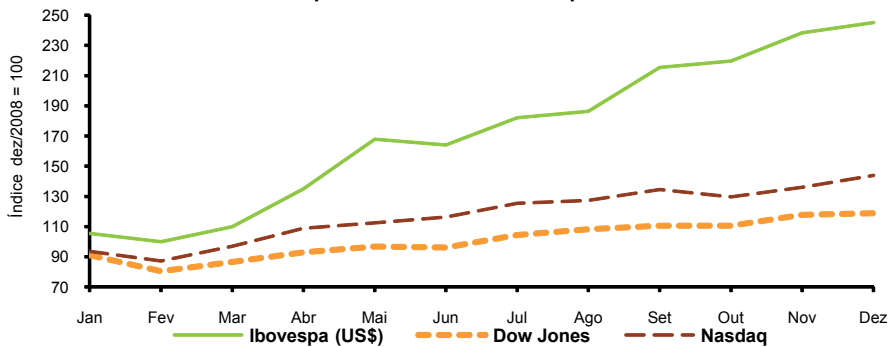
O valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) aumentou 69,8% em 2009, situando-se em R\$2,3 trilhões em dezembro de 2009, ante R\$1,4 trilhão no ano anterior. O volume médio diário negociado na Bovespa atingiu R\$5,2 bilhões, com redução anual de 4,1%.

Gráfico 3.6  
**Ibovespa**



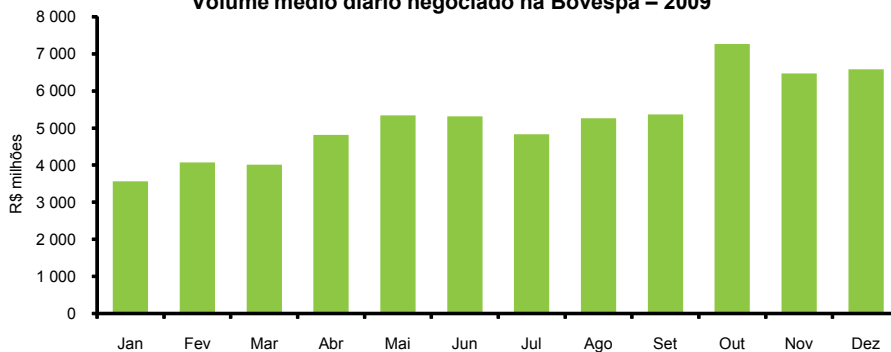
Fonte: Broadcast

Gráfico 3.7  
**Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq – 2009**



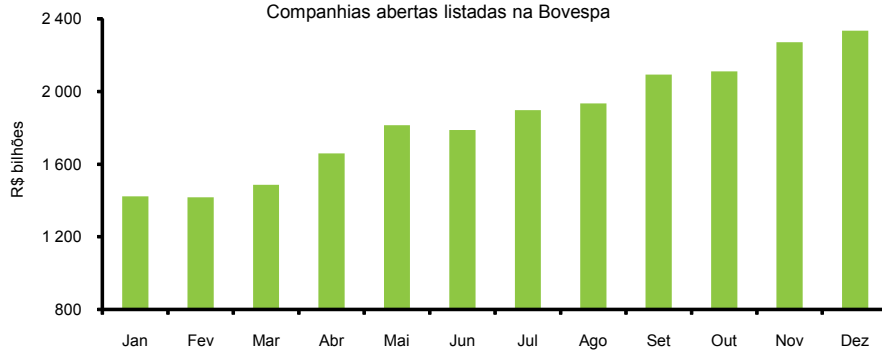
Fonte: Broadcast

Gráfico 3.8  
**Volume médio diário negociado na Bovespa – 2009**



Fonte: Bovespa

Gráfico 3.9  
**Valor de mercado – 2009**  
Companhias abertas listadas na Bovespa



Fonte: Bovespa

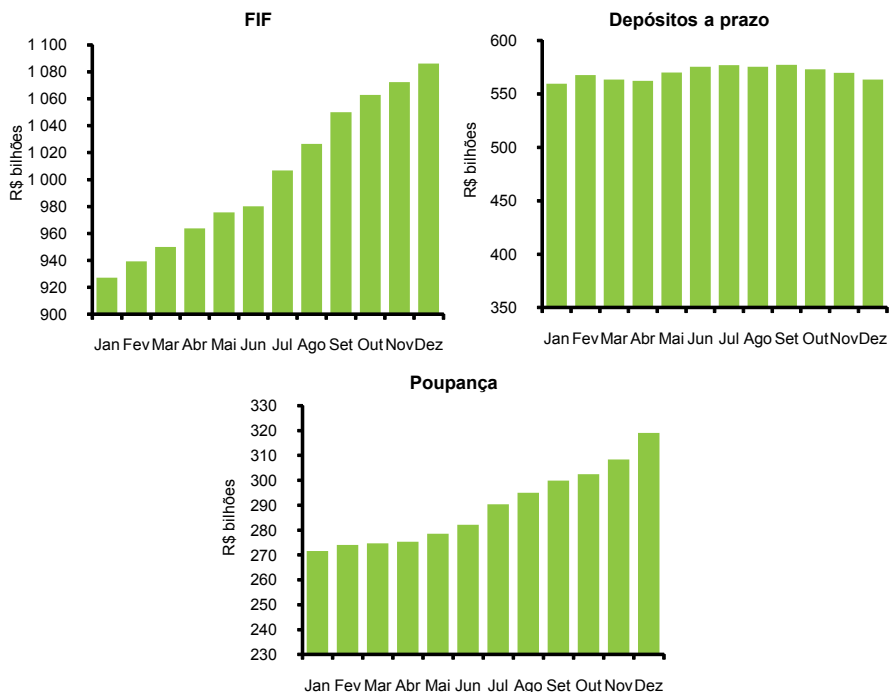


## Aplicações financeiras

O saldo consolidado dos fundos de investimento, dos depósitos a prazo e das cadernetas de poupança atingiu R\$2 trilhões em dezembro de 2009, apresentando elevação de 14,5% no ano.

Gráfico 3.10

### Aplicações financeiras – Saldos – 2009

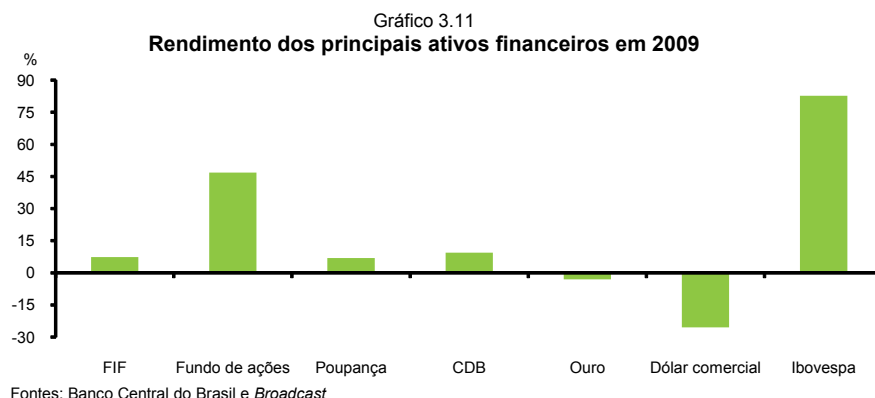


O saldo dos fundos de investimento, consideradas as modalidades renda fixa, multimercados, referenciados, curto prazo, cambiais, renda variável e extramercado cresceu 23,6% no ano, atingindo R\$1,3 trilhão e assinalando captação líquida de R\$109,9 bilhões. Ressalte-se que o patrimônio dos fundos de renda fixa totalizou R\$513,5 bilhões, registrando expansão anual de 15,1% e captações líquidas de R\$36,8 bilhões.

A participação dos títulos públicos na carteira consolidada dos fundos de renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial, mantendo-se em trajetória decrescente, atingiu 49,4% em dezembro de 2009, ante 60,9% no período correspondente de 2006. Em sentido oposto, as participações dos títulos privados e das operações compromissadas elevaram-se, na ordem, de 16,5% e 17,3% para 18,4% e 26%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Os fundos de ações, traduzindo o desempenho favorável da Bovespa, registraram rentabilidade anual de 46,8% e expansão de 49,3% do patrimônio líquido consolidado,

que somou R\$158,9 bilhões ao final de 2009. O saldo dos fundos de investimento extramercado, que são responsáveis pela administração de recursos de propriedade da administração federal indireta, totalizou R\$38,2 bilhões, elevando-se 13,4% no ano e assinalando captação líquida de R\$1,1 bilhão em 2009.



O saldo total das cadernetas de poupança, evidenciando a ocorrência de captação líquida de R\$30,4 bilhões, cresceu 18% no ano, atingindo R\$319,1 bilhões ao final de 2009, enquanto o estoque de CDB somou R\$563,3 bilhões, registrando crescimento anual de 2,4% e resgates líquidos de R\$38,2 bilhões.

#### Quadro 3.1 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2009

| Discriminação   | Jan   | Fev   | Mar   | Abr   | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov   | Dez   | 2009   |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| FIF             | 1,14  | 0,97  | 0,96  | 0,83  | 0,71  | -0,38 | 0,15  | 0,65  | 0,78  | 0,43  | 0,20  | 0,67  | 7,35   |
| Fundo de ações  | 3,34  | -0,18 | 4,14  | 8,29  | 5,90  | -2,80 | 3,56  | 1,34  | 5,15  | 1,27  | 5,80  | 3,67  | 46,79  |
| Poupança        | 0,68  | 0,55  | 0,64  | 0,55  | 0,55  | 0,57  | 0,61  | 0,52  | 0,50  | 0,50  | 0,50  | 0,55  | 6,92   |
| CDB             | 1,02  | 0,84  | 0,88  | 0,75  | 0,72  | 0,72  | 0,76  | 0,67  | 0,67  | 0,67  | 0,64  | 0,70  | 9,43   |
| Ouro            | 5,55  | 3,70  | -4,29 | -6,94 | 1,04  | -4,76 | -4,83 | -0,35 | 0,97  | 3,22  | 15,03 | -9,10 | -3,05  |
| Dólar comercial | -0,89 | 2,69  | -2,66 | -5,91 | -9,42 | -1,08 | -4,05 | 0,74  | -5,74 | -1,92 | 0,37  | -0,53 | -25,49 |
| Ibovespa        | 4,66  | -2,84 | 7,18  | 15,55 | 12,49 | -3,25 | 6,41  | 3,15  | 8,90  | 0,04  | 8,93  | 2,30  | 82,66  |

Fontes: Banco Central do Brasil, CVM, Bovespa e BM&F

### Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2009, estabeleceu a meta de 3,80% do PIB para o superávit primário consolidado no exercício de 2009, dos quais 2,20% no governo central; 0,65% nas empresas estatais federais; e 0,95% nos governos regionais. Essa meta considerava um cenário macroeconômico que, ao incorporar a perspectiva de crescimento real de 5% para o PIB no triênio 2009 a 2011, era consistente com a trajetória declinante projetada para a relação dívida/PIB.

Em resposta à alteração aguda observada no cenário econômico mundial após o acirramento da crise nos mercados financeiros, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, em 4 de maio de 2009, projeto de lei – convertido na Lei nº 12.053, de 9 de outubro de 2009 – propondo a redução da meta anual do superávit a ser alcançado em 2009 para 2,50% do PIB, distribuído entre o Governo Central, 1,40%; as empresas estatais federais – que passaram a excluir a Petrobras, 0,20%; e os governos regionais, 0,90%. Adicionalmente, o limite de abatimento da meta em função dos investimentos passíveis de desconto foi elevado de R\$15,6 bilhões, 0,50% do PIB, para R\$28,5 bilhões, 0,94% do PIB.

As estimativas de receitas do orçamento da União, incorporando o Tesouro Nacional e a Previdência Social, tornaram-se inconsistentes com o ambiente recessivo registrado na economia mundial e, em escala mais reduzida, na brasileira, nos meses que sucederam ao agravamento da crise. Nesse cenário, acentuado no decorrer de 2009 pelas medidas temporárias de incentivo fiscal introduzidas pelo governo brasileiro visando estimular setores específicos da economia, foi editado, em janeiro, decreto versando sobre as previsões atualizadas da arrecadação de impostos e contribuições federais e anunciando, em caráter preventivo, um contingenciamento de R\$37,2 bilhões nas despesas do Poder Executivo. As projeções de receitas, sempre considerando a evolução da atividade econômica, foram corrigidas no decorrer do exercício, acompanhadas dos respectivos ajustes na programação orçamentária e financeira e no cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo.

Em relação às medidas de incentivo fiscal temporário, ressaltou-se a edição de diversos normativos dispondo sobre desoneração tributária, com ênfase para a isenção ou redução das alíquotas do IPI incidentes sobre produtos da linha branca de eletrodomésticos, automóveis, produtos da construção civil, móveis e bens de capital.

A retração na arrecadação do IPI, paralelamente ao recuo na relativa ao Imposto de Renda (IR), impactou de forma acentuada o volume de transferências de recursos da União para os estados e municípios, efetuadas ao amparo dos Fundos de Participação. Objetivando viabilizar a administração dos municípios, o governo federal editou, em 14 de maio, a Medida Provisória nº 462, que assegurou a esses entes o recebimento, em 2009, de valores correntes equivalentes aos percebidos, no âmbito das transferências mencionadas, em 2008.

O cenário de retração nas receitas, decorrente das desonerações fiscais e do impacto da redução da atividade sobre a arrecadação, suscitou a adoção de medidas alternativas objetivando o aporte de recursos para o Tesouro Nacional, ressaltando-se:

- a) recolhimento, à Conta Única do Tesouro Nacional, dos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a tributos e contribuições federais, mantidos nas instituições financeiras;
- b) antecipação de dividendos por parte de empresas estatais em que a União detém participação acionária; e
- c) parcelamento dos débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969 (crédito-prêmio do IPI).

## **Outras medidas de política econômica**

Em março, o governo anunciou o Programa Minha Casa, Minha Vida, com a finalidade de criar mecanismo de incentivo à produção e à aquisição de um milhão de unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. O Programa foi implantado mediante a Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que dispôs sobre as fontes de financiamento e as providências que deveriam ser adotadas para a sua execução. O conjunto de ações previsto no Programa inclui ampliação no volume de subsídios; maior acesso a financiamento com recursos do FGTS; redução do risco do financiamento; barateamento do seguro; abertura de nova linha de financiamento para as construtoras, associada à desoneração tributária; e maior facilidade para a regularização fundiária.

Em 9 de dezembro de 2009, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 62, que definiu novas regras para o pagamento de precatórios judiciais pelos estados, Distrito Federal e municípios. A emenda fixou percentuais mínimos – 1%, 1,5% e 2%, conforme a região e o montante da dívida dos entes públicos – das receitas correntes

líquidas que deverão ser destinados ao pagamento dos compromissos, e autorizou a realização de leilões para o pagamento dos precatórios de maior valor. Serão pagos, com preferência sobre todos os demais, os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham mais de sessenta anos de idade ou sejam portadores de doença grave.

Com a edição da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, e dos Decretos nº 7.031 e nº 7.032, de 14 de dezembro de 2009, o governo anunciou um conjunto de providências com vistas ao financiamento de investimentos produtivos e à elevação do PIB. As medidas incluíam desoneração de impostos incidentes sobre bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica, e sobre a venda de computadores no varejo; autorização de concessão de nova linha de crédito da União para o BNDES, no valor de R\$80 bilhões, em acréscimo aos R\$100 bilhões que já haviam sido liberados ao longo de 2009; novo empréstimo da União para o Fundo da Marinha Mercante, no valor de R\$15 bilhões; e criação da Letra Financeira, com o intuito de facilitar a captação de recursos de longo prazo pelos bancos privados. Para perseguir as metas almejadas, foram criados o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec); o Programa um Computador por Aluno (Prouca); e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe).

Em 23 de dezembro de 2009, foram editadas as Medidas Provisórias nº 474 e nº 475, que reajustaram, respectivamente, o valor do salário mínimo e os benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social a partir 1º de janeiro de 2010. O salário mínimo elevou-se de R\$465,00 para R\$510,00, correspondendo a aumento real de 5,64%. Os benefícios com valor superior a um salário mínimo foram reajustados em 6,14%, ganho real de 2,52%. O limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício passou para R\$3.416,54. O impacto orçamentário-financeiro nas contas da Previdência Social no exercício de 2010 foi estimado em R\$16,6 bilhões.

As medidas provisórias também definiram as regras para os reajustes que irão vigorar em 2011. O salário mínimo será reajustado em percentual equivalente à variação acumulada do INPC, acrescido da taxa de crescimento do PIB em 2009. Os benefícios previdenciários serão reajustados pelo INPC, acrescido de aumento real em percentual equivalente a 50% do crescimento do PIB de 2009. A Medida Provisória nº 474, de 2009, estabeleceu que até 31 de março de 2011 o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2012 a 2023.

## **Necessidades de financiamento do setor público**

O superávit primário do setor público consolidado totalizou R\$64,5 bilhões em 2009, registrando recuo anual de 1,48 p.p., para 2,06% do PIB, mas atendendo, descontados

os investimentos do PAC – da ordem de 0,57% do PIB – passíveis de abatimento, a meta de superávit primário ajustada para o ano, de 1,93% do PIB.

#### Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

| Discriminação                 | 2006        |                        | 2007        |                        |
|-------------------------------|-------------|------------------------|-------------|------------------------|
|                               | R\$ milhões | % do PIB <sup>1/</sup> | R\$ milhões | % do PIB <sup>1/</sup> |
| Nominal                       | 83 890      | 3,5                    | 71 492      | 2,7                    |
| Governo Central <sup>2/</sup> | 74 475      | 3,1                    | 59 607      | 2,2                    |
| Governos estaduais            | 13 740      | 0,6                    | 10 335      | 0,4                    |
| Governos municipais           | 2 867       | 0,1                    | 2 369       | 0,1                    |
| Empresas estatais             | -7 191      | -0,3                   | -819        | -0,0                   |
| Primário                      | -76 828     | -3,2                   | -89 730     | -3,4                   |
| Governo Central <sup>2/</sup> | -51 352     | -2,2                   | -59 439     | -2,2                   |
| Governos estaduais            | -16 370     | -0,7                   | -25 998     | -1,0                   |
| Governos municipais           | -3 345      | -0,1                   | -3 936      | -0,1                   |
| Empresas estatais             | -5 761      | -0,2                   | -358        | -0,0                   |
| Juros nominais                | 160 718     | 6,8                    | 161 222     | 6,1                    |
| Governo Central <sup>2/</sup> | 125 827     | 5,3                    | 119 046     | 4,5                    |
| Governos estaduais            | 30 110      | 1,3                    | 36 333      | 1,4                    |
| Governos municipais           | 6 212       | 0,3                    | 6 305       | 0,2                    |
| Empresas estatais             | -1 430      | -0,1                   | -461        | -0,0                   |

(continua)

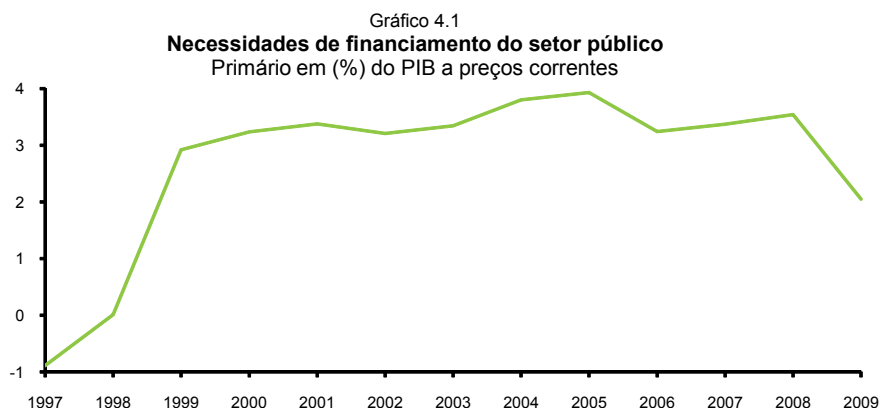
#### Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

| Discriminação                 | 2008        |                        | 2009        |                        |
|-------------------------------|-------------|------------------------|-------------|------------------------|
|                               | R\$ milhões | % do PIB <sup>1/</sup> | R\$ milhões | % do PIB <sup>1/</sup> |
| Nominal                       | 57 240      | 1,9                    | 104 622     | 3,3                    |
| Governo Central <sup>2/</sup> | 24 891      | 0,8                    | 107 363     | 3,4                    |
| Governos estaduais            | 29 715      | 1,0                    | -3 317      | -0,1                   |
| Governos municipais           | 5 494       | 0,2                    | 1 236       | 0,0                    |
| Empresas estatais             | -2 860      | -0,1                   | -660        | -0,0                   |
| Primário                      | -106 420    | -3,5                   | -64 517     | -2,1                   |
| Governo Central <sup>2/</sup> | -71 308     | -2,4                   | -42 443     | -1,4                   |
| Governos estaduais            | -25 931     | -0,9                   | -17 957     | -0,6                   |
| Governos municipais           | -4 644      | -0,2                   | -3 045      | -0,1                   |
| Empresas estatais             | -4 538      | -0,2                   | -1 072      | -0,0                   |
| Juros nominais                | 163 660     | 5,4                    | 169 139     | 5,4                    |
| Governo Central <sup>2/</sup> | 96 199      | 3,2                    | 149 806     | 4,8                    |
| Governos estaduais            | 55 646      | 1,9                    | 14 639      | 0,5                    |
| Governos municipais           | 10 138      | 0,3                    | 4 281       | 0,1                    |
| Empresas estatais             | 1 678       | 0,1                    | 412         | 0,0                    |

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

O recuo no superávit primário do Governo Central, traduzindo as variações assinaladas no superávit do governo federal, -0,84 p.p., e no déficit da Previdência Social, 0,16 p.p., atingiu 1,02 p.p. do PIB.



#### Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

| R\$ milhões                                |         |         |         |            |         |
|--------------------------------------------|---------|---------|---------|------------|---------|
| Discriminação                              | 2007    | 2008    | 2009    | Variação % |         |
|                                            | (a)     | (b)     | (c)     | (b)/(a)    | (c)/(b) |
| Receita total                              | 618 869 | 716 658 | 739 303 | 15,8       | 3,2     |
| Tesouro Nacional                           | 477 141 | 551 343 | 555 052 | 15,6       | 0,7     |
| Receita bruta                              | 490 913 | 564 732 | 569 844 | 15,0       | 0,9     |
| Restituições (-)                           | 13 772  | 13 389  | 14 792  | -2,8       | 10,5    |
| Previdência Social                         | 140 410 | 163 356 | 182 008 | 16,3       | 11,4    |
| Banco Central                              | 1 318   | 1 959   | 2 243   | 48,6       | 14,5    |
| Transferências a estados e municípios      | 105 604 | 133 075 | 127 684 | 26,0       | -4,1    |
| Receita líquida total                      | 513 265 | 583 583 | 611 619 | 13,7       | 4,8     |
| Despesa total                              | 455 442 | 497 900 | 572 404 | 9,3        | 15,0    |
| Tesouro Nacional                           | 268 186 | 295 909 | 344 656 | 10,3       | 16,5    |
| Previdência Social                         | 185 292 | 199 561 | 224 877 | 7,7        | 12,7    |
| Banco Central                              | 1 964   | 2 430   | 2 871   | 23,7       | 18,1    |
| Fundo Soberano do Brasil <sup>1/</sup>     | -       | 14 244  | 0       | -          | -       |
| Resultado do Governo Central <sup>2/</sup> | 57 823  | 71 439  | 39 215  | 23,5       | -45,1   |
| Tesouro Nacional                           | 103 351 | 108 115 | 82 712  | 4,6        | -23,5   |
| Previdência Social                         | -44 882 | -36 205 | -42 869 | -19,3      | 18,4    |
| Banco Central                              | -646    | -471    | -628    | -27,1      | 33,3    |
| Resultado primário/PIB – %                 | 2,2     | 2,4     | 1,3     | -          | -       |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui déficit do Tesouro Nacional.

2/ (+) = superávit; (-) = déficit.

A receita bruta do Tesouro Nacional representou 18,2% do PIB em 2009, ante 18,8% no ano anterior, com ênfase nos recuos assinalados nas arrecadações relativas ao IPI,

22,1%, reflexo de reduções nas alíquotas e na produção industrial; e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), 2,4%, traduzindo diminuição nas alíquotas e compensações realizadas. Em sentido inverso, o conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, refletindo o aumento de 99,7% na arrecadação de dividendos e a transferência, sem correspondência no ano anterior, de depósitos judiciais da ordem de R\$8,9 bilhões para a Conta Única, apresentou elevação anual de 23,9%.

#### Quadro 4.3 – Receita bruta do Tesouro Nacional

R\$ milhões

| Discriminação                          | 2007    | 2008    | 2009    | Variação % |         |
|----------------------------------------|---------|---------|---------|------------|---------|
|                                        | (a)     | (b)     | (c)     | (b)/(a)    | (c)/(b) |
| Receita total                          | 490 924 | 564 733 | 569 846 | 15,0       | 0,9     |
| Impostos e contribuições               | 432 555 | 484 701 | 470 684 | 12,1       | -2,9    |
| Demais receitas                        | 58 369  | 80 032  | 99 162  | 37,1       | 23,9    |
| Compensações financeiras <sup>1/</sup> | 17 026  | 25 032  | 19 412  | 47,0       | -22,5   |
| Diretamente arrecadadas                | 18 492  | 22 470  | 23 534  | 21,5       | 4,7     |
| Dividendos da União                    | 6 977   | 13 364  | 26 683  | 91,5       | 99,7    |
| Concessões                             | 2 064   | 6 080   | 3 091   | 194,6      | -49,2   |
| Outras                                 | 13 810  | 13 086  | 26 442  | -5,2       | 102,1   |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Receitas sobre a produção de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro Nacional experimentaram aumento anual de 1,14 p.p. do PIB, para 11%, em 2009. Os gastos com pessoal cresceram 15,9%, impulsionados pela expansão de 58,6% no pagamento de precatórios judiciais, enquanto as despesas com custeio e capital aumentaram 16,9%.

#### Quadro 4.4 – Despesas do Tesouro Nacional

R\$ milhões

| Discriminação                        | 2007    | 2008    | 2009    | Variação % |         |
|--------------------------------------|---------|---------|---------|------------|---------|
|                                      | (a)     | (b)     | (c)     | (b)/(a)    | (c)/(b) |
| Despesas total                       | 268 186 | 295 907 | 344 657 | 10,3       | 16,5    |
| Pessoal e encargos sociais           | 116 372 | 130 829 | 151 653 | 12,4       | 15,9    |
| Custeio e capital                    | 151 293 | 164 036 | 191 825 | 8,4        | 16,9    |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador       | 18 472  | 21 027  | 27 433  | 13,8       | 30,5    |
| Subsídios e subvenções econômicas    | 10 021  | 5 980   | 5 411   | -40,3      | -9,5    |
| Loas/RMV                             | 14 192  | 16 036  | 18 946  | 13,0       | 18,1    |
| Outras despesas de custeio e capital | 108 608 | 120 993 | 140 035 | 11,4       | 15,7    |
| Outras despesas de custeio           | 86 499  | 92 724  | 105 898 | 7,2        | 14,2    |
| Investimento                         | 22 109  | 28 269  | 34 137  | 27,9       | 20,8    |
| Transferências do Tesouro ao Bacen   | 521     | 1 042   | 1 179   | 100,0      | 13,1    |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional



As despesas com obrigações custeadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem por finalidade o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES, elevaram-se 30,5% no ano, para R\$27,4 bilhões. O acréscimo refletiu os impactos do aumento real de 6,4% no valor do salário mínimo, a partir de fevereiro de 2009, e a elevação no número de beneficiários.

O pagamento de benefícios assistenciais amparados pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) aumentou 18,1%, atingindo R\$18,9 bilhões, com ênfase nas influências do aumento do salário mínimo e do crescimento vegetativo médio anual de 9% na quantidade de benefícios pagos.

A elevação nos gastos com investimentos, que alcançaram R\$34,1 bilhões, situou-se em 20,8%, ressaltando-se os recursos direcionados aos Ministérios dos Transportes, R\$9 bilhões; das Cidades, R\$4,6 bilhões; da Integração Nacional, R\$3,5 bilhões; da Educação, R\$3,1 bilhões; e da Saúde, R\$1,7 bilhão. Os investimentos incluídos no PAC aumentaram 58% no ano, atingindo R\$17,9 bilhões.

O superávit primário dos governos regionais totalizou 0,67% do PIB em 2009, recuando 0,35 p.p. em relação ao ano anterior, ressaltando-se que a razão entre sua

#### Quadro 4.5 – Usos e fontes – Setor público consolidado

| Discriminação                 | 2008        |          | 2009        |          |
|-------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|
|                               | R\$ milhões | % do PIB | R\$ milhões | % do PIB |
| Usos                          | 57 240      | 1,9      | 104 622     | 3,3      |
| Primário                      | -106 420    | -3,5     | -64 517     | -2,1     |
| Juros internos                | 166 106     | 5,5      | 169 306     | 5,4      |
| Juros reais                   | 58 460      | 1,9      | 179 705     | 5,7      |
| Atualização monetária         | 107 647     | 3,6      | -10 400     | -0,3     |
| Juros externos                | -2 446      | -0,1     | - 167       | -0,0     |
| Fontes                        | 57 240      | 1,9      | 104 622     | 3,3      |
| Financiamento interno         | 81 484      | 2,7      | 158 038     | 5,0      |
| Dívida mobiliária             | 171 111     | 5,7      | 265 483     | 8,4      |
| Dívida bancária               | -92 922     | -3,1     | -126 753    | -4,0     |
| Renegociações                 | -           | -        | -           | -        |
| Estados                       | -           | -        | -           | -        |
| Municípios                    | -           | -        | -           | -        |
| Estatais                      | -           | -        | -           | -        |
| Demais                        | 3 294       | 0,1      | 19 308      | 0,6      |
| Relacionamento TN/Bacen       | 767         | -        | -           | -        |
| Financiamento externo         | -25 011     | -0,8     | -53 416     | -1,7     |
| PIB em 12 meses <sup>1/</sup> | 3 004 881   |          | 3 143 016   |          |

1/ PIB a preços correntes.

dívida líquida e o PIB, favorecida pela deflação observada no IGP-DI, que corrige a maior parte dos passivos de estados e municípios, manteve-se na trajetória declinante registrada nos últimos anos.

Os juros nominais, apropriados por competência, representaram 5,40% do PIB em 2009, recuando, em linha com a trajetória da taxa Selic média, 0,05 p.p. do PIB no ano. Nesse contexto, o déficit nominal do setor público equivaleu a 3,34% do PIB, comparativamente a 1,9% do PIB, em 2008. O financiamento desse resultado ocorreu, seguindo padrão semelhante ao assinalado no ano anterior, mediante expansões da dívida mobiliária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, e reduções da dívida bancária líquida e do financiamento externo líquido.

## Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.398,4 bilhões, 44,4% do PIB, ao final de 2009, comparativamente a R\$1.264,8 bilhões, 40,9% do PIB, em 2008. A elevação de 3,5 p.p. do PIB refletiu a ocorrência de resgates líquidos totais de R\$0,9 bilhão, a incorporação de juros de R\$137,9 bilhões e o efeito contracionista de R\$3,4 bilhões decorrente da apreciação do real frente ao dólar.

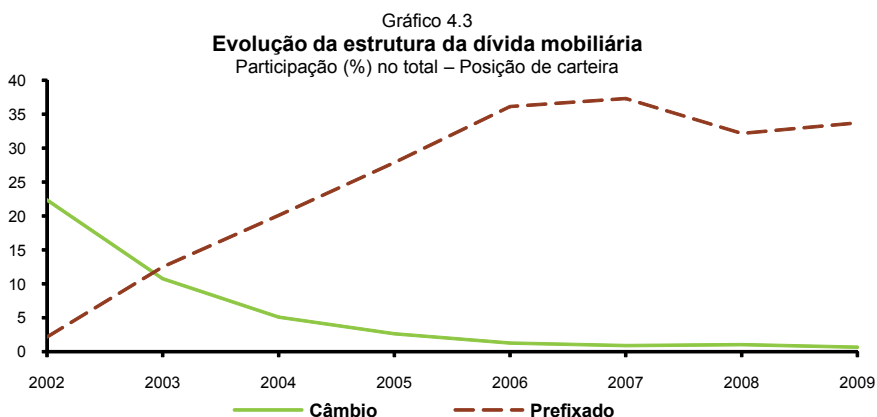
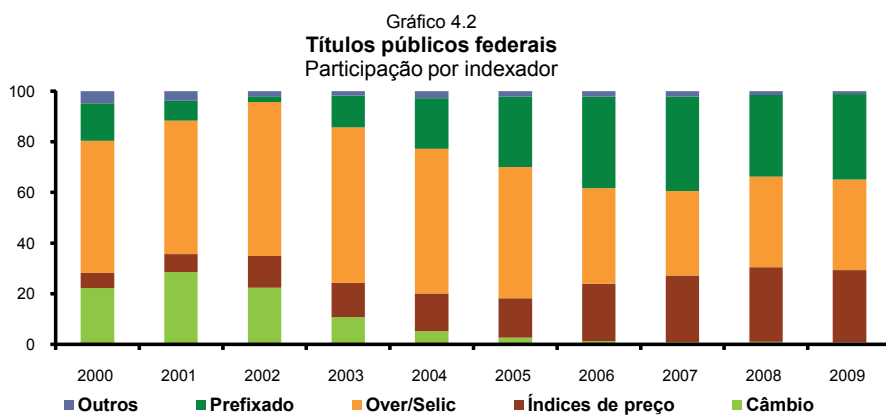
### Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

| Discriminação                     | 2005      | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Responsabilidade do TN            | 1 252 510 | 1 390 694 | 1 583 871 | 1 759 134 | 2 036 231 |
| Carteira do Banco Central         | 279 663   | 297 198   | 359 001   | 494 311   | 637 815   |
| LTN                               | 119 323   | 164 989   | 158 748   | 131 149   | 132 191   |
| LFT                               | 120 270   | 72 737    | 78 955    | 187 346   | 242 856   |
| NTN                               | 36 823    | 59 472    | 121 298   | 175 817   | 262 768   |
| Créditos securitizados            | 3 247     | 0         | 0         | 0         | 0         |
| Fora do Banco Central             | 972 847   | 1 093 495 | 1 224 871 | 1 264 823 | 1 398 415 |
| LTN                               | 263 436   | 346 984   | 325 149   | 239 143   | 247 270   |
| LFT                               | 504 653   | 412 034   | 409 024   | 453 131   | 500 224   |
| BTN                               | 48        | 39        | 27        | 30        | 18        |
| NTN                               | 167 379   | 296 598   | 451 132   | 538 380   | 621 479   |
| CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E | 15 799    | 14 532    | 13 903    | 14 306    | 12 851    |
| Créditos securitizados            | 16 555    | 17 793    | 20 777    | 15 089    | 12 058    |
| Dívida agrícola                   | 1 529     | 1 302     | 0         | 0         | 0         |
| TDA                               | 3 448     | 4 213     | 4 859     | 4 743     | 4 516     |
| CDP                               | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |
| Responsabilidade do Banco Central | 6 815     | 0         | 0         | 0         | 0         |
| LBC                               | -         | -         | -         | -         | -         |
| BBC/BBCA                          | -         | -         | -         | -         | -         |
| NBCE                              | 6 815     | 0         | 0         | 0         | 0         |
| NBCF                              | -         | -         | -         | -         | -         |
| NBCA                              | -         | -         | -         | -         | -         |
| Total fora do Banco Central       | 979 662   | 1 093 495 | 1 224 871 | 1 264 823 | 1 398 415 |
| Em % do PIB                       | 45.4      | 45.1      | 43.7      | 40.9      | 45.3      |

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$2.036,2 bilhões em dezembro de 2009, dos quais R\$637,8 bilhões encontravam-se em poder do Banco Central e R\$1.398,4 bilhões, no mercado.

A participação dos títulos prefixados no total da dívida, refletindo a incorporação dos juros, aumentou 1,5 p.p. no ano, situando-se em 33,7% em dezembro, enquanto a relativa aos títulos indexados à taxa Selic manteve-se em 35,8% e a referente aos títulos vinculados à taxa de câmbio recuou 0,4 p.p., para 0,7%. Adicionalmente, as participações dos títulos indexados à Taxa Referencial (TR) e daqueles atrelados a índices de preços registraram reduções respectivas de 0,4 p.p. e 0,7 p.p. no período, atingindo 1,2% e 28,6%, respectivamente.



As operações de *swap* do Banco Central, que haviam atingido R\$27,8 bilhões em 2008, registraram resultado nulo a partir de julho, em razão da estratégia adotada para igualar as quantidades compradas e vendidas em dólar. Considerando o critério de caixa, o resultado acumulado dessas operações em 2009, equivalente à diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi favorável ao Banco Central em R\$3,2 bilhões.

#### Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

| Índice de correção  | 2005    | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      |
|---------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Total – R\$ milhões | 979 662 | 1 093 495 | 1 224 871 | 1 264 823 | 1 398 415 |
| Câmbio              | 2,7     | 1,3       | 0,9       | 1,1       | 0,7       |
| TR                  | 2,1     | 2,2       | 2,1       | 1,6       | 1,2       |
| IGP-M               | 7,0     | 6,4       | 5,8       | 5,1       | 4,6       |
| Over/Selic          | 51,8    | 37,8      | 33,4      | 35,8      | 35,8      |
| Prefixado           | 27,9    | 36,1      | 37,3      | 32,2      | 33,7      |
| TJLP                | 0,0     | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| IGP-DI              | 1,1     | 0,9       | 0,7       | 0,6       | 0,4       |
| INPC                | 0,0     | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| IPCA                | 7,4     | 15,3      | 19,8      | 23,6      | 23,6      |
| Outros              | 0,0     | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| Total               | 100,0   | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0     |

O Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública federal de 2009 definiu os seguintes limites mínimos e máximos a serem atingidos até o final do ano para as participações dos indexadores no total da dívida pública: títulos prefixados, 24% e 31%; indexados a índices de preços, 26% e 30%; atrelados à taxa *over/Selic*, 32% e 38%; vinculados ao câmbio, 7% e 11%. Em dezembro, esses percentuais atingiram, na ordem, 25,8%, 21,9%, 27,4% e 0,5%.

As operações compromissadas realizadas no mercado aberto, que representam financiamentos de curtíssimo e curto prazo, atingiram R\$454,7 bilhões em dezembro, ante R\$325,2 bilhões em dezembro de 2008, registrando-se no ano vendas líquidas de títulos de R\$89,1 bilhões e incorporação de juros de R\$40,5 bilhões.

O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, referente a dezembro, evidenciou que 21,6% da dívida registrava vencimento em 2010; 20,8%, em 2011; e 57,6%, a partir de janeiro de 2012. Vale mencionar que a estrutura de vencimentos para os títulos vincendos em doze meses, de 21,6%, situou-se 3,4 p.p. abaixo do limite mínimo estabelecido pelo PAF 2009, de 25%. O prazo médio de vencimento da dívida em dezembro atingiu 40,4 meses, 0,4 mês abaixo do limite mínimo estabelecido no PAF 2009, que fixou o intervalo de 40,8 e 44,4 meses.

## Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.345,3 bilhões em 2009, 42,8% do PIB, ante 38,4% em 2008, representando o primeiro aumento na relação anual DLSP/PIB desde 2002. É importante enfatizar que a evolução da taxa de câmbio tem-se constituído em

**Tabela 4.8 – Operações compromissadas – Mercado aberto**

Saldos e participações

|         |     | R\$ milhões |        |                |       |         |
|---------|-----|-------------|--------|----------------|-------|---------|
| Período |     | Até 1 mês   |        | Acima de 1 mês |       | Total   |
|         |     | Saldo       | %      | Saldo          | %     | Saldo   |
| 2003    | Dez | 43 742      | 78,5   | 11 975         | 21,5  | 55 717  |
| 2004    | Dez | 7 797       | 16,5   | 39 410         | 83,5  | 47 207  |
| 2005    | Dez | -24 430     | -106,9 | 47 286         | 206,9 | 22 856  |
| 2006    | Dez | 5 800       | 9,7    | 54 231         | 90,3  | 60 030  |
| 2007    | Mar | 41 656      | 39,3   | 64 281         | 60,7  | 105 937 |
|         | Jun | 10 198      | 7,5    | 126 562        | 92,5  | 136 760 |
|         | Set | 7 561       | 4,3    | 168 525        | 95,7  | 176 086 |
|         | Dez | -1 460      | -0,9   | 167 274        | 100,9 | 165 813 |
| 2008    | Mar | 37 349      | 18,2   | 167 643        | 81,8  | 204 991 |
|         | Jun | 42 818      | 18,4   | 190 311        | 81,6  | 233 129 |
|         | Set | 87 261      | 30,9   | 195 107        | 69,1  | 282 368 |
|         | Dez | 88 303      | 29,4   | 212 188        | 70,6  | 300 491 |
| 2009    | Mar | 124 877     | 33,7   | 246 066        | 66,3  | 370 943 |
|         | Jun | 68 826      | 17,8   | 316 797        | 82,2  | 385 624 |
|         | Set | 60 179      | 14,0   | 369 497        | 86,0  | 429 676 |
|         | Dez | 31 846      | 7,4    | 396 029        | 92,6  | 427 874 |

variável relevante para a trajetória do nível de endividamento. Nesse sentido, a depreciação cambial de 32% observada em 2008 exerceu contribuição de 2,6 p.p. do PIB para a redução anual do endividamento líquido, enquanto a apreciação de 25,5% assinalada em 2009 exerceu impacto de 2,5 p.p. do PIB para o aumento da relação DLSP/PIB. Nesse ano, devem ser destacadas, adicionalmente, as contribuições respectivas de 5,4 p.p. e 0,3 p.p. inerentes à apropriação dos juros nominais e ao ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, parcialmente neutralizadas pelos efeitos associados ao superávit primário, ao crescimento do PIB e às privatizações, que atingiram, na ordem, 2,1 p.p., 1,7 p.p. e 0,1 p.p. do PIB.

A evolução da composição da DLSP em 2009 refletiu, em especial, a redução da parcela credora vinculada ao câmbio, em função da apreciação cambial assinalada no ano, e o aumento da parcela credora vinculada à TJLP, em linha com o crescimento dos ativos do governo federal junto ao BNDES, em função da concessão de crédito a esta instituição, pela União, mediante colocação de títulos públicos em sua carteira. Destaque-se também o crescimento anual de 3,8 p.p., para 62%, da dívida vinculada à taxa Selic.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), representada pelos débitos do governo federal, da Previdência Social e dos governos regionais, totalizou R\$1.973,4 bilhões em 2009, representando 62,8% do PIB. O aumento anual de 5 p.p. do PIB refletiu, em grande parte, o impacto da incorporação de juros nominais e das emissões líquidas de dívida, neutralizado, em parte, pelo efeito do crescimento do PIB nominal e pela apreciação cambial.

#### Quadro 4.9 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

| Discriminação                                          | 2006        |          | 2007        |          |
|--------------------------------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|
|                                                        | R\$ milhões | % do PIB | R\$ milhões | % do PIB |
| Dívida líquida total – Saldo                           | 1 112 701   | 47,0     | 1 200 799   | 45,1     |
| Dívida líquida – Var. ac. ano                          | 77 423      | 0,5      | 88 098      | -1,8     |
| Fatores condicionantes (fluxos ac. ano): <sup>1/</sup> | 77 423      | 3,3      | 88 098      | 3,3      |
| Necessidade de financiamento do setor público          | 83 890      | 3,5      | 71 492      | 2,7      |
| Primário                                               | -76 828     | -3,2     | -89 730     | -3,4     |
| Juros nominais                                         | 160 718     | 6,8      | 161 222     | 6,1      |
| Ajuste cambial <sup>2/</sup>                           | -6 890      | -0,3     | 21 016      | 0,8      |
| Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio           | -2 222      | -0,1     | -2 432      | -0,1     |
| Dívida externa                                         | -4 667      | -0,2     | 23 449      | 0,9      |
| Dívida externa – Outros ajustes <sup>3/</sup>          | 2 847       | 0,1      | -2 516      | -0,1     |
| Reconhecimento de dívidas                              | -375        | -0,0     | -630        | -0,0     |
| Privatizações                                          | -2 049      | -0,1     | -1 265      | -0,0     |
| Efeito crescimento PIB – Dívida <sup>4/</sup>          |             | -2,7     |             | -5,1     |
| PIB em R\$ milhões <sup>5/</sup>                       | 2 369 484   |          | 2 661 344   |          |

(continua)

#### Quadro 4.9 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

| Discriminação                                         | 2008        |          | 2009        |          |
|-------------------------------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|
|                                                       | R\$ milhões | % do PIB | R\$ milhões | % do PIB |
| Dívida líquida total – Saldo                          | 1 153 631   | 38,4     | 1 345 325   | 42,8     |
| Dívida líquida – Var. ac. ano                         | -47 168     | -6,7     | 191 694     | 4,4      |
| Fatores condicionantes (fluxos ac. ano) <sup>1/</sup> | -47 168     | -1,6     | 191 694     | 6,1      |
| Necessidade de financiamento do setor público         | 57 240      | 1,9      | 104 622     | 3,3      |
| Primário                                              | -106 420    | -3,5     | -64 517     | -2,1     |
| Juros nominais                                        | 163 660     | 5,4      | 169 139     | 5,4      |
| Ajuste cambial <sup>2/</sup>                          | -77 373     | -2,6     | 79 754      | 2,5      |
| Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio          | 3 180       | 0,1      | -3 414      | -0,1     |
| Dívida externa                                        | -80 553     | -2,7     | 83 168      | 2,6      |
| Dívida externa – Outros ajustes <sup>3/</sup>         | -26 404     | -0,9     | 10 880      | 0,3      |
| Reconhecimento de dívidas                             | 135         | 0,0      | -345        | -0,0     |
| Privatizações                                         | -767        | -0,0     | -3217       | -0,1     |
| Efeito crescimento PIB – Dívida <sup>4/</sup>         |             | -5,2     |             | -1,7     |
| PIB em R\$ milhões <sup>5/</sup>                      | 3 004 881   |          | 3 143 016   |          |

<sup>1/</sup> Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:  

$$(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB12MesesValorizado}) * 100$$
. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

<sup>2/</sup> Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

<sup>3/</sup> Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

<sup>4/</sup> Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:  

$$\text{Dt-1} / (\text{PIBMêsAtual} / \text{PIBMêsBase}) - \text{Dt-1}$$
.

<sup>5/</sup> PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

**Quadro 4.10 – Dívida Líquida do Setor Público**

| Discriminação                                | 2008        |          | 2009        |          |
|----------------------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|
|                                              | R\$ milhões | % do PIB | R\$ milhões | % do PIB |
| Dívida fiscal líquida (G=E-F)                | 1 003 829   | 33,4     | 1 108 451   | 35,3     |
| Ajuste metodológico s/dívida interna (F)     | 119 997     | 4,0      | 116 583     | 3,7      |
| Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D) | 1 123 826   | 37,4     | 1 225 034   | 39,0     |
| Ajuste metodológico s/dívida externa (D)     | -14 448     | -0,5     | 79 600      | 2,5      |
| Ajuste patrimonial (C)                       | 113 770     | 3,8      | 113 425     | 3,6      |
| Ajuste de privatização (B)                   | -69 517     | -2,3     | -72 734     | -2,3     |
| Dívida líquida total (A)                     | 1 153 631   | 38,4     | 1 345 325   | 42,8     |
| Governo federal                              | 760 249     | 25,3     | 971 724     | 30,9     |
| Banco Central do Brasil                      | -31 922     | -1,1     | -39 189     | -1,2     |
| Governos estaduais                           | 359 575     | 12,0     | 350 339     | 11,1     |
| Governos municipais                          | 55 379      | 1,8      | 56 066      | 1,8      |
| Empresas estatais                            | 10 351      | 0,3      | 6 385       | 0,2      |
| Dívida interna líquida                       | 1 482 193   | 49,3     | 1 633 255   | 52,0     |
| Governo federal                              | 633 793     | 21,1     | 876 731     | 27,9     |
| Banco Central do Brasil                      | 451 188     | 15,0     | 368 999     | 11,7     |
| Governos estaduais                           | 343 521     | 11,4     | 335 899     | 10,7     |
| Governos municipais                          | 52 879      | 1,8      | 54 059      | 1,7      |
| Empresas estatais                            | 813         | 0,0      | -2 433      | -0,1     |
| Dívida externa líquida                       | -328 561    | -10,9    | -287 930    | -9,2     |
| Governo federal                              | 126 456     | 4,2      | 94 993      | 3,0      |
| Banco Central do Brasil                      | -483 110    | -16,1    | -408 188    | -13,0    |
| Governos estaduais                           | 16 054      | 0,5      | 14 440      | 0,5      |
| Governos municipais                          | 2 500       | 0,1      | 2 007       | 0,1      |
| Empresas estatais                            | 9 538       | 0,3      | 8 819       | 0,3      |
| PIB em R\$ milhões <sup>1/</sup>             | 3 004 881   |          | 3 143 016   |          |

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

**Quadro 4.11 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral<sup>1/</sup>**

| Discriminação                                | 2008        |          | 2009        |          |
|----------------------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|
|                                              | R\$ milhões | % do PIB | R\$ milhões | % do PIB |
| Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)   | 1 153 631   | 38,4     | 1 345 325   | 42,8     |
| Dívida líquida do governo geral (B=C+F+I+J)  | 1 175 203   | 39,1     | 1 378 129   | 43,8     |
| Dívida bruta do governo geral (C=D+E)        | 1 740 888   | 57,9     | 1 973 424   | 62,8     |
| Dívida interna (D)                           | 1 595 878   | 53,1     | 1 861 984   | 59,2     |
| Dívida externa (E)                           | 145 010     | 4,8      | 111 440     | 3,5      |
| Governo federal                              | 126 456     | 4,2      | 94 993      | 3,0      |
| Governos estaduais                           | 16 054      | 0,5      | 14 440      | 0,5      |
| Governos municipais                          | 2 500       | 0,1      | 2 007       | 0,1      |
| Créditos do governo geral (F=G+H)            | -563 425    | -18,8    | -830 612    | -26,4    |
| Créditos internos (G)                        | -563 425    | -18,8    | -830 612    | -26,4    |
| Disponibilidades do Governo Geral            | -292 507    | -9,7     | -445 177    | -14,2    |
| Aplic.da Previdência Social                  | -1 307      | -0,0     | -58         | -0,0     |
| Arrecadação a recolher                       | -1 639      | -0,1     | -1 767      | -0,1     |
| Depósitos a vista (inclui ag. descentral.)   | -8 351      | -0,3     | -7 746      | -0,2     |
| Disponibilidades do governo federal no Bacen | -255 217    | -8,5     | -406 354    | -12,9    |
| Aplicações na rede bancária (estadual)       | -25 993     | -0,9     | -29 252     | -0,9     |
| Créditos concedidos a Inst. Financ. Oficiais | -43 087     | -1,4     | -144 787    | -4,6     |
| Instrumentos híbridos de capital e dívida    | -7 633      | -0,3     | -15 550     | -0,5     |
| Créditos junto ao BNDES                      | -35 454     | -1,2     | -129 237    | -4,1     |
| Aplicações de fundos e programas             | -61 700     | -2,1     | -73 851     | -2,3     |
| Créditos junto às estatais                   | -18 977     | -0,6     | -16 518     | -0,5     |
| Demais créditos do governo federal           | -10 974     | -0,4     | -10 249     | -0,3     |
| Recursos do FAT na rede bancária             | -136 181    | -4,5     | -140 030    | -4,5     |
| Créditos externos (H)                        | 0           | 0,0      | 0           | 0,0      |
| Governo federal                              | 0           | 0,0      | 0           | 0,0      |
| Governos estaduais                           | -           | -        | -           | -        |
| Governos municipais                          | -           | -        | -           | -        |
| Títulos livres na carteira do Bacen (I)      | 169 156     | 5,6      | 183 105     | 5,8      |
| Equalização Cambial (J)                      | -171 416    | -5,7     | 52 212      | 1,7      |
| Dívida líquida do Banco Central (K)          | -31 922     | -1,1     | -39 189     | -1,2     |
| Dívida líquida das empresas estatais (L)     | 10 351      | 0,3      | 6 385       | 0,2      |
| PIB em R\$ milhões <sup>2/</sup>             | 3 004 881   |          | 3 143 016   |          |

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).



## Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições de competência da União, excluídas as contribuições destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), alcançou R\$497,6 bilhões em 2009 (15,8% do PIB), ante R\$505,2 bilhões (16,8% do PIB) no ano anterior, registrando redução real de 6,2%, considerado o IPCA como deflator.

Devido à crise econômica que se prolongou até o final do terceiro trimestre, a arrecadação transcorreu num ambiente de desaquecimento da atividade econômica associado a um abrangente programa de desoneração tributária.

### Quadro 4.12 – Arrecadação bruta de receitas federais

| R\$ milhões                                    |                |                |                |             |             |
|------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|-------------|
| Discriminação                                  | 2007           | 2008           | 2009           | Variação %  |             |
|                                                | (a)            | (b)            | (c)            | (b)/(a)     | (c)/(b)     |
| Imposto de Renda (IR)                          | 160 286        | 191 755        | 191 598        | 19,6        | -0,1        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)  | 33 853         | 39 466         | 30 752         | 16,6        | -22,1       |
| Imposto sobre a Importação (II)                | 12 254         | 17 235         | 16 092         | 40,6        | -6,6        |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)      | 7 834          | 20 342         | 19 244         | 159,7       | -5,4        |
| Contribuição para o Financiamento da           |                |                |                |             |             |
| Seguridade Social (Cofins)                     | 102 838        | 120 800        | 117 887        | 17,5        | -2,4        |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) | 34 485         | 43 972         | 44 238         | 27,5        | 0,6         |
| Contribuição para o PIS/Pasep                  | 26 817         | 31 598         | 31 755         | 17,8        | 0,5         |
| Contribuição Provisória sobre                  |                |                |                |             |             |
| Movimentação Financeira (CPMF)                 | 36 483         | 1 150          | 286            | -96,8       | -75,1       |
| Contribuição de Intervenção no Domínio         |                |                |                |             |             |
| Econômico (Cide)                               | 7 937          | 5 985          | 4 827          | -24,6       | -19,3       |
| Outros tributos                                | 26 134         | 32 895         | 40 940         | 25,9        | 24,5        |
| <b>Total</b>                                   | <b>448 921</b> | <b>505 198</b> | <b>497 619</b> | <b>12,5</b> | <b>-1,5</b> |

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

O desempenho da arrecadação em 2009 refletiu os impactos da retração no nível da atividade econômica e das desonerações fiscais temporárias empreendidas pelo governo federal com vistas a estimular a demanda agregada, estimadas em R\$24,9 bilhões pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Adicionalmente, devem ser mencionados os efeitos das compensações de pagamentos indevidos ou a maior referentes à Cofins, ao Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), no valor de R\$3 bilhões.

Em sentido inverso, o nível da arrecadação foi favorecido pelo impacto de receitas atípicas, entre as quais R\$8,9 bilhões referentes à transferência de depósitos judiciais para a conta única do Tesouro Nacional (Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009) e R\$5,3 bilhões relativos a parcelamentos e pagamentos de dívidas em atraso. No

mesmo sentido, ressaltem-se os impactos das elevações nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicações no mercado financeiro e de capitais; e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a cargo das instituições financeiras.

#### Quadro 4.13 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

| Discriminação                                 | 2007    | 2008    | 2009    | Variação % |         |
|-----------------------------------------------|---------|---------|---------|------------|---------|
|                                               | (a)     | (b)     | (c)     | (b)/(a)    | (c)/(b) |
| Imposto de Renda (IR)                         | 160 252 | 191 721 | 191 598 | 19,6       | -0,1    |
| Pessoas físicas                               | 13 654  | 14 987  | 14 840  | 9,8        | -1,0    |
| Pessoas jurídicas                             | 69 971  | 84 692  | 84 519  | 21,0       | -0,2    |
| Entidades financeiras                         | 13 573  | 12 635  | 13 610  | -6,9       | 7,7     |
| Demais empresas                               | 56 432  | 72 091  | 70 909  | 27,7       | -1,6    |
| Retido na fonte                               | 76 627  | 92 042  | 92 239  | 20,1       | 0,2     |
| Rendimentos do trabalho                       | 42 349  | 51 610  | 52 179  | 21,9       | 1,1     |
| Rendimentos do capital                        | 21 421  | 24 853  | 22 926  | 16,0       | -7,8    |
| Remessas para o exterior                      | 7 800   | 9 565   | 10 657  | 22,6       | 11,4    |
| Outros rendimentos                            | 5 057   | 6 014   | 6 477   | 18,9       | 7,7     |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) | 33 851  | 39 465  | 30 752  | 16,6       | -22,1   |
| Fumo                                          | 2 803   | 3 210   | 3 312   | 14,5       | 3,2     |
| Bebidas                                       | 2 583   | 2 437   | 2 291   | -5,7       | -6,0    |
| Automóveis                                    | 5 208   | 6 001   | 2 054   | 15,2       | -65,8   |
| Outros                                        | 15 555  | 17 415  | 14 685  | 12,0       | -15,7   |
| Vinculado à importação                        | 7 702   | 10 402  | 8 410   | 35,1       | -19,2   |

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

## Previdência Social

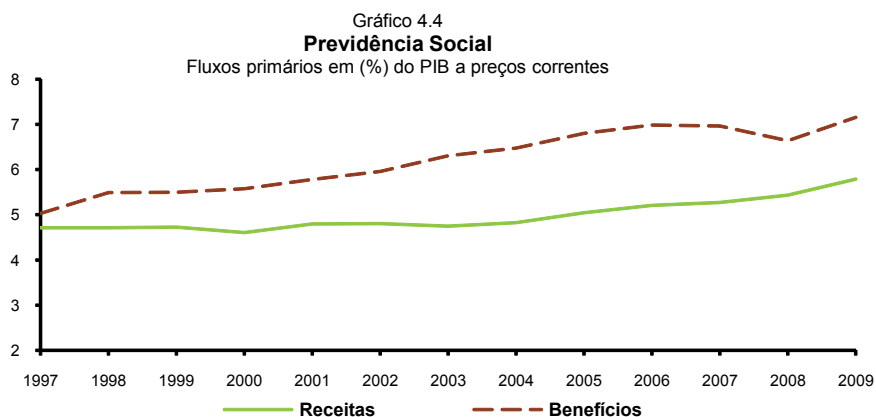
O déficit da Previdência Social atingiu R\$42,9 bilhões, 1,36% do PIB, em 2009, interrompendo a sequência de duas reduções anuais consecutivas. As receitas, em cenário de elevação da massa salarial, elevaram-se 11,4% no ano, enquanto as despesas – evidenciando os impactos dos aumentos no valor médio dos benefícios pagos, 10,1%; na quantidade média de benefícios pagos, 3,3%; e no pagamento de precatórios e sentenças judiciais, R\$1 bilhão – cresceram 12,7%.

#### Quadro 4.14 – Resultado da Previdência Social

R\$ milhões

| Discriminação                  | 2007    | 2008    | 2009    | Variação % |         |
|--------------------------------|---------|---------|---------|------------|---------|
|                                | (a)     | (b)     | (c)     | (b)/(a)    | (c)/(b) |
| Arrecadação líquida            | 140 412 | 163 355 | 182 008 | 16,3       | 11,4    |
| Arrecadação bruta              | 154 589 | 180 891 | 201 172 | 17,0       | 11,2    |
| Contribuição previdenciária    | 142 774 | 167 758 | 183 110 | 17,5       | 9,2     |
| Outras receitas                | 11 815  | 13 133  | 18 062  | 11,2       | 37,5    |
| Restituição (-)                | 520     | 545     | 555     | 4,8        | 1,8     |
| Transferências a terceiros (-) | 13 657  | 16 991  | 18 609  | 24,4       | 9,5     |
| Benefícios previdenciários     | 185 293 | 199 562 | 224 876 | 7,7        | 12,7    |
| Resultado primário             | -44 881 | -36 207 | -42 868 | ...        | ...     |

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social



## Finanças estaduais e municipais

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R\$229,3 bilhões em 2009 (7,3% do PIB), elevando-se 2,7% em relação ao exercício anterior, com ênfase nos aumentos assinalados em Pernambuco, 10,6%; Goiás, 9,3%; Santa Catarina, 7,4%; Rio de Janeiro, 5,3%; e São Paulo, 1,2%, estados responsáveis, em conjunto, por 52,2% da arrecadação total de ICMS.

As transferências da União para os estados e municípios atingiram R\$127,7 bilhões em 2009, 4,1% do PIB. A redução anual de 0,4 p.p. do PIB refletiu, em especial, a combinação dos seguintes fatores:

- redução de R\$4,3 bilhões nas transferências para os Fundos de Participação, em linha com o recuo na arrecadação das receitas compartilhadas (IPI e Imposto de Renda);

**Quadro 4.15 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**

| R\$ milhões       |                |                |                |             |            |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|------------|
| Discriminação     | 2007           | 2008           | 2009           | Variação %  |            |
|                   | (a)            | (b)            | (c)            | (b)/(a)     | (c)/(b)    |
| São Paulo         | 63 192         | 76 322         | 78 507         | 20,8        | 2,9        |
| Rio de Janeiro    | 15 671         | 17 836         | 19 100         | 13,8        | 7,1        |
| Minas Gerais      | 19 333         | 23 214         | 22 349         | 20,1        | -3,7       |
| Rio Grande do Sul | 12 258         | 14 825         | 15 087         | 20,9        | 1,8        |
| Paraná            | 10 086         | 11 767         | 12 311         | 16,7        | 4,6        |
| Bahia             | 8 941          | 10 239         | 10 143         | 14,5        | -0,9       |
| Santa Catarina    | 6 823          | 7 944          | 8 528          | 16,4        | 7,4        |
| Goiás             | 5 231          | 6 143          | 6 717          | 17,4        | 9,3        |
| Pernambuco        | 5 416          | 6 209          | 6 866          | 14,6        | 10,6       |
| Espírito Santo    | 5 878          | 7 001          | 6 670          | 19,1        | -4,7       |
| Demais estados    | 34 817         | 41 669         | 42 975         | 19,7        | 3,1        |
| <b>Total</b>      | <b>187 645</b> | <b>223 168</b> | <b>229 253</b> | <b>18,9</b> | <b>2,7</b> |

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

- b) decréscimo de R\$1,3 bilhão nas transferências asseguradas pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002 (compensação aos estados, em razão da desoneração das exportações); e
- c) redução de R\$616 milhões nas transferências efetuadas com base na arrecadação da Cide, reflexo da redução do valor cobrado sobre as vendas de gasolina e das compensações de pagamentos indevidos ou efetuados a maior.

Em sentido inverso, as transferências relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e ao apoio financeiro prestado aos municípios aumentaram, igualmente, R\$1,9 bilhão, enquanto as associadas ao pagamento de *royalties* decresceram R\$3 bilhões, resultando em elevação de R\$0,8 bilhão nas demais transferências.

**Quadro 4.16 – Transferências da União para os estados e municípios**

| R\$ milhões                                       |                |                |                |             |             |
|---------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|-------------|
| Discriminação                                     | 2007           | 2008           | 2009           | Variação %  |             |
|                                                   | (a)            | (b)            | (c)            | (b)/(a)     | (c)/(b)     |
| Transferências constitucionais (IPI, IR e outras) | 82 239         | 101 881        | 97 561         | 23,9        | -4,2        |
| Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)    | 3 888          | 5 216          | 3 900          | 34,2        | -25,2       |
| Transferências da Cide (EC nº 42/2003)            | 1 850          | 1 579          | 962            | -14,6       | -39,1       |
| Demais <sup>1/</sup>                              | 17 628         | 24 400         | 25 261         | 38,4        | 3,5         |
| <b>Total</b>                                      | <b>105 605</b> | <b>133 076</b> | <b>127 684</b> | <b>26,0</b> | <b>-4,1</b> |

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

<sup>1/</sup> Contribuição do Salário-Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), *royalties* de petróleo e outras transferências.

# Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

## Política de comércio exterior

As restrições acentuadas registradas nas linhas de crédito externo após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais causaram deslocamento de parcela significativa das operações financeiras relativas ao comércio exterior brasileiro para o mercado doméstico. Nesse cenário, a atuação do governo no âmbito da administração da política de comércio exterior concentrou-se na criação de instrumentos voltados a garantir a liquidez em moeda estrangeira.

O CMN, pela Resolução nº 3.675, de 29 de janeiro de 2009, passou a permitir que bancos e exportadores, mediante consenso, prorrogassem, até 31 de janeiro de 2010, o prazo de embarque de mercadorias em contratos celebrados até a data da publicação da resolução. Posteriormente, o CMN, pela Resolução nº 3.826, de 16 de dezembro de 2009, prorrogou até 30 de dezembro de 2010 o referido prazo para o embarque das mercadorias ou a prestação de serviços dos contratos de câmbio de exportação celebrados de 31 de janeiro de 2009 à data de publicação dessa norma. Ao permitir a prorrogação dos prazos nas contratações de câmbio de exportação, especialmente na modalidade Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), a medida possibilitou condições para que os exportadores enfrentassem os impactos da redução da demanda internacional.

Objetivando mitigar a escassez de crédito para operações de comércio exterior, a Resolução nº 10 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), de 17 de fevereiro de 2009, introduziu alterações no Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que possibilitaram que todas as empresas com faturamento bruto anual de até R\$600 milhões, ante R\$300 milhões na regulamentação anterior, fossem enquadradas no programa.

Ainda no âmbito do Proex, ressaltou-se a criação de modalidade específica para as exportações de micro, pequenas e médias empresas, com faturamento bruto anual de até R\$60 milhões e exportações de até US\$1 milhão, beneficiadas com a garantia do Seguro de Crédito à Exportação e amparadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Adicionalmente, o financiamento, voltado principalmente para o pré-embarque, poderá ser de até 100%, com prazo máximo de 180 dias para pagamento. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pela Portaria nº 191, de

28 de outubro de 2009, instituiu mudança adicional ao Proex, que passou a permitir o financiamento à produção exportável de serviços e às mercadorias elegíveis para o programa, conforme definido no Anexo da Portaria MDIC nº 98, de 7 de maio de 2009, que consolidou normas relacionadas ao programa, nas modalidades equalização e financiamento. Com essa modificação, o Proex possibilitou financiamento na fase pré-embarque, pois, anteriormente, o programa privilegiava, de maneira exclusiva, o financiamento na fase pós-embarque.

As operações do Proex atingiram US\$4,3 bilhões em 2009, dos quais US\$304,6 milhões referentes à modalidade financiamento e US\$4 bilhões, à equalização das taxas de juros. Ressalte-se que na modalidade financiamento, evidenciando a forte retração nas linhas externas de comércio exterior, a quantidade de grandes empresas exportadoras – cujos desembolsos reduziram-se 24,6% no ano, atingindo US\$126 milhões – que captaram recursos no Proex para suas operações externas aumentou de 19, em 2008, para 54. O número de médias empresas que acessaram recursos do Proex atingiu 235 em 2009, ante 230 no ano anterior, enquanto o relativo a micro e pequenas empresas manteve-se em 111, resultando, na ordem, em desembolsos de US\$120,4 milhões e US\$31,9 milhões.

Os principais setores econômicos que utilizaram o Proex-Financiamento, em 2009, foram, por ordem de importância, o agronegócio, 42%; seguindo-se os segmentos têxtil, couros e calçados, 25%; máquinas e equipamentos, 16%; e produtos minerais, 5%. Os principais blocos econômicos ou regiões de destinos das exportações cursadas por essa modalidade do Proex foram Cuba, 34%; União Europeia, 21%; Nafta, 10%; Apec e África, ambas com 9%.

Na modalidade equalização, as exportações efetuadas com financiamento do Proex totalizaram US\$4 bilhões em 2009, ante US\$4,6 bilhões no ano anterior. As emissões de títulos que lastreiam operações de equalização da taxa de juros somaram US\$157,8 milhões, recuando 12,5% em relação a 2008, tendo sido realizadas 2.513 operações por 42 exportadores, ante 2.900, por 37 empresas, em 2008. A análise setorial evidencia que o setor de transporte, no qual se incluem as vendas externas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), foi responsável por 39% do valor dessas exportações, seguindo-se máquinas e equipamentos, 33%; e serviços, 28%. Os principais destinos das exportações cursadas pelo Proex-Equalização foram os países da África, 37%, em especial Angola; Nafta, 19%; demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), 15%; Mercado Comum do Sul (Mercosul), 9%; e União Europeia, 5%. A exemplo dos anos anteriores, ocorreu forte concentração das operações nas grandes empresas, que responderam por 86% do valor total.

A atuação do BNDES na garantia de crédito tanto para investimento quanto para o comércio exterior foi fortalecida em 2009. Em relação à capacidade de financiamento à indústria, foi prorrogado, de 31 de dezembro de 2009 para final

de junho de 2010, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que permite à União equalizar a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. Essa medida objetivou beneficiar a compra de caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos para a indústria, entre outros, com taxa de juros de 4,5% a.a. Os desembolsos relacionados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US\$8,3 bilhões, ante US\$6,6 bilhões em 2008.

O esforço de promoção comercial empreendido em 2009 evidenciou-se nas várias missões empresariais promovidas pela Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex) em diversos países e regiões, dentre eles África do Sul, Moçambique, Angola, Cuba, Serra Leoa, América Latina, Turquia e Norte da África. Outra medida importante foi a abertura de um Centro de Negócios na China, unidade que auxilia a internacionalização das empresas brasileiras, desde a prospecção de mercado até a distribuição de produtos. Além disso, pelo Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, foi concedida ao exportador brasileiro a isenção do Imposto de Renda (IR) nas despesas relacionadas a pesquisas de mercado, aluguéis e arrendamentos de estandes e locais para exposições ou feiras no exterior, inclusive promoção e propaganda nesses eventos e divulgação de destinos turísticos brasileiros. Na situação anterior, a redução a zero da alíquota do IR privilegiava exclusivamente a promoção de produtos utilizados em exposições e feiras no exterior.

Em relação ao Mercosul, não ocorreram progressos no processo negociador durante o ano, registrando-se, inclusive, aumento no número de contenciosos comerciais entre Argentina e Brasil, em especial em relação à exigência de licença prévia de importação de vários produtos. Ressalte-se que esses contenciosos entre os dois principais sócios do Mercosul comprometem, de certa maneira, o poder negociador do bloco perante novos parceiros comerciais, como a União Europeia, cuja retomada do processo negociador, interrompido em 2004, se encontra em processo de avaliação.

Relativamente a acordos comerciais, registre-se a promulgação, pelo Decreto nº 6.864, de 29 de maio de 2009, do Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul e República da Índia, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004, e a aprovação do Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 936, de 17 de dezembro de 2009, dos textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e Israel, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007. Adicionalmente, o Decreto nº 6.782, de 18 de fevereiro de 2009, ampliou, de 108 para 212 posições tarifárias, o número de autopeças contempladas no acordo de livre comércio do setor automotivo, em vigor desde o início de 2007, com o México.

Vale enfatizar, no entanto, que o maior avanço político se constituiu na aprovação pelo Senado brasileiro da adesão da Venezuela ao Mercosul, restando agora a aprovação do

legislativo paraguaio para sua confirmação como membro pleno. No âmbito do bloco, foram mantidas as tradicionais políticas de ex-tarifários, exemplo de regime especial de importação, permitindo a redução da alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação de bens de capital, de informática e telecomunicação sem similar nacional para 2%, no caso de haver produção em algum país do Mercosul, e para zero, caso não haja.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou o Brasil a aplicar retaliação aos Estados Unidos da América (EUA) em razão do desfecho do contencioso do algodão, causado pelos subsídios que os EUA conferem aos seus produtores de algodão, prejudicando a produção e exportação brasileira. Em função dessa decisão, a Camex criou, em 28 de outubro de 2009, pela Resolução nº 63, Grupo Interministerial para estudar a possibilidade e a forma de realizar essa retaliação. Em dezembro, a Camex definiu que a lista de produtos originários dos EUA que poderão ter aumento do Imposto de Importação em função da retaliação será publicada em 2010.

Na esfera da defesa comercial, com base na posição de dezembro de 2009, contabilizava-se, incluindo as medidas de caráter provisório, a aplicação de 65 medidas de direitos *antidumping*, uma de salvaguarda, uma compensatória definitiva e duas de compromisso de preço, relacionadas a 45 produtos fornecidos por 21 países ou blocos, o maior número das quais contra China, EUA e Índia. Ressalte-se, em 2009, a aplicação, pela Resolução Camex nº 48, de 8 de setembro de 2009, de direito *antidumping* provisório, de US\$12,47 por cada par de sapato importado da China. Ainda contra a China, a Camex, pela Resolução nº 49, de 8 de setembro de 2009, aplicou direito *antidumping* definitivo, por prazo de cinco anos, no valor de US\$0,75 por quilo, sobre as importações de pneus para passageiros.

O Grupo Técnico de Facilitação do Comércio (GTFAC), criado pela Resolução nº 16 da Camex, de 27 de março de 2008, para coordenar iniciativas voltadas à harmonização, simplificação, modernização, desburocratização de procedimentos e implementação de soluções conjuntas para facilitar as operações de comércio exterior, firmou acordo de cooperação bilateral com os EUA, envolvendo processos de inspeção e liberação de mercadorias nas zonas alfandegadas, de mecanismos inteligentes de gestão de risco e a harmonização da atuação das diversas agências de controle norte-americanas. Dentre as medidas propostas, destaca-se a criação do mecanismo denominado Operador Econômico Autorizado (OEA), que possibilitará tratamento simplificado e expresso às empresas que operam com regularidade no comércio exterior e possuem bom histórico de cumprimento de suas obrigações aduaneiras, sanitárias, fitossanitárias e de meio ambiente.

Outra medida voltada para a simplificação dos procedimentos de registro e legalização das empresas foi introduzida pelo Decreto nº 6.884, de 26 de junho de 2009, que instituiu o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM). Também deve ser mencionada a edição, pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do



MDIC, da Portaria Conjunta nº 1, de 1º de abril de 2009, que autorizou o funcionamento em 45 dias do *drawback* integrado. Essa modalidade de regime aduaneiro especial permitiu que empresas do setor do agronegócio pudessem utilizar os benefícios fiscais, como suspensão do IPI, da Cofins, do PIS/Pasep, da Cofins-Importação, do PIS/Pasep-Importação, nas aquisições, no mercado interno ou sobre as importações, de bens empregados na fabricação de produtos destinados à exportação. A suspensão do Imposto de Importação já está previsto em legislação vigente. Diferentemente do *drawback* verde-amarelo, que exige a necessidade de importação do insumo, no *drawback* integrado, as empresas brasileiras podem adquirir seus insumos no mercado interno ou externo, de forma combinada ou não, eliminando a necessidade de importar.

O Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009, complementou a regulamentação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), áreas delimitadas nas quais empresas produtoras de bens preponderantemente destinados à exportação recebem incentivos tributários, cambiais e administrativos, tendo sido definidos requisitos para sua criação e administração, normas para instalação de empresas, procedimentos de fiscalização e vigilância e controle aduaneiro de operações. Foi aprovada a criação da ZPE de Assú, no município de mesmo nome no Rio Grande do Norte, e da ZPE de Suape, no município de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco. Para entrarem em operação exige-se, ainda, o alfandegamento das ZPE pela Receita Federal do Brasil e a publicação de decreto presidencial autorizando seu funcionamento.

## Política cambial

A condução da política cambial objetivou, no início de 2009, a manutenção e o aperfeiçoamento das medidas implementadas no último trimestre do ano anterior, orientadas para garantir a liquidez em moeda estrangeira e suprir a escassez de oferta de linhas internacionais. Os principais instrumentos utilizados foram: i) intervenções de venda no mercado à vista; ii) leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio (linhas com recompra); iii) concessão de empréstimos em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil; iv) prorrogação do acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve* (Fed); e v) operações de *swap* cambial.

O Banco Central manteve, nos dois primeiros meses do ano, a estratégia de venda de divisas no mercado à vista, que totalizou US\$3,4 bilhões no período. Passado o momento de maior incerteza da crise financeira internacional, o retorno dos fluxos de investimentos estrangeiros direcionados às aplicações em renda fixa e, especialmente, em renda variável permitiu que o Banco Central voltasse a realizar, a partir de maio, intervenções de compra no mercado *spot*, que totalizaram US\$27,5 bilhões, até o final do ano.

Na modalidade linhas com recompra, em que são realizados leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio, as operações cursadas atingiram US\$23,3 bilhões, com as vendas e as compras registradas em 2009 situando-se, na ordem, em US\$9,8 bilhões e em US\$18,1 bilhões. Ao final do ano, o estoque de operações dessa modalidade de leilão tinha sido encerrado.

Quanto aos empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade com garantias em títulos soberanos brasileiros (*Globals*), a Autoridade Monetária realizou um leilão, em outubro de 2008, com vencimento em 20 de abril de 2009, no valor de US\$1,5 bilhão. A modalidade com garantia em ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) foi fundamental para garantir liquidez para as linhas de financiamento ao comércio exterior, que experimentaram expressiva contração no ano. Do ponto de vista operacional, exigia-se que, a partir do resultado do leilão, a instituição financeira realizasse, primeiramente, operação de linhas com recompra, no prazo aproximado de trinta dias, período no qual a instituição financeira deveria emprestar a exportadores, via ACC ou ACE, os dólares adquiridos no leilão de linha com recompra. O montante das operações de comércio exterior efetivamente ofertado pela instituição financeira corresponderia, num segundo momento, ao montante do empréstimo em moeda estrangeira.

As garantias exigidas e a amplitude da destinação dos recursos em moeda estrangeira foram adequadas às mudanças no cenário macroeconômico. Nesse sentido, em fevereiro, foi divulgada a possibilidade de utilização de recursos das reservas internacionais para rolagem de compromissos da dívida externa de empresas brasileiras, como o pagamento de empréstimos, financiamentos, arrendamento e aluguel de equipamentos. Essa iniciativa seguiu o marco legal definido pela Medida Provisória nº 442, de 6 de outubro de 2008, que estabeleceu critérios e condições especiais para avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central como garantia das operações de empréstimo em moeda estrangeira, e foi regulamentada pela Circular nº 3.434, de 4 de fevereiro de 2009. Os referidos compromissos das empresas deveriam limitar-se ao período entre 1º de outubro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

Outra modificação foi introduzida pela Resolução nº 3.689, de 4 de março de 2009, pela qual o CMN autorizou que subsidiárias de bancos brasileiros no exterior tomassem empréstimos junto ao Banco Central para repassar à instituição coligada no Brasil. Esse repasse ocorreria por meio de depósito interfinanceiro, com emissão de documento comprobatório a ser entregue ao Banco Central como garantia do empréstimo. A garantia deveria envolver títulos públicos federais ou outros ativos em moeda nacional ou estrangeira representando de 100% a 140% do valor da operação, tendo sido elegíveis compromissos de instituições financeiras brasileiras compreendidas no período entre 1º de outubro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

A Resolução nº 3.691, de 23 de março de 2009, introduziu modificação adicional relacionada à exigência de garantias nas operações de empréstimo em moeda estrangeira. Nesse sentido,

o CMN acresceu a possibilidade de garantia nessas operações de empréstimo em 100% para outros ativos denominados ou referenciados em dólares dos EUA, com classificação nas categorias de risco AA, A e B, nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou de risco equivalente, no mínimo, ao grau A, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação.

Nessa mesma linha, ressalte-se a flexibilização implementada pela Resolução CMN nº 3.715, de 16 de abril de 2009, que autorizou o recebimento, como garantia de operações de empréstimos em moeda estrangeira, de ativos denominados em reais, desde que acompanhados por contrato de derivativo ligado à variação do câmbio, realizado com contraparte de risco de crédito de longo prazo equivalente a no mínimo A, exigindo-se também que o valor combinado das garantias em reais e do contrato derivativo seja igual ou superior ao valor do empréstimo em dólar. Em 2009, as operações em moeda estrangeira apresentaram amortizações líquidas de US\$4,2 bilhões, totalizando US\$536 milhões ao final do ano.

A Resolução CMN nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, fixou em até US\$30 bilhões o valor máximo das operações de *swap* de moedas com o Fed. O acordo foi prorrogado duas vezes pelo CMN, pela Resolução nº 3.707, de 8 de abril de 2009, para as operações realizadas até 30 de outubro de 2009, e pela Resolução nº 3.744, de 30 de junho de 2009, até 1º de fevereiro de 2010. Oportuno salientar que o Banco Central do Brasil não fez uso efetivo dessas disponibilidades.

Com relação às operações de *swaps* cambiais, o Banco Central iniciou oferta de *swaps* cambiais tradicionais – nos quais assume posição ativa em taxa de juros doméstica e passiva em variação cambial – a partir de 6 de outubro de 2008. A realização de tais operações foi mantida até o final do primeiro semestre de 2009, quando o Banco Central encerrou todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial.

Em ambiente de ingressos líquidos acentuados, em especial para aplicação em renda fixa e variável, os Decretos nº 6.983, de 19 de outubro de 2009, e nº 6.984, de 20 de outubro de 2009, instituíram taxação de 2% de IOF nas operações de câmbio para ingressos de recursos no país, com efeitos em relação aos contratos de câmbio celebrados a partir de 20 de outubro de 2009. Adicionalmente, o Decreto nº 7.011, de 18 de novembro de 2009, instituiu a incidência da alíquota de 1,5% de IOF nas novas emissões de recibos de depósito de ações de companhias brasileiras, a serem negociadas em bolsas estrangeiras. Essa taxação eliminou a arbitragem em favor das *American Depositary Receipts* (ADRs) contra ações emitidas no Brasil. O IOF passou a ser cobrado somente nas emissões de novas ações, não impactando o mercado secundário.

No que se refere às medidas de regulação das operações de derivativos cambiais, a Autoridade Monetária passou a exigir, a partir da edição da Circular nº 3.474, de 11 de novembro de 2009, o registro, em câmara de compensação, de instrumentos financeiros derivativos vinculados a empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e

residentes ou domiciliados no exterior, realizados com base na Resolução nº 2.770, de 30 de agosto de 2000, que passaram a ficar à disposição das autoridades fiscalizadoras.

Dentre as medidas voltadas para o aperfeiçoamento do mercado de câmbio, para a simplificação e para a consolidação de regras e procedimentos cambiais, destaque-se a consolidação, pela Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009, das regras sobre procedimentos a serem adotados na prevenção e no combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Foram consolidadas, em normativo único, as regras para manutenção de registros de operações e serviços financeiros e ampliadas as exigências de identificação de clientes bancários. A norma introduz os conceitos de cliente permanente e de cliente eventual, que devem observar regras distintas para fins da obtenção de dados cadastrais.

Nessa mesma linha, o Banco Central, pela Circular nº 3.462, de 24 de julho de 2009, aperfeiçoou medidas de prevenção à prática de lavagem de dinheiro nas transferências internacionais e determinou que as próprias ordens de pagamentos contivessem informações mais detalhadas da operação, como nome e documento de identificação das partes envolvidas, endereço e conta bancária, quando for o caso. Caberá às instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio adotar medidas para conhecer os métodos e práticas utilizados por seus correspondentes no exterior, no sentido de coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo. Identificadas situações em que o país contraparte não aplica as recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi), ou o faz de modo insuficiente, as mesmas devem ser prontamente comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A norma também esclarece que a instituição financeira, contratante de correspondente cambial, deve ter acesso irrestrito aos documentos referentes às operações cursadas pelo correspondente.

O Brasil aceitou o convite do Fundo Monetário Internacional (FMI) para integrar o grupo dos países emprestadores de recursos por meio desse organismo internacional e, em novembro, foi anunciada a ampliação do aporte brasileiro ao organismo, de US\$10 bilhões para US\$14 bilhões.

## **Movimento de câmbio**

A recuperação registrada pela economia mundial ocorreu em intensidade mais vigorosa do que inicialmente prevista e em ambiente de elevada liquidez e redução da aversão ao risco. Nesse cenário, em que os fluxos de capitais externos voltaram a ser direcionados às economias emergentes, o mercado de câmbio assinalou ingressos líquidos de US\$28,7 bilhões em 2009, revertendo o resultado negativo assinalado no ano anterior, quando, evidenciando o movimento de fuga para qualidade associado ao agravamento da crise mundial, ocorreram saídas líquidas de US\$983 milhões.

O segmento comercial registrou ingressos líquidos de US\$9,9 bilhões em 2009, ante US\$47,9 bilhões no ano anterior, resultado de retrações respectivas de 79,3% e 3,8% nos fluxos associados às exportações e às importações, que totalizaram, na ordem, US\$144,7 bilhões e US\$134,7 bilhões.

Os ingressos líquidos totalizaram US\$18,8 bilhões no segmento financeiro, ante saídas líquidas de US\$48,9 bilhões em 2008, registrando-se reduções de 20,2% nas compras e de 32,5% nas vendas de moeda estrangeira, que totalizaram US\$336,3 bilhões e US\$317,5 bilhões, respectivamente.

#### Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

| Período |     | Comercial   |        |        |        |             | Financeiro |         |         | Saldo   |        |          |
|---------|-----|-------------|--------|--------|--------|-------------|------------|---------|---------|---------|--------|----------|
|         |     | Exportações |        |        |        | Importações | Saldo      | Compras | Vendas  | Saldo   |        |          |
|         |     | Total       | ACC    | PA     | Demais |             |            |         |         |         |        |          |
|         |     |             |        |        |        |             | (A)        |         |         |         | (B)    | (C)      |
|         |     |             |        |        |        |             |            |         |         |         |        | =(A)+(B) |
| 2007    |     | 184 764     | 46 169 | 45 284 | 93 310 | 108 018     | 76 746     | 348 281 | 337 573 | 10 708  | 87 454 |          |
| 2008    | Jan | 15 307      | 3 341  | 4 139  | 7 827  | 11 134      | 4 173      | 32 608  | 39 138  | -6 530  | -2 357 |          |
|         | Fev | 12 343      | 2 908  | 2 943  | 6 492  | 9 678       | 2 665      | 28 662  | 28 081  | 581     | 3 246  |          |
|         | Mar | 16 532      | 3 868  | 3 877  | 8 787  | 9 869       | 6 663      | 40 899  | 39 511  | 1 388   | 8 051  |          |
|         | Abr | 19 683      | 4 076  | 7 567  | 8 041  | 11 256      | 8 427      | 30 529  | 32 233  | -1 704  | 6 723  |          |
|         | Mai | 14 674      | 3 527  | 4 215  | 6 932  | 11 752      | 2 922      | 33 894  | 36 668  | -2 774  | 149    |          |
|         | Jun | 17 739      | 4 015  | 4 487  | 9 237  | 13 039      | 4 700      | 49 489  | 55 067  | -5 578  | -877   |          |
|         | Jul | 17 090      | 4 343  | 3 512  | 9 235  | 14 453      | 2 637      | 44 683  | 49 813  | -5 130  | -2 494 |          |
|         | Ago | 16 021      | 4 322  | 3 303  | 8 396  | 11 927      | 4 094      | 47 241  | 49 390  | -2 150  | 1 944  |          |
|         | Set | 19 241      | 5 254  | 3 992  | 9 994  | 12 251      | 6 990      | 30 113  | 34 299  | -4 186  | 2 803  |          |
|         | Out | 14 458      | 3 695  | 2 656  | 8 107  | 12 848      | 1 610      | 29 046  | 35 295  | -6 249  | -4 639 |          |
|         | Nov | 13 492      | 3 683  | 2 384  | 7 425  | 10 353      | 3 139      | 18 690  | 28 988  | -10 298 | -7 159 |          |
|         | Dez | 11 405      | 3 077  | 2 230  | 6 098  | 11 524      | -119       | 35 386  | 41 640  | -6 254  | -6 373 |          |
|         | Ano | 187 984     | 46 110 | 45 305 | 96 569 | 140 084     | 47 900     | 421 240 | 470 123 | -48 883 | -983   |          |
| 2009    | Jan | 10 261      | 2 392  | 1 515  | 6 354  | 9 729       | 532        | 18 397  | 21 947  | -3 550  | -3 018 |          |
|         | Fev | 10 482      | 2 625  | 1 902  | 5 954  | 7 611       | 2 871      | 16 382  | 18 412  | -2 030  | 841    |          |
|         | Mar | 12 202      | 3 232  | 2 863  | 6 107  | 9 098       | 3 104      | 22 022  | 25 923  | -3 901  | -797   |          |
|         | Abr | 13 801      | 2 400  | 4 115  | 7 285  | 8 884       | 4 917      | 21 267  | 24 754  | -3 487  | 1 430  |          |
|         | Mai | 12 390      | 2 746  | 4 532  | 5 112  | 10 838      | 1 551      | 27 538  | 25 955  | 1 583   | 3 134  |          |
|         | Jun | 11 975      | 2 960  | 2 939  | 6 076  | 12 123      | -148       | 34 999  | 33 776  | 1 223   | 1 076  |          |
|         | Jul | 9 886       | 2 107  | 2 320  | 5 459  | 12 719      | -2 833     | 33 881  | 29 778  | 4 103   | 1 270  |          |
|         | Ago | 12 867      | 2 459  | 3 238  | 7 170  | 11 529      | 1 339      | 25 830  | 24 212  | 1 618   | 2 957  |          |
|         | Set | 9 819       | 2 477  | 2 112  | 5 231  | 13 044      | -3 225     | 32 186  | 27 597  | 4 590   | 1 365  |          |
|         | Out | 14 304      | 2 596  | 2 444  | 9 265  | 12 812      | 1 492      | 39 705  | 26 599  | 13 106  | 14 598 |          |
|         | Nov | 13 148      | 2 485  | 3 677  | 6 986  | 11 689      | 1 458      | 24 863  | 22 432  | 2 432   | 3 890  |          |
|         | Dez | 13 532      | 2 895  | 4 195  | 6 442  | 14 666      | -1 135     | 39 186  | 36 065  | 3 120   | 1 986  |          |
|         | Ano | 144 666     | 31 374 | 35 851 | 77 441 | 134 742     | 9 924      | 336 257 | 317 450 | 18 808  | 28 732 |          |

A reversão do fluxo cambial registrada no decorrer do ano proporcionou que o Banco Central retomasse, a partir de maio, a política de aquisição de divisas no mercado doméstico de câmbio, interrompida em setembro de 2008. Durante o ano, as intervenções efetuadas pelo Banco Central totalizaram compras líquidas de US\$36,5 bilhões, ante vendas líquidas de US\$5,4 bilhões acumuladas em 2008. A diferença entre o saldo do mercado cambial e as intervenções líquidas do Banco Central resultou em elevação de US\$2,4 bilhões na posição comprada dos bancos, que atingiu US\$3,4 bilhões ao final de 2009, ante US\$1 bilhão ao final do ano anterior.

A melhora do ambiente econômico internacional e o aumento dos fluxos cambiais direcionados ao país criaram condições para a apreciação de 25,5% registrada pelo real em 2009, que registrou cotação de R\$1,7412/US\$ , considerada a Ptax-venda, ao final do ano. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, registraram apreciações anuais respectivas de 20% e 26,1%.

## Balanço de pagamentos

Passado o período mais crítico da recessão econômica mundial mais severa da história recente, tornaram-se evidentes os desdobramentos favoráveis da adequada condução da política econômica brasileira. Os impactos recessivos da crise sobre a atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, enquanto a permanência dos fluxos de capitais estrangeiros possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos e a continuidade do programa de acumulação de reservas internacionais.

O déficit em transações correntes atingiu US\$24,3 bilhões em 2009, equivalentes a 1,55% do PIB, ante US\$28,2 bilhões, 1,72% do PIB, no ano anterior, melhora determinada pela recuperação do saldo comercial e, fundamentalmente, pela redução de US\$6,9 bilhões assinalada no déficit da conta de rendas. Em sentido oposto, o déficit na conta de serviços aumentou US\$2,6 bilhões e as receitas líquidas relativas a transferências unilaterais recuaram 22,8%.

O resultado positivo das contas capital e financeira possibilitou que o balanço de pagamentos registrasse, pelo nono ano consecutivo, superávit global. Registraram-se, ainda, excedentes de financiamento externo, definidos como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), de US\$1,6 bilhão no ano, 0,1% do PIB, ante US\$16,9 bilhões, equivalentes a 1,03% do PIB, em 2008.

Da mesma forma, o indicador de risco-país, que atingira 688 p.b. em 23 de outubro de 2008, retornou ao patamar observado antes do agravamento da crise, alcançando 192 pontos em 31 de dezembro de 2009, enquanto a taxa de câmbio nominal reverteu o processo de depreciação, iniciado no segundo semestre de 2008, e apresentou apreciação nominal de 25,5% no ano.

## Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

| Discriminação                             | 2008    |         |         | 2009    |         |         |
|-------------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                                           | 1º sem  | 2º sem  | Ano     | 1º sem  | 2º sem  | Ano     |
| Balança comercial (FOB)                   | 11 302  | 13 534  | 24 836  | 13 925  | 11 423  | 25 347  |
| Exportações                               | 90 645  | 107 298 | 197 942 | 69 952  | 83 043  | 152 995 |
| Importações                               | 79 343  | 93 764  | 173 107 | 56 027  | 71 621  | 127 647 |
| Serviços                                  | -8 143  | -8 547  | -16 690 | -8 108  | -11 153 | -19 260 |
| Receitas                                  | 14 176  | 16 274  | 30 451  | 12 738  | 15 012  | 27 750  |
| Despesas                                  | 22 319  | 24 821  | 47 140  | 20 846  | 26 165  | 47 011  |
| Rendas                                    | -21 917 | -18 645 | -40 562 | -14 635 | -19 050 | -33 684 |
| Receitas                                  | 6 329   | 6 182   | 12 511  | 4 689   | 4 137   | 8 826   |
| Despesas                                  | 28 246  | 24 827  | 53 073  | 19 324  | 23 186  | 42 510  |
| Transferências unilat. correntes          | 1 886   | 2 338   | 4 224   | 1 630   | 1 632   | 3 263   |
| Receitas                                  | 2 512   | 2 804   | 5 317   | 2 270   | 2 391   | 4 661   |
| Despesas                                  | -626    | -467    | -1 093  | -639    | -759    | -1 398  |
| Transações correntes                      | -16 871 | -11 321 | -28 192 | -7 187  | -17 148 | -24 334 |
| Conta capital e financeira                | 40 214  | -10 862 | 29 352  | 18 976  | 51 575  | 70 551  |
| Conta capital <sup>1/</sup>               | 389     | 666     | 1 055   | 581     | 548     | 1 129   |
| Conta financeira                          | 39 825  | -11 528 | 28 297  | 18 395  | 51 028  | 69 423  |
| Investimento direto (líquido)             | 8 131   | 16 470  | 24 601  | 14 464  | 21 569  | 36 033  |
| No exterior                               | -8 579  | -11 878 | -20 457 | 1 798   | 8 286   | 10 084  |
| Participação no capital                   | -6 261  | -7 599  | -13 859 | -1 190  | -3 355  | -4 545  |
| Empréstimos intercompanhias.              | -2 318  | -4 280  | -6 598  | 2 988   | 11 641  | 14 629  |
| No país                                   | 16 710  | 28 348  | 45 058  | 12 665  | 13 283  | 25 949  |
| Participação no capital                   | 10 713  | 19 351  | 30 064  | 7 718   | 12 188  | 19 906  |
| Empréstimos intercompanhias.              | 5 997   | 8 997   | 14 994  | 4 948   | 1 095   | 6 042   |
| Investimentos em carteira                 | 13 292  | -12 159 | 1 133   | 1 341   | 47 793  | 49 133  |
| Ativos                                    | 10      | 1 891   | 1 900   | -922    | 3 897   | 2 975   |
| Ações                                     | -52     | 309     | 257     | -524    | 3 106   | 2 582   |
| Títulos de renda fixa                     | 61      | 1 582   | 1 643   | -398    | 791     | 393     |
| Passivos                                  | 13 283  | -14 050 | -767    | 2 263   | 43 896  | 46 159  |
| Ações                                     | 4 828   | -12 393 | -7 565  | 3 030   | 34 041  | 37 071  |
| Títulos de renda fixa                     | 8 455   | -1 656  | 6 798   | -768    | 9 855   | 9 087   |
| Derivativos                               | -380    | 68      | -312    | 212     | -56     | 156     |
| Ativos                                    | -15     | 313     | 298     | 294     | 29      | 322     |
| Passivos                                  | -365    | -245    | -610    | -81     | -85     | -166    |
| Outros investimentos <sup>2/</sup>        | 18 782  | -15 907 | 2 875   | 2 379   | -18 278 | -15 900 |
| Ativos                                    | -1 577  | -3 691  | -5 269  | -12 366 | -20 775 | -33 141 |
| Passivos                                  | 20 359  | -12 215 | 8 143   | 14 744  | 2 497   | 17 241  |
| Erros e omissões                          | -4 105  | 5 914   | 1 809   | -372    | 806     | 434     |
| Resultado do balanço                      | 19 238  | -16 269 | 2 969   | 11 417  | 35 234  | 46 651  |
| Memo:                                     |         |         |         |         |         |         |
| Transações correntes/PIB                  | -2,09%  | -1,37%  | -1,72%  | -1,17%  | -1,79%  | -1,55%  |
| Amort. médio e longo prazos <sup>3/</sup> | 10 471  | 11 894  | 22 366  | 8 640   | 33 322  | 41 962  |

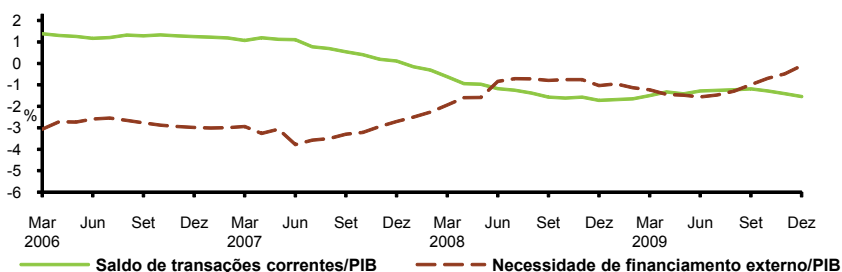
1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Gráfico 5.1  
Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de  
financiamento externo  
Acumulados em 12 meses

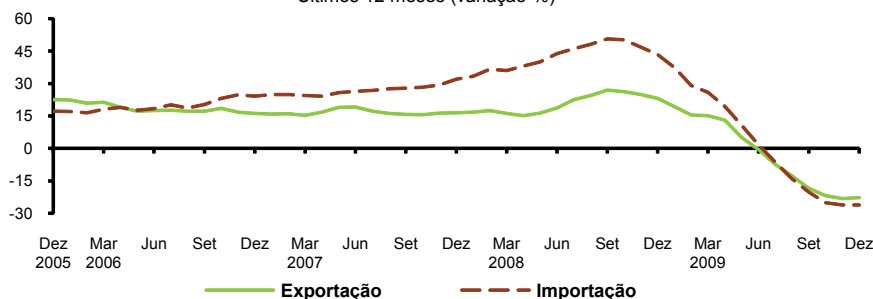


Obs.: necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

## Balança comercial

A balança comercial registrou superávit de US\$25,3 bilhões em 2009, nono resultado positivo em sequência. O aumento de 1,6% observado em relação ao ano anterior traduziu as retrações respectivas de 22,7% e 26,2% assinaladas nas exportações e nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$153 bilhões e US\$128 bilhões. A corrente de comércio, após registrar seis aumentos anuais consecutivos, reduziu-se 24,3% em 2009.

Gráfico 5.2  
Exportação e importação – FOB  
Últimos 12 meses (variação %)<sup>1/</sup>



Fonte: MDIC/Secex  
1/ Sobre igual período do ano anterior.

### Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

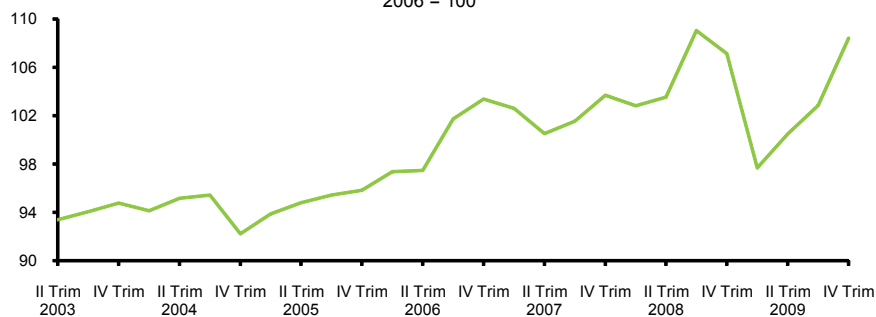
| Ano        | Exportação | Importação | Saldo  | Fluxo de comércio |
|------------|------------|------------|--------|-------------------|
| 2008       | 197 942    | 172 985    | 24 958 | 370 927           |
| 2009       | 152 995    | 127 647    | 25 347 | 280 642           |
| Variação % | -22,7      | -26,2      | 1,6    | -24,3             |

Fonte: MDIC/Secex



É importante enfatizar que as trajetórias das variações acumuladas em doze meses das exportações e das importações sinalizavam, nos últimos meses do ano, perspectivas de reativação do comércio externo brasileiro para 2010. Esse movimento pode ser identificado, adicionalmente, na evolução dos termos de troca que, após atingirem, no primeiro trimestre de 2009, o menor valor desde o segundo trimestre de 2006, voltaram a elevar-se no restante do ano, aproximando-se do máximo verificado no penúltimo trimestre de 2008.

Gráfico 5.3  
Índice de termos de troca  
2006 = 100



Fonte: Funcex

A retração anual das exportações, refletindo recuos generalizados nas categorias de fator agregado, traduziu as reduções observadas nos preços, 13,4%, e no volume embarcado, 10,7%. Os preços e o *quantum* exportado relativos às vendas de produtos semimanufaturados apresentaram decréscimos respectivos de 20,3% e 5% no ano, seguindo-se as reduções relativas a manufaturados, 5,8% e 22,8%, e as variações referentes a produtos básicos, -17,5% e 2,9%.

#### Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

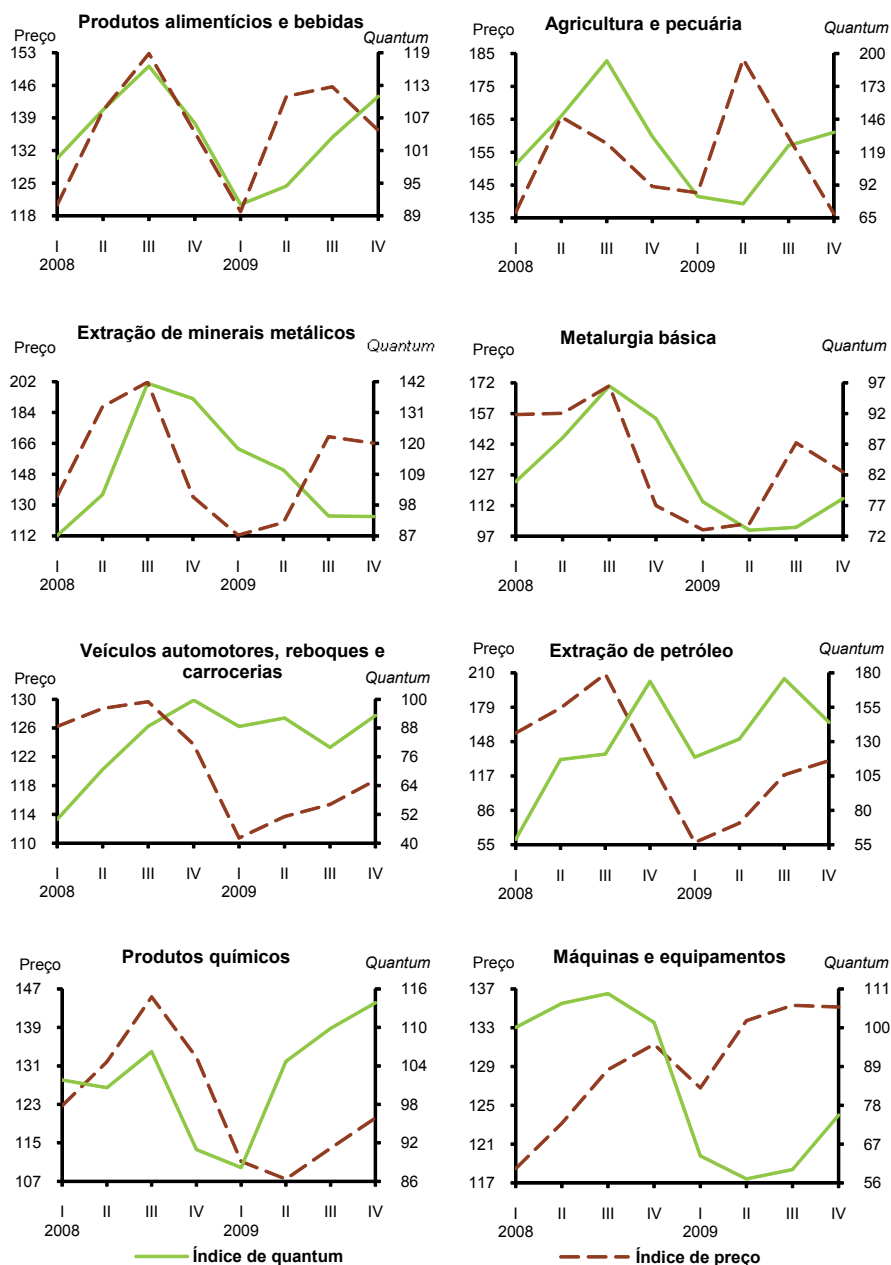
Variação % sobre o ano anterior

| Discriminação     | 2008  |         | 2009  |         |
|-------------------|-------|---------|-------|---------|
|                   | Preço | Quantum | Preço | Quantum |
| Total             | 26,3  | -2,5    | -13,4 | -10,7   |
| Básicos           | 41,2  | 0,2     | -17,5 | 2,9     |
| Semimanufaturados | 25,3  | -0,9    | -20,3 | -5,0    |
| Manufaturados     | 16,2  | -5,0    | -5,8  | -22,8   |

Fonte: Funcex

Em relação aos principais produtos básicos de exportação, ressaltam-se as retrações anuais observadas nos preços dos itens petróleo, minérios de cobre, carne de suínos, milho, carne de frango e de bovinos, minério de ferro e soja, todas superiores a 10%. Relativamente às quantidades exportadas, ocorreram elevações expressivas nas referentes a milho, petróleo, soja e carne de suíno, contrastando com os recuos nas relativas a carne de bovino, minério de cobre e minério de ferro exportadas.

Gráfico 5.4  
**Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras**  
 2006 = 100



Fonte: Funcex

No âmbito dos principais produtos semimanufaturados, registraram-se reduções importantes nos preços de couros e peles, 41,8%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 47,2%; alumínio em bruto, 39,8%; catodos de cobre, 35%; e óleo de soja em

bruto, 32,5%, em oposição às elevações nos relativos a açúcar de cana em bruto – em linha com a quebra da produção indiana – e ouro em formas não monetárias. Esse dois produtos registraram ampliações anuais na quantidade exportada, contrastando com os recuos assinalados no *quantum* exportado de ferro fundido e ferro *spiegel*, ferro-ligas, óleo de soja e produtos semimanufaturados de ferro ou aço.

O comportamento dos preços de exportação dos produtos manufaturados, em geral menos voláteis, foram impactados pela recessão mundial, destacando-se as retrações anuais observadas nos relativos a gasolina, laminados planos, polímeros de etileno, propileno e estireno, óxidos e hidróxidos de alumínio e óleos combustíveis, todas superiores a 27%. Em sentido inverso, os preços dos itens açúcar refinado, aparelhos transmissores e receptores, e motores, geradores e transformadores elétricos experimentaram aumentos anuais superiores a 20%. Em relação ao desempenho do *quantum* exportado na categoria de manufaturados, devem ser enfatizadas as reduções anuais superiores a 25% observadas nos itens aparelhos transmissores e receptores, autopeças, álcool etílico, automóveis de passageiros e aviões.

As vendas externas dos oito principais setores exportadores representaram, segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), 74,8% das exportações brasileiras em 2009. Registraram-se, no ano, retrações de preços em seis dos segmentos mencionados, com ênfase nas relativas a petróleo, 43,6%; metalurgia básica, 27,5%; produtos químicos, 15%; e minerais metálicos, 12,7%. Em relação às quantidades exportadas pelos oito setores considerados, ressaltem-se as elevações anuais observadas nas referentes a petróleo, 21,2%; agricultura e pecuária, 10,5%; e produtos químicos, 4,2%, contrastando com os recuos assinalados nos embarques de veículos automotores, reboques e carrocerias, 40,9%; máquinas e equipamentos, 38,8%; e minerais metálicos, 11,7%.

O decréscimo anual observado nas importações em 2009 refletiu as retrações registradas nos preços, 10,5%, e nas quantidades, 17,4%. Os preços e o *quantum* importado relativos às compras de combustíveis e lubrificantes apresentaram

#### **Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação**

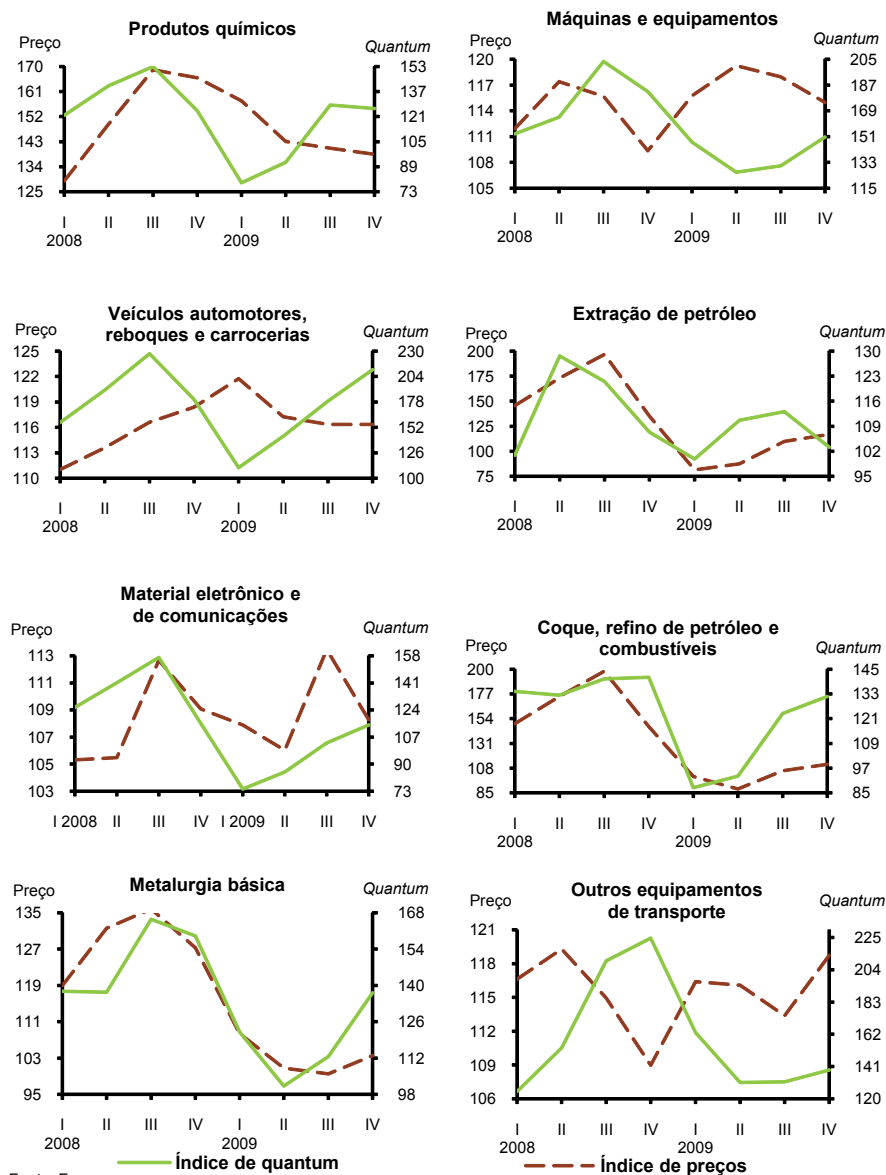
Variação % sobre o ano anterior

| Discriminação                | 2008  |                | 2009  |                |
|------------------------------|-------|----------------|-------|----------------|
|                              | Preço | <i>Quantum</i> | Preço | <i>Quantum</i> |
| Total                        | 22,0  | 17,7           | -10,5 | -17,4          |
| Bens de capital              | 6,1   | 34,9           | -1,0  | -16,5          |
| Bens intermediários          | 17,8  | 18,7           | -9,0  | -20,6          |
| Bens de consumo duráveis     | 10,4  | 39,4           | -1,2  | -6,7           |
| Bens de consumo não duráveis | 12,5  | 12,1           | -3,6  | 4,8            |
| Combustíveis e lubrificantes | 50,7  | 3,2            | -35,4 | -14,8          |

Fonte: MDIC (elaboração Bacen)

decréscimos respectivos de 35,4% e 14,8% no ano, seguindo-se as reduções relativas a matérias-primas e produtos intermediários, 9% e 20,6%; bens de consumo duráveis, 1,2% e 6,7%; e a bens de capital, 1% e 16,5%. As importações de bens de consumo não duráveis registraram redução de 3,6% nos preços e aumento de 4,8% nas quantidades adquiridas, no ano.

Gráfico 5.5  
Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras  
2006 = 100



A redução anual observada nas quantidades adquiridas de matérias-primas e produtos intermediários refletiu, em especial, o impacto dos recuos registrados nas associadas a cloreto de potássio, 48,9%, e a autopeças, 31,1%, neutralizado, em parte, pelos aumentos anuais assinalados no *quantum* importado de naftas, 19,6%, e motores e turbinas para aviação, 18,9%, que registraram reduções anuais de preços de, respectivamente, 37,7% e 20,8%.

Em relação à categoria de bens de capital, assinalem-se os recuos assinalados nas quantidades importadas de instrumentos e aparelhos de medida, 16,1%, e computadores, 14,8%, e as variações respectivas registradas nos preços desses itens, -1,8% e 1%, e nos relativos a motores, geradores e transformadores elétricos, 2,6%, e a veículos de carga, 6,5%.

No âmbito das aquisições de bens de consumo duráveis, as relativas a automóveis assinalaram aumento de 8,1% na quantidade importada e declínio de 5,3% nos preços, enquanto as associadas a partes de aparelhos transmissores ou receptores experimentaram recuos respectivos de 20,6% e 13,7% na quantidade e nos preços. Em relação à categoria de bens de consumo não duráveis, as importações de medicamentos registraram redução de 8,6% na quantidade e elevação de 15,3% nos preços.

As compras externas relativas aos oito principais setores importadores representaram 70,2% do total em 2009. Ocorreram recuos nas quantidades adquiridas em todos os segmentos considerados, com ênfase nos relativos a material eletrônico e de comunicações, 30%; produtos químicos, 21,3%; máquinas e equipamentos, 21,2%; metalurgia básica, 21,1%; outros equipamentos de transportes, 20,8%; e coque, refino de petróleo e combustíveis, 20,5%. A variação dos preços não apresentou trajetória uniforme nos segmentos considerados, registrando-se recuperação nos relativos a máquinas e equipamentos, 3%, e a veículos automotores, reboques e carrocerias, 2,6%, e retrações anuais nos referentes a coque, refino de petróleo e combustíveis, 39,4%; extração de petróleo, 39,3%; metalurgia básica, 19,7%, e produtos químicos, 5,4%.

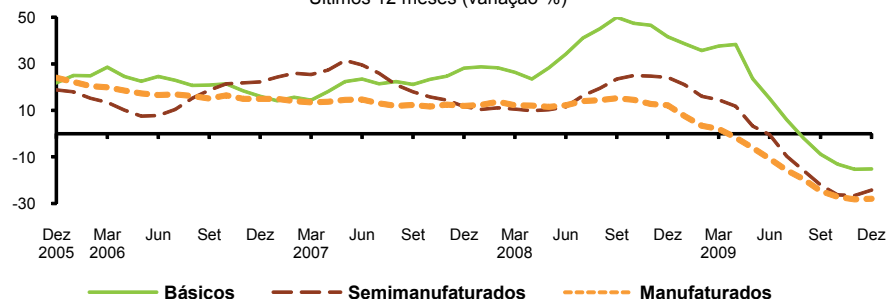
#### **Quadro 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB**

US\$ milhões

| Discriminação             | 2005    | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Total                     | 118 529 | 137 807 | 160 649 | 197 942 | 152 995 |
| Produtos básicos          | 34 732  | 40 285  | 51 596  | 73 028  | 61 957  |
| Produtos industrializados | 81 315  | 94 541  | 105 743 | 119 756 | 87 848  |
| Semimanufaturados         | 15 963  | 19 523  | 21 800  | 27 073  | 20 499  |
| Manufaturados             | 65 353  | 75 018  | 83 943  | 92 683  | 67 349  |
| Operações especiais       | 2 482   | 2 981   | 3 311   | 5 159   | 3 189   |

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.6  
Exportação por fator agregado – FOB  
Últimos 12 meses (variação %) <sup>1/</sup>



Fonte: MDIC/Secex  
1/ Sobre igual período do ano anterior.

Os embarques médios diários de produtos manufaturados registraram recuo anual de 26,5% em 2009, seguindo-se as retrações assinaladas nas relativas a produtos semimanufaturados, 23,4%, e a básicos, 14,1%.

#### Quadro 5.7 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2009 sobre 2008 – Média diária

| Produto                                       | Valor | Preço <sup>1/</sup> | Quantidade <sup>2/</sup> | Participação % <sup>3/</sup> |
|-----------------------------------------------|-------|---------------------|--------------------------|------------------------------|
| Minérios de ferro e seus concentrados         | -18,9 | -15,2               | -4,4                     | 21,4                         |
| Soja mesmo triturada                          | 5,6   | -10,5               | 18,0                     | 18,4                         |
| Óleos brutos de petróleo                      | -31,7 | -43,5               | 21,0                     | 14,8                         |
| Carne e miúdos de frango                      | -16,3 | -17,2               | 1,1                      | 7,8                          |
| Farelo e resíduos da extração de óleo de soja | 6,5   | 5,6                 | 0,9                      | 7,4                          |
| Café cru em grãos                             | -7,9  | -13,0               | 5,9                      | 6,1                          |
| Carne de bovino                               | -23,6 | -16,7               | -8,4                     | 4,9                          |
| Fumo em folhas e desperdícios                 | 12,8  | 14,2                | -1,2                     | 4,8                          |
| Milho em grãos                                | -6,2  | -23,4               | 22,4                     | 2,1                          |
| Carne de suíno                                | -17,5 | -28,0               | 14,5                     | 1,8                          |
| Minérios de cobre e seus concentrados         | -32,1 | -28,3               | -5,2                     | 1,3                          |
| Algodão em bruto                              | -0,5  | 3,8                 | -4,1                     | 1,1                          |
| Carnes salgadas, incluídas as de frango       | -16,2 | -11,3               | -5,5                     | 0,9                          |
| Bovino vivo                                   | 15,1  | -13,4               | 32,9                     | 0,7                          |
| Tripas e buchos de animais                    | 2,9   | -7,3                | 11,0                     | 0,5                          |
| Arroz em grãos, inclusive quebrado            | -13,1 | -26,1               | 17,6                     | 0,4                          |
| Miudezas de animais, comestíveis              | 13,2  | -4,0                | 17,9                     | 0,4                          |
| Caulim e outras argilas caulínicas            | -27,4 | -3,4                | -24,9                    | 0,4                          |
| Castanha de caju                              | 19,7  | -13,1               | 37,9                     | 0,4                          |
| Minérios de manganês e seus concentrados      | -69,4 | -61,8               | -20,0                    | 0,3                          |
| Demais produtos básicos                       | -20,6 | -                   | -                        | 4,1                          |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

A média diária das vendas externas de produtos básicos totalizou US\$248 milhões em 2009. As exportações de petróleo, minérios de ferro e soja – três principais produtos da categoria – foram responsáveis, em conjunto, por 40,5% das vendas e, evidenciando recuos de 43,5%, 15,2% e 10,5% nos respectivos preços, assinalaram variações anuais de -31,7%, -18,9% e 5,6%.

Os países asiáticos constituíram-se no principal destino das exportações de produtos básicos, US\$101 milhões, representando 40,8% dos embarques da categoria e 64,1% das exportações médias diárias destinadas à região e registrando aumento anual de 7,9%. Os principais produtos básicos exportados para a Ásia foram minérios de ferro e seus concentrados, 36,3% do total; soja, 29,4%; e petróleo, 8,8%. A China foi o destino de 61,4% dos produtos básicos exportados para a região, seguindo-se Japão, 10,1%; Hong Kong, 6,1%; e Coreia do Sul, 6%.

As vendas médias diárias de produtos básicos à União Europeia (UE) somaram US\$65 milhões, equivalendo a 26,1% dos embarques da categoria e a 47,6% das exportações destinadas ao bloco, e recuando 24,5% em relação a 2008. Os principais países de destino de produtos básicos no âmbito da UE foram Países Baixos, 22,5%; Alemanha, 18,2%; Espanha, 10,2%; França, 9,3%; e Reino Unido, 9,2%, ressaltando-se que as vendas destinadas ao Reino Unido se elevaram 10,1% no ano, enquanto as direcionadas à Alemanha, Espanha e França registraram contrações superiores a 30%. Os principais produtos embarcados para o bloco foram soja, 21,4% do total; farelo de soja, 20,2%; café cru em grãos, 13,3%; e minérios de ferro e seus concentrados, 11,2%, cujas vendas médias diárias recuaram 59,2% em relação a 2008.

As exportações médias diárias de produtos básicos a América Latina e Caribe somaram US\$23 milhões, das quais 10,8% para os países do Mercosul, representando 9,2% dos embarques da categoria e 16% das exportações brasileiras à região, e reduzindo-se 38,2% no ano. Os principais países de destino desses produtos na região foram Santa Lúcia, 42,7%, integralmente em função das vendas de petróleo; Venezuela, 16,9%; Chile, 10,4%; e Argentina, 7%. Os principais produtos básicos adquiridos pelos países da região foram petróleo, 57,8% do total, dos quais 73,9% para Santa Lúcia; e carnes de frango, de bovino e de suíno, 11,5%.

A média diária das aquisições de produtos básicos brasileiros efetuada pelos EUA somou US\$16 milhões, representando 6,6% dos embarques da categoria e 25,8% das exportações a esse país, e registrando recuo anual de 34,3%. Os principais produtos destinados aos EUA foram petróleo, 58,6% do total, café cru em grãos, 17,8%, e fumo em folhas, 7,6%.

**Quadro 5.8 – Exportação por fator agregado e região – FOB**

Média diária – US\$ milhões

| Produto                 | 2008  |       | 2009                     |                |          |
|-------------------------|-------|-------|--------------------------|----------------|----------|
|                         | Valor | Valor | Variação %<br>sobre 2008 | Participação % |          |
|                         |       |       |                          | No total       | No bloco |
| Total                   | 782   | 612   | -21,8                    | 100,0          | -        |
| Básicos                 | 289   | 248   | -14,1                    | 40,5           | -        |
| Semimanufaturados       | 107   | 82    | -23,4                    | 13,4           | -        |
| Manufaturados           | 366   | 269   | -26,5                    | 44,0           | -        |
| Operações especiais     | 20    | 13    | -37,4                    | 2,1            | -        |
| América Latina e Caribe | 202   | 143   | -29,5                    | 23,3           | 100,0    |
| Básicos                 | 37    | 23    | -38,2                    | 3,7            | 16,0     |
| Semimanufaturados       | 7     | 4     | -39,7                    | 0,7            | 3,0      |
| Manufaturados           | 158   | 115   | -27,0                    | 18,8           | 80,8     |
| Operações especiais     | 0     | 0     | -33,6                    | 0,0            | 0,2      |
| Mercosul                | 86    | 63    | -26,3                    | 10,3           | 100,0    |
| Básicos                 | 4     | 2     | -41,9                    | 0,4            | 3,9      |
| Semimanufaturados       | 3     | 1     | -53,1                    | 0,2            | 1,9      |
| Manufaturados           | 79    | 60    | -24,7                    | 9,7            | 94,0     |
| Operações especiais     | 0     | 0     | 48,2                     | 0,0            | 0,2      |
| EUA <sup>1/</sup>       | 109   | 63    | -42,4                    | 10,3           | 100,0    |
| Básicos                 | 25    | 16    | -34,3                    | 2,7            | 25,8     |
| Semimanufaturados       | 19    | 8     | -57,2                    | 1,4            | 13,2     |
| Manufaturados           | 65    | 38    | -41,3                    | 6,2            | 60,1     |
| Operações especiais     | 1     | 0     | -7,1                     | 0,1            | 0,8      |
| União Europeia          | 183   | 136   | -25,8                    | 22,2           | 100,0    |
| Básicos                 | 86    | 65    | -24,5                    | 10,6           | 47,6     |
| Semimanufaturados       | 27    | 15    | -43,2                    | 2,5            | 11,3     |
| Manufaturados           | 70    | 55    | -21,5                    | 8,9            | 40,2     |
| Operações especiais     | 1     | 1     | 47,6                     | 0,2            | 0,9      |
| Ásia                    | 148   | 158   | 6,6                      | 25,8           | 100,0    |
| Básicos                 | 94    | 101   | 7,9                      | 16,5           | 64,1     |
| Semimanufaturados       | 33    | 35    | 6,2                      | 5,7            | 22,2     |
| Manufaturados           | 21    | 21    | 1,6                      | 3,5            | 13,6     |
| Operações especiais     | 0     | 0     | -15,9                    | 0,0            | 0,1      |
| Demais                  | 139   | 113   | -19,2                    | 18,4           | 100,0    |
| Básicos                 | 48    | 43    | -9,8                     | 7,0            | 38,2     |
| Semimanufaturados       | 20    | 19    | -6,8                     | 3,1            | 16,8     |
| Manufaturados           | 53    | 40    | -24,4                    | 6,6            | 35,7     |
| Operações especiais     | 18    | 11    | -42,7                    | 1,7            | 9,4      |

Fonte: MDIC/Secex

<sup>1/</sup> Inclui Porto Rico.

As exportações médias diárias de produtos básicos aos demais países somaram US\$43 milhões, representando 17,3% dos embarques da categoria e 38,2% das exportações brasileiras a esses países e registrando retração anual de 9,8%. Os principais produtos básicos demandados por esses países foram carne de frango, 24,7%; carne de bovino, 20%; minérios de ferro e seus concentrados, 17,7%; e carne de suíno, 7,4%. As vendas a esse grupo de países concentraram-se na Rússia, 16,9% do total; Arábia Saudita, 13,3%; e Irã, 8%.



A média diária dos embarques de bens semimanufaturados totalizou US\$82 milhões em 2009, reduzindo-se 23,4% no ano. Dentre os itens da categoria, ressaltam-se os embarques de açúcar em bruto, 29,2% do total; celulose, 16,1%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 8,5%; ferro-ligas, 7%; e ouro em formas semimanufaturadas, 6,8%, responsáveis, em conjunto, por 67,6% das vendas da categoria.

A média diária de produtos semimanufaturados brasileiros direcionados à Ásia, principal região de destino desses bens em 2009, atingiu US\$35 milhões diários, representando 42,8% dos embarques da categoria e 22,2% das exportações totais dirigidas à região. Essas vendas, que aumentaram 6,2% no ano, concentraram-se em açúcar em bruto, 26% do total; celulose, 16,2%, dos quais 77% para a China; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 13,6%; e ferro-ligas, 10,1%. Os principais países de destino na região foram China, 37,2% do total; Índia, 17,4%; Japão, 9,9%; e Coreia do Sul, 8,6%.

#### Quadro 5.9 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2009 sobre 2008 – Média diária

| Produto                                      | Valor | Preço <sup>1/</sup> | Quantidade <sup>2/</sup> | Participação % <sup>3/</sup> |
|----------------------------------------------|-------|---------------------|--------------------------|------------------------------|
| Açúcar de cana em bruto                      | 65,8  | 24,5                | 33,1                     | 29,2                         |
| Pastas químicas de madeira                   | -14,2 | -28,8               | 20,6                     | 16,1                         |
| Produtos semimanufaturados, de ferro/aço     | -56,1 | -47,2               | -16,9                    | 8,5                          |
| Ferro-ligas                                  | -37,4 | -14,6               | -26,6                    | 7,0                          |
| Ouro em formas semimanuf., uso não monetário | 37,3  | 10,1                | 24,7                     | 6,8                          |
| Couros e peles, depilados, exceto em bruto   | -37,5 | -41,8               | 7,4                      | 5,6                          |
| Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>   | -64,9 | -30,9               | -49,3                    | 5,3                          |
| Óleo de soja em bruto                        | -46,9 | -32,5               | -21,3                    | 5,1                          |
| Alumínio em bruto                            | -27,6 | -39,8               | 20,1                     | 4,9                          |
| Catodos de cobre                             | -37,4 | -35,0               | -3,7                     | 2,0                          |
| Madeira serrada/fendida longitud. >6mm       | -40,6 | -7,7                | -35,7                    | 1,9                          |
| Borracha sintética e borracha artificial     | -29,5 | -40,5               | 18,5                     | 1,1                          |
| Ligas de alumínio, em bruto                  | -64,6 | -32,9               | -47,2                    | 1,0                          |
| Manteiga, gordura e óleo, de cacau           | -16,4 | 3,9                 | -19,5                    | 0,7                          |
| Catodos de níquel                            | -29,9 | -43,4               | 23,8                     | 0,7                          |
| Zinco em bruto                               | 15,6  | -41,8               | 98,5                     | 0,5                          |
| Madeira em estilhas ou em partículas         | -35,1 | -11,5               | -26,7                    | 0,4                          |
| Mates de níquel                              | -39,1 | -49,2               | 19,8                     | 0,3                          |
| Ceras vegetais                               | -28,2 | -11,9               | -18,4                    | 0,3                          |
| Sucos e extratos vegetais                    | -11,5 | -0,5                | -11,1                    | 0,3                          |
| Demais produtos semimanufaturados            | -30,1 | -                   | -                        | 2,3                          |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

As exportações médias diárias de produtos semimanufaturados destinadas à UE totalizaram US\$15 milhões, representando 18,7% dos embarques da categoria e 11,3% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando retração anual de 43,2%. Os principais países de destino no bloco foram Países Baixos, 24,7% do total; Reino Unido, 20,4%; Itália, 18,7%; e Bélgica, 14,2%. Os principais itens direcionados ao

bloco foram celulose, 34,2% do total; ouro em formas semimanufaturadas, 17,8%; couros e peles, 10%; e ferro-ligas, 8,4%.

As vendas médias diárias de produtos semimanufaturados aos EUA somaram US\$8 milhões em 2009, registrando recuo anual de 57,2% e equivalendo a 10,2% dos embarques da categoria e a 13,2% das exportações brasileiras a esse país. As exportações de celulose representaram 25,1% do total; seguindo-se as relativas a ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, 23,8%; produtos semimanufaturados de ferro e aço, 6,5%; e ligas de alumínio, em bruto, 4,9%.

#### Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2009 sobre 2008 – Média diária

| Produto                                                 | Valor | Preço <sup>1/</sup> | Quantidade <sup>2/</sup> | Participação % <sup>3/</sup> |
|---------------------------------------------------------|-------|---------------------|--------------------------|------------------------------|
| Aviões                                                  | -28,9 | -3,2                | -26,5                    | 7,7                          |
| Automóveis de passageiros                               | -33,2 | 0,3                 | -33,4                    | 6,5                          |
| Partes e peças p/veículos automóveis e tratores         | -30,3 | 11,1                | -37,3                    | 4,8                          |
| Açúcar refinado                                         | 32,4  | 20,2                | 10,2                     | 4,8                          |
| Óleos combustíveis (diesel, <i>fuel-oil</i> etc.)       | -31,5 | -27,7               | -5,2                     | 4,0                          |
| Aparelhos transm. ou receptores e componentes           | -28,5 | 33,7                | -46,5                    | 3,6                          |
| Motores/geradores/transform. elétricos e partes         | -16,7 | 20,4                | -30,8                    | 3,6                          |
| Produtos laminados planos de ferro/aço                  | -14,1 | -38,1               | 38,7                     | 3,3                          |
| Polímeros de etileno, propileno e estireno              | 10,0  | -35,5               | 70,6                     | 2,9                          |
| Calçados, suas partes e componentes                     | -26,8 | -3,9                | -23,9                    | 2,7                          |
| Álcool etílico                                          | -43,3 | -13,4               | -34,6                    | 2,7                          |
| Óxidos e hidróxidos de alumínio                         | -14,7 | -29,8               | 21,5                     | 2,6                          |
| Pneumáticos                                             | -23,7 | -2,8                | -21,5                    | 2,2                          |
| Bombas, compressores, ventiladores etc.                 | -31,7 | -4,1                | -28,7                    | 2,2                          |
| Gasolina                                                | -40,7 | -39,6               | -1,9                     | 1,9                          |
| Veículos de carga                                       | -55,3 | -6,6                | -52,1                    | 1,9                          |
| Papel e cartão para fins gráficos                       | -2,3  | -13,3               | 12,7                     | 1,9                          |
| Suco de laranja não congelado                           | 8,4   | -8,6                | 18,6                     | 1,8                          |
| Partes de motores para veículos automóveis              | -44,3 | 16,1                | -52,1                    | 1,8                          |
| Medicamentos para medicina humana e veterinária         | 16,2  | 14,3                | 1,7                      | 1,7                          |
| Tubos de ferro fundido, ferro ou aço                    | -11,7 | 42,0                | -37,8                    | 1,5                          |
| Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados etc.       | -12,6 | -36,4               | 37,4                     | 1,4                          |
| Chassis com motor e carroçarias para veíc. automóveis   | -45,6 | 7,4                 | -49,3                    | 1,4                          |
| Suco de laranja congelado                               | -37,6 | -16,4               | -25,3                    | 1,4                          |
| Móveis e suas partes                                    | -28,0 | -5,9                | -23,4                    | 1,4                          |
| Fio-máquina e barras de ferro ou aço                    | -41,1 | -43,4               | 4,0                      | 1,3                          |
| Preparações e conservas, de carne bovina                | -23,0 | -6,7                | -17,5                    | 1,3                          |
| Tratores                                                | -66,9 | -5,9                | -64,8                    | 1,3                          |
| Máq. e apar. para terraplanagem, perfuração etc.        | -64,6 | 8,6                 | -67,4                    | 1,2                          |
| Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes e partes | 33,4  | 24,9                | 6,8                      | 1,2                          |
| Demais produtos manufaturados                           | -24,2 | -                   | -                        | 56,5                         |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

As exportações médias diárias de semimanufaturados a América Latina e Caribe atingiram US\$4 milhões, com participação de 5,3% dos embarques da categoria e de 3% das exportações brasileiras a esses países, e registrando redução anual de 39,7%. Destacaram-se as vendas de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 21,5% do total; açúcar em bruto, 20,6; borracha sintética e borracha artificial, 6,6%; e manteiga, gordura e óleo de cacau, 6,5%. Os principais destinos na região foram Argentina e Venezuela, com participação individual de, igualmente, 22,7%; México, 18,4%; e Colômbia, 8,5%.

A média diária das aquisições de semimanufaturados pelos demais países atingiu US\$19 milhões, representando 23% das exportações da categoria e 16,8% das vendas brasileiras a esses países, e assinalando retração anual de 6,8%. Entre os produtos destinados a esses países, ressaltam-se as participações relativas às vendas de açúcar em bruto, 68,8% do total; ouro em formas semimanufaturadas, 13,3%; alumínio em bruto, 5%; e óleo de soja em bruto, 4,5%. Os principais países de destino no âmbito desse grupo de países foram Rússia, 18,3%; Suíça, 14,3%; Emirados Árabes Unidos, 12%, para os quais as exportações da categoria assinalaram aumento anual de 225%; Canadá, 8,3%; e Argélia, 8,1%.

As vendas médias diárias de manufaturados alcançaram US\$269 milhões em 2009, registrando recuo anual de 26,5%. Os principais itens exportados foram aviões, 7,7% do total; automóveis, 6,5%; autopeças e açúcar refinado, 4,8% cada um; óleos combustíveis, 4%; aparelhos transmissores ou receptores e motores, geradores, transformadores elétricos, 3,6% cada; e laminados planos, 3,3%. Desses produtos, apenas o açúcar refinado apresentou crescimento frente a 2008.

Os embarques médios diários de produtos manufaturados a América Latina e Caribe totalizaram US\$115 milhões, representando 42,8% dos embarques da categoria e 80,8% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando retração anual de 27%. Os principais produtos destinados à região foram automóveis, 8,2% do total; autopeças, 5,8%; aparelhos transmissores ou receptores, 4,8%; óleos combustíveis, 3,7%; veículos de carga, 2,7%; e laminados planos e polímeros, com participações de, igualmente, 2,4%. Os principais países de destino dos produtos manufaturados na região foram Argentina, 42% do total, seguindo-se Venezuela e México, com participações individuais de 8,3%; Chile, 7%; Paraguai, 5,4%; Colômbia 5,2%; e Uruguai, 4,2%.

As exportações médias diárias de produtos manufaturados à UE somaram US\$55 milhões, significando 20,3% das exportações da categoria e 40,2% das vendas ao bloco, e registrando recuo anual de 21,5%. As principais manufaturas brasileiras destinadas ao bloco foram aviões, 10,6% do total; suco de laranja, 7,2%; automóveis, 5,1%; calçados e tubos flexíveis de ferro ou aço, 3,5% cada; torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes, 3,2%; preparações e conservas de carne de frango, 3%; álcool etílico, 2,8%; partes de motores de automóveis, 2,4%; e laminados planos, 2,3%. Os principais países de destino dos manufaturados no âmbito desse bloco foram Países Baixos, 25,8% do total; Alemanha, 21,7%; Reino Unido, 10,5%; Bélgica, 9,7%; França, 8,6%; e Itália, 7,3%.

A média diária de manufaturados brasileiros adquiridos pelos EUA registrou decréscimo anual de 41,3% em 2009, totalizando US\$38 milhões e equivalendo a 14,1% dos embarques da categoria e a 60,1% das vendas ao país. Os principais itens exportados para os EUA foram aviões, 9% do total; motores, geradores e transformadores elétricos, 6,4%; hidrocarbonetos e seus derivados, 3,9%; calçados, 3,8%; obras de mármore e granito, 3,7%; e partes de motores de automóveis e autopeças, com participações individuais de 3,2%.

Os produtos manufaturados embarcados para a Ásia totalizaram média diária de US\$21 milhões, com participações de 8% nos embarques da categoria e de 13,6% das exportações brasileiras ao bloco, e assinalando crescimento anual de 1,6%. Os principais produtos exportados para a região foram aviões, 11,6% do total; óleos combustíveis, 9,2%; álcool etílico, 7,5%; polímeros, 7,3%; laminados planos, 7,2%; e açúcar refinado, 5,3%. Os principais destinos na região foram China, 26,6%; Japão, 15,5%; Cingapura, 15,1%; Índia, 14,5%; e Coreia do Sul, 6,8%.

As exportações médias de manufaturados aos demais países somaram US\$40 milhões, representando 14,9% das vendas da categoria e 35,7% dos embarques ao bloco, e registrando recuo anual de 24,4%. Os principais produtos exportados foram açúcar refinado, 19,9% do total; óxidos e hidróxidos de alumínio, 10,9%; aviões, 5,8%; motores, geradores e transformadores elétricos, 3,3%; e gasolina, 2,9%. Os principais destinos constituíram-se em Canadá e Angola, com participações de, igualmente, 10,9%; África do Sul, 9,4%; Emirados Árabes Unidos, 7,2%; e Nigéria, 6,8%.

As operações especiais – transações especiais, consumo de bordo e reexportações – somaram média diária de US\$13 milhões em 2009, reduzindo-se 37,4% no ano. Desse total, 81,9% referiram-se a óleos e combustíveis utilizados no reabastecimento de navios e aeronaves e 12,3%, a reexportações, registrando, na ordem, variações anuais de -42,6% e 19,8%.

Os embarques médios diários de produtos industriais atingiram US\$418 milhões em 2009, registrando recuo anual de 25,4%. Essas vendas, representando 68,4% das exportações brasileiras, distribuíram-se pelas indústrias de baixa tecnologia, 28,5% do total; média-alta tecnologia, 17,8%; média-baixa tecnologia, 16,2%; e alta tecnologia, 5,9%.

As exportações relacionadas ao segmento de baixa tecnologia totalizaram média diária de US\$174 milhões, registrando retração anual de 14,1%. As exportações desse segmento concentraram-se no setor de alimentos, bebidas e tabaco, com ênfase nas relativas a açúcar em bruto, 13,7% do total; carne de frango, 11%; farelo de soja, 10,5%; e carne de bovino, 6,9%. Adicionalmente, ressaltem-se as participações das vendas de celulose, 7,6%; álcool etílico, 5,5%; calçados, 3,1%; e couros e peles, 2,6%. Os principais países de destino foram EUA, 7,8% do total; Países Baixos, 7,7%; Rússia, 5,9%; China, 4,8%; e Índia, 4%.

**Quadro 5.11 – Exportação por intensidade tecnológica – FOB**

US\$ milhões – Média diária

| Discriminação                                       | 2008 | 2009  |       |        |
|-----------------------------------------------------|------|-------|-------|--------|
|                                                     |      | Valor | Var.% | Part.% |
| Total                                               | 782  | 612   | -21,8 | 100,0  |
| Produtos industriais                                | 561  | 418   | -25,4 | 68,4   |
| Alta tecnologia                                     | 45   | 36    | -20,4 | 5,9    |
| Aeronáutica e aeroespacial                          | 24   | 18    | -24,3 | 3,0    |
| Equipamentos de rádio, TV e comunicação             | 11   | 8     | -27,9 | 1,3    |
| Outros                                              | 10   | 10    | -2,9  | 1,6    |
| Média-alta tecnologia                               | 159  | 109   | -31,4 | 17,8   |
| Veículos automotores, reboques e semirreboques      | 64   | 37    | -41,9 | 6,1    |
| Produtos químicos, excl. farmacêuticos              | 35   | 30    | -13,1 | 4,9    |
| Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.             | 43   | 28    | -34,5 | 4,6    |
| Outros                                              | 17   | 13    | -20,8 | 2,2    |
| Indústria de média-baixa tecnologia                 | 154  | 99    | -35,7 | 16,2   |
| Produtos metálicos                                  | 90   | 60    | -33,8 | 9,8    |
| Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis | 38   | 23    | -38,2 | 3,8    |
| Outros                                              | 26   | 16    | -38,3 | 2,6    |
| Indústria de baixa tecnologia                       | 203  | 174   | -14,1 | 28,5   |
| Alimentos, bebidas e tabaco                         | 140  | 127   | -9,2  | 20,7   |
| Madeira e seus produtos, papel e celulose           | 34   | 27    | -21,4 | 4,4    |
| Têxteis, couro e calçados                           | 22   | 15    | -30,4 | 2,5    |
| Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados       | 7    | 5     | -24,6 | 0,9    |

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2008, 253 dias úteis; 2009, 250 dias úteis.

As vendas médias diárias de produtos industrializados de média-alta tecnologia atingiram US\$109 milhões, apresentando decréscimo anual de 31,4% e representando 17,8% do total médio diário exportado pelo país em 2009. Nesse segmento, destacaram-se as vendas do setor automotivo, em especial as de automóveis, 12% do total; autopeças, 8,9%; veículos de carga, 3,5%; e chassis com motor e carroçarias para automóveis, 2,6%; e as relativas a transformadores elétricos, 6,6%; polímeros, 5,3%; motores, geradores e a bombas, compressores, ventiladores, 4,1%; e a hidrocarbonetos e seus derivados, 2,6%. Os principais destinos desse grupo de produtos foram Argentina, 24,9% do total; EUA, 12,8%; Alemanha, 6,3%; México, 5,9%; Chile, 4,2%; e Venezuela, 4,1%.

A média diária dos embarques de produtos de média-baixa tecnologia totalizou US\$99 milhões em 2009, registrando retração anual de 35,7% e representando 16,2% das vendas externas do país. Ressaltem-se, no segmento, as participações das exportações de óleos e combustíveis para provisionamento de navios e aeronaves (consumo de bordo), 10,6% do total; óleos combustíveis, 8,2%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 7,1% do total; laminados planos, 6,6%; ferro-ligas, 5,8%; óxidos e hidróxidos de alumínio, 5,3%; ferro fundido

bruto e ferro *spiegel*, 4,4%; e alumínio em bruto, 4,1%; e de gasolina, 3,9%. Os principais destinos desses produtos foram EUA, 12,3% do total; Argentina, 8,5%; Países Baixos, 6,5%; e China, 5,9%.

As exportações de produtos de alta tecnologia registraram média diária de US\$36 milhões, reduzindo-se 20,4% no ano e equivalendo a 5,9% dos embarques médios diários em 2009. Dentre as vendas dessa indústria, ressaltam-se as participações das relativas a aviões, 42,7% do total; aparelhos transmissores ou receptores, 19,9%; e medicamentos, equivalentes a 9,2%. Os principais países de destino foram EUA, 18,6% do total; Argentina, 13,7%; Alemanha, 5,8%; China, 5,2%; e França, 4,7%.

#### Quadro 5.12 – Importação – FOB

US\$ milhões

| Discriminação                             | 2005   | 2006   | 2007    | 2008    | 2009    |
|-------------------------------------------|--------|--------|---------|---------|---------|
| Total                                     | 73 600 | 91 351 | 120 617 | 172 985 | 127 647 |
| Bens de capital                           | 15 392 | 18 924 | 25 125  | 35 933  | 29 690  |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 37 817 | 45 274 | 59 381  | 83 056  | 59 689  |
| Bens de consumo                           | 8 466  | 11 955 | 16 027  | 22 527  | 21 523  |
| Duráveis                                  | 3 926  | 6 076  | 8 251   | 12 710  | 11 613  |
| Não duráveis                              | 4 540  | 5 879  | 7 776   | 9 817   | 9 910   |
| Combustíveis e lubrificantes              | 11 925 | 15 197 | 20 085  | 31 469  | 16 745  |

Fonte: MDIC/Secex

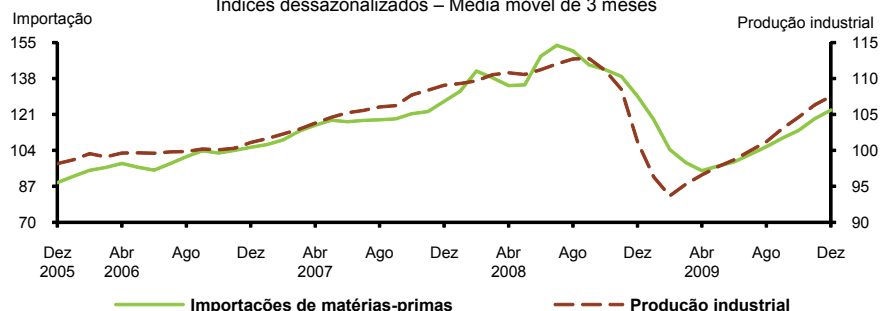
A média diária das importações, excetuada a elevação de 2,2% assinalada na relativa a bens de consumo não duráveis, registrou recuo generalizado em todas as categorias de uso, em 2009. As aquisições médias diárias de combustíveis e lubrificantes decresceram 46,1%, seguindo-se as retrações observadas nas relativas a matérias-primas e produtos intermediários, 27,3%; bens de capital, 16,4%; e a bens de consumo duráveis, 7,5%.

As compras diárias de matérias-primas e produtos intermediários atingiram US\$239 milhões e representaram 46,8% das importações do país no ano, com destaque para as relativas a produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, produtos intermediários – partes e peças e acessórios de equipamentos de transporte, com participação conjunta de 73,5% nas compras da categoria. As reduções nos valores das aquisições dos principais produtos resultaram de recuos nos preços e nas quantidades importadas, excetuando-se as expansões respectivas de 16% e 5,9% assinaladas no item partes e peças e no item acessórios de equipamentos de transporte.

A média diária das aquisições de matérias-primas e produtos intermediários originários da Ásia atingiu US\$65 milhões, apresentando recuo anual de 20,1%, com participações de 27,1% nas compras da categoria e de 44,7% no total importado da região. Os produtos

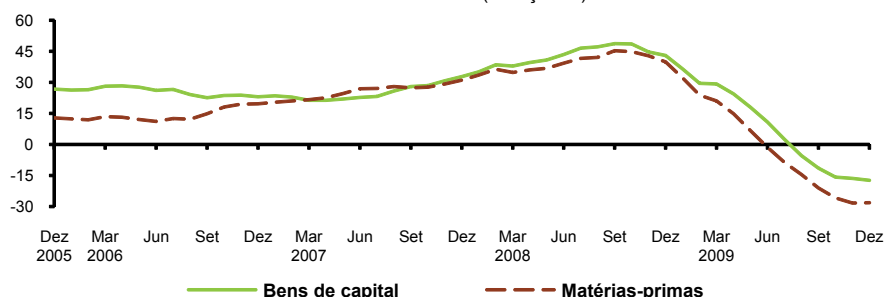
com participação mais representativa foram circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 14,3% do total; partes e acessórios para computadores, 7,3%; e partes e peças para veículos automóveis e tratores, 6,6%; enquanto os países com maior participação foram China, 38,9% do total; Japão, 16,6%; Coreia do Sul, 10%; e Taiwan, 7,9%.

Gráfico 5.7  
**Importação de matérias-primas x produção industrial**  
Índices dessazonalizados – Média móvel de 3 meses



Fontes: IBGE e Funcex

Gráfico 5.8  
**Importação por categoria de uso final – FOB**  
Últimos 12 meses (variação %)<sup>1/</sup>



Fonte: MDIC/Secex

<sup>1/</sup> Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das aquisições de matérias-primas e produtos intermediários originárias da UE atingiu US\$59 milhões em 2009, reduzindo-se 23,5% no ano e respondendo por 50,9% das compras provenientes do bloco e por 24,9% das relativas à categoria. Os produtos com participação mais representativa nessa pauta foram autopeças, 12,4% do total; compostos heterocíclicos, 7,4%; partes e peças para aviões, 4%; e cloreto de potássio, 3,9%. As importações foram provenientes, em especial, da Alemanha, 33,8% do total; França, 14%; Itália, 9,9%; Reino Unido, 9,5%; e Espanha, 7,8%.

As compras de matérias-primas e bens intermediários procedentes da América Latina e do Caribe totalizaram média diária de US\$46 milhões, registrando redução anual de 25,5% e significando 19,4% das aquisições da categoria e 51% do total importado da região. Os principais itens importados do bloco foram naftas, 9,4% do total; trigo, 9,4%; cátodos de cobre, 8,7%; e autopeças, 6,4%. Os principais países fornecedores foram

Argentina, 44,9% do total; Chile, 18,7%; México, 9,8%; e Uruguai, 7,1%. Ressalte-se que as importações originárias do Uruguai, em sentido inverso às provenientes dos demais países, apresentaram expansão anual diária de 27%.

#### Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2009 sobre 2008 – Média diária

| Produto                                            | Valor | Preço <sup>1/</sup> | Quantidade <sup>2/</sup> | Participação <sup>3/</sup> |
|----------------------------------------------------|-------|---------------------|--------------------------|----------------------------|
| Bens de capital                                    | -16,4 |                     |                          | 100,0                      |
| Maquinaria industrial                              | -9,8  | 5,1                 | -14,1                    | 33,0                       |
| Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico | -18,2 | -6,3                | -12,7                    | 19,3                       |
| Partes e peças para bens de capital para indústria | -26,5 | -3,5                | -23,8                    | 13,2                       |
| Equipamento móvel de transporte                    | -7,1  | -6,1                | -1,1                     | 10,8                       |
| Acessórios de maquinaria industrial                | -14,5 | -8,2                | -6,9                     | 6,9                        |
| Demais bens de capital                             | -22,8 | 3,3                 | -25,2                    | 16,8                       |
| Matérias-primas e produtos intermediários          | -27,3 |                     |                          | 100,0                      |
| Produtos químicos e farmacêuticos                  | -17,5 | -10,2               | -8,1                     | 28,9                       |
| Produtos minerais                                  | -36,6 | -31,4               | -7,6                     | 16,2                       |
| Produtos intermediários – Partes e peças           | -22,9 | 16,0                | -33,5                    | 14,2                       |
| Acessórios de equipamento de transporte            | -27,0 | 5,9                 | -31,1                    | 14,1                       |
| Outras matérias-primas para agricultura            | -50,4 | -27,7               | -31,3                    | 9,0                        |
| Demais matérias-primas e produtos intermediários   | -16,4 | -15,9               | -0,6                     | 17,5                       |
| Bens de consumo não duráveis                       | 2,2   |                     |                          | 100,0                      |
| Produtos farmacêuticos                             | 6,8   | 15,4                | -7,4                     | 37,2                       |
| Produtos alimentícios                              | -0,8  | -4,9                | 4,3                      | 27,8                       |
| Vestuário e outras confecções têxteis              | 7,2   | 2,7                 | 4,3                      | 9,5                        |
| Produtos de tocador                                | -0,3  | 1,5                 | -1,8                     | 5,4                        |
| Bebidas e tabacos                                  | 11,8  | 5,9                 | 5,6                      | 4,2                        |
| Demais bens de consumo não duráveis                | -6,5  | 5,2                 | -11,1                    | 15,9                       |
| Bens de consumo duráveis                           | -7,5  |                     |                          | 100,0                      |
| Automóveis de passageiros                          | -1,5  | -2,8                | 1,4                      | 50,7                       |
| Máquinas e aparelhos de uso doméstico              | -4,3  | -7,8                | 3,9                      | 19,6                       |
| Objetos de adorno ou de uso pessoal                | -22,9 | -14,0               | -10,4                    | 16,3                       |
| Partes e peças para bens de consumo duráveis       | -14,8 | -9,1                | -6,3                     | 5,9                        |
| Móveis e outros equipamentos para casa             | -13,3 | 1,1                 | -14,3                    | 4,2                        |
| Demais bens de consumo duráveis                    | 0,0   | 17,4                | -14,8                    | 3,2                        |
| Combustíveis e lubrificantes                       | -46,1 |                     |                          | 100,0                      |
| Combustíveis                                       | -46,3 | -33,9               | -18,7                    | 97,4                       |
| Lubrificantes e eletricidade                       | -41,6 | -23,1               | -24,0                    | 2,6                        |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

As aquisições médias de matérias-primas e produtos intermediários provenientes dos EUA somaram US\$43 milhões, retraindo-se 24,6% no ano e respondendo por 17,9% das compras da categoria e por 52,8% do total importado do bloco. Os produtos com



participação mais expressiva foram motores e turbinas para avião, 15,3% do total; partes e peças para aviões, 4,7%; rolamentos e engrenagens, 3,3%; polímeros de etileno, 3,2%; e compostos heterocíclicos, 2,9%.

#### Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

Média diária – US\$ milhões

| Produto                                   | 2008  |       | 2009                     |                |          |
|-------------------------------------------|-------|-------|--------------------------|----------------|----------|
|                                           | Valor | Valor | Variação %<br>sobre 2008 | Participação % |          |
|                                           |       |       |                          | No total       | No bloco |
| Total                                     | 684   | 511   | -25,3                    | 100,0          | -        |
| Bens de capital                           | 142   | 119   | -16,4                    | 23,3           | -        |
| Bens de consumo duráveis                  | 50    | 46    | -7,5                     | 9,1            | -        |
| Bens de consumo não duráveis              | 39    | 40    | 2,2                      | 7,8            | -        |
| Combustíveis e lubrificantes              | 124   | 67    | -46,1                    | 13,1           | -        |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 328   | 239   | -27,3                    | 46,8           | -        |
| América Latina e Caribe                   | 112   | 91    | -19,3                    | 17,8           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 9     | 9     | -4,2                     | 1,7            | 9,6      |
| Bens de consumo duráveis                  | 15    | 16    | 2,6                      | 3,1            | 17,2     |
| Bens de consumo não duráveis              | 9     | 9     | 1,7                      | 1,8            | 10,0     |
| Combustíveis e lubrificantes              | 17    | 11    | -35,5                    | 2,2            | 12,2     |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 62    | 46    | -25,5                    | 9,1            | 51,0     |
| Mercosul                                  | 59    | 52    | -11,2                    | 10,3           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 6     | 6     | -2,2                     | 1,2            | 11,8     |
| Bens de consumo duráveis                  | 11    | 11    | 8,5                      | 2,2            | 21,8     |
| Bens de consumo não duráveis              | 7     | 7     | -1,5                     | 1,3            | 12,5     |
| Combustíveis e lubrificantes              | 2     | 2     | 21,6                     | 0,4            | 4,1      |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 34    | 26    | -22,6                    | 5,1            | 49,8     |
| EUA <sup>1/</sup>                         | 102   | 81    | -20,9                    | 15,8           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 28    | 23    | -19,5                    | 4,4            | 28,0     |
| Bens de consumo duráveis                  | 3     | 3     | -13,1                    | 0,6            | 3,7      |
| Bens de consumo não duráveis              | 5     | 5     | 5,1                      | 1,0            | 6,3      |
| Combustíveis e lubrificantes              | 9     | 7     | -19,1                    | 1,4            | 9,1      |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 57    | 43    | -24,6                    | 8,4            | 52,8     |
| União Europeia                            | 143   | 117   | -18,3                    | 22,9           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 41    | 37    | -10,5                    | 7,2            | 31,6     |
| Bens de consumo duráveis                  | 8     | 7     | -14,8                    | 1,4            | 6,0      |
| Bens de consumo não duráveis              | 11    | 11    | 3,4                      | 2,3            | 9,8      |
| Combustíveis e lubrificantes              | 5     | 2     | -57,8                    | 0,4            | 1,7      |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 78    | 59    | -23,5                    | 11,6           | 50,9     |
| Ásia                                      | 186   | 145   | -22,4                    | 28,3           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 57    | 44    | -22,3                    | 8,7            | 30,7     |
| Bens de consumo duráveis                  | 22    | 20    | -10,7                    | 3,9            | 13,8     |
| Bens de consumo não duráveis              | 10    | 10    | 0,9                      | 1,9            | 6,7      |
| Combustíveis e lubrificantes              | 16    | 6     | -63,5                    | 1,2            | 4,1      |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 81    | 65    | -20,1                    | 12,7           | 44,7     |
| Demais                                    | 140   | 78    | -44,5                    | 15,2           | 100,0    |
| Bens de capital                           | 7     | 6     | -5,5                     | 1,2            | 7,9      |
| Bens de consumo duráveis                  | 1     | 1     | -11,0                    | 0,2            | 1,2      |
| Bens de consumo não duráveis              | 4     | 4     | -0,5                     | 0,8            | 5,5      |
| Combustíveis e lubrificantes              | 77    | 41    | -47,3                    | 8,0            | 52,3     |
| Matérias-primas e produtos intermediários | 51    | 26    | -49,6                    | 5,0            | 33,1     |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

A média diária das compras de matérias-primas e produtos intermediários originárias dos demais países recuou 49,6% no ano, para US\$26 milhões, representando 10,8% das aquisições na categoria e 33,1% do total importado desse grupo de países. A participação das importações de cloreto de potássio atingiu 20,6% no ano, seguindo-se as retativas a naftas, 9,7%; ureia, 6,2%; e laminados planos de ferro ou aços, 4,8%. Os principais países fornecedores foram Rússia, 19,6% do total; Canadá, 14,5%; Suíça, 10,8%; Argélia, 8,2%; e Belarus, 7,8%.

As aquisições de bens de capital responderam por 23,3% das compras externas brasileiras em 2009, US\$119 milhões diários, com ênfase nas importações de maquinaria industrial, 33% do total; máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, 19,3%; partes e peças para bens de capital para a indústria, 13,2%; e equipamento móvel de transporte, 10,8%. Os principais produtos registraram reduções nos preços e, em especial, nas quantidades importadas, à exceção do aumento de preços assinalado no item maquinaria industrial.

As importações de bens de capital procedentes da Ásia atingiram média diária de US\$44 milhões, recuando 22,3% em relação a 2008, com participações de 37,3% nas aquisições da categoria e de 30,7% nas compras originárias do país. As importações concentraram-se em máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, 10,3% no total; circuitos impressos, 9,4%; dispositivos de cristais líquidos, 8%; e motores, geradores e transformadores elétricos, 7,7%. As compras originaram-se, em especial, da China, 50,6% do total; Japão, 17,6%; Coreia do Sul, 12,1%; e Taiwan, 6,4%.

As compras externas de bens de capital provenientes da UE registraram redução anual de 10,5% em 2009, para US\$37 milhões diários, respondendo por 31,6% do total importado do bloco e por 31,1% das compras da categoria, que se concentraram em instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 7,9% do total; motores, geradores e transformadores elétricos, 6,1%; bombas, compressores e ventiladores, 5,5%; e aparelhos para interrupção e proteção de energia, 3,7%. Os principais países de origem foram Alemanha, 36,7% do total; Itália, 17,7%; França, 9,1%; Finlândia, 8%; e Suécia, 5,2%. Assinale-se que o valor das importações procedentes da Finlândia, concentradas em motores, geradores e transformadores elétricos, se elevaram 121,5%, no ano.

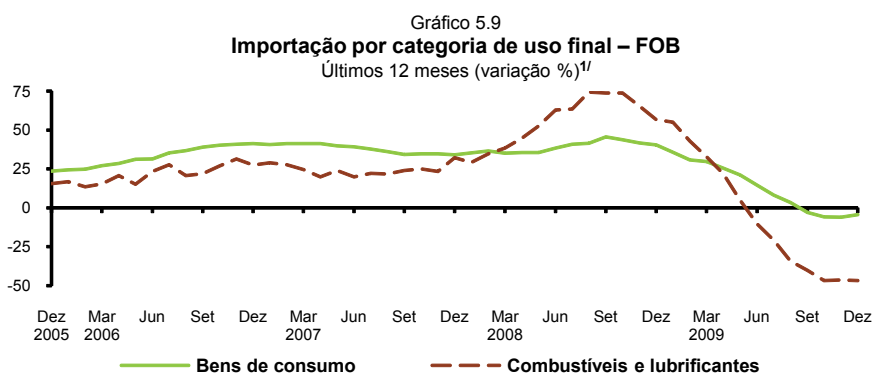
As aquisições de bens de capital originárias dos EUA somaram US\$23 milhões diários em 2009, valor 19,5% inferior ao observado no ano anterior, representando 19% da pauta da categoria e 28% do total importado do país. Os produtos com participação mais expressiva nessa pauta foram instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 10% do total; aviões, 9,9%; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 6,8%; bombas, compressores e ventiladores, 5,8%; e instrumentos e aparelhos médicos, 5,4%.

A média diária das importações de bens de capital provenientes da América Latina e do Caribe retraiu 4,2% no ano, para US\$9 milhões, equivalentes a 7,4% das compras

da categoria e a 9,6% do total importado do bloco. Destacaram-se as aquisições de veículos de carga, 50,2% do total; aparelhos transmissores e receptores de telefonia celular, 4,8%; bombas, compressores e ventiladores, 3,9%; instrumentos e aparelhos de medida, 3,5%; e ônibus e outros veículos para mais de dez pessoas, 3%. Os principais países de origem foram Argentina, 70,5% do total; e México, 24,7%. Vale ressaltar o crescimento anual de 70,9% observado nas importações procedentes da Colômbia, contrastando com o recuo anual de 93,5% assinalado nas originárias do Paraguai.

As compras externas de bens de capital originárias dos demais países totalizaram US\$6 milhões diários, reduzindo-se 5,5% no ano e correspondendo a 5,2% do total das aquisições da categoria e a 7,9% das compras provenientes desse bloco de países. As importações, concentradas em instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 7,5% do total; helicópteros, 5,2%; aviões, 4,8%; e caldeiras de vapor, 4,3%, originaram-se, em especial, da Suíça, 33% do total; Canadá, 23,5%; Israel, 8,3%; Noruega, 7,4%; e Rússia, 5,9%.

As importações de combustíveis e lubrificantes atingiram média diária de US\$67 milhões, 46,1% inferior à registrada em 2008, representando 13,1% do total das importações brasileiras em 2009. As aquisições, concentradas em petróleo em bruto, 54,1% do total; hulhas, 12,3%; óleos combustíveis, 10%; gás natural, 9,5%; e querosene de aviação, 3,7%; originaram-se, especialmente, da Nigéria, 28,2% do total; EUA, 11%; Bolívia, 9,5%; Arábia Saudita, 9,2%; e Argélia, 5,1%. A Bolívia foi responsável pelo fornecimento integral do gás natural importado em 2009, enquanto as compras da Nigéria, Arábia Saudita, Líbia e Argélia responderam por 85,6% das aquisições de petróleo em bruto.



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das aquisições de bens de consumo duráveis recuou 7,5% em 2009, somando US\$46 milhões e correspondendo a 9,1% do total importado. As importações originaram-se, em especial, da Ásia, 42,9% do total; América Latina e Caribe, 33,5%; e UE, 15,2%; enquanto os principais países fornecedores foram Argentina, 23,3%; China, 21,8%; Coreia do Sul, 11,5%; México, 8,6%; e EUA, 6,4%. As compras de produtos dessa categoria concentraram-se em automóveis de passageiros, 47,1% do total; partes de aparelhos transmissores e receptores, 10,2%; e artigos e aparelhos de prótese, ortopedia e suas partes, 4,1%.

A média diária das aquisições de bens de consumo não duráveis somou US\$40 milhões em 2009, elevando-se 2,2% no ano e correspondendo a 7,8% do total das compras externas. Os principais produtos adquiridos foram medicamentos, inclusive veterinários, 36,9% do total; produtos de perfumaria e toucador, 3,3%; e calçados e partes, 3%. As importações originaram-se, em sua maior parte, da UE, 29% do total da categoria; Ásia, 24,4%; e América Latina e Caribe, 22,9%; sendo os principais países fornecedores China, 14% do total; Argentina, 13,2%; EUA, 11,9%; Alemanha, 7,1%; e Suíça, 6,7%.

#### **Quadro 5.15 – Importação por intensidade tecnológica – FOB**

US\$ milhões – Média diária

| Discriminação                                       | 2008 | 2009  |       |        |
|-----------------------------------------------------|------|-------|-------|--------|
|                                                     |      | Valor | Var.% | Part.% |
| Total                                               | 684  | 511   | -25,3 | 100,0  |
| Produtos industriais                                | 566  | 440   | -22,3 | 86,1   |
| Alta tecnologia                                     | 132  | 110   | -16,8 | 21,5   |
| Equipamentos de rádio, TV e comunicação             | 50   | 36    | -27,2 | 7,1    |
| Farmacêutica                                        | 24   | 24    | 1,1   | 4,8    |
| Outros                                              | 58   | 49    | -15,4 | 9,6    |
| Média-alta tecnologia                               | 274  | 215   | -21,6 | 42,1   |
| Produtos químicos, excl. farmacêuticos              | 114  | 80    | -29,8 | 15,7   |
| Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.             | 75   | 61    | -18,1 | 12,0   |
| Veículos automotores, reboques e semirreboques      | 56   | 49    | -11,9 | 9,6    |
| Outros                                              | 29   | 24    | -16,9 | 4,7    |
| Indústria de média-baixa tecnologia                 | 115  | 74    | -35,7 | 14,5   |
| Produtos metálicos                                  | 46   | 33    | -29,2 | 6,4    |
| Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis | 48   | 23    | -51,6 | 4,6    |
| Outros                                              | 21   | 18    | -13,2 | 3,6    |
| Indústria de baixa tecnologia                       | 44   | 41    | -8,0  | 8,0    |
| Alimentos, bebidas e tabaco                         | 16   | 16    | -1,2  | 3,1    |
| Têxteis, couro e calçados                           | 15   | 14    | -6,6  | 2,7    |
| Outros                                              | 13   | 11    | -17,8 | 2,1    |

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2007, 250 dias úteis; 2008, 253 dias úteis.

As compras médias diárias de produtos industriais recuaram 22,3% em 2009, totalizando US\$440 milhões, respondendo por 86,1% do total importado pelo país. A abertura das importações industriais por complexidade tecnológica evidencia que as aquisições de produtos de média-alta tecnologia foram as mais expressivas, correspondendo a 42,1% das compras totais, seguindo-se os itens de alta tecnologia, 21,5%; média-baixa tecnologia, 14,5%; e baixa tecnologia, 8%.

As aquisições médias diárias de itens de média-alta tecnologia retraíram 21,6% no ano, somando US\$215 milhões. As compras concentraram-se em produtos químicos não farmacêuticos; máquinas e equipamentos mecânicos, com ênfase em motores, geradores e transformadores elétricos, rolamentos e engrenagens, bombas, compressores,

ventiladores, e automóveis que, em conjunto, responderam por 88,7% das aquisições da indústria. As importações do segmento procederam, em especial, da UE, 29,9% do total; Ásia, 27%; e EUA, 17,4%.

A média diária das importações de produtos de alta tecnologia alcançou US\$110 milhões, recuando 16,8% em relação ao ano anterior. As compras de equipamentos de rádio, TV e comunicação, e de produtos farmacêuticos foram responsáveis, em conjunto, por 55,4% dessas aquisições. Os principais fornecedores desse grupo de produtos foram Ásia, 43,6% do total; UE, 24%; e EUA, 22,3%.

As compras externas de produtos de média-baixa tecnologia reduziram 35,7% no ano, atingindo US\$74 milhões, com ênfase na participação conjunta de 75,5% atribuída às aquisições de produtos de petróleo refinado e outros combustíveis e de produtos metálicos. As origens desses produtos concentraram-se, em grande parte, na Ásia, 27% do total; América Latina e Caribe, 24,7%; e UE, 23,1%.

As importações médias diárias do segmento de baixa tecnologia totalizaram US\$41 milhões, retraindo-se 8% em relação ao ano anterior. As aquisições relacionadas aos setores alimentos, bebidas e tabaco, e têxteis, couros e calçados corresponderam, em conjunto, a 73,2% das compras externas dessa indústria. Os principais blocos de origem desses produtos foram Ásia, 39,9% do total; América Latina e Caribe, 27,7%; e UE, 18,7%.

## **Intercâmbio comercial**

Após cinco anos ininterruptos de expansão, o fluxo médio diário da corrente de comércio brasileira registrou retração de 23,4% em 2009, totalizando US\$1,1 bilhão. Essa reversão traduziu a ocorrência de recuos generalizados no comércio bilateral com os principais parceiros do país, à exceção das expansões respectivas de 0,2% e 0,9% assinaladas em relação à China e à Associação Europeia de Livre Comércio (AELC).

A média diária do intercâmbio com os países asiáticos atingiu US\$302 milhões em 2009. A retração anual de 9,6% refletiu o impacto da expansão de 6,6% observada nas exportações e da redução de 22,4% assinalada nas importações, que somaram, na ordem, US\$158 milhões e US\$145 milhões. A China foi responsável por 47,8% do fluxo na região, seguindo-se o Japão, 12,8%, e a Coreia do Sul, 9,8%. Ressalte-se a alteração no sentido do saldo comercial com a região, que passou de déficit de US\$38 milhões em 2008 para superávit de US\$13 milhões diários, movimento impulsionado, em especial, pelo dinamismo das operações com a China, maior parceira comercial no ano.

O fluxo comercial médio diário com a UE atingiu US\$253 milhões, reduzindo-se 22,5% no ano. As exportações somaram US\$136 milhões e as importações, US\$117 milhões,

apresentando recuos anuais respectivos de 25,8% e 18,3%, resultando em superávit de US\$19 milhões, 52,2% inferior ao registrado em 2008, com a região. O intercâmbio bilateral mais intenso no âmbito do bloco ocorreu com Alemanha, 25,4% do total; Países Baixos, 14,4%; Itália, 10,6%; e França, 10,3%.

#### Quadro 5.16 – Balança comercial por países e blocos – FOB

Média diária – US\$ milhões

| Discriminação           | 2008       |            |       | 2009       |            |       |
|-------------------------|------------|------------|-------|------------|------------|-------|
|                         | Exportação | Importação | Saldo | Exportação | Importação | Saldo |
| Total                   | 782        | 684        | 99    | 612        | 511        | 101   |
| Aelc <sup>1/</sup>      | 9          | 11         | -2    | 11         | 10         | 0     |
| América Latina e Caribe | 202        | 112        | 90    | 143        | 91         | 52    |
| Mercosul                | 86         | 59         | 27    | 63         | 52         | 11    |
| Argentina               | 70         | 52         | 17    | 51         | 45         | 6     |
| Paraguai                | 10         | 3          | 7     | 7          | 2          | 4     |
| Uruguai                 | 6          | 4          | 2     | 5          | 5          | 0     |
| Chile                   | 19         | 16         | 3     | 11         | 10         | 0     |
| México                  | 17         | 12         | 5     | 11         | 11         | -0    |
| Demais                  | 81         | 25         | 55    | 58         | 17         | 41    |
| Canadá                  | 7          | 13         | -5    | 7          | 6          | 0     |
| União Europeia          | 183        | 143        | 40    | 136        | 117        | 19    |
| Alemanha                | 35         | 48         | -13   | 25         | 39         | -15   |
| Bélgica/Luxemburgo      | 18         | 7          | 11    | 13         | 5          | 8     |
| Espanha                 | 16         | 10         | 6     | 11         | 8          | 3     |
| França                  | 16         | 18         | -2    | 12         | 14         | -3    |
| Itália                  | 19         | 18         | 1     | 12         | 15         | -3    |
| Países Baixos           | 41         | 6          | 36    | 33         | 4          | 29    |
| Reino Unido             | 15         | 10         | 5     | 15         | 10         | 5     |
| Demais                  | 23         | 26         | -3    | 17         | 22         | -5    |
| Europa Oriental         | 22         | 21         | 1     | 14         | 8          | 5     |
| Ásia <sup>2/</sup>      | 148        | 186        | -38   | 158        | 145        | 13    |
| Japão                   | 24         | 27         | -3    | 17         | 21         | -4    |
| China                   | 65         | 79         | -14   | 81         | 64         | 17    |
| Coreia, República da    | 12         | 21         | -9    | 10         | 19         | -9    |
| Demais                  | 47         | 59         | -12   | 49         | 40         | 9     |
| EUA <sup>3/</sup>       | 109        | 102        | 7     | 63         | 81         | -18   |
| Outros                  | 101        | 95         | 6     | 82         | 53         | 29    |
| Memo:                   |            |            |       |            |            |       |
| Nafta                   | 134        | 127        | 7     | 81         | 98         | -18   |
| Opep                    | 70         | 77         | -7    | 58         | 45         | 13    |

Fonte: MDIC/Secex

1/ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

2/ Exclui o Oriente Médio.

3/ Inclui Porto Rico.

O intercâmbio comercial médio diário com os países da América Latina e do Caribe somou US\$233 milhões em 2009, 25,9% inferior ao observado no ano anterior, registrando-se reduções de 29,5% nas exportações e de 19,3% nas importações, que alcançaram US\$143 milhões e US\$91 milhões, respectivamente. Os principais parceiros comerciais na região foram Argentina, 41,3% do total; México, 9,4%; e Chile, 9%.

A média diária do fluxo de comércio com os EUA atingiu US\$144 milhões, recuando 32% no ano. As exportações somaram US\$63 milhões e as importações, US\$81 milhões, registrando reduções anuais respectivas de 42,4% e 20,9%, e resultando em reversão do superávit médio de US\$7 milhões observado em 2008 para déficit de US\$18 milhões em 2009.

## Serviços

A conta de serviços registrou gastos líquidos de US\$19,3 bilhões em 2009, ressaltando-se que a elevação anual de 15,4% refletiu, em especial, o desempenho das rubricas aluguel de equipamentos, serviços financeiros, seguros e viagens internacionais.

As remessas líquidas relacionadas à conta aluguel de equipamentos atingiu US\$9,4 bilhões em 2009, ante US\$7,8 bilhões no ano anterior, refletindo, em especial, pagamentos contratuais associados à intensa utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não residentes. As receitas apresentam valores pouco expressivos.

A conta viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$5,6 bilhões, resultado 8% superior ao registrado em 2008, com ênfase na intensificação dos gastos assinalada no segundo semestre do ano, em resposta aos indicativos mais evidentes de retomada da atividade e à apreciação cambial registrada no período. Os dispêndios de estrangeiros no país, após registrarem elevação desde 2002, decresceram 8,3% no ano, somando US\$5,3 bilhões, enquanto as despesas de brasileiros no exterior, interrompendo a trajetória de expansão iniciada em 2004, recuaram 0,6%, atingindo US\$10,9 bilhões. As saídas líquidas relativas ao uso de cartões de crédito, principal componente da rubrica, somaram US\$3,4 bilhões, reduzindo-se 7,6% no ano.

As saídas líquidas associadas à conta de transportes totalizaram US\$3,9 bilhões em 2009, assinalando retração anual de 21,4%, evolução compatível com as retrações observadas nos fluxos comerciais e na conta viagens internacionais. Nesse sentido, as despesas líquidas com fretes decresceram 33,1% no ano, enquanto os gastos líquidos com passagens, totalizando US\$1,7 bilhão, recuaram 15,9%. Outros itens de transporte, incluindo afretamento e serviços aeroportuários, somaram despesas líquidas de US\$518 milhões, elevando-se 25,6% em relação a 2008.

**Quadro 5.17 – Serviços**

US\$ milhões

| Discriminação                          | 2008    |         |         | 2009    |         |         |
|----------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                                        | 1º sem  | 2º sem  | Ano     | 1º sem  | 2º sem  | Ano     |
| Total                                  | -8 143  | -8 547  | -16 690 | -8 108  | -11 153 | -19 260 |
| Receitas                               | 14 176  | 16 274  | 30 451  | 12 738  | 15 012  | 27 750  |
| Despesas                               | -22 319 | -24 821 | -47 140 | -20 846 | -26 165 | -47 011 |
| Transportes                            | -2 680  | -2 314  | -4 994  | -1 707  | -2 217  | -3 925  |
| Receitas                               | 2 287   | 3 124   | 5 411   | 2 001   | 2 039   | 4 040   |
| Despesas                               | -4 967  | -5 438  | -10 405 | -3 708  | -4 257  | -7 965  |
| Viagens                                | -2 635  | -2 542  | -5 177  | -1 887  | -3 706  | -5 594  |
| Receitas                               | 2 899   | 2 886   | 5 785   | 2 567   | 2 738   | 5 305   |
| Despesas                               | -5 534  | -5 428  | -10 962 | -4 454  | -6 444  | -10 898 |
| Seguros                                | -516    | -321    | -837    | -648    | -794    | -1 442  |
| Receitas                               | 284     | 544     | 828     | 190     | 183     | 373     |
| Despesas                               | -801    | -864    | -1 665  | -838    | -977    | -1 815  |
| Financeiros                            | 181     | -88     | 93      | -247    | -196    | -443    |
| Receitas                               | 682     | 556     | 1 238   | 456     | 714     | 1 169   |
| Despesas                               | -500    | -644    | -1 145  | -702    | -910    | -1 612  |
| Computação e informações               | -1 414  | -1 184  | -2 598  | -1 259  | -1 327  | -2 586  |
| Receitas                               | 87      | 102     | 189     | 92      | 117     | 209     |
| Despesas                               | -1 501  | -1 286  | -2 787  | -1 351  | -1 444  | -2 795  |
| Royalties e licenças                   | -1 145  | -1 087  | -2 232  | -866    | -1 212  | -2 078  |
| Receitas                               | 204     | 262     | 465     | 193     | 241     | 434     |
| Despesas                               | -1 349  | -1 348  | -2 697  | -1 059  | -1 453  | -2 512  |
| Aluguel de equipamentos                | -3 052  | -4 756  | -7 808  | -4 371  | -5 022  | -9 393  |
| Receitas                               | 20      | 35      | 55      | 25      | 25      | 50      |
| Despesas                               | -3 072  | -4 790  | -7 863  | -4 396  | -5 047  | -9 442  |
| Serviços governamentais                | -528    | -588    | -1 116  | -591    | -864    | -1 454  |
| Receitas                               | 810     | 818     | 1 628   | 614     | 869     | 1 483   |
| Despesas                               | -1 338  | -1 406  | -2 744  | -1 205  | -1 733  | -2 938  |
| Comunicações                           | 112     | 55      | 167     | 89      | 97      | 186     |
| Receitas                               | 304     | 162     | 466     | 170     | 183     | 353     |
| Despesas                               | -192    | -107    | -299    | -80     | -86     | -166    |
| Construção                             | 7       | 7       | 14      | 4       | 6       | 11      |
| Receitas                               | 10      | 13      | 23      | 6       | 9       | 14      |
| Despesas                               | -3      | -6      | -9      | -1      | -3      | -4      |
| Relativos a comércio                   | 151     | 284     | 435     | 414     | 201     | 615     |
| Receitas                               | 532     | 829     | 1 361   | 772     | 671     | 1 443   |
| Despesas                               | -381    | -545    | -926    | -358    | -470    | -828    |
| Pessoais, culturais e recreação        | -358    | -425    | -783    | -357    | -520    | -878    |
| Receitas                               | 42      | 45      | 86      | 37      | 44      | 80      |
| Despesas                               | -400    | -469    | -869    | -394    | -564    | -958    |
| Empresariais, profissionais e técnicos | 3 736   | 4 411   | 8 147   | 3 319   | 4 401   | 7 720   |
| Receitas                               | 6 015   | 6 900   | 12 915  | 5 617   | 7 180   | 12 797  |
| Despesas                               | -2 279  | -2 489  | -4 768  | -2 298  | -2 779  | -5 077  |



**Quadro 5.18 – Viagens internacionais**

US\$ milhões

| Discriminação       | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                     | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total               | -2 635 | -2 542 | -5 177 | -1 887 | -3 706 | -5 594 |
| Receita             | 2 899  | 2 886  | 5 785  | 2 567  | 2 738  | 5 305  |
| Despesa             | 5 534  | 5 428  | 10 962 | 4 454  | 6 444  | 10 898 |
| Cartões de crédito  | -1 762 | -1 933 | -3 695 | -1 491 | -1 922 | -3 412 |
| Receita             | 1 486  | 1 313  | 2 799  | 1 265  | 1 910  | 3 175  |
| Despesa             | 3 247  | 3 246  | 6 493  | 2 755  | 3 832  | 6 587  |
| Serviços turísticos | -343   | -342   | -685   | -227   | -360   | -587   |
| Receita             | 203    | 191    | 395    | 181    | 152    | 333    |
| Despesa             | 546    | 534    | 1 080  | 408    | 512    | 920    |
| Outros              | -531   | -267   | -798   | -169   | -1 425 | -1 594 |
| Receita             | 1 210  | 1 382  | 2 592  | 1 121  | 676    | 1 797  |
| Despesa             | 1 741  | 1 648  | 3 390  | 1 290  | 2 101  | 3 391  |

As despesas líquidas com serviços financeiros, que incluem serviços bancários, comissões, garantias e corretagens, somaram US\$443 milhões em 2009, ante receitas líquidas de US\$93 milhões no ano anterior. Essa reversão evidenciou a redução de 5,5% registrada nas receitas, que atingiram US\$1,2 bilhão, e a elevação de 40,8% assinalada nas despesas, que, refletindo as comissões pagas sobre empréstimos, rubrica mais significativa dessa conta, totalizaram US\$1,6 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$1,4 bilhão, ante US\$837 milhões em 2008. As despesas, evidenciando a ampliação de operações de resseguros, elevaram-se 9% no ano, atingindo US\$1,8 bilhão, enquanto as receitas, refletindo a redução nos seguros diretos, recuaram 55%, somando US\$373 milhões.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação registraram estabilidade no ano, situando-se em US\$2,6 bilhões. As receitas, apresentando elevação anual de 10,8%, atingiram US\$209 milhões, com destaque para o aumento nos gastos relacionados à rubrica serviços de informação. As despesas mantiveram-se no patamar de US\$2,8 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, que incluem serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$2,1 bilhões em 2009, reduzindo-se 6,9% em relação ao ano anterior.

As despesas líquidas associadas à conta serviços governamentais totalizaram US\$1,5 bilhão em 2009. O aumento anual de 30,4% refletiu a expansão de 7,0% observada nos gastos do governo brasileiro no exterior, que somaram US\$2,9 bilhões, e a retração anual de 8,9% assinalada nas receitas, que se situaram em US\$1,5 bilhão.

## Quadro 5.19 – Transportes

US\$ milhões

| Discriminação                           | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|-----------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                         | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                                   | -2 680 | -2 314 | -4 994 | -1 707 | -2 217 | -3 924 |
| Receitas                                | 2 287  | 3 124  | 5 411  | 2 001  | 2 039  | 4 040  |
| Despesas                                | 4 967  | 5 438  | 10 405 | 3 708  | 4 257  | 7 965  |
| Transporte marítimo                     | -1 580 | -1 229 | -2 809 | -994   | -1 102 | -2 096 |
| Receitas                                | 1 887  | 2 689  | 4 576  | 1 620  | 1 663  | 3 283  |
| Despesas                                | 3 467  | 3 918  | 7 385  | 2 614  | 2 765  | 5 379  |
| Passagens                               | -1     | -1     | -2     | -1     | -0     | -1     |
| Receitas                                | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 1      |
| Despesas                                | 1      | 1      | 2      | 1      | 1      | 1      |
| Fretes                                  | -1 165 | -1 408 | -2 573 | -726   | -1 019 | -1 744 |
| Receitas                                | 619    | 705    | 1 325  | 538    | 623    | 1 161  |
| Despesas                                | 1 784  | 2 114  | 3 898  | 1 263  | 1 642  | 2 905  |
| Outros                                  | -415   | 180    | -234   | -268   | -83    | -351   |
| Receitas                                | 1 267  | 1 984  | 3 251  | 1 082  | 1 040  | 2 122  |
| Despesas                                | 1 682  | 1 803  | 3 485  | 1 350  | 1 123  | 2 473  |
| Transporte aéreo                        | -1 072 | -1 060 | -2 131 | -703   | -1 099 | -1 802 |
| Receitas                                | 331    | 344    | 675    | 320    | 291    | 612    |
| Despesas                                | 1 403  | 1 403  | 2 806  | 1 023  | 1 391  | 2 414  |
| Passagens                               | -1 016 | -965   | -1 982 | -648   | -1 021 | -1 668 |
| Receitas                                | 155    | 169    | 323    | 188    | 141    | 329    |
| Despesas                                | 1 171  | 1 134  | 2 305  | 835    | 1 162  | 1 997  |
| Fretes                                  | 22     | 26     | 48     | 37     | 24     | 60     |
| Receitas                                | 137    | 145    | 282    | 108    | 114    | 222    |
| Despesas                                | 116    | 119    | 234    | 71     | 90     | 161    |
| Outros                                  | -77    | -120   | -197   | -92    | -102   | -194   |
| Receitas                                | 39     | 31     | 70     | 25     | 36     | 61     |
| Despesas                                | 116    | 151    | 267    | 117    | 138    | 256    |
| Outras vias de transporte <sup>1/</sup> | -28    | -26    | -54    | -10    | -16    | -26    |
| Receitas                                | 69     | 91     | 160    | 61     | 85     | 145    |
| Despesas                                | 97     | 116    | 213    | 71     | 101    | 172    |
| Passagens                               | 0      | 0      | 1      | 1      | 0      | 1      |
| Receitas                                | 0      | 0      | 1      | 1      | 0      | 1      |
| Despesas                                | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Fretes                                  | -36    | -37    | -73    | -22    | -33    | -55    |
| Receitas                                | 60     | 78     | 137    | 47     | 65     | 112    |
| Despesas                                | 96     | 115    | 211    | 69     | 98     | 167    |
| Outros                                  | 8      | 11     | 19     | 11     | 17     | 27     |
| Receitas                                | 9      | 13     | 21     | 13     | 20     | 33     |
| Despesas                                | 1      | 1      | 2      | 2      | 3      | 5      |

1/ Inclui transporte terrestre.

**Quadro 5.20 – Serviços empresariais, profissionais e técnicos**

US\$ milhões

| Discriminação                                         | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|-------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                                       | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                                                 | 3 736  | 4 374  | 8 110  | 3 319  | 4 401  | 7 720  |
| Crédito                                               | 6 015  | 6 900  | 12 915 | 5 618  | 7 180  | 12 798 |
| Encomendas postais                                    | 0      | 0      | 1      | 0      | 0      | 0      |
| Honorário de profissional liberal                     | 1 266  | 1 418  | 2 684  | 1 278  | 1 430  | 2 708  |
| Serviços administrativos e aluguel de imóveis         | 1 798  | 2 100  | 3 898  | 1 678  | 2 072  | 3 750  |
| Participação em feiras e exposições                   | 13     | 15     | 27     | 23     | 20     | 43     |
| Passe de atleta profissional                          | 104    | 131    | 235    | 56     | 121    | 177    |
| Publicidade                                           | 143    | 163    | 307    | 168    | 138    | 306    |
| Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos | 2 638  | 3 012  | 5 650  | 2 373  | 3 285  | 5 658  |
| Serviços de projeto técnico-econômico                 | 53     | 62     | 114    | 38     | 112    | 150    |
| Despesa                                               | 2 279  | 2 526  | 4 805  | 2 299  | 2 779  | 5 078  |
| Encomendas postais                                    | 7      | 7      | 15     | 10     | 11     | 21     |
| Honorário de profissional liberal                     | 276    | 241    | 517    | 302    | 342    | 644    |
| Serviços administrativos e aluguel de imóveis         | 443    | 534    | 977    | 428    | 457    | 885    |
| Participação em feiras e exposições                   | 36     | 34     | 70     | 31     | 34     | 65     |
| Passe de atleta profissional                          | 24     | 19     | 43     | 9      | 12     | 21     |
| Publicidade                                           | 120    | 101    | 221    | 90     | 129    | 219    |
| Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos | 1 372  | 1 587  | 2 959  | 1 427  | 1 793  | 3 220  |
| Serviços de projeto técnico-econômico                 | 1      | 2      | 3      | 1      | 0      | 1      |

Os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US\$7,7 bilhões em 2009, reduzindo-se 4,8% em relação ao ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US\$878 milhões, elevando-se 12,1% no ano, enquanto os serviços de comunicações registraram receitas líquidas de US\$186 milhões, representando acréscimo anual de 11,5%, com ênfase na retração, de US\$299 milhões para US\$166 milhões, das despesas associadas ao segmento de serviços de telecomunicações

## Rendas

A conta de rendas registrou déficit de US\$33,7 bilhões em 2009, resultado 17% inferior ao assinalado no ano anterior. Vale mencionar que, pelo quarto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, evolução consistente com a crescente participação dos investimentos externos, diretos e em carteira na composição do passivo externo brasileiro.

As remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$25,2 bilhões em 2009, ante US\$33,9 bilhões no ano anterior, recuo consistente com o impacto da crise internacional sobre a lucratividade das empresas.

**Quadro 5.21 – Rendas**

US\$ milhões

| Discriminação                               | 2008    |         |         | 2009    |         |         |
|---------------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                                             | 1º sem  | 2º sem  | Ano     | 1º sem  | 2º sem  | Ano     |
| Total de rendas                             | -21 917 | -18 645 | -40 562 | -14 635 | -19 050 | -33 684 |
| Receitas                                    | 6 329   | 6 182   | 12 511  | 4 689   | 4 137   | 8 826   |
| Despesas                                    | 28 246  | 24 827  | 53 073  | 19 324  | 23 186  | 42 510  |
| Salários e ordenados                        | 258     | 287     | 545     | 333     | 270     | 603     |
| Receitas                                    | 313     | 417     | 730     | 369     | 296     | 665     |
| Despesas                                    | 55      | 130     | 185     | 36      | 26      | 62      |
| Renda de investimentos                      | -22 175 | -18 932 | -41 107 | -14 968 | -19 319 | -34 287 |
| Receitas                                    | 6 016   | 5 765   | 11 781  | 4 320   | 3 840   | 8 160   |
| Despesas                                    | 28 191  | 24 696  | 52 888  | 19 288  | 23 160  | 42 448  |
| Renda de investimento direto                | -13 810 | -12 965 | -26 775 | -7 958  | -11 784 | -19 742 |
| Receitas                                    | 897     | 1 101   | 1 997   | 585     | 701     | 1 287   |
| Despesas                                    | 14 706  | 14 066  | 28 773  | 8 544   | 12 485  | 21 029  |
| Lucros e dividendos                         | -13 446 | -11 902 | -25 348 | -7 213  | -10 552 | -17 765 |
| Receitas                                    | 570     | 956     | 1 526   | 535     | 652     | 1 186   |
| Despesas                                    | 14 016  | 12 858  | 26 874  | 7 748   | 11 203  | 18 951  |
| Juros de empréstimos intercompanhias        | -364    | -1 063  | -1 427  | -745    | -1 232  | -1 977  |
| Receitas                                    | 326     | 145     | 472     | 51      | 49      | 100     |
| Despesas                                    | 690     | 1 208   | 1 898   | 796     | 1 281   | 2 077   |
| Renda de investimento em carteira           | -5 149  | -2 889  | -8 039  | -4 140  | -5 073  | -9 213  |
| Receitas                                    | 4 424   | 4 271   | 8 695   | 3 192   | 2 636   | 5 827   |
| Despesas                                    | 9 573   | 7 161   | 16 734  | 7 332   | 7 709   | 15 041  |
| Lucros e dividendos                         | -5 546  | -2 980  | -8 527  | -3 646  | -3 807  | -7 453  |
| Receitas                                    | 13      | 2       | 15      | 20      | 24      | 44      |
| Despesas                                    | 5 559   | 2 982   | 8 542   | 3 666   | 3 831   | 7 497   |
| Juros de títulos de dívida (renda fixa)     | 397     | 91      | 488     | -494    | -1 267  | -1 760  |
| Receitas                                    | 4 411   | 4 269   | 8 680   | 3 172   | 2 611   | 5 783   |
| Despesas                                    | 4 014   | 4 178   | 8 192   | 3 665   | 3 878   | 7 543   |
| Renda de outros investimentos <sup>1/</sup> | -3 216  | -3 077  | -6 293  | -2 870  | -2 462  | -5 332  |
| Receitas                                    | 696     | 393     | 1 088   | 543     | 504     | 1 046   |
| Despesas                                    | 3 911   | 3 470   | 7 381   | 3 413   | 2 966   | 6 378   |
| Memo:                                       |         |         |         |         |         |         |
| Juros                                       | -3 183  | -4 049  | -7 232  | -4 109  | -4 961  | -9 069  |
| Receitas                                    | 5 433   | 4 807   | 10 240  | 3 765   | 3 164   | 6 930   |
| Despesas                                    | 8 616   | 8 856   | 17 472  | 7 874   | 8 125   | 15 999  |
| Lucros e dividendos                         | -18 993 | -14 882 | -33 875 | -10 859 | -14 358 | -25 218 |
| Receitas                                    | 583     | 958     | 1 541   | 555     | 676     | 1 231   |
| Despesas                                    | 19 576  | 15 840  | 35 416  | 11 414  | 15 035  | 26 449  |

<sup>1/</sup> Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

Em sentido inverso, as despesas líquidas de juros, após apresentarem três recuos anuais em sequência, elevaram-se 25,4% no ano, totalizando US\$9,1 bilhões. As receitas atingiram US\$6,9 bilhões e as despesas, US\$16 bilhões, representando retrações anuais respectivas de 32,3% e 8,4%. Ressalte-se que a trajetória declinante registrada nas receitas de juros, desde meados de 2008 se mostra compatível com o impacto do

processo de redução das taxas de juros internacionais sobre a remuneração dos ativos que constituem as reservas internacionais, principal componente da rubrica.

A conta de salários e ordenados proporcionou ingressos líquidos de US\$603 milhões em 2009, resultado 10,7% superior ao assinalado no ano anterior. A renda paga a trabalhadores domiciliados no país atingiu US\$665 milhões e os pagamentos a não residentes, US\$62 milhões, representando reduções respectivas anuais de 8,9% e 66,3%.

Em 2009, a exemplo do padrão observado desde 2006, as remessas líquidas de renda para o exterior estiveram fortemente influenciadas pelas despesas líquidas de rendas de investimento direto, impactadas pelo crescimento do estoque de IED no Brasil, pela lucratividade das empresas e pela apreciação cambial registrada ao longo do período, exceto durante o período mais intenso da crise. Esse fluxo traduz, ainda, a nova composição do passivo externo brasileiro, que incorpora menor participação da dívida externa em relação à relativa aos investimentos estrangeiros direto e em carteira.

Examinadas de forma desagregada, as remessas líquidas de renda de investimento direto somaram US\$19,7 bilhões, reduzindo-se 26,3% no ano. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$17,8 bilhões, redução anual de 29,9%, movimento consistente com o recuo do estoque de investimentos estrangeiros no país, função tanto das saídas líquidas de fluxos de *portfolio*, quanto da redução em seus preços e da relativa depreciação do câmbio. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias aumentaram 38,6%, para US\$2 bilhões, influenciadas pela redução, de US\$472 milhões para US\$100 milhões, observada nas receitas.

As remessas líquidas relativas a renda de investimento em carteira totalizaram US\$9,2 bilhões, elevando-se 14,6% no ano. Esse resultado refletiu, principalmente, as amortizações líquidas de US\$1,8 bilhão referentes à conta juros de títulos de renda fixa, que registrara ingressos líquidos de US\$488 milhões em 2008, decorrentes, fundamentalmente, do decréscimo de US\$8,7 bilhões para US\$5,8 bilhões registrado nas receitas. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US\$7,5 bilhões, reduzindo-se 12,6% no ano, evolução consistente com o ambiente de redução na lucratividade corporativa, em especial das empresas mais dependentes de receitas de exportação.

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$5,3 bilhões em 2009. O recuo anual de 15,3% refletiu as reduções respectivas de 3,8% e 13,6% assinaladas nas receitas e nas despesas, que totalizaram, na ordem, US\$1 bilhão e US\$6,4 bilhões em 2009.

As remessas brutas de lucros e dividendos somaram US\$26,4 bilhões em 2009, ressaltando-se as reduções respectivas de 29,5% e 12,2% observadas nas despesas

brutas referentes a investimentos estrangeiros diretos e em carteira. As saídas brutas relativas ao IED atingiram US\$19 bilhões, ante US\$26,9 bilhões do ano anterior. As empresas do setor industrial e do setor de serviços foram responsáveis, na ordem, pelo envio de 61,8% e de 35,6% das remessas brutas de lucros e dividendos. Observou-se considerável dispersão entre as remessas relativas aos diversos setores, com destaque para as associadas ao segmento de fabricação e montagem de veículos automotores, 15,1%; seguindo-se as relativas aos setores metalurgia, 9,3%; e intermediação financeira, 8,8%. As remessas relacionadas aos três segmentos mencionados somaram US\$6 bilhões, representando um terço das despesas brutas de lucros e dividendos de IED em 2009.

## Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais líquidas recuaram 22,8% em 2009, totalizando US\$3,3 bilhões. As receitas brutas de manutenção de residentes registraram redução anual de 23,6%, ao somarem US\$2,2 bilhões, representando 47,7% dos ingressos brutos totais. Esses recursos originaram-se, em especial, dos EUA, 40,2%, e do Japão, 19,1% do total.

### Quadro 5.22 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

| Discriminação                           | 2008   |        |       | 2009   |        |       |
|-----------------------------------------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|
|                                         | 1º sem | 2º sem | Ano   | 1º sem | 2º sem | Ano   |
| Total                                   | 1 886  | 2 338  | 4 224 | 1 630  | 1 632  | 3 263 |
| Receitas                                | 2 512  | 2 804  | 5 317 | 2 270  | 2 391  | 4 661 |
| Despesas                                | 626    | 467    | 1 093 | 639    | 759    | 1 398 |
| Transferências correntes governamentais | 10     | 27     | 37    | -73    | -136   | -209  |
| Receitas                                | 66     | 80     | 146   | 41     | 20     | 61    |
| Despesas                                | 56     | 54     | 109   | 114    | 156    | 270   |
| Transferências correntes privadas       | 1 876  | 2 311  | 4 187 | 1 703  | 1 768  | 3 472 |
| Receitas                                | 2 447  | 2 724  | 5 170 | 2 229  | 2 371  | 4 600 |
| Despesas                                | 570    | 413    | 983   | 525    | 602    | 1 128 |
| Manutenção de residentes                | 1 027  | 1 257  | 2 284 | 867    | 688    | 1 555 |
| Receitas                                | 1 376  | 1 537  | 2 913 | 1 136  | 1 088  | 2 224 |
| Estados Unidos                          | 626    | 663    | 1 289 | 536    | 359    | 894   |
| Japão                                   | 335    | 382    | 717   | 239    | 185    | 425   |
| Demais países                           | 414    | 492    | 906   | 175    | 43     | 218   |
| Despesas                                | 348    | 280    | 628   | 269    | 400    | 669   |
| Outras transferências                   | 849    | 1 054  | 1 903 | 836    | 1 080  | 1 917 |
| Receitas                                | 1 071  | 1 187  | 2 258 | 1 093  | 1 283  | 2 376 |
| Despesas                                | 222    | 133    | 355   | 257    | 203    | 459   |

**Quadro 5.23 – Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

| Período  | Saldo de transações correntes |                  |                  | Investimentos estrangeiros diretos |                  |                  | Necessidade de financiamento externo |                  |                  |
|----------|-------------------------------|------------------|------------------|------------------------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|
|          | Valor                         |                  | % PIB            | Valor                              |                  | % PIB            | Valor                                |                  | % PIB            |
|          | Mensal                        | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses | Mensal                             | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses | Mensal                               | Últimos 12 meses | Últimos 12 meses |
|          |                               |                  |                  |                                    |                  |                  |                                      |                  |                  |
| 2004 Dez | 1 202                         | 11 679           | 1,76             | 3 150                              | 18 146           | 2,73             | -4 352                               | -29 825          | -4,49            |
| 2005 Dez | 530                           | 13 985           | 1,58             | 1 406                              | 15 066           | 1,71             | -1 936                               | -29 051          | -3,29            |
| 2006 Dez | 438                           | 13 643           | 1,27             | 2 457                              | 18 822           | 1,76             | -2 896                               | -32 465          | -3,03            |
| 2007 Dez | -498                          | 1 551            | 0,12             | 886                                | 34 585           | 2,59             | -388                                 | -36 136          | -2,71            |
| 2008 Jan | -4 028                        | -2 108           | -0,15            | 4 826                              | 36 989           | 2,66             | -798                                 | -34 881          | -2,50            |
| Fev      | -1 889                        | -4 375           | -0,31            | 890                                | 36 501           | 2,57             | 999                                  | -32 127          | -2,26            |
| Mar      | -4 343                        | -8 950           | -0,62            | 3 083                              | 36 819           | 2,56             | 1 260                                | -27 869          | -1,94            |
| Abr      | -3 044                        | -13 793          | -0,94            | 3 872                              | 37 219           | 2,54             | -828                                 | -23 427          | -1,60            |
| Mai      | -786                          | -14 418          | -0,97            | 1 313                              | 38 035           | 2,56             | -527                                 | -23 617          | -1,59            |
| Jun      | -2 781                        | -17 741          | -1,17            | 2 726                              | 30 442           | 2,01             | 56                                   | -12 701          | -0,84            |
| Jul      | -2 168                        | -19 163          | -1,25            | 3 266                              | 30 095           | 1,96             | -1 099                               | -10 932          | -0,71            |
| Ago      | -1 084                        | -21 570          | -1,38            | 4 638                              | 32 754           | 2,10             | -3 554                               | -11 184          | -0,72            |
| Set      | -2 761                        | -24 879          | -1,57            | 6 241                              | 37 458           | 2,36             | -3 480                               | -12 579          | -0,79            |
| Out      | -1 239                        | -25 970          | -1,61            | 3 913                              | 38 184           | 2,37             | -2 675                               | -12 214          | -0,76            |
| Nov      | -951                          | -25 572          | -1,57            | 2 175                              | 37 829           | 2,32             | -1 223                               | -12 257          | -0,75            |
| Dez      | -3 119                        | -28 192          | -1,72            | 8 115                              | 45 058           | 2,75             | -4 997                               | -16 866          | -1,03            |
| 2009 Jan | -2 763                        | -26 927          | -1,69            | 1 930                              | 42 162           | 2,64             | 833                                  | -15 235          | -0,95            |
| Fev      | -612                          | -25 650          | -1,65            | 1 968                              | 43 240           | 2,77             | -1 356                               | -17 590          | -1,13            |
| Mar      | -1 558                        | -22 865          | -1,50            | 1 444                              | 41 601           | 2,73             | 114                                  | -18 736          | -1,23            |
| Abr      | 89                            | -19 732          | -1,33            | 3 409                              | 41 138           | 2,77             | -3 498                               | -21 407          | -1,44            |
| Mai      | -1 770                        | -20 716          | -1,42            | 2 483                              | 42 308           | 2,89             | -713                                 | -21 592          | -1,48            |
| Jun      | -573                          | -18 508          | -1,28            | 1 431                              | 41 014           | 2,84             | -858                                 | -22 506          | -1,56            |
| Jul      | -1 639                        | -17 979          | -1,25            | 1 287                              | 39 035           | 2,72             | 352                                  | -21 056          | -1,47            |
| Ago      | -828                          | -17 723          | -1,23            | 1 903                              | 36 300           | 2,52             | -1 076                               | -18 578          | -1,29            |
| Set      | -2 449                        | -17 411          | -1,19            | 1 816                              | 31 875           | 2,17             | 633                                  | -14 464          | -0,99            |
| Out      | -3 015                        | -19 187          | -1,29            | 1 563                              | 29 525           | 1,98             | 1 452                                | -10 338          | -0,69            |
| Nov      | -3 271                        | -21 506          | -1,41            | 1 604                              | 28 955           | 1,89             | 1 666                                | -7 448           | -0,49            |
| Dez      | -5 947                        | -24 334          | -1,55            | 5 109                              | 25 949           | 1,65             | 838                                  | -1 614           | -0,10            |

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias).

## Conta financeira

A conta financeira do balanço de pagamentos, evidenciando o ambiente de liquidez e de reversão progressiva do sentimento de aversão ao risco registrado nos mercados financeiros internacionais ao longo de 2009 e os indicativos de retomada consistente da atividade econômica interna, apresentou ingressos líquidos de US\$69,4 bilhões em

2009, ante US\$28,3 bilhões no ano anterior. Vale ressaltar que, mesmo no primeiro semestre do ano, quando persistia algum estresse nos mercados financeiros, as entradas líquidas de capitais totalizaram US\$18,4 bilhões.

É relevante enfatizar que a atratividade exercida pelo Brasil em relação à captação de recursos externos esteve associada à preservação dos fundamentos macroeconômicos do país.

Os investimentos diretos registraram ingressos líquidos de US\$25,9 bilhões, e os investimentos em carteira e os outros investimentos, desembolsos líquidos respectivos de US\$46,2 bilhões e US\$17,2 bilhões em 2009.

A taxa de rolagem da dívida externa do setor privado de médio e longo prazos, que reflete a relação entre novos desembolsos e amortizações ocorridas, situou-se em 88% no ano, enquanto as taxas relativas às rolagens de bônus e de empréstimos diretos de médio e longo prazos atingiram, respectivamente, 95% e 72%.

De acordo com estimativas preliminares da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), após registrarem quatro aumentos anuais consecutivos, os fluxos mundiais de IED recuaram 38,7% em 2009, totalizando US\$1 trilhão, movimento consistente com o novo ambiente econômico mundial. Os fluxos destinados aos países desenvolvidos retraíram 41,2%, impactados pela redução nos lucros das empresas transnacionais desses países, pela retração nos empréstimos bancários e pela insolvência de importantes instituições financeiras. Nesse grupo, as operações de aquisições e fusões apresentaram redução de 66,4%. Os fluxos de IED direcionados a economias em desenvolvimento decresceram 34,7%. Os países desenvolvidos seguem como principais receptores de IED, mas reduzindo sua participação no total desses fluxos de 56,7% em 2008 para 54,4%, enquanto a parcela destinada aos países em desenvolvimento aumentou 2,4 p.p., para 39%. Os fluxos de IED para América Latina e Caribe atingiram US\$85,5 bilhões, recuando 40,7% no ano.

Nesse cenário, os fluxos líquidos de IED para o Brasil somaram US\$25,9 bilhões em 2009, retraindo 42,4% no ano e, de acordo com a estimativa para dezembro de 2009, acumulando estoque de US\$400,8 bilhões. Em relação aos ingressos líquidos relativos a 2009, US\$19,9 bilhões destinaram-se à participação no capital de empresas no país, dos quais US\$4,8 bilhões referentes às operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$3,7 bilhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, com impacto nulo em termos do IED líquido. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$6 bilhões, ante US\$15 bilhões em 2008.

Os IED relacionados à modalidade participação no capital originaram-se principalmente dos Países Baixos, somando US\$6,5 bilhões e representando 20,6% do total ingressado



**Quadro 5.24 – Taxas de rolagem de médio e longo prazos do setor privado<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

| Discriminação                                           | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|---------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                                         | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                                                   | 174%   | 70%    | 109%   | 77%    | 97%    | 88%    |
| Desembolsos                                             | 7 789  | 5 195  | 12 984 | 4 827  | 6 758  | 11 585 |
| Amortizações                                            | 4 489  | 7 453  | 11 942 | 6 306  | 6 947  | 13 253 |
| Remetidas                                               | 4 488  | 7 433  | 11 922 | 6 283  | 6 945  | 13 228 |
| Convertidos em IED                                      | 1      | 19     | 20     | 23     | 2      | 25     |
| Setor privado                                           | 183%   | 70%    | 111%   | 63%    | 126%   | 97%    |
| Desembolsos                                             | 7 638  | 5 094  | 12 732 | 3 754  | 8 644  | 12 398 |
| Amortizações                                            | 4 182  | 7 262  | 11 445 | 6 029  | 6 836  | 12 865 |
| Remetidas                                               | 4 181  | 7 243  | 11 425 | 6 006  | 6 834  | 12 840 |
| Convertidos em IED                                      | 1      | 19     | 20     | 23     | 2      | 25     |
| Setor privado – Bônus, <i>notes</i> e commercial papers | 156%   | 46%    | 85%    | 62%    | 82%    | 73%    |
| Desembolsos                                             | 4 731  | 2 563  | 7 294  | 2 682  | 3 823  | 6 506  |
| Amortizações                                            | 3 027  | 5 596  | 8 624  | 4 322  | 4 643  | 8 965  |
| Remetidas                                               | 3 027  | 5 580  | 8 607  | 4 303  | 4 641  | 8 944  |
| Convertidos em IED                                      | 1      | 16     | 17     | 19     | 2      | 21     |
| Setor privado – Empréstimos diretos                     | 252%   | 152%   | 193%   | 63%    | 220%   | 151%   |
| Desembolsos                                             | 2 907  | 2 530  | 5 437  | 1 071  | 4 821  | 5 892  |
| Amortizações                                            | 1 155  | 1 666  | 2 821  | 1 707  | 2 193  | 3 900  |
| Remetidas                                               | 1 155  | 1 663  | 2 818  | 1 702  | 2 193  | 3 895  |
| Convertidos em IED                                      | 0      | 3      | 3      | 4      | 0      | 4      |
| Setor público <sup>2/</sup>                             | 49%    | 53%    | 51%    | 387%   | -1702% | -209%  |
| Desembolsos                                             | 151    | 101    | 252    | 1 073  | -1 886 | - 813  |
| Amortizações                                            | 307    | 190    | 497    | 277    | 111    | 388    |
| Setor público – Bônus, <i>notes</i> e commercial papers | 0%     | 0%     | 0%     | -      | -      | -      |
| Desembolsos                                             | 0      | 0      | 0      | 1 000  | 1 000  | 2 000  |
| Amortizações                                            | 211    | 0      | 211    | 0      | 0      | 0      |
| Setor público – Empréstimos diretos                     | 157%   | 53%    | 88%    | 26%    | -2605% | -724%  |
| Desembolsos                                             | 151    | 101    | 252    | 73     | -2 886 | -2 813 |
| Amortizações                                            | 96     | 190    | 286    | 277    | 111    | 388    |
| Memo:                                                   |        |        |        |        |        |        |
| Bônus, <i>notes</i> e commercial papers                 | 146%   | 46%    | 83%    | 86%    | 104%   | 95%    |
| Desembolsos                                             | 4 731  | 2 563  | 7 294  | 3 682  | 4 823  | 8 506  |
| Amortizações                                            | 3 239  | 5 596  | 8 835  | 4 322  | 4 643  | 8 965  |
| Remetidas                                               | 3 238  | 5 580  | 8 818  | 4 303  | 4 641  | 8 944  |
| Convertidos em IED                                      | 1      | 16     | 17     | 19     | 2      | 21     |
| Empréstimos diretos                                     | 245%   | 142%   | 183%   | 58%    | 84%    | 72%    |
| Desembolsos                                             | 3 058  | 2 632  | 5 690  | 1 144  | 1 935  | 3 079  |
| Amortizações                                            | 1 251  | 1 856  | 3 107  | 1 984  | 2 304  | 4 288  |
| Remetidas                                               | 1 251  | 1 853  | 3 104  | 1 980  | 2 304  | 4 284  |
| Convertidos em IED                                      | 0      | 3      | 3      | 4      | 0      | 4      |

1/ O cálculo da taxa de rolagem corresponde à razão entre desembolsos e amortizações remetidas. Não inclui financiamentos.

2/ Exclui bônus da República. Inclui setor público financeiro e outros do setor público.

**Quadro 5.25 – Investimentos estrangeiros diretos**

US\$ milhões

| Discriminação                                 | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|-----------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                               | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                                         | 16 710 | 28 348 | 45 058 | 12 665 | 13 283 | 25 949 |
| Ingressos                                     | 27 639 | 44 197 | 71 836 | 23 274 | 30 233 | 53 507 |
| Saídas                                        | 10 929 | 15 848 | 26 778 | 10 609 | 16 950 | 27 558 |
| Participação no capital                       | 10 713 | 19 351 | 30 064 | 7 718  | 12 188 | 19 906 |
| Ingressos                                     | 16 765 | 27 692 | 44 457 | 12 609 | 19 071 | 31 679 |
| Moeda                                         | 15 188 | 23 679 | 38 867 | 11 417 | 15 423 | 26 840 |
| Autônomos                                     | 15 188 | 23 679 | 38 867 | 11 417 | 15 423 | 26 840 |
| Conversões                                    | 1 553  | 4 008  | 5 561  | 1 190  | 3 645  | 4 835  |
| Mercadoria                                    | 23     | 6      | 29     | 2      | 3      | 4      |
| Saídas                                        | 6 052  | 8 341  | 14 393 | 4 891  | 6 882  | 11 773 |
| Empréstimos intercompanhias                   | 5 997  | 8 997  | 14 994 | 4 948  | 1 095  | 6 042  |
| Ingressos                                     | 10 874 | 16 504 | 27 379 | 10 665 | 11 162 | 21 827 |
| Saídas                                        | 4 877  | 7 507  | 12 384 | 5 718  | 10 067 | 15 785 |
| Das quais conversões                          | 1 239  | 2 553  | 3 792  | 1 006  | 2 683  | 3 689  |
| Memo:                                         |        |        |        |        |        |        |
| Contribuição líquida das conversões para IED  | 315    | 1 455  | 1 769  | 185    | 962    | 1 147  |
| Desembolsos totais por meio de conversões     | 1 553  | 4 008  | 5 561  | 1 190  | 3 645  | 4 835  |
| Saídas de conversões de empr. intercompanhias | 1 239  | 2 553  | 3 792  | 1 006  | 2 683  | 3 689  |

em 2009. As inversões provenientes dos EUA totalizaram US\$4,9 bilhões, 15,5% do total, seguindo-se as originárias da Espanha, US\$3,4 bilhões, 10,8%; Alemanha, US\$2,5 bilhões, 7,8%; França, US\$2,1 bilhões, 6,8%; Japão, US\$1,7 bilhão, 5,3%; e Canadá, US\$1,4 bilhão, 4,3%. Esses países responderam, em conjunto, por 71% do total dos ingressos de IED-participação no capital em 2009.

Os ingressos de IED-participação no capital experimentaram recuo anual generalizado quando segmentados por setores de atividades, ressaltando-se a retração de 64,6% registrada no segmento agropecuária e indústria extrativa mineral, seguindo-se as assinaladas no setor de serviços, 22,1%, e na indústria, 3,8%.

O setor de serviços, maior receptor de IED-participação no capital, absorveu 42,9% dos ingressos anuais, US\$13,6 bilhões, com ênfase nos ingressos destinados aos segmentos serviços financeiros, comércio e seguros, com participação conjunta de 20,6% no setor. Ressalte-se que as atividades do setor de serviços cujos ingressos registraram expansão anual mais intensa foram seguros, 178,5%; aluguéis não imobiliários, 140,3%; alojamento, 131,9%; e serviços de tecnologia da informação, 120%. Em sentido inverso, ocorreram retrações acentuadas nos fluxos direcionados às atividades imobiliárias, 65,5%; alimentação, 63,6%; serviços de arquitetura e engenharia, 50,7%; e construção de edifícios, 48,3%.

**Quadro 5.26 – Investimento estrangeiro direto – Participação por país**

US\$ milhões

| Discriminação            | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|--------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                          | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                    | 16 765 | 27 692 | 44 457 | 12 609 | 19 071 | 31 679 |
| Países Baixos            | 1 949  | 2 690  | 4 639  | 3 094  | 3 421  | 6 515  |
| Estados Unidos           | 3 734  | 3 314  | 7 047  | 1 760  | 3 142  | 4 902  |
| Espanha                  | 2 016  | 1 834  | 3 851  | 1 127  | 2 297  | 3 424  |
| Alemanha                 | 720    | 366    | 1 086  | 2 174  | 299    | 2 473  |
| França                   | 1 266  | 1 614  | 2 880  | 755    | 1 386  | 2 141  |
| Japão                    | 357    | 3 742  | 4 099  | 565    | 1 107  | 1 673  |
| Canadá                   | 856    | 586    | 1 442  | 143    | 1 228  | 1 372  |
| Ilhas Cayman             | 348    | 1 208  | 1 556  | 274    | 818    | 1 092  |
| Reino Unido              | 560    | 134    | 693    | 193    | 839    | 1 032  |
| Chile                    | 97     | 167    | 264    | 133    | 894    | 1 027  |
| Austrália                | 614    | 540    | 1 154  | 391    | 315    | 707    |
| Noruega                  | 89     | 118    | 207    | 138    | 533    | 671    |
| Luxemburgo               | 483    | 5 454  | 5 937  | 236    | 301    | 537    |
| Ilhas Virgens Britânicas | 214    | 834    | 1 048  | 101    | 302    | 403    |
| Portugal                 | 844    | 208    | 1 051  | 132    | 251    | 384    |
| Bermudas                 | 263    | 775    | 1 038  | 120    | 261    | 380    |
| Suíça                    | 443    | 360    | 803    | 131    | 249    | 380    |
| Itália                   | 153    | 232    | 385    | 86     | 146    | 232    |
| Suécia                   | 10     | 45     | 55     | 101    | 113    | 214    |
| Uruguai                  | 92     | 332    | 424    | 56     | 142    | 198    |
| México                   | 158    | 63     | 220    | 32     | 135    | 167    |
| Colômbia                 | 34     | 20     | 54     | 68     | 83     | 152    |
| Panamá                   | 53     | 44     | 96     | 80     | 52     | 132    |
| Coreia do Sul            | 64     | 564    | 628    | 106    | 26     | 132    |
| Bélgica                  | 49     | 29     | 78     | 82     | 11     | 93     |
| Cingapura                | 72     | 19     | 91     | 79     | 12     | 91     |
| Argentina                | 55     | 72     | 127    | 25     | 55     | 80     |
| Chipre                   | 32     | 14     | 45     | 2      | 68     | 70     |
| Hungria                  | 0      | 106    | 106    | 10     | 51     | 61     |
| Finlândia                | 64     | 121    | 185    | 2      | 54     | 56     |
| Bahamas                  | 560    | 541    | 1 101  | 37     | 16     | 52     |
| Áustria                  | 85     | 9      | 93     | 15     | 33     | 48     |
| Dinamarca                | 81     | 90     | 171    | 15     | 32     | 47     |
| Peru                     | 1      | 429    | 429    | 0      | 44     | 45     |
| Hong Kong                | 14     | 21     | 35     | 6      | 28     | 34     |
| Irlanda                  | 22     | 53     | 75     | 5      | 4      | 8      |
| Antilhas Holandesas      | 1      | 476    | 477    | 1      | 6      | 6      |
| Costa Rica               | 3      | 0      | 3      | 2      | 0      | 2      |
| Demais países            | 312    | 471    | 783    | 331    | 316    | 647    |

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

**Quadro 5.27 – Investimento estrangeiro direto – Participação por setor**

US\$ milhões

| Discriminação                                        | 2008   |        |        | 2009   |        |        |
|------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                                      | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                                                | 16 765 | 27 692 | 44 457 | 12 609 | 19 071 | 31 679 |
| Agricultura, pecuária e extrativa mineral            | 2 075  | 10 919 | 12 995 | 1 391  | 3 206  | 4 597  |
| Extração de minerais metálicos                       | 925    | 9 719  | 10 645 | 438    | 865    | 1 303  |
| Extração de petróleo e gás natural                   | 709    | 630    | 1 339  | 762    | 1 895  | 2 656  |
| Agricultura, pecuária e serviços relacionados        | 229    | 269    | 498    | 97     | 158    | 255    |
| Extração de minerais não metálicos                   | 4      | 158    | 162    | 2      | 5      | 7      |
| Produção florestal                                   | 44     | 74     | 118    | 66     | 99     | 165    |
| Atividades de apoio à extração de minerais           | 163    | 68     | 231    | 25     | 184    | 209    |
| Demais                                               | 1      | 1      | 3      | 1      | 0      | 2      |
| Indústria                                            | 6 525  | 7 488  | 14 013 | 6 628  | 6 853  | 13 481 |
| Veículos automotores, reboques e carrocerias         | 870    | 94     | 964    | 1 961  | 203    | 2 163  |
| Produtos químicos                                    | 498    | 361    | 859    | 834    | 723    | 1 557  |
| Metalurgia                                           | 2 717  | 2 267  | 4 984  | 2 051  | 1 702  | 3 754  |
| Produtos alimentícios                                | 782    | 1 444  | 2 226  | 256    | 195    | 451    |
| Bebidas                                              | 1      | 11     | 12     | 26     | 90     | 116    |
| Celulose, papel e produtos do papel                  | 103    | 97     | 200    | 62     | 709    | 770    |
| Máquinas e equipamentos                              | 110    | 396    | 506    | 152    | 239    | 390    |
| Máquinas, aparelhos e materiais elétricos            | 28     | 307    | 335    | 192    | 165    | 357    |
| Produtos de borracha e de material plástico          | 429    | 242    | 671    | 203    | 234    | 437    |
| Produtos de metal                                    | 55     | 89     | 144    | 24     | 105    | 128    |
| Produtos minerais não metálicos                      | 68     | 583    | 651    | 1      | 224    | 225    |
| Edição e edição integrada à impressão                | 2      | 3      | 5      | 4      | 200    | 204    |
| Produtos têxteis                                     | 18     | 33     | 51     | 1      | 69     | 70     |
| Produtos diversos                                    | 30     | 77     | 107    | 40     | 38     | 79     |
| Equipamentos de inform., prod. eletrônicos e ópticos | 27     | 117    | 145    | 72     | 253    | 325    |
| Outros equipamentos de transportes                   | 23     | 33     | 55     | 4      | 69     | 73     |
| Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis       | 455    | 1 113  | 1 568  | 300    | 1 045  | 1 344  |
| Produtos farmoquímicos e farmacêuticos               | 84     | 206    | 290    | 379    | 309    | 688    |
| Produtos de madeira                                  | 103    | 0      | 104    | 14     | 197    | 211    |
| Outras indústrias                                    | 121    | 15     | 136    | 52     | 85     | 137    |
| Serviços                                             | 8 164  | 9 285  | 17 449 | 4 590  | 9 012  | 13 601 |
| Telecomunicações                                     | 109    | 338    | 447    | 121    | 189    | 310    |
| Comércio, exceto veículos                            | 967    | 1 596  | 2 564  | 832    | 1 494  | 2 326  |
| Serviços de esc. e outros serv. prestados a empresas | 249    | 124    | 373    | 66     | 189    | 255    |
| Serviços financeiros e atividades auxiliares         | 2 821  | 2 288  | 5 109  | 308    | 2 582  | 2 891  |
| Eletricidade, gás e outras utilidades                | 343    | 566    | 909    | 186    | 785    | 970    |
| Alojamento                                           | 40     | 73     | 113    | 55     | 207    | 262    |
| Construção de edifícios                              | 667    | 719    | 1 386  | 356    | 361    | 717    |
| Serviços de tecnologia da informação                 | 159    | 230    | 390    | 50     | 808    | 858    |
| Atividades imobiliárias                              | 526    | 1 195  | 1 721  | 296    | 298    | 593    |
| Seguros, resseguros, prev. comp. e planos de saúde   | 224    | 250    | 474    | 972    | 348    | 1 320  |
| Transporte                                           | 255    | 398    | 652    | 376    | 135    | 511    |
| Aluguéis não imob. e gestão de ativos intangíveis    | 63     | 16     | 79     | 42     | 148    | 190    |
| Publicidade e pesquisa de mercado                    | 46     | 50     | 97     | 22     | 33     | 55     |
| Armazenamento e atividades auxiliares de transportes | 225    | 188    | 413    | 75     | 242    | 317    |
| Ativ. de sedes de empresas e de consult. em gestão   | 98     | 77     | 176    | 49     | 134    | 183    |
| Serviços de arquitetura e engenharia                 | 66     | 120    | 186    | 24     | 67     | 92     |
| Serviços financeiros – holdings não financeiras      | 316    | 324    | 640    | 237    | 152    | 389    |
| Obras de infraestrutura                              | 189    | 148    | 337    | 29     | 397    | 426    |
| Comércio e reparação de veículos                     | 56     | 40     | 96     | 36     | 36     | 73     |
| Outros serviços                                      | 743    | 544    | 1 287  | 458    | 408    | 866    |

Os fluxos de IED-participação no capital destinados ao setor industrial representaram 42,6% do total do fluxo, somando US\$13,5 bilhões. Entre os segmentos mais representativos, destacaram-se as participações dos fluxos direcionados a metalurgia, 11,9%; veículos automotores, 6,8%; produtos químicos, 4,9%; e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 4,2%. Os recursos direcionados aos segmentos de celulose, papel e produtos do papel elevaram-se 285% em relação a 2008, seguindo-se os aumentos relativos a produtos farmoquímicos e farmacêuticos, 137,2%; equipamentos de informática, 124,3%; veículos automotores, 124,4%; e produtos químicos, 81,3%. Em oposição, os maiores recuos ocorreram nos fluxos de investimentos estrangeiros diretos direcionados à indústria alimentícia, 79,7%; de minerais não metálicos, 65,4%; e de reparação e manutenção de equipamentos de informática, 66,7%.

Os fluxos de IED-participação no capital direcionados à agropecuária e à indústria extrativa mineral totalizaram US\$4,6 bilhões em 2009, representando 14,5% do total, ante 29,3% em 2008. Os fluxos destinados à atividade extração de minerais metálicos, que haviam somado US\$10,6 bilhões em 2008 e se constituído nos mais representativos – considerada uma atividade individualmente – naquele ano, recuaram 87,8% em 2009, passando a representar 4,1% do total dos ingressos totais de IED-participação no capital. Em sentido oposto, ocorreu aumento de 98,4% nos fluxos direcionados ao segmento exploração de petróleo e gás natural, que se tornou o maior receptor individual no âmbito do setor agropecuária e indústria extrativa mineral, captando 8,4% no total dos fluxos de IED-participação no capital em 2009.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$46,2 bilhões em 2009, ante saídas líquidas de US\$767 milhões no ano anterior, resultado de retrações de 27% nos ingressos e de 44,5% nas remessas. Os ingressos de investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras, que em 2008 registraram fluxos negativos de US\$7,6 bilhões, impactados pela restrição de liquidez nos mercados financeiros, apresentaram ingressos líquidos de US\$37,1 bilhões em 2009. As receitas e despesas na rubrica totalizaram, na ordem, US\$149,7 bilhões e US\$112,7 bilhões, registrando recuos anuais respectivos de 31,2% e 50%. Dentre seus componentes, os investimentos estrangeiros em ações negociadas no país registraram ingressos líquidos de US\$32,1 bilhões, concentrados no segundo semestre, ante saídas líquidas de US\$10,9 bilhões em 2008. As colocações de ADR, que refletem investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras negociadas no exterior, somaram ingressos líquidos de US\$5 bilhões, ante US\$3,3 bilhões no ano anterior. Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, com fluxos negativos no primeiro semestre e ingressos líquidos expressivos na segunda metade do ano, registraram desembolsos líquidos de US\$9,1 bilhões, elevação de 33,7% no ano. O desembolso líquido de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país registrou redução anual de 34,1%, para US\$10,1 bilhões. Nessa modalidade, os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa de médio e longo prazos, negociados no país, apresentaram ingressos líquidos de US\$9,7 bilhões.

O fluxo de capitais referente a bônus soberanos resultou em ingressos líquidos de US\$38 milhões em 2009, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida. Entre as novas emissões, destacaram-se os desembolsos totais, US\$4,1 bilhões, advindos das emissões respectivas de US\$1 bilhão e US\$1,3 bilhão de *Global 19N*

#### Quadro 5.28 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

| Discriminação                | 2008    |         |         | 2009   |         |         |
|------------------------------|---------|---------|---------|--------|---------|---------|
|                              | 1º sem  | 2º sem  | Ano     | 1º sem | 2º sem  | Ano     |
| Total                        | 13 283  | -14 050 | -767    | 2 263  | 43 896  | 46 159  |
| Receitas                     | 150 209 | 116 251 | 266 460 | 74 266 | 120 185 | 194 451 |
| Despesas                     | 136 926 | 130 301 | 267 227 | 72 004 | 76 289  | 148 292 |
| Investimentos em ações       | 4 828   | -12 393 | -7 565  | 3 030  | 34 041  | 37 071  |
| Receitas                     | 118 602 | 99 000  | 217 602 | 55 400 | 94 343  | 149 743 |
| Despesas                     | 113 774 | 111 393 | 225 167 | 52 370 | 60 302  | 112 671 |
| Negociadas no país           | 5 167   | -16 017 | -10 850 | 3 086  | 29 012  | 32 097  |
| Receitas                     | 117 996 | 94 764  | 212 759 | 55 232 | 89 194  | 144 426 |
| Despesas                     | 112 829 | 110 780 | 223 609 | 52 146 | 60 182  | 112 328 |
| Negociadas no exterior (ADR) | -339    | 3 623   | 3 285   | -56    | 5 030   | 4 974   |
| Receitas                     | 606     | 4 236   | 4 842   | 168    | 5 149   | 5 317   |
| Despesas                     | 945     | 613     | 1 558   | 223    | 119     | 343     |
| Títulos de renda fixa        | 8 455   | -1 656  | 6 798   | -768   | 9 855   | 9 087   |
| Receitas                     | 31 607  | 17 251  | 48 859  | 18 866 | 25 842  | 44 708  |
| Despesas                     | 23 152  | 18 908  | 42 060  | 19 634 | 15 987  | 35 621  |
| Negociados no país           | 10 171  | 5 118   | 15 289  | 1 086  | 8 990   | 10 077  |
| Médio e longo prazos         | 8 289   | 5 529   | 13 818  | 1 404  | 8 274   | 9 678   |
| Receitas                     | 19 916  | 10 608  | 30 524  | 10 487 | 14 881  | 25 368  |
| Despesas                     | 11 627  | 5 080   | 16 707  | 9 083  | 6 607   | 15 690  |
| Curto prazo                  | 1 882   | -410    | 1 471   | -318   | 717     | 399     |
| Receitas                     | 5 231   | 1 726   | 6 958   | 1 892  | 1 284   | 3 176   |
| Despesas                     | 3 350   | 2 137   | 5 486   | 2 210  | 568     | 2 777   |
| Negociados no exterior       | -1 716  | -6 775  | -8 491  | -1 854 | 865     | -989    |
| Bônus                        | -2 431  | -572    | -3 003  | 692    | -599    | 94      |
| Privados                     | 0       | 11      | 11      | 0      | 56      | 56      |
| Desembolsos                  | 0       | 11      | 11      | 0      | 56      | 56      |
| Amortizações                 | 0       | 0       | 0       | 0      | 0       | 0       |
| Públicos                     | -2 431  | -584    | -3 015  | 692    | -655    | 38      |
| Desembolsos                  | 525     | 0       | 525     | 1 775  | 2 325   | 4 100   |
| Amortizações                 | 2 956   | 584     | 3 540   | 1 083  | 2 980   | 4 062   |
| Valor de face                | 2 754   | 486     | 3 241   | 994    | 2 798   | 3 792   |
| Descontos                    | -202    | -97     | -299    | -88    | -182    | -270    |
| Notes e commercial papers    | 1 493   | -3 045  | -1 552  | -640   | 124     | -516    |
| Desembolsos                  | 4 731   | 2 552   | 7 283   | 3 682  | 4 767   | 8 450   |
| Amortizações                 | 3 239   | 5 596   | 8 835   | 4 322  | 4 643   | 8 965   |
| Títulos de curto prazo       | -777    | -3 158  | -3 935  | -1 906 | 1 339   | -567    |
| Desembolsos                  | 1 204   | 2 354   | 3 558   | 1 030  | 2 529   | 3 559   |
| Amortizações                 | 1 981   | 5 511   | 7 493   | 2 937  | 1 189   | 4 126   |

e *Global 41*, e de duas reaberturas dos bônus *Global 19N* e uma do *Global 37*, de, respectivamente, US\$750 milhões, US\$525 milhões e US\$525 milhões. Em 2009, não ocorreram desembolsos provenientes de organismos internacionais. As operações de *notes e commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US\$516 milhões, ante US\$1,6 bilhão em 2008, resultado de elevações de 16% nos desembolsos e de 1,5% nas amortizações. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US\$567 milhões em 2009, ante US\$3,9 bilhões no ano anterior, ressaltando-se o recuo de 44,9% registrado nas amortizações brutas.

#### Quadro 5.29 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

| Discriminação                       | 2008   |         |        | 2009   |        |        |
|-------------------------------------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|
|                                     | 1º sem | 2º sem  | Ano    | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                               | 20 359 | -12 210 | 8 149  | 14 745 | 2 497  | 17 241 |
| Crédito comercial (de fornecedores) | 9 645  | -5 178  | 4 467  | 8 010  | -3 922 | 4 087  |
| Longo prazo                         | 532    | -36     | 496    | -340   | -718   | -1 057 |
| Desembolsos                         | 1 345  | 888     | 2 233  | 1 218  | 1 525  | 2 743  |
| Amortizações                        | 813    | 924     | 1 737  | 1 558  | 2 243  | 3 800  |
| Curto prazo (líquido)               | 9 113  | -5 142  | 3 971  | 8 350  | -3 205 | 5 145  |
| Empréstimos                         | 11 005 | -5 833  | 5 172  | 6 620  | 2 041  | 8 661  |
| Autoridade monetária                | 0      | 0       | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Operações de regularização          | 0      | 0       | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Outros empréstimos de longo prazo   | 0      | 0       | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Desembolsos                         | 0      | 0       | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Amortizações                        | 0      | 0       | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Demais setores                      | 11 005 | -5 833  | 5 172  | 6 620  | 2 041  | 8 661  |
| Longo prazo                         | 7 394  | 5 927   | 13 321 | 1 579  | 5 597  | 7 175  |
| Desembolsos                         | 10 858 | 10 716  | 21 573 | 6 926  | 13 556 | 20 482 |
| Organismos <sup>1/</sup>            | 1 816  | 3 045   | 4 861  | 1 823  | 2 637  | 4 461  |
| Agências                            | 980    | 902     | 1 882  | 806    | 3 770  | 4 577  |
| Compradores                         | 5 003  | 4 137   | 9 140  | 3 152  | 5 214  | 8 366  |
| Empréstimos diretos                 | 3 058  | 2 632   | 5 690  | 1 144  | 1 935  | 3 079  |
| Amortizações                        | 3 464  | 4 789   | 8 253  | 5 347  | 7 960  | 13 307 |
| Organismos <sup>1/</sup>            | 896    | 910     | 1 806  | 1 281  | 2 368  | 3 649  |
| Agências                            | 316    | 388     | 704    | 411    | 551    | 962    |
| Compradores                         | 1 001  | 1 635   | 2 636  | 1 671  | 2 737  | 4 407  |
| Empréstimos diretos                 | 1 251  | 1 856   | 3 107  | 1 984  | 2 304  | 4 288  |
| Curto prazo                         | 3 611  | -11 759 | -8 148 | 5 042  | -3 556 | 1 486  |
| Moeda e depósitos                   | -294   | -1 201  | -1 495 | 114    | 420    | 534    |
| Outros passivos                     | 3      | 2       | 5      | 0      | 3 958  | 3 958  |
| Longo prazo                         | 0      | 0       | 0      | 0      | 3 962  | 3 962  |
| Curto prazo                         | 3      | 2       | 5      | 0      | -4     | -4     |

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US\$17,2 bilhões em 2009, resultado 111,6% superior ao assinalado no ano anterior. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos líquidos de US\$4,1 bilhões, ante US\$4,5 bilhões em 2008. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US\$1,1 bilhão. Os créditos de curto prazo líquidos somaram

ingressos de US\$5,1 bilhões, ante US\$4 bilhões em 2008. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$7,2 bilhões, compostos por crédito comercial de compradores (*buyers*), desembolsos líquidos de US\$4 bilhões, agências, US\$3,6 bilhões e organismos, US\$812 milhões. Os empréstimos diretos apresentaram amortizações líquidas de US\$1,2 bilhão, enquanto os empréstimos de curto prazo assinalaram desembolsos líquidos de US\$1,5 bilhão e os ingressos líquidos de recursos de não residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$534 milhões. Os outros passivos de longo prazo registraram ingressos de US\$4 bilhões, resultado dos Direitos Especiais de Saque (DES) alocados pelo FMI ao Brasil, que constituem simultaneamente ativos externos, componentes das reservas internacionais e passivos externos.

#### Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

| Discriminação               | 2008   |         |         | 2009   |        |        |
|-----------------------------|--------|---------|---------|--------|--------|--------|
|                             | 1º sem | 2º sem  | Ano     | 1º sem | 2º sem | Ano    |
| Total                       | -8 579 | -11 879 | -20 457 | 1 796  | 8 288  | 10 084 |
| Retornos                    | 5 695  | 7 940   | 13 635  | 9 899  | 15 357 | 25 256 |
| Saídas                      | 14 274 | 19 819  | 34 092  | 8 103  | 7 069  | 15 172 |
| Participação no capital     | -6 261 | -7 599  | -13 859 | -1 191 | -3 355 | -4 546 |
| Retornos                    | 1 097  | 3 072   | 4 169   | 2 411  | 1 506  | 3 917  |
| Saídas                      | 7 358  | 10 671  | 18 028  | 3 602  | 4 861  | 8 463  |
| Empréstimos intercompanhias | -2 318 | -4 280  | -6 598  | 2 987  | 11 643 | 14 630 |
| Ingressos                   | 4 598  | 4 868   | 9 466   | 7 488  | 13 851 | 21 339 |
| Saídas                      | 6 916  | 9 148   | 16 064  | 4 501  | 2 208  | 6 709  |

Os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US\$10,1 bilhões, ante aplicações líquidas de US\$20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 refletiu, principalmente, amortizações líquidas de US\$14,6 bilhões em empréstimos de empresas brasileiras concedidos a coligadas no exterior. A constituição de investimentos diretos no exterior recuou de US\$13,9 bilhões em 2008 para US\$4,5 bilhões em 2009. Dessa maneira, o estoque dos investimentos brasileiros diretos no exterior, totalizando US\$157,7 bilhões em dezembro de 2009, apresentou redução em relação à posição recorde de 2008, US\$162,2 bilhões.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US\$3 bilhões em 2009, ante US\$1,9 bilhão no ano anterior, registrando-se ingressos líquidos de US\$2,6 bilhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$393 milhões, ante US\$1,6 bilhão em 2008, refletindo o ambiente externo menos incerto em 2009.

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$33,1 bilhões em 2009, ante US\$5,3 bilhões em 2008, refletindo, em especial, as aplicações líquidas de US\$25,1 bilhões relativas a empréstimos de curto prazo.



**Quadro 5.31 – Investimentos brasileiros em carteira**

US\$ milhões

| Discriminação                              | 2008   |        |       | 2009   |        |       |
|--------------------------------------------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|
|                                            | 1º sem | 2º sem | Ano   | 1º sem | 2º sem | Ano   |
| Total                                      | 10     | 1 891  | 1 900 | -922   | 3 897  | 2 975 |
| Receitas                                   | 2 220  | 3 189  | 5 408 | 980    | 5 230  | 6 210 |
| Despesas                                   | 2 210  | 1 298  | 3 508 | 1 902  | 1 333  | 3 235 |
| Investimentos em ações                     | -52    | 309    | 257   | -524   | 3 106  | 2 582 |
| Receitas                                   | 1 090  | 446    | 1 536 | 205    | 3 345  | 3 550 |
| Despesas                                   | 1 142  | 137    | 1 279 | 728    | 239    | 968   |
| <i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i> | -291   | -7     | -297  | 11     | -0     | 11    |
| Receitas                                   | 16     | 5      | 21    | 15     | 2      | 17    |
| Despesas                                   | 307    | 12     | 318   | 3      | 2      | 6     |
| Demais                                     | 239    | 316    | 554   | -535   | 3 106  | 2 571 |
| Receitas                                   | 1 074  | 441    | 1 515 | 190    | 3 343  | 3 533 |
| Despesas                                   | 835    | 126    | 961   | 725    | 237    | 962   |
| Títulos de renda fixa                      | 61     | 1 582  | 1 643 | -398   | 791    | 393   |
| Receitas                                   | 1 129  | 2 743  | 3 872 | 775    | 1 884  | 2 660 |
| Despesas                                   | 1 068  | 1 161  | 2 229 | 1 174  | 1 094  | 2 267 |

O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$131 milhões, ante US\$5 bilhões em 2008. As saídas líquidas de US\$7,8 bilhões na forma de moedas e depósitos no exterior refletiram as aplicações líquidas dos bancos, US\$5,8 bilhões, e a constituição de ativos dos demais setores, US\$2 bilhões.

**Quadro 5.32 – Outros investimentos brasileiros**

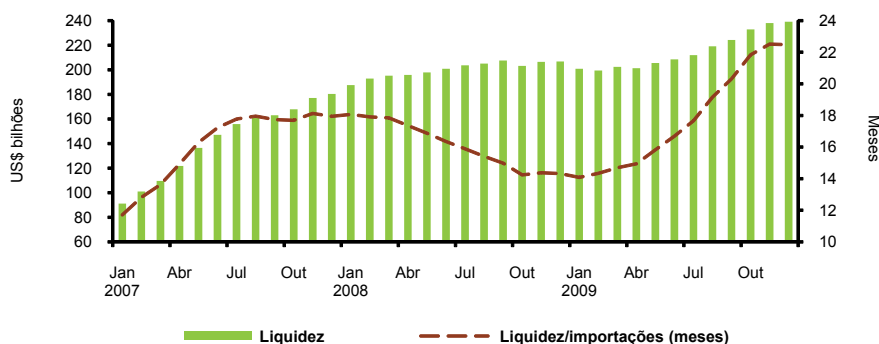
US\$ milhões

| Discriminação      | 2008   |        |        | 2008    |         |         |
|--------------------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
|                    | 1º sem | 2º sem | Ano    | 1º sem  | 2º sem  | Ano     |
| Total              | -1 577 | -3 691 | -5 269 | -12 366 | -20 775 | -33 141 |
| Empréstimos        | -2 149 | -2 669 | -4 818 | -13 238 | -11 983 | -25 221 |
| Longo prazo        | -2 043 | -2 994 | -5 037 | -59     | -72     | -131    |
| Receitas           | 647    | 506    | 1 153  | 37      | 33      | 70      |
| Despesas           | 2 689  | 3 500  | 6 190  | 96      | 105     | 201     |
| Curto prazo (líq.) | -106   | 325    | 219    | -13 179 | -11 912 | -25 090 |
| Moeda e depósitos  | 330    | -2 562 | -2 232 | 854     | -8 662  | -7 808  |
| Bancos             | 1 161  | 2 269  | 3 430  | -394    | -5 423  | -5 817  |
| Demais setores     | -831   | -4 831 | -5 662 | 1 248   | -3 239  | -1 991  |
| Demais             | -831   | -4 831 | -5 662 | 1 248   | -3 239  | -1 991  |
| Outros ativos      | 241    | 1 540  | 1 781  | 18      | -130    | -112    |
| Longo prazo        | 14     | 20     | 34     | 17      | -3      | 14      |
| Receitas           | 140    | 107    | 247    | 82      | 84      | 166     |
| Despesas           | 126    | 87     | 213    | 65      | 87      | 152     |
| Curto prazo        | 227    | 1 520  | 1 747  | 1       | -126    | -125    |

## Reservas internacionais

Ao final de 2009, as reservas internacionais situaram-se em US\$238,5 bilhões no conceito caixa, elevando-se US\$44,8 bilhões em relação ao ano anterior. Considerado o conceito liquidez internacional, que inclui o estoque de linhas com recompra e as operações de empréstimo em moedas estrangeiras, as reservas somaram US\$239 bilhões, elevando-se US\$32,2 bilhões no ano.

Gráfico 5.10  
Reservas internacionais



As intervenções da Autoridade Monetária no mercado de câmbio resultaram em compras líquidas de US\$36,5 bilhões ao longo do ano. As operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas à vista no mercado interno, com o compromisso de recompra futura, e apresentavam estoque de US\$8,3 bilhões no final de 2008, foram integralmente liquidadas em 2009. Os empréstimos em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país, que registravam estoque de US\$4,7 bilhões ao final de 2008, assinalaram liquidações de R\$4,2 bilhões ao longo de 2009.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$8,2 bilhões. Destacaram-se os desembolsos de US\$1,8 bilhão, que incluíram US\$525 milhões relativos à reabertura do *Global 37* e US\$1,3 bilhão relativo ao lançamento do *Global 41*, além de receita de juros de US\$4,8 bilhões com a remuneração das reservas. As demais operações elevaram o estoque em US\$1,7 bilhão, registrando-se perdas de US\$4,2 bilhões em preços de títulos, ganhos de US\$1,3 bilhão em paridade, além de alocações de DES no valor de US\$3,9 bilhões.

**Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais**

US\$ milhões

| Discriminação                                               | 2007    | 2008    | 2009    |
|-------------------------------------------------------------|---------|---------|---------|
| I – Posição das reservas (final do ano anterior)            | 85 839  | 180 334 | 193 783 |
| 1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)   | 78 589  | -5 438  | 36 526  |
| Pronto                                                      | 78 589  | 7 585   | 24 038  |
| Linhas com recompra                                         | -       | -8 338  | 8 338   |
| Empréstimos em moeda estrangeira                            | -       | -4 685  | 4 151   |
| 2. Operações externas do Banco Central                      | 15 905  | 18 887  | 8 211   |
| Desembolsos                                                 | 2 883   | 1 291   | 1 800   |
| Bônus                                                       | 2 883   | 525     | 1 800   |
| Organismos                                                  | -       | 766     | -       |
| Amortizações                                                | -140    | -       | -       |
| Bônus e MYDFA                                               | -138    | -       | -       |
| Organismos                                                  | -2      | -       | -       |
| Clube de Paris                                              | -       | -       | -       |
| Juros                                                       | 6 300   | 7 176   | 4 755   |
| Bônus e MYDFA                                               | -7      | -       | -       |
| Organismos                                                  | -24     | -18     | -2      |
| Clube de Paris                                              | -       | -       | -       |
| Remuneração das reservas                                    | 6 330   | 7 193   | 4 757   |
| Demais <sup>1/</sup>                                        | 6 863   | 10 421  | 1 656   |
| II – Total das operações do Banco Central (1+2)             | 94 495  | 13 450  | 44 736  |
| III – Posição das reservas – conceito caixa                 | 180 334 | 193 783 | 238 520 |
| IV – Saldo de linhas com recompra                           | -       | 8 338   | -       |
| V – Operações de empréstimo em moeda estrangeira            | -       | 4 685   | 535     |
| VI – Posição das reservas – conceito liquidez <sup>2/</sup> | -       | 206 806 | 239 054 |
| Memo:                                                       |         |         |         |
| Mercado de câmbio liquidado:                                | 78 589  | 2 900   | 28 188  |
| Operações com clientes no país (líquido)                    | 87 940  | -3 419  | 30 566  |
| Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)  | -       | -       | -       |
| Variação da posição dos bancos (líquido) <sup>3/</sup>      | -9 351  | 6 319   | -2 378  |

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

3/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

**Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional**

O Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para pagamento do serviço da dívida relativo a bônus. Em 2009, essas operações somaram US\$7,6 bilhões, dos quais US\$3,6 bilhões referentes a principal e US\$4 bilhões a juros. Dentre as amortizações, destacaram-se as relativas

aos bônus *Global 09*, US\$1 bilhão; *Global 09-F*, US\$256 milhões; *Global 18/A-Bond*, US\$184 milhões; e *Euro 09*, US\$347 milhões.

#### Quadro 5.34 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa<sup>1/</sup>

US\$ milhões

| Período | Perfil de vencimentos |       |       | Liquidação de vencimentos |          |       |
|---------|-----------------------|-------|-------|---------------------------|----------|-------|
|         | Principal             | Juros | Total | Mercado                   | Reservas | Total |
| 2009    |                       |       |       |                           |          |       |
| Jan     | 129                   | 937   | 1 065 | 1 065                     | -        | 1 065 |
| Fev     | 58                    | 454   | 512   | 512                       | -        | 512   |
| Mar     | 94                    | 128   | 222   | 222                       | -        | 222   |
| Abr     | 369                   | 343   | 713   | 713                       | -        | 713   |
| Mai     | -                     | 134   | 134   | 134                       | -        | 134   |
| Jun     | 344                   | 119   | 463   | 463                       | -        | 463   |
| Jul     | 229                   | 878   | 1 107 | 1 107                     | -        | 1 107 |
| Ago     | 161                   | 313   | 474   | 474                       | -        | 474   |
| Set     | 98                    | 245   | 343   | 343                       | -        | 343   |
| Out     | 1 120                 | 302   | 1 421 | 1 421                     | -        | 1 421 |
| Nov     | 242                   | 142   | 384   | 384                       | -        | 384   |
| Dez     | 736                   | 52    | 788   | 788                       | -        | 788   |
| Ano     | 3 580                 | 4 047 | 7 627 | 7 627                     | -        | 7 627 |

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

#### Quadro 5.35 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa (pela data de liquidação)

US\$ milhões

| Período | Principal | Juros | Ágio/Deságio | Total |
|---------|-----------|-------|--------------|-------|
| 2009    |           |       |              |       |
| Jan     | 129       | 5     | 37           | 171   |
| Fev     | 58        | 1     | 13           | 72    |
| Mar     | 78        | 2     | 18           | 98    |
| Abr     | 22        | 0     | 7            | 29    |
| Mai     | -         | -     | -            | -     |
| Jun     | 88        | 3     | 14           | 105   |
| Jul     | 44        | 1     | 10           | 55    |
| Ago     | 161       | 4     | 48           | 213   |
| Set     | 83        | 1     | 23           | 107   |
| Out     | 119       | 2     | 30           | 152   |
| Nov     | 242       | 8     | 58           | 308   |
| Dez     | 59        | 2     | 15           | 77    |
| Ano     | 1 084     | 30    | 273          | 1 388 |

Também foi mantido o programa de recompra de títulos da dívida externa, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no

exterior, abrangendo todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados cerca de US\$1,4 bilhão no mercado interno, dos quais US\$1,1 bilhão relativos a pagamento de principal, US\$30 milhões relativos a juros decorridos e US\$273 milhões relativos a despesas de ágio.

## Dívida externa

A dívida externa total atingiu US\$198,2 bilhões ao final de 2009, recuando US\$146 milhões em relação a dezembro do ano anterior. A dívida de médio e

### Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto<sup>1/</sup>

US\$ milhões

| Discriminação                                     | 2005    | 2006    | 2007    | 2008    | 2009    |
|---------------------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| A. Dívida total (B+C)                             | 169 450 | 172 589 | 193 219 | 198 340 | 198 194 |
| B. Dívida de médio e longo prazos <sup>2/</sup>   | 150 674 | 152 266 | 154 318 | 161 896 | 167 220 |
| Programa de assistência financeira                | -       | -       | -       | -       | -       |
| FMI                                               | -       | -       | -       | -       | -       |
| BIS                                               | -       | -       | -       | -       | -       |
| BoJ                                               | -       | -       | -       | -       | -       |
| Demais empréstimos do FMI                         | -       | -       | -       | -       | 4 510   |
| Bônus de dívida reestruturada ( <i>Bradies</i> )  | 6 948   | -       | -       | -       | -       |
| Demais bônus <sup>3/</sup>                        | 55 842  | 51 968  | 47 195  | 42 687  | 44 953  |
| Financiamentos de importações                     | 38 877  | 39 983  | 46 758  | 58 977  | 57 468  |
| Organismos internacionais                         | 21 779  | 25 148  | 26 981  | 30 023  | 28 202  |
| Agências governamentais                           | 8 614   | 6 259   | 6 482   | 6 854   | 6 826   |
| Outros financiadores                              | 8 483   | 8 575   | 13 295  | 22 100  | 22 440  |
| Empréstimos em moeda                              | 49 007  | 60 315  | 60 365  | 60 232  | 60 289  |
| Notes <sup>4/</sup>                               | 38 257  | 40 151  | 45 884  | 42 420  | 41 259  |
| Empréstimos diretos                               | 10 750  | 20 164  | 14 481  | 17 812  | 19 030  |
| Empréstimos diversos                              | -       | -       | -       | -       | -       |
| C. Dívida de curto prazo                          | 18 776  | 20 323  | 38 901  | 36 444  | 30 974  |
| Linhas de crédito de importação de petróleo       | -       | -       | -       | -       | -       |
| Bancos comerciais                                 | 15 701  | 16 527  | 27 613  | 28 220  | 21 959  |
| Financiamento rural (Resolução nº 2.483)          | -       | -       | -       | -       | -       |
| Outras operações                                  | 3 075   | 3 796   | 11 288  | 8 224   | 9 015   |
| Financiamentos                                    | 602     | 530     | 305     | 802     | 593     |
| Empréstimos                                       | 2 473   | 3 266   | 10 983  | 7 421   | 8 422   |
| D. Empréstimos intercompanhias                    | 18 537  | 26 783  | 47 276  | 64 570  | 79 372  |
| E. Dívida total+empréstimos intercompanhias (A+D) | 187 987 | 199 372 | 240 495 | 262 910 | 277 565 |

1/ A partir de 2001, contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas há mais de 120 dias, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central. As variações de posição podem não coincidir com os fluxos do balanço de pagamentos, os quais especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui pré-*bradies* (BIB).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

longo prazos aumentou US\$5,3 bilhões, para US\$167,2 bilhões, enquanto a de curto prazo somou US\$31 bilhões, reduzindo-se US\$5,5 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias cresceu US\$14,8 bilhões, para US\$79,4 bilhões, dos quais US\$70,6 bilhões de médio e longo prazos.

A composição da dívida externa de médio e longo prazos, em dezembro de 2009, revelava que 36,1% do total referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda; 26,9%, a bônus; e 34,4%, a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda registrou relativa estabilidade no ano, reflexo de redução de US\$1,2 bilhão em *notes* e de elevação de US\$1,2 bilhão em empréstimos diretos. O estoque dos financiamentos externos para o comércio exterior declinou US\$1,5 bilhão. O estoque de bônus da dívida externa aumentou US\$2,3 bilhões, ressaltando-se que, desse total, 97,4% se referiram a bônus do setor público.

A redução da dívida de curto prazo esteve associada, em especial, ao recuo de US\$6,3 bilhões observado nas operações de bancos comerciais.

#### Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

| Devedor                                      | Credor |                          |                      |                     |
|----------------------------------------------|--------|--------------------------|----------------------|---------------------|
|                                              | Bônus  | Organismos <sup>1/</sup> | Bancos <sup>2/</sup> | Notes <sup>3/</sup> |
| A. Total                                     | 44 953 | 32 762                   | 41 556               | 44 631              |
| B. Médio e longo prazos                      | 44 953 | 32 711                   | 36 958               | 41 259              |
| Setor público                                | 43 773 | 28 824                   | 9 179                | 4 797               |
| Setor público não financeiro                 | 43 773 | 23 873                   | 5 020                | 2 274               |
| Tesouro Nacional                             | 43 773 | 9 370                    | 1 002                | -                   |
| Banco Central do Brasil                      | -      | 4 510                    | -                    | -                   |
| Estatais                                     | -      | 1 359                    | 3 470                | 2 274               |
| Estados e municípios                         | -      | 8 635                    | 548                  | -                   |
| Setor financeiro                             | -      | 4 951                    | 4 159                | 2 523               |
| Setor privado                                | 1 180  | 3 888                    | 27 779               | 36 462              |
| Não financeiro                               | 1 055  | 1 756                    | 23 498               | 21 560              |
| Financeiro                                   | 125    | 2 131                    | 4 280                | 14 902              |
| C. Curto prazo                               | -      | 50                       | 4 599                | 3 372               |
| Empréstimos                                  | -      | 25                       | 4 198                | -                   |
| Não financeiro                               | -      | -                        | 821                  | -                   |
| Financeiro                                   | -      | 25                       | 3 377                | -                   |
| Financiamento de importações                 | -      | 25                       | 400                  | 3 372               |
| Não financeiro                               | -      | -                        | 294                  | 940                 |
| Financeiro                                   | -      | 25                       | 106                  | 2 432               |
| D. Empréstimos intercompanhias               | 262    | -                        | -                    | 2 939               |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 45 215 | 32 762                   | 41 556               | 47 570              |

(continua)

**Quadro 5.37 – Dívida externa registrada (continuação)**

US\$ milhões

Posição: 31.12.2009

| Devedor                                      | Credor   |              |        |         |
|----------------------------------------------|----------|--------------|--------|---------|
|                                              | Agências | Fornecedores | Outros | Total   |
| A. Total                                     | 6 841    | 3 306        | 2 187  | 176 234 |
| B. Médio e longo prazos                      | 6 826    | 3 138        | 1 375  | 167 220 |
| Setor público                                | 3 192    | 180          | -      | 89 945  |
| Setor público não financeiro                 | 2 036    | 180          | -      | 77 155  |
| Tesouro Nacional                             | 516      | 118          | -      | 54 779  |
| Banco Central do Brasil                      | 3        | -            | -      | 4 513   |
| Estatais                                     | 1 111    | 57           | -      | 8 270   |
| Estados e municípios                         | 405      | 5            | -      | 9 593   |
| Setor financeiro                             | 1 157    | -            | -      | 12 790  |
| Setor privado                                | 3 634    | 2 958        | 1 375  | 77 275  |
| Não-financeiro                               | 3 450    | 2 957        | 662    | 54 938  |
| Financeiro                                   | 183      | 2            | 713    | 22 337  |
| C. Curto prazo                               | 15       | 167          | 812    | 9 015   |
| Empréstimos                                  | 15       | -            | 812    | 5 050   |
| Não financeiro                               | 15       | -            | 241    | 1 077   |
| Financeiro                                   | -        | -            | 571    | 3 973   |
| Financiamento de importações                 | -        | 167          | -      | 3 965   |
| Não financeiro                               | -        | 164          | -      | 1 398   |
| Financeiro                                   | -        | 3            | -      | 2 567   |
| D. Empréstimos intercompanhias               | -        | -            | 76 171 | 79 372  |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 6 841    | 3 306        | 78 357 | 255 606 |

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui créditos de compradores.

3/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

Em dezembro de 2009, 88,9% da dívida externa total eram relativos à dívida externa registrada, dos quais 48,2% de responsabilidade do setor privado, sendo US\$85 bilhões em dívidas de médio e longo prazos e US\$7,7 bilhões em passivos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos concentrava-se nas modalidades *notes*, 47,2% do total; e bancos, 35,9%.

A dívida externa registrada de responsabilidade do setor público, 51,8% do total, era composta, ao final de 2009, por US\$91,2 bilhões de médio e longo prazos e US\$1,3 bilhão de curto prazo. A dívida de médio e longo prazos do setor público não financeiro concentrava-se no Tesouro Nacional, 71% do total, dos quais US\$43,8 bilhões na modalidade *bônus*. A dívida do Banco Central, 5,8% do total, referia-se, fundamentalmente, a alocações de DES pelo FMI, classificadas como dívida junto a organismos internacionais. A dívida externa dos governos estaduais e municipais representava 12,4% do total, concentrando-se em créditos de organismos internacionais, enquanto a das estatais distribuía-se, em especial, entre bancos e *notes*.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$21,9 bilhões ao final de 2009, dos quais US\$891 milhões constituídos por dívida do setor privado.

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazos revelava, de acordo com a posição de dezembro de 2009, concentração de 47,7% do total de vencimentos nos próximos cinco anos. Considerando a dívida de médio e longo prazos com vencimentos até 2014, a participação do setor privado e público financeiro atingia 71,9%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 38,5% e 13,4% dos vencimentos de médio e longo prazo nesse mesmo período, respectivamente, enquanto organismos internacionais correspondiam a outros 17,7%.

O prazo médio da dívida externa registrada elevou-se de 7,1 anos, na posição de dezembro de 2008, para 7,5 anos ao final de 2009. A modalidade referente a compradores apresentava o menor prazo médio, 3 anos, e a referente a bônus, o maior, 12,8 anos.

A composição da dívida externa registrada por moeda revela que a participação do dólar norte-americano cresceu 0,1 p.p., para 79,9%, em 2009, enquanto as relativas ao euro e ao iene assinalaram recuos respectivos de 0,4 p.p. e 3,2 p.p., situando-se, na ordem, em 5% e 6,2%. A participação da dívida denominada em real aumentou 0,8 p.p., atingindo 6,1%.

#### Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

| Discriminação                                                      | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   |
|--------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Governo federal (contratada diretamente)                           | 75 161 | 63 942 | 58 991 | 54 373 | 54 779 |
| Estados e municípios                                               | 6 474  | 6 815  | 7 055  | 8 199  | 9 593  |
| Direta                                                             | 0      | -      | 41     | 27     | 5      |
| Com aval                                                           | 6 474  | 6 815  | 7 013  | 8 172  | 9 588  |
| Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista       | 14 953 | 14 777 | 14 700 | 17 147 | 26 850 |
| Direta                                                             | 9 447  | 9 041  | 8 619  | 10 946 | 15 474 |
| Com aval                                                           | 5 505  | 5 735  | 6 081  | 6 201  | 11 376 |
| Setor privado (com aval do setor público)                          | 98     | 89     | 436    | 450    | 891    |
| Total geral                                                        | 96 686 | 85 622 | 81 182 | 80 169 | 92 113 |
| Direta                                                             | 84 608 | 72 983 | 67 652 | 65 346 | 70 258 |
| Com aval                                                           | 12 078 | 12 640 | 13 530 | 14 823 | 21 855 |
| Pelo governo federal                                               | 12 034 | 12 597 | 13 454 | 14 688 | 21 234 |
| Pelos estados e municípios                                         | 4      | 3      | 8      | 7      | 5      |
| Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista | 40     | 40     | 67     | 127    | 616    |



**Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor****Esquema de amortização<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

| Discriminação                                | Estoque | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   |
|----------------------------------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A. Dívida total (B+C)                        | 176 234 | 30 564 | 19 062 | 17 134 | 13 791 | 8 180  |
| B. Dívida de médio e longo prazos            | 167 220 | 21 550 | 19 062 | 17 134 | 13 791 | 8 180  |
| Setor público não financeiro                 | 77 155  | 4 651  | 5 167  | 5 774  | 3 851  | 2 956  |
| Governo central                              | 59 292  | 3 544  | 3 926  | 4 595  | 2 574  | 1 912  |
| Demais                                       | 17 863  | 1 107  | 1 242  | 1 179  | 1 277  | 1 044  |
| Setor público financeiro                     | 12 790  | 980    | 2 695  | 636    | 1 375  | 621    |
| Setor privado                                | 77 275  | 15 919 | 11 199 | 10 725 | 8 565  | 4 603  |
| C. Dívida de curto prazo                     | 9 015   | 9 015  | -      | -      | -      | -      |
| Setor público não financeiro                 | -       | -      | -      | -      | -      | -      |
| Setor público financeiro                     | 1 277   | 1 277  | -      | -      | -      | -      |
| Setor privado                                | 7 737   | 7 737  | -      | -      | -      | -      |
| D. Empréstimos intercompanhias               | 79 372  | 19 385 | 9 945  | 8 414  | 5 774  | 7 105  |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 255 606 | 49 950 | 29 008 | 25 548 | 19 564 | 15 285 |

**Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)****Esquema de amortização<sup>1/</sup>**

US\$ milhões

Posição: 31.12.2009

| Discriminação                                | 2015   | 2016   | 2017   | 2018  | 2019   | Posteriores<br>e vencidos |
|----------------------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|---------------------------|
| A. Dívida total (B+C)                        | 12 966 | 10 325 | 9 207  | 4 765 | 10 418 | 39 823                    |
| B. Dívida de médio e longo prazos            | 12 966 | 10 325 | 9 207  | 4 765 | 10 418 | 39 823                    |
| Setor público não financeiro                 | 6 307  | 4 505  | 5 263  | 1 824 | 5 986  | 30 873                    |
| Governo central                              | 3 933  | 2 916  | 3 910  | 605   | 3 842  | 27 535                    |
| Demais                                       | 2 374  | 1 589  | 1 353  | 1 218 | 2 144  | 3 338                     |
| Setor público financeiro                     | 580    | 529    | 485    | 1474  | 1 434  | 1980                      |
| Setor privado                                | 6 080  | 5 290  | 3 460  | 1 467 | 2 998  | 6 970                     |
| C. Dívida de curto prazo                     | -      | -      | -      | -     | -      | -                         |
| Setor público não financeiro                 | -      | -      | -      | -     | -      | -                         |
| Setor público financeiro                     | -      | -      | -      | -     | -      | -                         |
| Setor privado                                | -      | -      | -      | -     | -      | -                         |
| D. Empréstimos intercompanhias               | 4 465  | 3 033  | 3 859  | 3 009 | 3 143  | 11 240                    |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 17 431 | 13 357 | 13 066 | 7 773 | 13 561 | 51 063                    |

<sup>1/</sup> Inclui operações de regularização.

O estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes ampliou-se de 38,3% do total ao final de 2008 para 39,3% em dezembro de 2009, ressaltando-se que a participação da *Libor* semestral como indexador recuou de 60,5% para 56,5% no período.

**Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor**Esquema de amortização<sup>1/</sup>

US\$ milhões

| Discriminação                                | Estoque | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   |
|----------------------------------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A. Dívida total (B+C)                        | 176 234 | 30 564 | 19 062 | 17 134 | 13 791 | 8 180  |
| B. Dívida de médio e longo prazos            | 167 220 | 21 550 | 19 062 | 17 134 | 13 791 | 8 180  |
| Organismos internacionais                    | 32 711  | 3 096  | 2 976  | 3 407  | 2 498  | 2 117  |
| Agências governamentais                      | 6 826   | 1 055  | 952    | 911    | 776    | 643    |
| Compradores                                  | 19 302  | 4 188  | 4 515  | 4 285  | 2 979  | 1 634  |
| Fornecedores                                 | 3 138   | 778    | 510    | 342    | 474    | 141    |
| Empréstimos em moeda                         | 60 289  | 10 218 | 7 207  | 5 552  | 5 150  | 2 594  |
| Notes <sup>2/</sup>                          | 41 259  | 7 029  | 3 088  | 3 090  | 3 447  | 1 765  |
| Empréstimo diretos                           | 19 030  | 3 189  | 4 119  | 2 462  | 1 703  | 829    |
| Bônus                                        | 44 953  | 2 203  | 2 893  | 2 627  | 1 903  | 1 042  |
| C. Dívida de curto prazo                     | 9 015   | 9 015  | -      | -      | -      | -      |
| D. Empréstimos intercompanhias               | 79 372  | 19 385 | 9 945  | 8 414  | 5 774  | 7 105  |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 255 606 | 49 950 | 29 008 | 25 548 | 19 564 | 15 285 |

(continua)

**Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)**Esquema de amortização<sup>1/</sup>

US\$ milhões

Posição: 31.12.2009

| Discriminação                                | 2015   | 2016   | 2017   | 2018  | 2019   | Posteriores<br>e vencidos |
|----------------------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|---------------------------|
| A. Dívida total (B+C)                        | 12 966 | 10 325 | 9 207  | 4 765 | 10 418 | 39 823                    |
| B. Dívida de médio e longo prazos            | 12 966 | 10 325 | 9 207  | 4 765 | 10 418 | 39 823                    |
| Organismos internacionais                    | 2 168  | 1 839  | 1 478  | 1 297 | 1 162  | 10 671                    |
| Agências governamentais                      | 585    | 503    | 397    | 320   | 202    | 482                       |
| Compradores                                  | 636    | 453    | 152    | 63    | 53     | 343                       |
| Fornecedores                                 | 175    | 113    | 103    | 96    | 88     | 318                       |
| Empréstimos em moeda                         | 6 231  | 4 990  | 3 666  | 2 813 | 5 478  | 6 392                     |
| Notes <sup>2/</sup>                          | 4 439  | 3 578  | 2 618  | 1 969 | 4 380  | 5 856                     |
| Empréstimo diretos                           | 1 791  | 1 413  | 1 048  | 844   | 1 098  | 535                       |
| Bônus                                        | 3 163  | 2 418  | 3 404  | 170   | 3 431  | 21 697                    |
| C. Dívida de curto prazo                     | -      | -      | -      | -     | -      | -                         |
| D. Empréstimos intercompanhias               | 4 465  | 3 033  | 3 859  | 3 009 | 3 143  | 11 240                    |
| E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D) | 17 431 | 13 357 | 13 066 | 7 773 | 13 561 | 51 063                    |

<sup>1/</sup> Inclui operações de regularização.<sup>2/</sup> Inclui *commercial papers* e *securities*.

### Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada<sup>1/</sup>

US\$ milhões

| Discriminação                  | 2009    | Prazo médio (anos) |
|--------------------------------|---------|--------------------|
| A. Total                       | 174 418 | 7,53               |
| Organismos internacionais      | 32 708  | 8,44               |
| Agências governamentais        | 6 798   | 4,87               |
| Compradores                    | 19 052  | 2,97               |
| Fornecedores                   | 2 994   | 3,99               |
| Empréstimos em moeda + outros  | 18 919  | 4,37               |
| Notes e commercial papers      | 40 849  | 6,60               |
| Bônus                          | 44 953  | 12,81              |
| Bradies                        | 124     | 2,50               |
| Global/Euro                    | 43 649  | 13,09              |
| Outros                         | 1 180   | 3,46               |
| Curto Prazo                    | 8 146   | 1,00               |
| B. Empréstimos intercompanhias | 74 872  | 5,21               |
| C. Total + intercompanhia      | 249 290 | 6,83               |

1/ Exclui vencidos.

Gráfico 5.11  
Prazo médio da dívida externa registrada

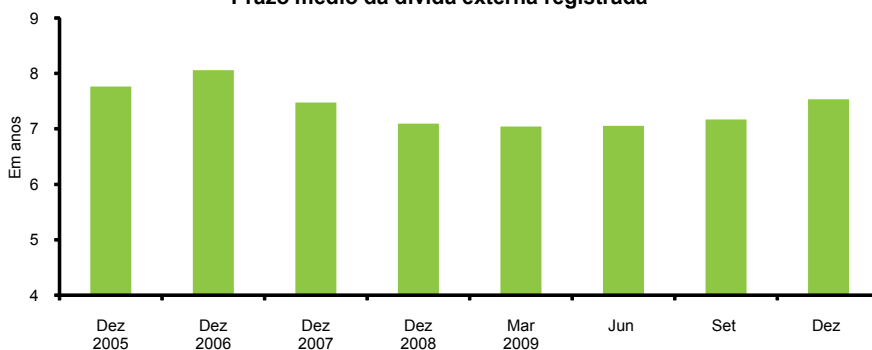
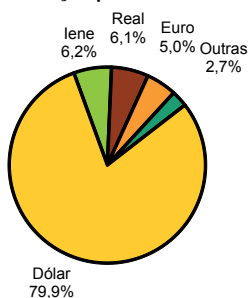


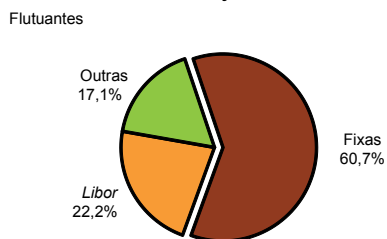
Gráfico 5.12  
Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 2009

Distribuição por moeda



Distribuição por modalidade de taxas de juros



## Indicadores de endividamento

A reversão observada na trajetória registrada pelos indicadores de endividamento externo em 2009, em relação à assinalada no ano anterior, traduziu, em especial, os desdobramentos da crise mundial sobre o desempenho das reservas internacionais, do serviço da dívida externa e do valor em dólares das exportações e do PIB.

O serviço da dívida elevou-se 16,3% no ano, enquanto as exportações contraíram 22,7%, resultando em elevação, de 19% para 28,6%, na relação entre as duas variáveis. As retrações respectivas de 3,6% e 0,1% observadas no PIB em dólares e na dívida externa, traduziram-se em aumento, de 12,1% para 12,6%, na razão entre a dívida externa total e o PIB. Adicionalmente, a relação entre o serviço da dívida e o PIB cresceu de 2,3% para 2,8%, enquanto o indicador dívida externa total/exportações aumentou de 100,2% para 129,5%.

### Quadro 5.42 – Indicadores de sustentabilidade externa<sup>1/</sup>

US\$ milhões

| Discriminação                                      | 2005    | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      |
|----------------------------------------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Serviço da dívida                                  | 66 048  | 56 902    | 52 028    | 37 638    | 43 786    |
| Amortizações <sup>2/</sup>                         | 51 587  | 42 024    | 36 687    | 22 065    | 29 864    |
| Juros brutos                                       | 14 460  | 14 878    | 15 342    | 15 573    | 13 922    |
| Dívida de médio e longo prazos (A)                 | 150 674 | 152 266   | 154 318   | 161 896   | 167 220   |
| Dívida de curto prazo (B)                          | 18 776  | 20 323    | 38 901    | 36 444    | 30 974    |
| Dívida total (C)=(A+B)                             | 169 450 | 172 589   | 193 219   | 198 340   | 198 194   |
| Reservas internacionais (D)                        | 53 799  | 85 839    | 180 334   | 206 806   | 239 054   |
| Créditos brasileiros no exterior (E) <sup>3/</sup> | 2 778   | 2 939     | 2 894     | 2 657     | 2 435     |
| Haveres de bancos comerciais (F)                   | 11 790  | 8 990     | 21 938    | 16 560    | 18 485    |
| Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)                 | 101 082 | 74 821    | -11 948   | -27 683   | -61 781   |
| Exportações                                        | 118 308 | 137 807   | 160 649   | 197 942   | 152 995   |
| PIB                                                | 882 439 | 1 088 767 | 1 366 544 | 1 636 022 | 1 577 264 |
| Indicadores (em percentagem)                       |         |           |           |           |           |
| Serviço da dívida/exportações                      | 55,8    | 41,3      | 32,4      | 19,0      | 28,6      |
| Serviço da dívida/PIB                              | 7,5     | 5,2       | 3,8       | 2,3       | 2,8       |
| Dívida total/exportações                           | 143,2   | 125,2     | 120,3     | 100,2     | 129,5     |
| Dívida total/PIB                                   | 19,2    | 15,9      | 14,1      | 12,1      | 12,6      |
| Dívida total líquida/exportações                   | 85,4    | 54,3      | -7,4      | -14,0     | -40,4     |
| Dívida total líquida/PIB                           | 11,5    | 6,9       | -0,9      | -1,7      | -3,9      |

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

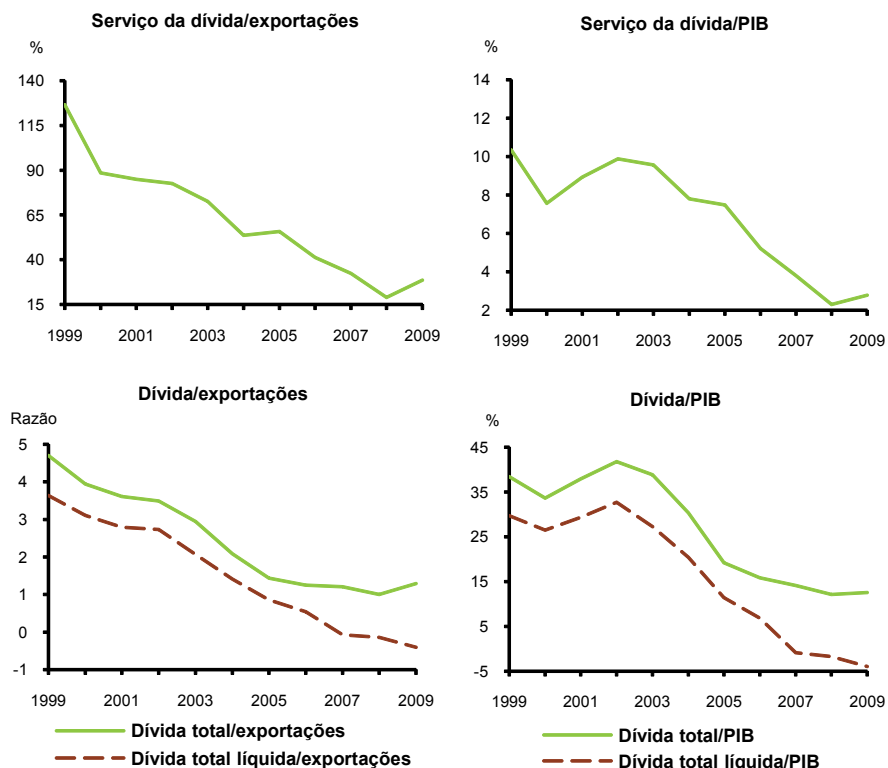
3/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

A dívida externa total líquida de ativos permaneceu negativa em dezembro de 2009, tendo em vista que o total de ativos financeiros brasileiros contra não residentes superou o valor da dívida externa total. Assim, a razão entre a dívida externa líquida e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses passou de -14% em dezembro de

2008 para -40,4% em dezembro de 2009, enquanto em percentagem do PIB recuou de -1,7% para -3,9%.

Gráfico 5.13

### Indicadores de sustentabilidade externa



## Captações externas

O país realizou cinco captações no mercado externo em 2009, totalizando US\$4,1 bilhões. As operações, todas denominadas em dólar, foram o lançamento e duas reaberturas do *Global 19N*, o lançamento do *Global 41* e a reabertura do *Global 37*. Os prêmios de risco inerentes a essas operações, definidos como a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), oscilaram de 114 p.b. a 370 p.b.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$124 milhões em dezembro de 2009, reduzindo-se US\$31 milhões em relação a dezembro de 2008. O saldo remanescente da dívida externa reestruturada refere-se exclusivamente ao *Exit Bond* (BIB), para o qual não há cláusula de antecipação de pagamentos.

**Quadro 5.43 – Emissões da República**

| Discriminação              | Data de Ingresso | Data de vencimento | Prazo anos | Valor US\$ milhões | Cupom % a.a.      | Taxa de retorno no lançamento % a.a. | Spread sobre US Treasury <sup>1/</sup> (p.b.) |
|----------------------------|------------------|--------------------|------------|--------------------|-------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Euromarco 07               | 26.2.1997        | 26.2.2007          | 10         | 592                | 8,000             |                                      | 242                                           |
| Global 27 <sup>2/</sup>    | 9.6.1997         | 9.6.2027           | 30         | 3 500              | 10,125            | 10,90                                | 395                                           |
| Eurolira <sup>3/</sup>     | 26.6.1997        | 26.6.2017          | 20         | 443                | 11,000            |                                      | 348                                           |
| Eurolibra                  | 30.7.1997        | 30.7.2007          | 10         | 244                | 10,000            | 8,73                                 | 268                                           |
| Global 08                  | 7.4.1998         | 7.4.2008           | 10         | 1 250              | 9,375             | 10,29                                | 375                                           |
| Euromarco 08 <sup>4/</sup> | 23.4.1998        | 23.4.2008          | 10         | 410                | 10 a 7            | 8,97                                 | 328                                           |
| Global 09                  | 25.10.1999       | 15.10.2009         | 10         | 2 000              | 14,500            | 14,01                                | 850                                           |
| Euro 06                    | 17.11.1999       | 17.11.2006         | 7          | 723                | 12,000            | 12,02                                | 743                                           |
| Global 20                  | 26.1.2000        | 15.1.2020          | 20         | 1 000              | 12,750            | 13,27                                | 650                                           |
| Euro 10                    | 4.2.2000         | 4.2.2010           | 10         | 737                | 11,000            | 12,52                                | 652                                           |
| Global 30 <sup>5/</sup>    | 6.3.2000         | 6.3.2030           | 30         | 1 600              | 12,250            | 12,90                                | 663                                           |
| Global 07 <sup>6/</sup>    | 26.7.2000        | 26.7.2007          | 7          | 1 500              | 11,250            | 12,00                                | 612                                           |
| Global 40                  | 17.8.2000        | 17.8.2040          | 40         | 5 157              | 11,000            | 13,73                                | 788                                           |
| Euro 07 <sup>7/</sup>      | 5.10.2000        | 5.10.2007          | 7          | 656                | 9,500             | 11,01                                | 508                                           |
| Samurai 06                 | 22.12.2000       | 22.3.2006          | 5          | 531                | 4,750             | 10,92                                | 531                                           |
| Global 06                  | 11.1.2001        | 11.1.2006          | 5          | 1 500              | 10,250            | 10,54                                | 570                                           |
| Euro 11                    | 24.1.2001        | 24.1.2011          | 10         | 938                | 9,500             | 10,60                                | 560                                           |
| Global 24                  | 22.3.2001        | 15.4.2024          | 23         | 2 150              | 8,875             | 12,91                                | 773                                           |
| Samurai 07                 | 10.4.2001        | 10.4.2007          | 6          | 638                | 4,750             | 10,24                                | 572                                           |
| Global 12                  | 11.1.2002        | 11.1.2012          | 10         | 1 250              | 11,000            | 12,60                                | 754                                           |
| Global 08N                 | 12.3.2002        | 12.3.2008          | 6          | 1 250              | 11,500            | 11,74                                | 738                                           |
| Euro 09                    | 2.4.2002         | 2.4.2009           | 7          | 440                | 11,500            | 12,12                                | 646                                           |
| Global 10                  | 16.4.2002        | 15.4.2010          | 8          | 1 000              | 12,000            | 12,38                                | 719                                           |
| Global 07N                 | 6.5.2003         | 16.1.2007          | 4          | 1 000              | 10,000            | 10,70                                | 783                                           |
| Global 13                  | 17.6.2003        | 17.6.2013          | 10         | 1 250              | 10,250            | 10,58                                | 738                                           |
| Global 11 <sup>8/</sup>    | 7.8.2003         | 7.8.2011           | 8          | 1 250              | 10,000            | 11,15                                | 701                                           |
| Global 24B                 | 7.8.2003         | 15.4.2024          | 21         | 825                | 8,875             | 12,59                                | 764                                           |
| Global 10N                 | 22.10.2003       | 22.10.2010         | 7          | 1 500              | 9,250             | 9,45                                 | 561                                           |
| Global 34                  | 20.1.2004        | 20.1.2034          | 30         | 1 500              | 8,250             | 8,75                                 | 377                                           |
| Global 09 N                | 28.6.2004        | 29.6.2009          | 5          | 750                | Libor 3m<br>+5,76 | Libor 3m<br>+ 5,94                   | 359                                           |
| Global 14 <sup>9/</sup>    | 14.7.2004        | 14.7.2014          | 10         | 1 250              | 10,500            | 10,80                                | 538                                           |
| Euro 12 <sup>10/</sup>     | 24.9.2004        | 24.9.2012          | 8          | 1 228              | 8,500             | 8,57                                 | 474                                           |
| Global 19                  | 14.10.2004       | 14.10.2019         | 15         | 1 000              | 8,875             | 9,15                                 | 492                                           |
| Euro 15                    | 3.2.2005         | 3.2.2015           | 10         | 652                | 7,375             | 7,55                                 | 399                                           |
| Global 25                  | 4.2.2005         | 4.2.2025           | 20         | 1 250              | 8,750             | 8,90                                 | 431                                           |
| Global 15                  | 7.3.2005         | 7.3.2015           | 10         | 1 000              | 7,875             | 7,90                                 | 353                                           |
| Global 19                  |                  |                    |            |                    |                   |                                      |                                               |
| (Reabertura)               | 17.5.2005        | 14.10.2019         | 14         | 500                | 8,875             | 8,83                                 | 458                                           |
| Global 34                  |                  |                    |            |                    |                   |                                      |                                               |
| (Reabertura)               | 2.6.2005         | 20.1.2034          | 29         | 500                | 8,250             | 8,81                                 | 440                                           |
| Global 15                  |                  |                    |            |                    |                   |                                      |                                               |
| (Reabertura)               | 27.6.2005        | 7.3.2015           | 10         | 600                | 7,875             | 7,73                                 | 363                                           |
| A-Bond 18                  |                  |                    |            |                    |                   |                                      |                                               |
| (Troca C Bond)             | 1.8.2005         | 15.1.2018          | 13         | 4 509              | 8,000             | 7,58                                 | 336                                           |
| Global 25                  |                  |                    |            |                    |                   |                                      |                                               |
| (Reabertura)               | 13.9.2005        | 4.2.2025           | 20         | 1 000              | 8,750             | 8,52                                 | 417                                           |
| Global BRL 16              | 26.9.2005        | 5.1.2016           | 10         | 1 479              | 12,500            | 12,75                                | -                                             |

(continua)

**Quadro 5.43 – Emissões da República** (continuação)

| Discriminação                 | Data de Ingresso | Data de vencimento | Prazo anos | Valor US\$ milhões | Cupom % a.a. | Taxa de retorno no lançamento % a.a. | Spread sobre US Treasury <sup>1/</sup> (p.b.) |
|-------------------------------|------------------|--------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Global 15<br>(Reabertura)     | 17.11.2005       | 7.3.2015           | 9          | 500                | 7,875        | 7,77                                 | 312                                           |
| Global 34<br>(Reabertura)     | 6.12.2005        | 20.1.2034          | 28         | 500                | 8,250        | 8,31                                 | 363                                           |
| Global 37<br>(Reabertura)     | 18.1.2006        | 20.1.2037          | 31         | 1000               | 7,125        | 7,56                                 | 295                                           |
| Euro 15<br>(Reabertura)       | 3.2.2006         | 3.2.2015           | 9          | 362                | 7,375        | 5,45                                 | 185                                           |
| Global 37<br>(Reabertura)     | 23.3.2006        | 20.1.2037          | 31         | 500                | 7,125        | 6,83                                 | 204                                           |
| Global 34<br>(Reabertura)     | 2.6.2006         | 20.1.2034          | 28         | 198                | 8,250        | 8,24                                 | -                                             |
| Global 37<br>(Reabertura)     | 15.8.2006        | 20.1.2037          | 30         | 500                | 7,125        | 7,15                                 | 205                                           |
| Global BRL 22<br>(Reabertura) | 13.9.2006        | 5.1.2022           | 15         | 743                | 12,500       | 12,88                                | -                                             |
| Global BRL 22<br>(Reabertura) | 13.10.2006       | 5.1.2022           | 15         | 301                | 12,500       | 12,47                                | -                                             |
| Global 17<br>(Reabertura)     | 14.11.2006       | 17.01.2017         | 10         | 1500               | 6,000        | 6,25                                 | 159                                           |
| Global BRL 22<br>(Reabertura) | 11.12.2006       | 5.1.2022           | 15         | 346                | 12,500       | 11,66                                | -                                             |
| Global 37<br>(Reabertura)     | 30.1.2007        | 20.1.2037          | 30         | 500                | 7,125        | 6,64                                 | 173                                           |
| Global BRL 28<br>(Reabertura) | 14.2.2007        | 10.1.2028          | 21         | 715                | 10,250       | 10,68                                | -                                             |
| Global BRL 28<br>(Reabertura) | 27.3.2007        | 10.1.2028          | 21         | 361                | 10,250       | 10,28                                | -                                             |
| Global 17<br>(Reabertura)     | 11.4.2007        | 17.1.2017          | 10         | 525                | 6,000        | 5,89                                 | 122                                           |
| Global BRL 28<br>(Reabertura) | 17.5.2007        | 10.1.2028          | 21         | 389                | 10,250       | 8,94                                 | -                                             |
| Global BRL 28<br>(Reabertura) | 26.6.2007        | 10.1.2028          | 21         | 393                | 10,250       | 8,63                                 | -                                             |
| Global 17<br>(Reabertura)     | 14.5.2008        | 17.1.2017          | 10         | 525                | 6,000        | 5,30                                 | 140                                           |
| Global 19N<br>(Reabertura)    | 13.1.2009        | 15.1.2019          | 10         | 1025               | 5,875        | 6,13                                 | 370                                           |
| Global 19N<br>(Reabertura)    | 14.5.2009        | 15.1.2019          | 10         | 750                | 5,875        | 5,80                                 | 252                                           |
| Global 37<br>(Reabertura)     | 5.8.2009         | 20.1.2037          | 30         | 525                | 7,125        | 6,45                                 | 195                                           |
| Global 41<br>(Reabertura)     | 7.10.2009        | 7.1.2041           | 30         | 1275               | 5,625        | 5,80                                 | 175                                           |
| Global 19N<br>(Reabertura)    | 22.12.2009       | 15.1.2019          | 10         | 525                | 5,875        | 4,75                                 | 114                                           |

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

**Quadro 5.44 – Dívida externa reestruturada – *Bradies*, *Pré-Bradies* e MYDFA**

| Discriminação                                       | Saldo em 31.12.2009<br>US\$ milhões | Data de<br>vencimento |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| <i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)               | -                                   | -                     |
| <i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)                  | -                                   | -                     |
| <i>Discount Bonds</i>                               | -                                   | -                     |
| <i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)                 | -                                   | -                     |
| <i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB) | -                                   | -                     |
| <i>New Money Bond 1994</i> (NMB)                    | -                                   | -                     |
| <i>Par Bonds</i>                                    | -                                   | -                     |
| <i>Exit Bond</i> (BIB) – ( <i>Pré-Bradies</i> )     | 124                                 | 15.9.2013             |
| <i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA) | -                                   | -                     |
| Total                                               | 124                                 |                       |

## **Títulos da dívida externa brasileira**

As cotações dos principais papéis da dívida externa brasileira registraram desempenho favorável em 2009, recuperando, a partir de março, as reduções registradas no primeiro bimestre do ano.

A cesta de títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2009, diferencial médio de remuneração de 306 p.b. em relação a títulos do Tesouro Americano, ante 302 p.b. em 2008 e 181 p.b. em 2007.



Gráfico 5.14

**Cotações de títulos brasileiros no exterior**

Mercado secundário – Cotação de compra, final de período – 2009

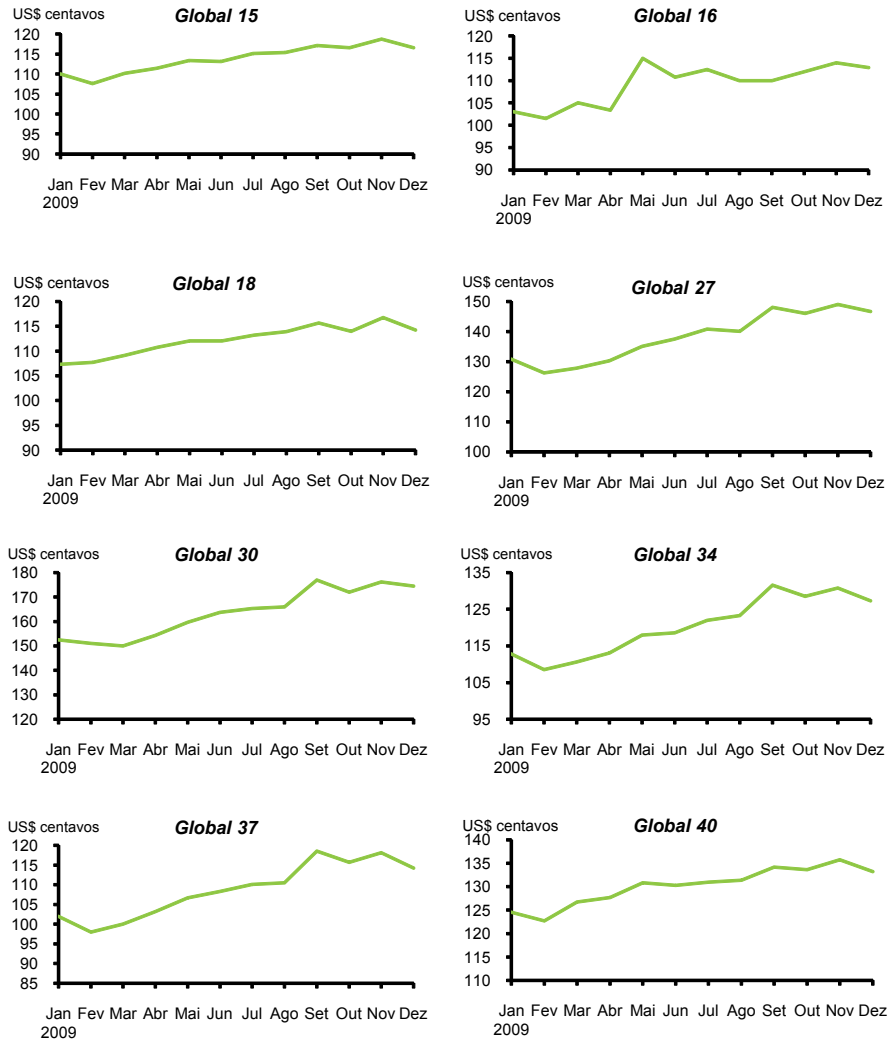
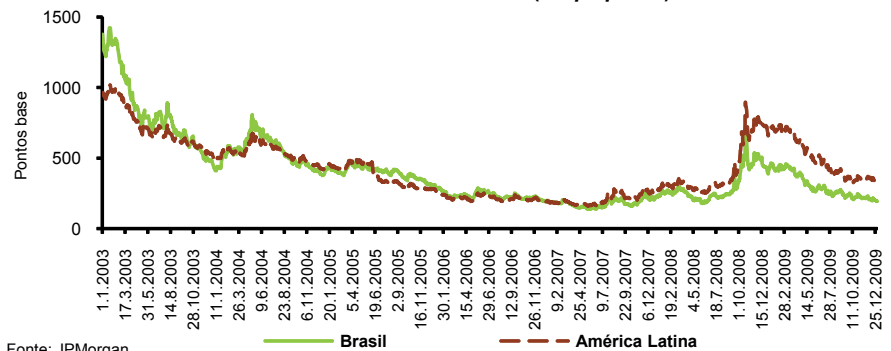


Gráfico 5.15

**Índice de risco-Brasil – Embi+ (Strip spread)**

Fonte: JPMorgan

## Posição internacional de investimento

A evolução da posição internacional de investimento (PII) em 2009 resultou na elevação de US\$318 bilhões no passivo externo líquido, reflexo de aumentos de US\$388 bilhões no passivo externo bruto e de US\$70,3 bilhões no ativo externo.

No âmbito do ativo externo, ressaltam-se os aumentos de US\$44,7 bilhões das reservas internacionais e de US\$25,1 bilhões em créditos comerciais. Em sentido inverso, a posição relativa ao investimento direto brasileiro no exterior registrou retração anual de US\$4,6 bilhões, e os investimentos em ações no exterior por brasileiros, recuo de US\$2,6 bilhões.

A evolução do passivo externo decorreu das elevações de US\$274 bilhões no estoque de investimento estrangeiro em carteira – dos quais US\$227 bilhões em ações e US\$47,5 bilhões em títulos de renda fixa – e de US\$113 bilhões no estoque de IED, com ênfase nos acréscimos de US\$98,3 bilhões na participação no capital e de US\$14,8 bilhões nos empréstimos intercompanhia. O estoque de outros investimentos – evidenciando a elevação de US\$4,5 bilhões nos outros passivos, referente à inclusão das alocações de DES do FMI ao Banco Central, e as reduções respectivas US\$2,9 bilhões e US\$2,7 bilhões registradas no crédito comercial e nos empréstimos – decresceu US\$98,2 milhões em 2009.

### Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões

| Discriminação                                                                | 2007     | 2008 <sup>1/</sup> | 2009 <sup>1/</sup> |
|------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------------|--------------------|
| Posição internacional de investimento (A-B)                                  | -550 396 | -278 798           | -596 743           |
| Ativo (A)                                                                    | 369 888  | 412 790            | 483 135            |
| Investimento direto brasileiro no exterior                                   | 136 103  | 162 218            | 157 667            |
| Participação no capital <sup>2/</sup>                                        | 107 556  | 121 415            | 125 960            |
| Empréstimos intercompanhia                                                   | 28 547   | 40 803             | 31 706             |
| Investimentos em carteira <sup>3/</sup>                                      | 23 178   | 21 307             | 18 393             |
| Investimentos em ações                                                       | 6 644    | 6 387              | 3 805              |
| Títulos de renda fixa                                                        | 16 534   | 14 920             | 14 588             |
| Bônus e notas                                                                | 7 846    | 6 352              | 6 022              |
| Títulos de curto prazo                                                       | 8 688    | 8 568              | 8 567              |
| Derivativos                                                                  | 142      | -156               | -478               |
| Outros investimentos                                                         | 30 131   | 35 637             | 69 034             |
| Crédito comercial (de fornecedores)                                          | 99       | 99                 | 25 201             |
| Empréstimos                                                                  | 785      | 5 602              | 5 721              |
| Moeda e depósitos                                                            | 22 543   | 24 776             | 32 616             |
| Outros ativos                                                                | 6 704    | 5 160              | 5 495              |
| Dos quais títulos colaterais (juros)<br>e cotas em organismos internacionais | 1 088    | 1 326              | 1 561              |
| Ativos de reservas                                                           | 180 334  | 193 783            | 238 520            |

(continua)

**Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento (continuação)**

US\$ milhões

| Discriminação                         | 2007    | 2008    | 2009 <sup>1/</sup> |
|---------------------------------------|---------|---------|--------------------|
| Passivo (B)                           | 920 284 | 691 588 | 1079 879           |
| Investimento estrangeiro direto       | 309 668 | 287 697 | 400 808            |
| Participação no capital <sup>2/</sup> | 262 392 | 223 127 | 321 436            |
| Empréstimos intercompanhia            | 47 276  | 64 570  | 79 372             |
| Investimentos em carteira             | 509 648 | 287 533 | 561 848            |
| Investimentos em ações                | 363 999 | 149 608 | 376 463            |
| No país                               | 165 708 | 71 350  | 205 159            |
| No exterior                           | 198 291 | 78 258  | 171 304            |
| Títulos de renda fixa                 | 145 650 | 137 925 | 185 385            |
| No país                               | 46 631  | 49 289  | 95 802             |
| No exterior                           | 99 018  | 88 636  | 89 583             |
| Médio e longo prazos                  | 93 079  | 85 107  | 86 212             |
| Curto prazo                           | 5 939   | 3 529   | 3 372              |
| Derivativos                           | 1 771   | 2 450   | 3 413              |
| Outros investimentos                  | 99 197  | 113 908 | 113 810            |
| Crédito comercial (de fornecedores)   | 5 197   | 6 241   | 3 306              |
| Médio e longo prazos                  | 5 063   | 5 906   | 3 138              |
| Curto prazo                           | 134     | 335     | 167                |
| Empréstimos                           | 89 003  | 103 463 | 100 795            |
| Autoridade monetária                  | 14      | 10      | 3                  |
| Demais setores                        | 88 989  | 103 454 | 100 792            |
| Médio e longo prazos                  | 56 162  | 70 873  | 73 357             |
| Organismos                            | 26 981  | 30 023  | 28 202             |
| Agências                              | 6 482   | 6 854   | 6 826              |
| Crédito de compradores                | 8 232   | 16 194  | 19 302             |
| Empréstimos diretos                   | 14 467  | 17 802  | 19 027             |
| Curto prazo                           | 32 827  | 32 580  | 27 435             |
| Moeda e depósitos                     | 4 996   | 4 204   | 5 200              |
| Autoridade monetária                  | 73      | 104     | 69                 |
| Bancos                                | 4 923   | 4 101   | 5 130              |
| Outros passivos                       | -       | -       | 4 510              |

<sup>1/</sup> Dados preliminares.<sup>2/</sup> Inclui lucros reinvestidos.<sup>3/</sup> Contempla títulos de emissão de residentes.

O desempenho da economia mundial em 2009 pode ser segmentado em dois períodos distintos. No primeiro, observado até meados do segundo trimestre do ano, ocorreu a continuidade da reversão, iniciada em 2008, do ciclo de expansão econômica principiado em 2002. Nesse ambiente, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito se traduziria em ciclo recessivo agudo suscitaram a atuação coordenada dos bancos centrais e governos dos EUA e de países europeus com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade. A partir da segunda metade do ano, a economia mundial passou a apresentar maior dinamismo, expresso na atenuação e, em algumas economias, na reversão do ciclo recessivo iniciado em meados de 2008.

Nos primeiros meses do ano, a intensificação do ciclo recessivo na economia mundial exerceu desdobramentos importantes sobre o aumento do nível do desemprego, em especial nas economias desenvolvidas. Vale ressaltar que os indicadores relativos ao segundo trimestre de 2009, mesmo ratificando a perspectiva de continuidade do processo de redução severa da produção e do emprego, com impactos negativos sobre o desempenho do PIB mundial, revelaram sinais de que as políticas econômicas anticíclicas empreendidas em reação à intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais passavam a apresentar resultados favoráveis. Nesse ambiente, em que os preços das *commodities* e os índices de mercados acionários em diversos países registraram reversão de sua trajetória recente e a evolução do PIB das principais economias desenvolvidas sugeria que o ritmo de contração da atividade na economia mundial estaria se reduzindo, persistia o ambiente de continuidade de restrições ao crédito, fragilidade do consumo e reduções nas taxas de inflação. Manteve-se, portanto, o caráter expansionista da política monetária pelos bancos centrais das principais economias.

A trajetória da economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que a coordenação de políticas econômicas mencionada passava a, efetivamente, favorecer a retomada da atividade econômica. Nesse sentido, a atenuação – e, em algumas economias, a reversão – do ambiente recessivo observado desde meados de 2008 refletiu as contribuições inerentes tanto ao maior dinamismo da demanda interna, com ênfase no impacto da flexibilização das políticas monetária e fiscal sobre os gastos de consumo privado, quanto à intensificação do comércio externo.

O ambiente de recuperação do crescimento da economia mundial, favorecido, ainda, pelo esgotamento do ciclo de ajuste de estoques iniciado nos últimos meses de 2008, proporcionou o estímulo adicional aos mercados financeiros e de *commodities*, com exceção das agrícolas, e a intensificação do movimento de retomada do apetite por ativos de risco. A persistência do cenário inflacionário benigno contribuiu para que os bancos centrais das economias maduras mantivessem o caráter acomodatório de suas políticas monetárias, enquanto as autoridades monetárias das economias emergentes tiveram comportamento heterogêneo.

## Atividade econômica

O ritmo da atividade da economia mundial registrou, conforme enfatizado anteriormente, dois períodos distintos em 2009. Em resposta aos impactos da redução da riqueza das famílias, das condições restritivas de acesso a crédito, do contínuo aumento do desemprego e da redução da demanda final por bens e serviços, a contração econômica nas maiores economias desenvolvidas permaneceu severa até meados do segundo trimestre do ano. Nos meses seguintes, as políticas econômicas e fiscais expansionistas adotadas em conjunto pelos governos e bancos centrais das principais economias passaram a traduzir-se em movimento gradual de retomada da atividade econômica mundial.

O primeiro trimestre de 2009 caracterizou-se pela intensificação do quadro recessivo observado ao final do ano anterior. Nesse sentido, refletindo as expressivas taxas de contração trimestrais anualizadas dos investimentos, o PIB dos EUA registrou recuo anualizado de 6,4% no trimestre, enquanto os relativos ao Japão, à Área do Euro e ao Reino Unido apresentaram retrações respectivas de 13,7%, 9,6% e 10%, representando, nessas três economias, o agravamento das retrações assinaladas no último trimestre de 2008.

O desempenho relativamente mais favorável do PIB dos EUA refletiu o crescimento anualizado de 0,6% registrado pelo consumo das famílias no período – primeiro resultado positivo nos últimos três trimestres e consistente com o impacto sobre a renda disponível derivado da redução do imposto sobre a renda, de aumentos salariais de funcionários públicos, de transferências da seguridade social e dos programas de renda do governo implementados desde janeiro. Contrastando com o desenvolvimento observado nos EUA, o consumo das famílias apresentou, nas demais economias desenvolvidas, contração anualizada mais acentuada no trimestre encerrado em março do que naquele finalizado em dezembro do ano anterior.

A retração da demanda nas economias do G-3 e do Reino Unido contribuiu para a deterioração da corrente do comércio internacional nesses países e nas demais economias mundiais. As exportações reais das maiores economias desenvolvidas registraram recuos anualizados superiores a 25% no trimestre encerrado em março, situando-se,

**Quadro 6.1 – Maiores economias desenvolvidas**

Componentes do PIB e outros indicadores

|                                         | Taxa % anualizada |       |       |       |       |       |       |  |
|-----------------------------------------|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--|
|                                         | 2008              |       |       | 2009  |       |       |       |  |
|                                         | II                | III   | IV    | I     | II    | III   | IV    |  |
| <b>PIB</b>                              |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | 1,5               | -2,7  | -5,4  | -6,4  | -0,7  | 2,2   | 5,6   |  |
| Área do Euro                            | -1,2              | -1,6  | -7,5  | -9,6  | -0,5  | 1,7   | 0,5   |  |
| Reino Unido                             | -0,4              | -3,7  | -7,0  | -10,0 | -2,7  | -1,2  | 1,2   |  |
| Japão                                   | -4,4              | -4,9  | -10,3 | -13,7 | 6,0   | -0,6  | 3,8   |  |
| <b>Consumo das famílias</b>             |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | 0,1               | -3,5  | -3,1  | 0,6   | -0,9  | 2,8   | 1,6   |  |
| Área do Euro                            | -1,4              | -0,1  | -2,3  | -1,9  | 0,3   | -0,7  | -0,1  |  |
| Reino Unido                             | -1,0              | -1,2  | -4,5  | -5,8  | -2,9  | 0,2   | 1,1   |  |
| Japão                                   | -6,2              | -0,6  | -3,3  | -5,2  | 4,8   | 2,5   | 2,9   |  |
| <b>Investimento empresarial privado</b> |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | 1,4               | -6,1  | -19,5 | -39,2 | -9,6  | -5,9  | 5,3   |  |
| Área do Euro <sup>1/</sup>              | -5,3              | -4,8  | -15,3 | -19,9 | -6,7  | -3,7  | -3,3  |  |
| Reino Unido <sup>1/</sup>               | 12,7              | -8,7  | -6,3  | -30,7 | -35,2 | -2,3  | nd    |  |
| Japão                                   | -4,5              | -14,7 | -26,0 | -30,6 | -15,6 | -9,8  | 3,8   |  |
| <b>Investimento residencial</b>         |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | -15,8             | -15,9 | -23,2 | -38,2 | -23,3 | 18,9  | 3,8   |  |
| Área do Euro <sup>2/</sup>              | -7,7              | -5,6  | -7,2  | -3,8  | -2,7  | -4,0  | -4,5  |  |
| Reino Unido                             | -17,6             | -24,5 | -23,4 | -33,7 | -22,8 | 7,3   | nd    |  |
| Japão                                   | 0,4               | 17,0  | 10,0  | -23,9 | -32,6 | -27,7 | -12,6 |  |
| <b>Exportações</b>                      |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | 12,1              | -3,6  | -19,5 | -29,9 | -4,1  | 17,8  | 22,8  |  |
| Área do Euro                            | -1,7              | -4,9  | -26,1 | -29,3 | -4,5  | 11,9  | 7,0   |  |
| Reino Unido                             | 1,2               | -2,2  | -16,8 | -25,1 | -8,5  | 3,2   | 13,3  |  |
| Japão                                   | -5,6              | -2,8  | -46,6 | -66,3 | 42,2  | 37,8  | 21,7  |  |
| <b>Importações</b>                      |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | -5,0              | -2,2  | -16,7 | -36,4 | -14,7 | 21,3  | 15,8  |  |
| Área do Euro                            | -4,3              | 0,0   | -18,2 | -27,2 | -11,0 | 11,8  | 3,7   |  |
| Reino Unido                             | -3,0              | -4,5  | -22,1 | -24,2 | -12,2 | 6,0   | 18,6  |  |
| Japão                                   | -10,4             | 10,8  | 0,3   | -53,9 | -14,7 | 23,3  | 5,1   |  |
| <b>Taxa de desemprego<sup>3/</sup></b>  |                   |       |       |       |       |       |       |  |
| Estados Unidos                          | 5,5               | 6,2   | 7,4   | 8,6   | 9,5   | 9,8   | 10,0  |  |
| Área do Euro                            | 7,4               | 7,7   | 8,2   | 9,1   | 9,4   | 9,8   | 9,9   |  |
| Reino Unido                             | 5,4               | 5,9   | 6,4   | 7,1   | 7,8   | 7,8   | 7,8   |  |
| Japão                                   | 4,0               | 4,0   | 4,4   | 4,8   | 5,3   | 5,3   | 5,2   |  |

Fontes: BEA, Cabinet Office, Eurostat

<sup>1/</sup> Inclui investimentos com construções residenciais e investimentos públicos.<sup>2/</sup> Gastos totais com construções.<sup>3/</sup> Taxa ao final do período.

sempre, em patamar superior ao assinalado, no mesmo tipo de comparação, no trimestre encerrado em dezembro.

Os indicadores de estoques sugerem que as principais economias desenvolvidas apresentaram progresso no ajuste da oferta às condições da demanda. Nesse sentido, o processo de redução dos estoques no varejo apresentou avanço importante nos EUA e na Área do Euro, principais mercados consumidores mundiais. No âmbito da indústria, entretanto, apesar da acentuada contração experimentada pelo setor no primeiro trimestre, a adequação do nível de estoques mostrou-se limitada até março, quando indicadores de sentimento empresarial passaram a registrar perspectivas de recuperação das encomendas e, portanto, de ajuste dos estoques. A trajetória do nível de estoques nos três primeiros meses do ano resultou em contribuições importantes para a variação anualizada do PIB real do Reino Unido, -0,4 p.p.; dos EUA, -2,4 p.p.; da Área do Euro, -3,6 p.p.; e do Japão, -3,3 p.p., no trimestre encerrado em março.

A taxa de crescimento anualizado do PIB da China, em desaceleração desde o segundo trimestre de 2007, atingiu 6,2% no trimestre encerrado em março, evidenciando o impacto mais acentuado da desaceleração no crescimento do consumo das famílias e da retração recorrente das exportações, em relação ao proporcionado pelos investimentos previstos no plano de estímulo fiscal do governo e pela continuidade da flexibilização da política monetária. Considerada a ótica da oferta, indicadores relacionados à indústria revelam recuperação do setor – que representa aproximadamente 40% do PIB chinês – a partir de fevereiro, com desdobramentos favoráveis sobre as exportações da Coreia do Sul e de Taiwan, importantes fornecedores de produtos intermediários para a indústria chinesa.

#### Quadro 6.2 – China

Componentes da demanda e outros indicadores

|                                         | Taxa % [T/(T-4)] |      |       |        |       |       |      |  |
|-----------------------------------------|------------------|------|-------|--------|-------|-------|------|--|
|                                         | 2008             |      |       | 2009   |       |       |      |  |
|                                         | II               | III  | IV    | I      | II    | III   | IV   |  |
| China                                   |                  |      |       |        |       |       |      |  |
| PIB                                     | 10,1             | 9,0  | 6,8   | 6,2    | 7,9   | 9,1   | 10,7 |  |
| Consumo das famílias                    |                  |      |       |        |       |       |      |  |
| Vendas no varejo                        | 13,4             | 17,1 | 17,6  | 15,7   | 16,8  | 16,8  | 15,7 |  |
| Vendas de veículos                      | 15,4             | -1,9 | -8,2  | 3,6    | 31,6  | 73,8  | 85,7 |  |
| Formação Bruta de Capital Fixo          | 20,1             | 20,2 | 25,3  | 38,8   | 50,1  | 47,4  | 29,9 |  |
| Exportações de bens                     | 17,3             | 18,5 | 4,4   | - 10,9 | - 9,1 | - 5,5 | 13,9 |  |
| Importações de bens                     | 17,1             | 10,6 | - 2,4 | - 3,9  | 18,1  | 28,7  | 25,9 |  |
| Taxa de desemprego urbano <sup>1/</sup> | 4,0              | 4,0  | 4,2   | 4,3    | 4,3   | 4,3   | 4,3  |  |

Fonte: Thomson Financial

1/ Taxa ao final do período.

A retomada das exportações à China não evitou, entretanto, que as vendas externas desses países seguissem em trajetória decrescente, com impactos negativos sobre os respectivos produtos. Na Coreia, o plano de estímulo econômico introduzido pelo governo proporcionou relativo crescimento da FBCF e recuperação do consumo das famílias, expressos na estabilidade registrada pelo PIB coreano no primeiro trimestre de 2009. Em Taiwan, a intensificação da contração da FBCF mostrou-se determinante para a aceleração na taxa de contração anualizada do PIB, que se situou em 9,1% no trimestre encerrado em março.

O desempenho da atividade econômica registrou melhora importante no trimestre encerrado em junho, quando as taxas de contração anualizadas dos PIBs do Reino Unido, EUA e Área do Euro atingiram, na ordem, 2,7%, 0,7% e 0,5%, ante 10%, 6,4% e 9,6% no trimestre finalizado em março, enquanto no Japão e na Coreia registraram-se, na ordem, aumentos de 6% e 9,8%, ante variações respectivas de -13,7% e 1% no trimestre encerrado em março. No mesmo sentido, os PIBs da China e da Índia apresentaram taxas de crescimento anualizadas de 7,9% e 6,1%, respectivamente, ante 6,2% e 4% no trimestre finalizado em março.

A redução acentuada registrada na taxa de contração do PIB dos EUA refletiu tanto as retrações assinaladas nas contribuições negativas dos investimentos fixos não residenciais e das exportações, quanto a expansão dos gastos do governo. Vale mencionar, ainda, que, embora o consumo das famílias, impactado pela redução dos efeitos dos incentivos tributários, voltasse a registrar taxa de crescimento negativa, apresentou dinamismo superior ao observado nos dois últimos trimestres de 2008, enquanto indicadores setoriais, a exemplo do índice nacional de preços de imóveis residenciais *S&P/Case-Shiller*, revelaram perspectivas mais favoráveis em relação aos investimentos residenciais.

Na Área do Euro, favorecido pelos incentivos fiscais à aquisição de veículos novos, o consumo registrou aumento anualizado de 0,3% no trimestre encerrado em junho, primeiro crescimento nessa base de comparação em cinco trimestres. No Reino Unido, a permanência das alíquotas relativas ao imposto sobre o valor agregado em patamar mais reduzido contribuiu para que a contração anualizada do consumo, embora se mantendo elevada, em 2,9%, registrasse melhora em relação às observadas nos trimestres finalizados em março e em dezembro de 2008. A recuperação acentuada experimentada pelo PIB do Japão refletiu os aumentos observados nos gastos com consumo e nas exportações do país, este impulsionado tanto pelo esgotamento do ciclo dos estoques nas principais economias, quanto pela recuperação da economia chinesa.

O ambiente de recuperação dos gastos com consumo e investimentos observado no trimestre encerrado em junho favoreceu tanto a redução observada no ritmo de contração da produção industrial dos EUA, Área do Euro e Reino Unido, quanto o aumento anualizado de 28,2% assinalado no Japão, no período.



A recuperação do crescimento econômico na China, registrada no segundo trimestre do ano, refletiu o impacto da contínua ascensão dos gastos governamentais em infraestrutura e do maior dinamismo do consumo, este evidenciando os efeitos positivos da conjunção do relaxamento das condições de crédito, do efeito renda derivado dos incentivos fiscais à aquisição de bens duráveis e da estabilização do emprego urbano sobre o consumo das famílias. Ressalte-se que a recuperação do PIB chinês ocorreu a despeito da contribuição negativa proporcionada pelo setor externo, consistente com a retomada acentuada das importações chinesas, que exerceu impacto expressivamente benéfico sobre as economias de Taiwan e Coreia do Sul, importantes fornecedores de produtos intermediários para as indústrias chinesas.

Os PIBs das economias dos EUA e da Área do Euro registraram aumentos trimestrais anualizados respectivos de 2,2% e 1,7% no trimestre encerrado em setembro, enquanto a economia do Japão registrou contração de 0,6%. Vale mencionar que o PIB do Reino Unido, embora recuasse 1,2% no período, assinalou relativa recuperação em relação aos resultados observados em trimestres anteriores.

A trajetória do PIB nos EUA e no Japão refletiu, em grande parte, o impacto da maturação do processo de ajuste dos estoques nessas economias, expresso em contribuições de 0,7 p.p. e 0,8 p.p. para as variações dos respectivos produtos no trimestre encerrado em setembro. Ressalte-se que esse desempenho se contrapôs ao efeito negativo inerente à redução do ritmo de expansão dos gastos governamentais, evidenciado em recuos respectivos de 1,3 p.p. para 0,5 p.p. e de 1,2 p.p. para 0,4 p.p. nas contribuições trimestrais deste componente da demanda agregada para o crescimento do PIB.

O consumo das famílias aumentou 2,8% nos EUA e 2,5% no Japão no terceiro trimestre. É relevante mencionar que a expansão trimestral do consumo nos EUA, em cenário de exaustão do impacto do programa de estímulo aos gastos de consumo e de retração de 3,6% da renda real disponível no período, foi favorecida pela redução de 1,5 p.p., para 3,9%, assinalada na taxa de poupança das famílias.

Os investimentos empresariais, preservando a tendência de redução do ritmo de contração e sugerindo a relativa superação das expectativas pessimistas quanto ao desempenho da economia mundial, registraram contrações anualizadas de 5,9% nos EUA e de 9,8% no Japão, no terceiro trimestre de 2009. Ressalte-se que os investimentos residenciais, embora permanecessem em forte contração no Japão, registraram aumento trimestral anualizado de 18,9% nos EUA, primeira taxa positiva após catorze trimestres.

A maturação do processo de ajuste de estoques e a estabilização das condições da demanda agregada no Japão, nos EUA e na Área do Euro, além de favorecerem o crescimento da produção industrial, deram suporte ao crescimento das importações e, em especial, ao processo de melhoria nas condições dos mercados de trabalho, elemento relevante para a sustentabilidade da recuperação econômica em curso.

A produção industrial do Japão registrou aumento anualizado de 37,8% no trimestre finalizado em setembro, ante 28,2% naquele encerrado em junho, aceleração associada, em grande parte, ao crescimento de 37,8% experimentado pelas exportações do país no período. As indústrias da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido assinalaram variações respectivas de 3,2%, 8,4% e -1,3% no período, enquanto suas exportações elevaram-se, na ordem, 11,9%, 17,8% e 3,2%, enfatizando-se que o desempenho da indústria do Reino Unido, embora negativo, representou a consolidação de novo patamar em relação ao recuo de 19,1% observado, no mesmo tipo de comparação, no trimestre finalizado em março. A retomada dos fluxos de comércio externo registrada no trimestre evidenciou-se, adicionalmente, nos aumentos anualizados assinalados nas exportações dos EUA, 17,8%; Japão, 37,8%; Reino Unido, 3,2%; e Área do Euro, 11,9%.

Em relação ao mercado de trabalho, foram eliminados 783 mil empregos na economia dos EUA no trimestre encerrado em setembro, ante 1,4 milhão naquele finalizado em junho, enquanto, na margem, ocorreram 225 mil demissões em setembro e 224 mil em outubro, quando a taxa de desemprego mensal atingiu 10,1% no país. Vale mencionar que esse resultado, embora se configure no maior percentual desde abril de 1983, ocorreu em cenário de redução no crescimento da taxa de desemprego, que havia passado de 7,2% em dezembro de 2008 para 8,5% em março, e 9,5% em junho de 2009.

No âmbito da Área do Euro, a França registrou redução de 75 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em setembro, ante eliminação de 113 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em junho. Considerados os mesmos períodos, ocorreram reduções respectivas de 38 mil e de 63 mil empregos na Alemanha, e de 290 mil e de 254 mil postos de trabalho na Espanha, única economia entre as mais representativas da região a apresentar contração do PIB no terceiro trimestre do ano.

O PIB da China aumentou 9,1% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao período correspondente do ano anterior, com ênfase nas expansões assinaladas nas vendas do varejo, 16,8%, e de veículos, 73,8%. Adicionalmente, o crescimento real da formação bruta de capital fixo atingiu 47,4% no período, as exportações reais de bens apresentaram redução de 3,6 p.p., para 5,5%, em seu ritmo de contração, e as importações reais de bens apresentaram novo crescimento, 28,7%.

As taxas de crescimento trimestral anualizadas do PIB dos EUA e do Japão registraram aceleração no último trimestre de 2009, atingindo, na ordem, 5,6% e 3,8%, enquanto no Reino Unido ocorreu o primeiro resultado positivo, 1,2%, desde o início de 2008, e na Área do Euro, embora em desaceleração, a expansão do produto situou-se em 0,5%. É relevante enfatizar que, desde o último trimestre de 2007, essas economias não registravam, na margem, taxas de crescimento do PIB positivas generalizadas.

As taxas de crescimento trimestrais anualizadas do consumo das famílias no Reino Unido e no Japão, impulsionadas pelos incentivos governamentais à aquisição de bens

duráveis, registraram expansões respectivas de 1,1% e 2,9% no quarto trimestre de 2009. O consumo aumentou 1,6% nos EUA, com ênfase no crescimento de 4,4% assinalado nas vendas de bens de consumo não duráveis, enquanto na Área do Euro a redução gradual dos efeitos de programas de incentivos à troca de veículos exerceu contribuição relevante para a retração de 0,1%, observada na mesma base de comparação.

Os investimentos empresariais, evidenciando as perspectivas de aceleração da retomada da atividade econômica, registraram aumentos trimestrais anualizados de 5,3% nos EUA e de 3,8% no Japão, constituindo-se, na ordem, nas primeiras variações positivas observadas, nesse tipo de comparação, desde o primeiro e o segundo trimestres de 2008. Os investimentos residenciais cresceram 3,8% nos EUA, ante expansão anualizada de 18,9% no trimestre encerrado em setembro, contrastando com a retração de 12,6% observada no Japão.

As exportações de bens e serviços apresentaram taxas de crescimento anualizadas respectivas de 22,8%, 21,7%, 13,3% e 7% nos EUA, Japão, Reino Unido e Área do Euro, enquanto as importações elevaram-se, na ordem, 15,8%, 5,1%, 18,6% e 3,7%. Nesse cenário, as contribuições da demanda externa para o crescimento anualizado do PIB dessas economias no último trimestre de 2009 atingiram, na ordem, 0,3 p.p., 2,2 p.p., -0,8 p.p. e 1,3 p.p.

O avanço do processo de ajuste de estoques, a expansão das exportações e a evolução positiva do consumo favoreceram os crescimentos assinalados na produção manufatureira do Japão, 22,9%; EUA, 5,5%; e Reino Unido, 3,2%, com desdobramentos favoráveis sobre as condições do mercado de trabalho, especialmente nos EUA.

O mercado de trabalho dos EUA registrou a eliminação de 269 mil empregos no quarto trimestre de 2009, ante 783 mil naquele encerrado em setembro e 1,95 mil em igual período de 2008. No mesmo sentido, foram extintos 347 mil postos de trabalho na Área do Euro, ante 755 mil no trimestre finalizado em setembro e 454 mil em igual período de 2008. Ressalte-se que a eliminação de vagas assinalada no último trimestre de 2009 traduziu, em grande parte, o corte de 205 mil empregos observado, em conjunto, na Alemanha, na França e, em especial, na Espanha, onde a eliminação de 150 mil postos de trabalho se mostrou consistente com a retração anualizada de 0,6% registrada no PIB do país.

O PIB da China, favorecido pela recuperação das exportações, registrou crescimento anualizado de 10,7% no último trimestre de 2009, resultado 1,6 p.p. superior ao assinalado no trimestre encerrado em setembro. As vendas externas chinesas expandiram-se 13,9% no período, ante contrações respectivas de 5,5% e 9,1%, no mesmo tipo de comparação, nos trimestres encerrados em setembro e em junho, enquanto as importações do país – favorecendo a retomada da atividade nos países do sudeste asiático, no Japão e nos países exportadores de matérias-primas – cresceram 25,9%, ante 28,7% no trimestre finalizado em setembro.

A formação bruta de capital fixo, refletindo o impacto das medidas governamentais para a prevenção do superaquecimento do setor de construção residencial, assinalou aumento

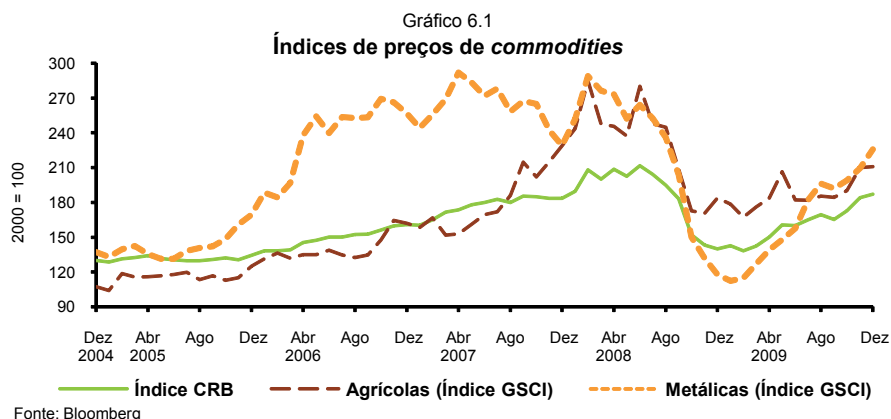
anualizado de 29,9% no quarto trimestre, resultado 17,5 p.p. inferior ao observado no trimestre encerrado em setembro. A produção industrial chinesa registrou crescimento anualizado de 18% no quarto trimestre de 2009, resultado 5,6 p.p. superior ao observado, na mesma base de comparação, no terceiro trimestre daquele ano.

## Commodities

As cotações das *commodities*, refletindo a recuperação da economia mundial e o aumento acentuado das importações chinesas, reverteram, no decorrer de 2009, parte das perdas intensas registradas no segundo semestre de 2008 e retomaram a trajetória crescente observada no período anterior ao agravamento da crise mundial. Vale enfatizar que esse movimento evidenciou, ainda, o impacto dos estímulos monetários, em especial nos EUA, sobre as decisões relativas a investimentos em ativos de risco.

De acordo com o índice *Commodity Research Bureau* (CRB), a cotação das *commodities*, mesmo registrando valorização anual de 33,7% em 2009, situou-se, ao final do ano, em patamar 12,4% inferior ao valor máximo assinalado em 2 de julho de 2008. Adicionalmente, a média anual dos preços das *commodities* registrou recuo anual de 14,4% em 2009.

O índice *Goldman Sachs Commodity Index* (GSCI) da *Standard & Poor's* (S&P), em conjunto com o *Goldman Sachs*, consideradas posições de final de período, registrou crescimento de 50,3% em 2009, resultado de aumentos respectivos de 14,7%, 62,4% e 91,2% nas cotações relativas aos segmentos de *commodities* agrícolas, energéticas e metálicas.



A valorização menos acentuada registrada pelo índice agregado de preços das *commodities* agrícolas, mesmo considerados os impactos das adversidades climáticas sobre as cotações de produtos específicos, refletiu, em grande parte, a menor elasticidade-renda da demanda desses produtos. Os contratos futuros para primeira entrega negociados na *Chicago Board of Trade* (CBT) registraram variações nos preços do milho, 1,8%; soja, 6,9%; e

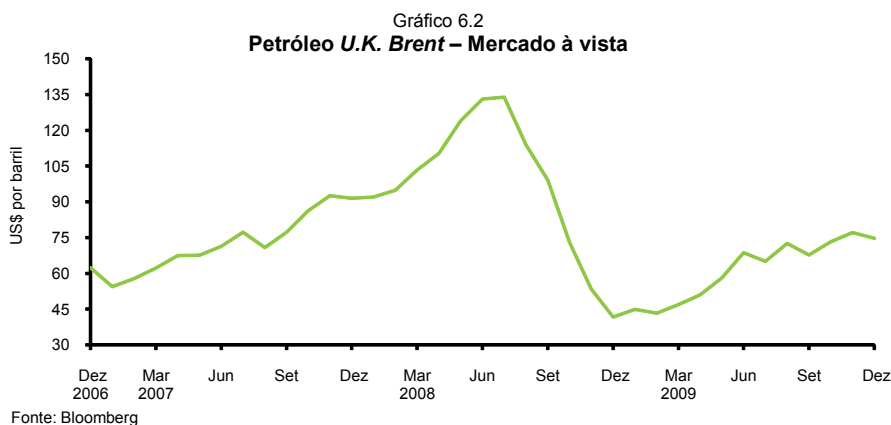
trigo, -11,3%, enquanto contratos equivalentes, negociados na *Intercontinental Exchange* de Nova Iorque (ICE), relativos a café e a açúcar, registraram aumentos respectivos de 21,3% e 128,2%. Repetindo o ocorrido em 2008, as adversidades meteorológicas na Índia provocaram forte elevação nos preços do açúcar em 2009, que alcançaram, em 28 de dezembro, o patamar mais alto dos últimos 28 anos.

O aumento observado nos preços internacionais das *commodities* metálicas – mesmo em cenário de elevados estoques mundiais, resultantes da contração na demanda global em 2008 – refletiu a recuperação econômica nos países emergentes, em especial na China, maior consumidor da maioria desses produtos. De acordo com a *London Metal Exchange* (LME), registraram-se elevações generalizadas nas cotações das *commodities* metálicas em 2009, com ênfase nas assinaladas no cobre, 141,4%; chumbo, 137,4%; zinco, 114,3%; níquel, 58,9%; e alumínio, 45,7%.

O impasse na negociação do preço de referência do minério de ferro entre as grandes mineradoras mundiais e as siderúrgicas chinesas, que almejavam desconto maior que o celebrado com outras siderúrgicas asiáticas, suscitou que parte expressiva da comercialização do minério fosse realizada por meio dos mercados à vista ou de contratos provisórios de fornecimento, que, em geral, utilizaram preços 27% menores que aqueles vigentes em 2008 para a empresa brasileira Vale<sup>4</sup>.

## Petróleo

As cotações internacionais do barril de petróleo, *West Texas Intermediate* (WTI) e *Brent*, registraram trajetória de alta no decorrer de 2009, atingindo, na ordem, US\$79,36 e US\$77,20 ao final de dezembro, e elevando-se 73,5% e 84,9%, respectivamente, em relação a igual período de 2008. Esse movimento, evidenciando a depreciação da moeda

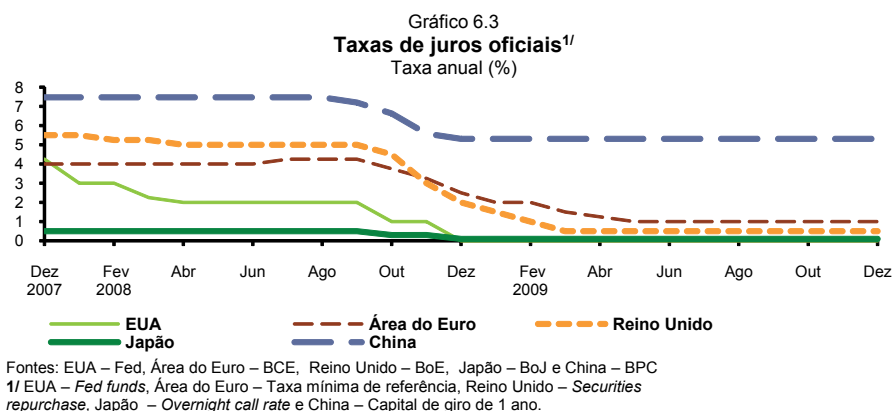


4/ Na medida em que o preço negociado em 2008 pela mineradora brasileira foi inferior ao das australianas Rio Tinto e BHP Billinton, o retorno ao padrão de preços uniformes resultou em cortes diferenciados em 2009, sendo que o preço do minério de ferro fino vendido pelas mineradoras australianas sofreu redução maior, de 33%.

norte-americana e a progressiva recuperação observada no nível da atividade econômica mundial, não se mostrou suficiente, no entanto, para que as médias anuais respectivas de US\$61,99 e US\$62,04, das cotações mencionadas, retornassem ao patamar registrado em 2008, quando se situaram, na ordem, em US\$99,92 e US\$97,69.

## Política monetária e inflação

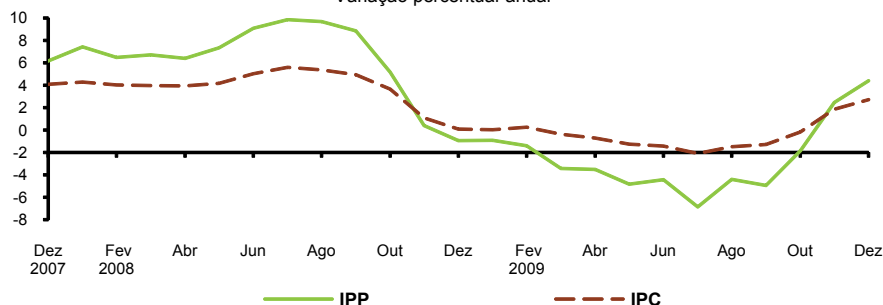
Ao longo de 2009, os principais bancos centrais intensificaram as injeções de liquidez, prática recorrente desde o agravamento da crise financeira em setembro de 2008, e ampliaram, em certos casos, os respectivos processos de redução das taxas básicas de juros. Nesse sentido, enquanto os bancos centrais dos EUA e do Japão mantiveram juros básicos próximos a zero, as autoridades monetárias de Canadá, Área do Euro e Suécia reduziram as respectivas taxas em 1,25 p.p., 1,5 p.p. e 1,75 p.p.



Nas economias emergentes mais importantes – especialmente afetadas pela escassez de financiamento externo e pelo estreitamento dos canais de comércio exterior –, os bancos centrais, paralelamente ao afrouxamento fiscal promovido pelos respectivos governos, exerceram cortes relevantes nas taxas de juros básicos, com ênfase nos assinalados na Turquia, 8,5 p.p.; Chile, 7,75 p.p.; África do Sul, 4,5 p.p.; Rússia, 4 p.p.; e México e Hungria, ambos de 3,75 p.p.

Nos EUA, o elevado hiato do produto, as reduções nos preços de alimentos e energia e a contração da riqueza das famílias foram determinantes para que a variação acumulada em doze meses do IPC, após atingir 5,6% em julho de 2008, alcançasse -2,1% em julho de 2009, menor patamar desde 1950. Esse processo deflacionário só foi revertido no último trimestre do ano, quando, evidenciando o recrudescimento dos preços da energia, a inflação anual atingiu 2,7% em dezembro.

Gráfico 6.4  
EUA: Inflação<sup>1/</sup>  
Variação percentual anual



Fonte: Bureau of Labor Statistics

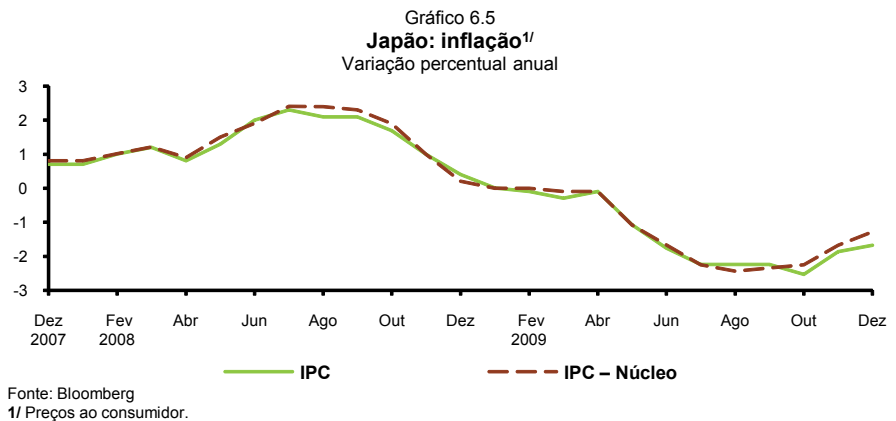
1/ Preços ao produtor e ao consumidor.

Em cenário de redução da inflação e forte restrição do crédito, que predominou até o terceiro trimestre, o Fed manteve inalterada – de 0% a 0,25% – a meta para os juros básicos, ampliou o alcance dos programas de assistência à liquidez e efetuou injeções expressivas de recursos no sistema financeiro, com ênfase nas compras diretas de títulos de longo prazo do Tesouro e de títulos lastreados em hipotecas (*Mortgage-backed securities* – MBS) das agências *Freddie Mac* e *Fannie Mae*. Adicionalmente, estendeu para 2010 os prazos dos programas de apoio à liquidez e dos *swaps* de moeda pactuados com os bancos centrais da Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Europa, Inglaterra, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Singapura, Suécia e Suíça.

Objetivando estimular a atividade econômica, o congresso dos EUA aprovou, em fevereiro, um pacote envolvendo US\$787 bilhões, incluindo gastos diretos do governo, reduções tributárias e transferências. No mesmo mês, o governo anunciou novo Plano de Estabilidade Financeira destinado a aportar recursos a instituições financeiras.

Ao longo do ano, os programas não convencionais de ampliação da liquidez experimentaram progressiva adequação. Nesse sentido, assinalem-se a redução dos recursos oferecidos pelos leilões *Term Auction Facility* (TAF) e *Term Securities Lending Facility* (TSLF), e o anúncio do encerramento, em fevereiro de 2010, dos programas *Asset-Backed Commercial Paper Money Market Mutual Fund Liquidity Facility* (AMLF), *Commercial Paper Funding Facility* (CPFF), *Primary Dealer Credit Facility* (PDCF), *Term Asset-Backed Securities Loan Facility* (TALF) e das linhas de *swap* de moedas mencionadas anteriormente.

No Japão, a variação anual do IPC – excetuando-se a taxa nula assinalada em janeiro – registrou taxas negativas crescentes até outubro, quando atingiu 2,5%. No último bimestre do ano, evidenciando o impacto da elevação nas cotações do barril de petróleo, observou-se relativa desaceleração do processo deflacionário do país, expressa na variação anual de -1,7% registrada pelo IPC em dezembro.



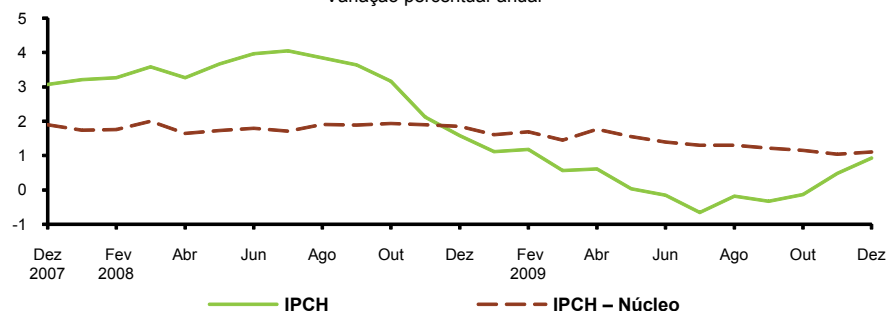
O Banco do Japão (BoJ), em resposta ao cenário recessivo e deflacionário observado no país, manteve a taxa básica de juros em 0,1% a.a. durante todo o ano e aprofundou o processo de afrouxamento quantitativo da política monetária, ressaltando-se as compras diretas de *commercial papers* e bônus do governo (*Japanese Government Bonds* – JGB) e a ampliação do conjunto de colaterais aceitos nos empréstimos oferecidos a instituições financeiras, inclusive com aceite de títulos emitidos pelos governos dos EUA, Reino Unido, Alemanha e França como garantias elegíveis para as operações de financiamento. Adicionalmente, o governo anunciou, em dezembro, novo pacote de estímulo fiscal, implicando ampliação dos gastos públicos em ¥7 trilhões.

Na Área do Euro, a variação em doze meses do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH), evidenciando os recuos recorrentes assinalados nos preços da energia, passou de 1,1% em janeiro para -0,7% em julho, menor patamar da série iniciada em janeiro de 1997. Em resposta à conjunção desse cenário deflacionário ao ambiente recessivo observado na região, o Banco Central Europeu (BCE) aprofundou a política de afrouxamento monetário, fixando, em maio, a taxa de juros básicos em 1% a.a. – menor patamar histórico – e disponibilizando, em junho, €442 bilhões para operação *repo* de doze meses, à taxa prefixada de 1%. Adicionalmente, renovou, até janeiro de 2010, os *swaps* de moedas com o Fed e com o Banco Nacional da Suíça (BNS) e anunciou nova ampliação da liquidez de longo prazo por meio da compra de *covered bonds* denominados em euro e emitidos na Área do Euro, em valor de até €60 bilhões.

No segundo semestre, apesar da consolidação da inversão na trajetória do preço da energia, que se traduziu na variação anual de 0,9% registrada pelo IPCH em dezembro, o BCE, mantendo foco na redução do hiato do produto e na recuperação do consumo das famílias, manteve a taxa de juros básico em 1% a.a. Em dezembro, reconhecendo a melhora nos mercados financeiros, o BCE anunciou, para março de 2010, o encerramento das operações de refinanciamento de longo prazo.



Gráfico 6.6  
**Área do Euro: inflação<sup>1/</sup>**  
Variação percentual anual

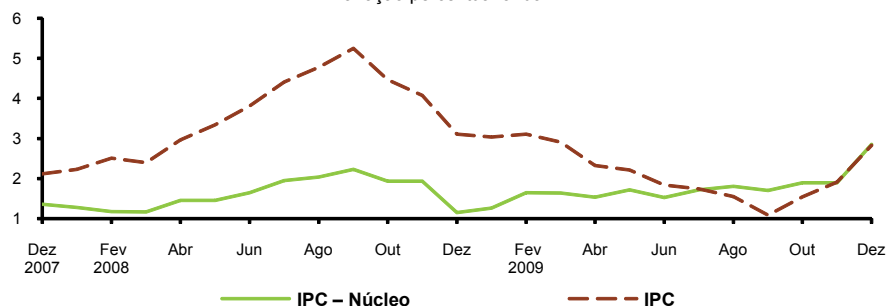


Fonte: Bloomberg  
1/ Preços ao consumidor.

No Reino Unido, a inflação anual do IPC recuou de 3% em janeiro para 1,1% em setembro, trajetória decorrente dos impactos dos recuos nos preços da energia e alimentos, da redução temporária do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e do elevado grau de ociosidade da capacidade instalada.

Nesse cenário desinflacionário, o Banco da Inglaterra (BoE) deu prosseguimento ao processo de redução da taxa básica de juros básicos, fixando, em março, a *repo rate* em 0,5% a.a., menor patamar desde a criação da instituição, patamar mantido até o final de 2009. Adicionalmente, o BoE intensificou a oferta de liquidez, anunciando, em janeiro, a extensão do prazo das operações de redesconto, de trinta dias para até um ano, e a criação do *Asset Purchase Facility* (APF), fundo destinando a efetuar compras diretas de títulos corporativos privados e títulos públicos de longo prazo no mercado secundário. Vale ressaltar que, com vistas à adequação da inflação à meta de 2% no horizonte de dois anos, o programa de afrouxamento quantitativo foi ajustado progressivamente, atingindo £200 bilhões em novembro.

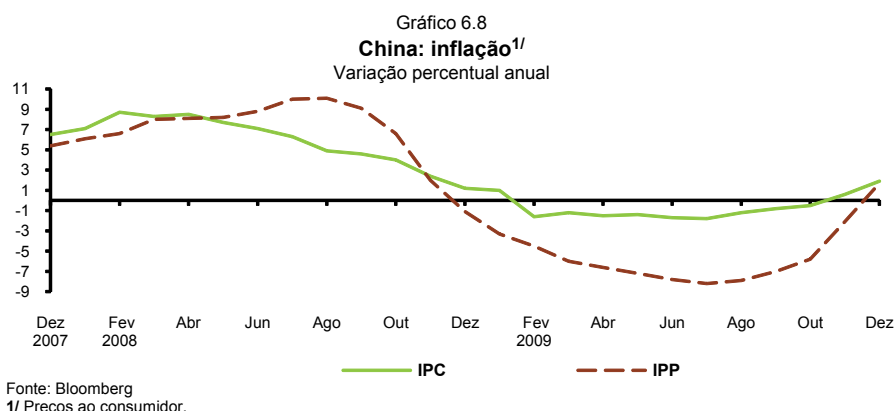
Gráfico 6.7  
**Reino Unido: inflação<sup>1/</sup>**  
Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg  
1/ Preços ao consumidor.

Embora a trajetória desinflacionária registrasse reversão a partir do último trimestre do ano – a variação anual do IPC atingiu 2,9% em dezembro – e os riscos de a inflação ultrapassar 3% no curto prazo aumentassem, o BoE, considerando a reduzida utilização da capacidade instalada e as restrições ainda observadas no mercado de crédito, manteve inalterados os juros básicos e o volume do programa de compra direta de ativos até dezembro.

O comportamento da inflação na China apresentou dois momentos distintos ao longo de 2009. Nos meses que se seguiram ao acirramento da crise mundial, o menor dinamismo no setor exportador e a retração nos preços dos alimentos e da energia contribuíram para que a variação anual do IPC, em trajetória decrescente, atingisse -1,8% em julho, a despeito da injeção de liquidez da ordem de US\$2 trilhões, decorrente da ampliação das reservas internacionais. Nesse contexto, o Banco do Povo da China (BPC) manteve inalteradas a taxa básica de juros, em 5,31% a.a., e a taxa de recolhimento compulsório, em 14,5%.



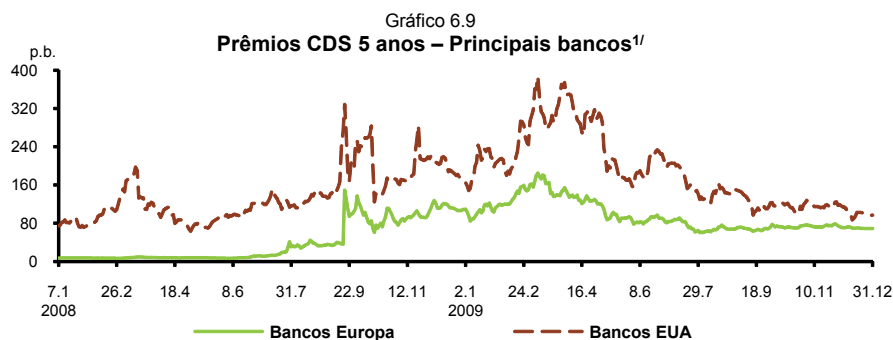
A recuperação acentuada dos preços das *commodities* e dos preços percebidos pelos produtores – cuja variação anual passou de -8,2% em julho para 1,7% em dezembro –, em ambiente de contínua ampliação da liquidez, traduziu-se na reversão da trajetória da variação anual do IPC, que atingiu 1,9% em dezembro. Embora considerando a necessidade de gerenciar as expectativas inflacionárias, o BPC manteve inalterados os juros básicos, para evitar a ampliação dos *spreads* em relação às taxas vigentes nas economias do G3 e o aumento da liquidez na economia local.

## Mercado financeiro internacional

Os principais indicadores do mercado financeiro, evidenciando a eficácia das medidas implementadas pelos governos e bancos centrais de importantes economias com vistas à redução do risco sistêmico, registraram trajetória favorável no decorrer de 2009. Ressalte-se que essa recuperação, iniciada a partir do segundo trimestre do

ano, experimentou – em resposta tanto ao aumento da aversão ao risco provocada por incertezas associadas ao risco soberano, em especial das economias europeias com elevados déficits fiscais, quanto aos questionamentos em relação à sustentabilidade do crescimento econômico da Área do Euro – alguma volatilidade a partir de meados de dezembro.

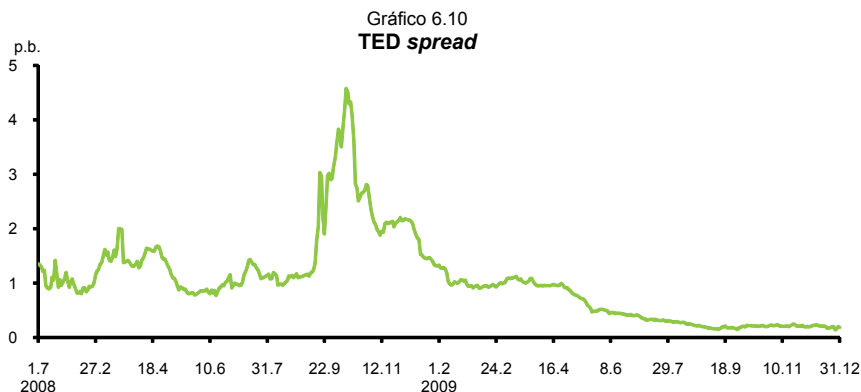
Os prêmios médios dos *Credit Default Swap* (CDS) dos cinco maiores bancos americanos, considerado o critério de capitalização de mercado, atingiram 97 p.b. ao final de dezembro, recuando 71 p.b. em relação a igual período de 2009. No mesmo sentido, os prêmios médios dos CDS dos cinco maiores bancos europeus, selecionados pelo mesmo critério, decresceram 40 p.b. no período, situando-se em 69 p.b.



Fonte: Thomson

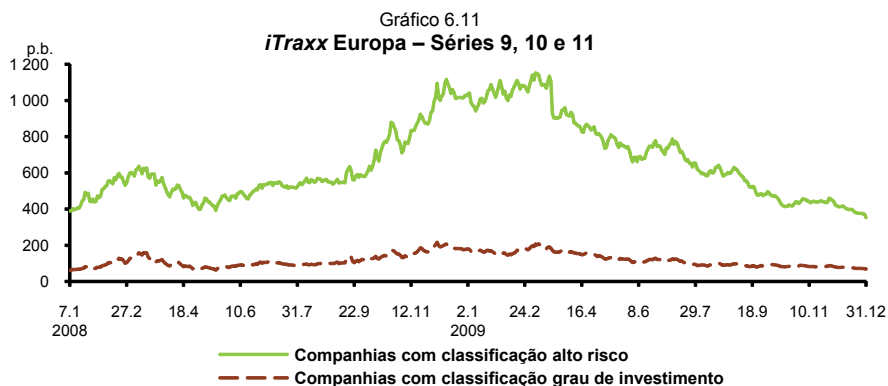
1/ Calculado pela média aritmética dos prêmios de CDS de 5 anos dos maiores bancos dos EUA e da Europa pelo critério de capitalização de mercado. Por tratar-se de amostra não aleatória, pode não refletir o comportamento do sistema financeiro como um todo.

A liquidez acentuada experimentada pelo mercado interbancário norte-americano contribuiu para que a *TED Spread* – diferença entre a *Tresury Bill* de três meses, taxa de curto prazo considerada livre de risco, e a *libor* em dólar de mesmo prazo –, em trajetória decrescente no decorrer de 2009, atingisse 19 p.b. ao final de dezembro, patamar inferior ao observado antes do agravamento da crise nos mercados financeiros.

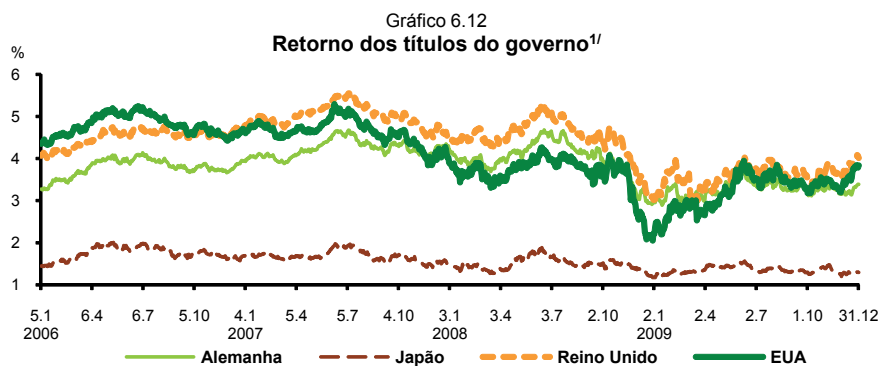


Fonte: Bloomberg

O *iTraxx Crossover*, que representa o prêmio de risco exigido para garantir empréstimos para companhias europeias consideradas de alto risco, atingiu 353 p.b. ao final de 2009, recuando 675 p.b. em relação a igual período de 2008. O *iTraxx IG*, que representa o prêmio exigido para companhias europeias consideradas grau de investimento, atingiu 69 p.b., decrescendo 108 p.b. no período.



Evidenciando o aumento dos temores em relação à sustentabilidade das finanças públicas e a percepção de diminuição no ritmo de deterioração das condições macroeconômicas, os rendimentos dos papéis de longo prazo das principais economias maduras registraram trajetória crescente ao longo de 2009. O rendimento anual do título de dez anos do governo dos EUA atingiu 3,84% ao final do ano, ante 2,21% no período correspondente de 2008, seguindo-se os aumentos assinalados nos papéis semelhantes do Reino Unido, 1 p.p.; Alemanha, 0,44 p.p.; e Japão, 0,13 p.p.



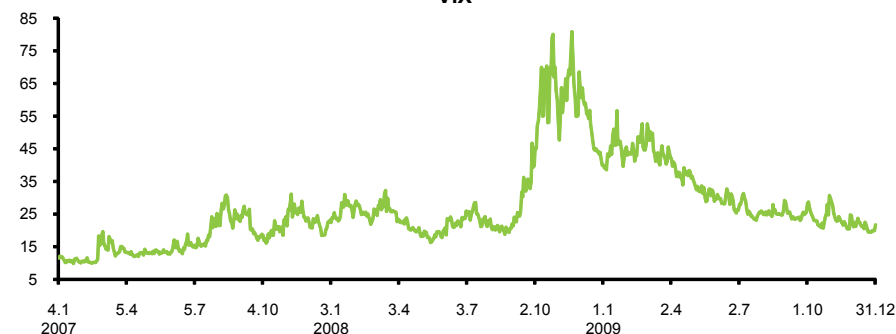
Fonte: Bloomberg

1/ Retorno nominal de títulos públicos de dez anos.

O Índice de Volatilidade da *Chicago Board Options Exchange* (VIX), que expressa a volatilidade implícita de curto prazo do *Standard and Poor's 500* (S&P 500) e é considerado importante medida de aversão ao risco, atingiu 21,7 pontos no final de 2009, recuando 18,3 pontos no ano. Vale ressaltar que, embora o indicador experimentasse tendência declinante no decorrer do ano, sua média atingiu 31,5 pontos em 2009,

situando-se 17,3 pontos acima da assinalada de julho de 2003 a junho de 2007, período caracterizado por elevada liquidez e baixa aversão ao risco.

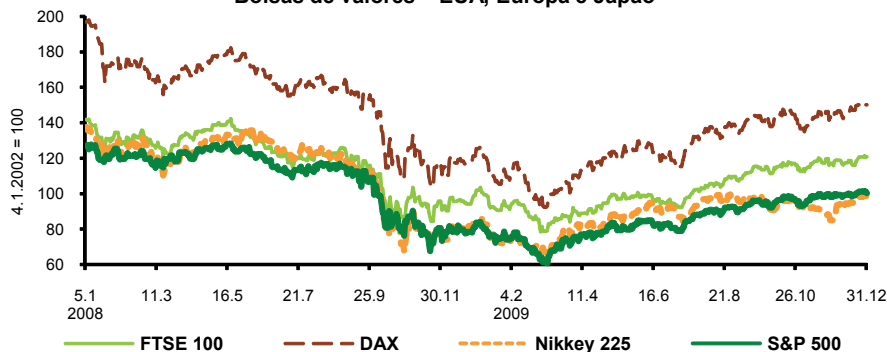
Gráfico 6.13  
**VIX**



Fonte: Bloomberg

Os mercados acionários das principais economias maduras assinalaram recuperação expressiva em 2009. Esse movimento, mesmo interrompido em meados de dezembro, em resposta ao cenário de aumento da aversão ao risco provocado por incertezas associadas ao risco soberano, em especial das economias europeias com elevados déficits fiscais, e pelos questionamentos em relação à sustentabilidade do crescimento econômico da Área do Euro, traduziu-se nos ganhos anuais registrados pelos índices *Deutscher Aktienindex* (DAX), da Alemanha, 24%; S&P500, dos EUA, 23%; *Financial Times Securities Exchange Index* (FTSE 100), do Reino Unido, 22%; e Nikkei, do Japão, 19%.

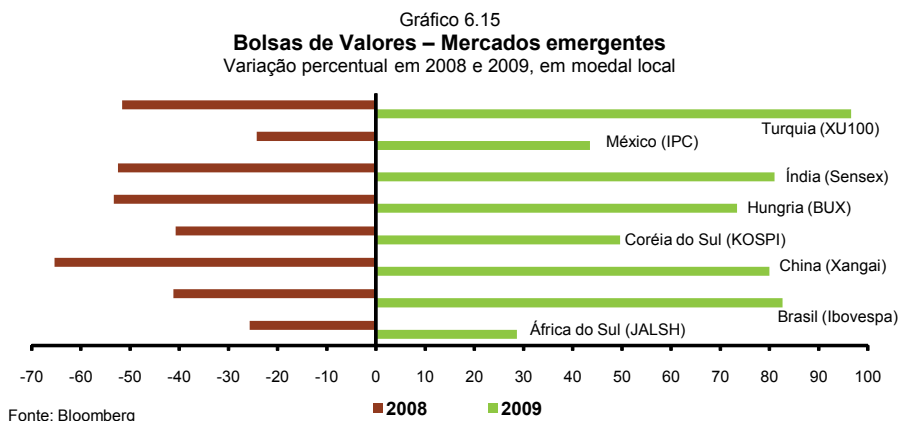
Gráfico 6.14  
**Bolsas de valores – EUA, Europa e Japão**



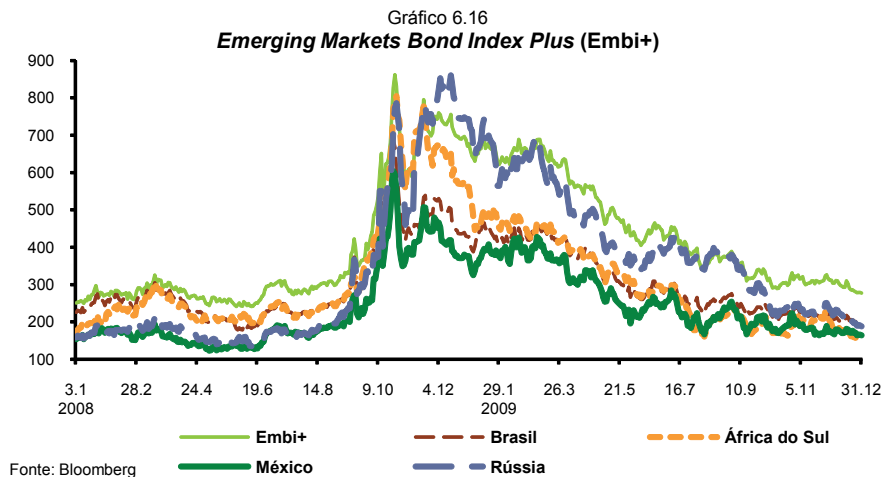
Fonte: Bloomberg

A redução da aversão ao risco observada nos mercados financeiros na maior parte do ano, em ambiente de liquidez abundante nas economias maduras e de indicadores mais sólidos a respeito da consistência dos fundamentos macroeconômicos das economias emergentes, contribuiu para a intensificação do fluxo líquido de capitais privados para essas economias, com desdobramentos favoráveis sobre os respectivos mercados acionários. Nesse cenário, os ganhos registrados nas bolsas de valores das principais economias emergentes em 2009 situaram-se em patamar mais elevado do que nas economias

maduras, com ênfase nos assinalados na Turquia, 97%; Brasil, 83%; Índia, 81%; China, 80%; Hungria, 73%; Coreia do Sul, 50%; México 44%; e África do Sul, 29%.

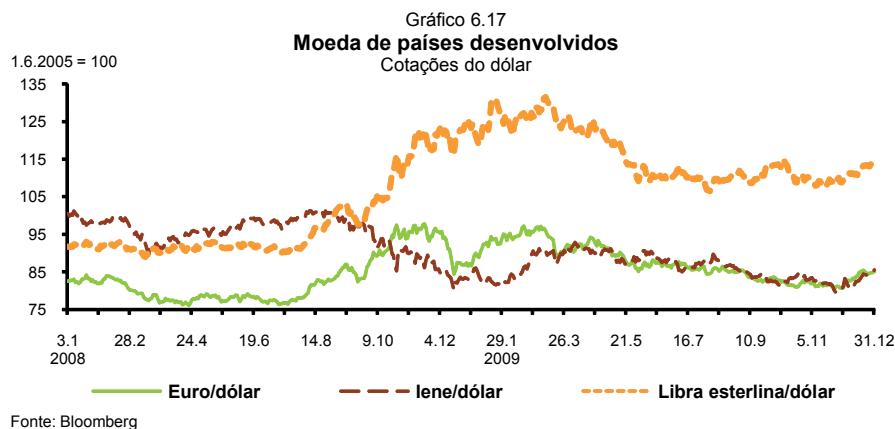


A evolução do *Emerging Market Bond Index Plus* (Embi+), indicador de risco associado a mercados emergentes, apresentou trajetória compatível com a registrada pelas bolsas de valores nessas economias. Nesse sentido, o indicador atingiu 277 p.b. ao final do ano, comparativamente a 671 p.b. no período correspondente de 2008, com ênfase nas retrações observadas nos índices associados a África do Sul, 413 p.b.; Brasil, 236 p.b.; México, 212 p.b.; e Rússia, 555 p.b.

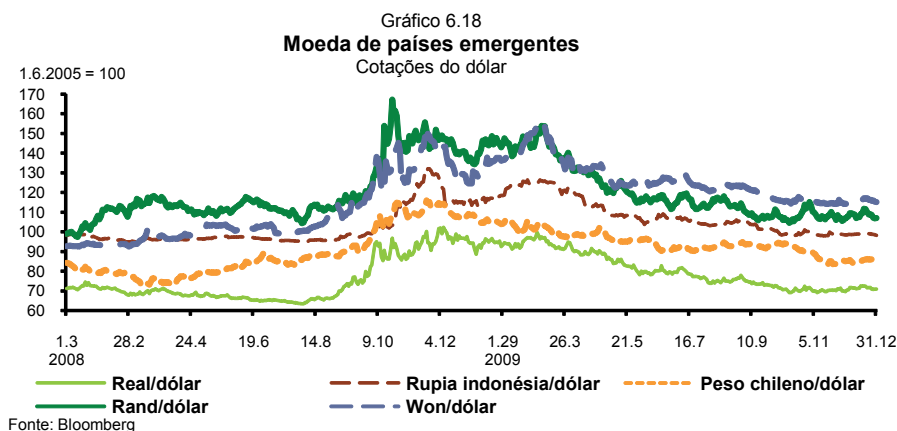


A evolução da paridade do dólar dos EUA *vis-à-vis* as moedas das principais economias desenvolvidas refletiu, no decorrer de 2009, o ambiente de abundante liquidez internacional, redução da aversão ao risco, diversificação de *portfolios*, crescente endividamento dos EUA e baixos retornos dos ativos financeiros norte-americanos.

Nesse cenário, a depreciação registrada pela moeda norte-americana foi atenuada, no último trimestre do ano, pela percepção de deterioração fiscal em alguns países da Área do Euro e pela não confirmação do crescimento esperado na Europa e no Japão. Ao longo do ano, o dólar depreciou 9,8% em relação à libra esterlina e 2,4% ante ao euro, ressaltando-se que a apreciação de 2,6% assinalada em relação ao iene pode ser atribuída, em parte, à retomada, ainda que incipiente, de operações de carregio financiadas com a moeda japonesa.



O aumento dos preços e dos volumes exportados de *commodities*, a maior solidez da recuperação das economias emergentes e a redução da aversão ao risco favoreceram a retomada dos fluxos de capitais internacionais para os mercados emergentes e a apreciação de suas moedas. Nesse cenário, ressaltam-se as depreciações anuais experimentadas pelo dólar em relação ao real brasileiro, 24,6%; rand sul-africano, 22,3%; peso chileno, 20,5%; rúpia indonésia, 15,4%; e won coreano, 7,6%.



## Organismos Financeiros Internacionais

### Fundo Monetário Internacional

O FMI foi criado por ocasião da Conferência de Bretton Woods, em 22 de julho de 1944. Entrou em vigor em 27 de dezembro de 1945, quando 29 países, inclusive o Brasil, subscreveram seu Convênio Constitutivo<sup>5</sup>. Ao final de 2009, o FMI contava com 186 países-membros<sup>6</sup>.

Sua função precípua é assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro global, por intermédio da promoção da cooperação monetária internacional, da estabilidade cambial e do crescimento econômico. O Fundo também possui importante papel ao prover assistência técnica e financeira aos seus membros.

Adicionalmente, o organismo monitora e analisa anualmente as economias dos países-membros, além de realizar variados estudos, dentre os quais os denominados Perspectivas da Economia Mundial (WEO) e Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (GFSR), editados semestralmente.

Além dos relatórios mencionados, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, produz os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSCs). Estes constituem-se em avaliações do grau de adoção, por parte dos países-membros, de códigos e padrões reconhecidos internacionalmente, abrangendo doze áreas: qualidade dos dados; transparência da política monetária e financeira; transparência fiscal; supervisão bancária; regulação de mercados de capitais; supervisão de seguros; sistemas de pagamento; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; governança corporativa; contabilidade; auditoria; e, por último, insolvência e direitos dos credores.

Também realizado em conjunto com o Banco Mundial, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), que decorre de solicitação do país-membro, verifica o grau de estabilidade financeira das respectivas economias diante de choques econômicos.

5/ O Convênio Constitutivo do FMI foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.479, de 27 de dezembro de 1945.

6/ A República do Kosovo ingressou no FMI em 8 de maio de 2009.



Em relação à divulgação de dados econômicos, 67 países, entre os quais o Brasil, haviam subscrito o Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS), até o final de 2009. O objetivo do SDDS consiste em melhorar a disponibilização, em termos de abrangência e de tempestividade, de estatísticas econômicas e financeiras, contribuindo para a eficiência e a solidez das políticas macroeconômicas e para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros.

Em 2009, o FMI foi um dos focos da discussão sobre a nova arquitetura financeira internacional. Houve intensificação do debate sobre sua atuação diante dos desdobramentos da crise, assim como sobre a necessidade de aumento de sua capacidade de empréstimo e de reforço dos seus instrumentos.

O Brasil assumiu importante papel nas definições da política e organização do FMI. O Banco Central do Brasil participou do esforço conjunto dos países do G-20 para o fortalecimento financeiro da instituição. Mais precisamente, o país tornou-se integrante do rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transações Financeiras (FTP), mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para emprestar.

Ainda nesse contexto, o Brasil recompôs sua posição de DES que estava sacada, o que garantiu liquidez aos DES alocados aos países-membros. O país também se comprometeu a adquirir o equivalente a US\$10 bilhões em bônus emitidos pelo Fundo. Desse modo, o Brasil passou a ser, pela primeira vez desde a criação do FMI, credor do organismo.

Finalmente, o Brasil discutiu também o instrumental disponível para prestar assistência aos países-membros; a capacidade técnica para prevenir, identificar e solucionar crises; e as reformas relacionadas à governança e à representatividade dos países-membros no organismo.

O capital total do FMI permaneceu em DES 217,4 bilhões ao final de 2009<sup>7</sup>, enquanto o crédito total pendente de recebimento aumentou de DES 21,5 bilhões para DES 42,3 bilhões. A quota do Brasil no Fundo totaliza DES 3,04 milhões, representando 1,4 % do capital total do organismo<sup>8</sup>.

## Grupo dos 20

O G-20 é um fórum informal que promove o debate entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. O Grupo apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento

---

7/ Caso a reforma de quotas de abril de 2008 seja ratificada, o capital total do FMI passará a ser DES 238 bilhões.

8/ Com a eventual ratificação da reforma de quotas de abril de 2008, a quota do Brasil passará a ser de DES 4,25 bilhões, totalizando 1,78% do capital total do FMI.

da arquitetura financeira internacional e de oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais e cooperação internacional.

Criado em resposta às crises financeiras registradas no final dos anos 90, o G-20 reflete mais adequadamente a diversidade de interesses das economias industrializadas e emergentes, possuindo assim maior representatividade e legitimidade. Sua composição se dá pelos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais de dezenove países<sup>9</sup> e pela presidência rotativa do Conselho da União Europeia e pelo Banco Central Europeu. Ainda, para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais, o diretor-gerente do FMI e o presidente do Banco Mundial participam *ex-officio* das reuniões.

A presidência do Grupo é anual e rotativa dentre os membros, sendo o país presidente incumbido de estabelecer um secretariado provisório durante sua gestão. Em 2009, esse papel coube ao Reino Unido. Os britânicos foram os responsáveis pelo desenvolvimento do programa de trabalho do fórum, organização dos eventos e coordenação entre os diversos membros.

Ao longo do ano, os desdobramentos da crise mundial reforçaram a necessidade de discussão ampla, demonstrando que as economias emergentes não poderiam mais ser deixadas à margem do debate econômico internacional. Como consequência, o G-20 foi alçado ao papel de principal fórum para promoção da discussão aberta acerca da estabilidade econômica global, em substituição ao G-7.

As expectativas em torno dos resultados do Grupo foram ampliadas e sua organização, antes restrita a bancos centrais e Ministérios da Fazenda dos países-membros, passou também a reunir chefes de Estado, por meio da realização de Cúpulas de Líderes.

Em 2009, o G-20 realizou duas cúpulas e três reuniões de ministros de Fazenda e presidentes de bancos centrais. Nos meses que precederam a primeira cúpula, realizada em Londres, no primeiro semestre, concluiu-se que as ações de curto prazo necessárias para o combate à crise haviam sido implementadas com relativo sucesso. Estas foram divididas em quatro grandes áreas de trabalho: regulação e transparência; cooperação internacional em matéria de regulação e de supervisão; reforma do FMI (com destaque para o processo de recapitalização da instituição); e reforma do Banco Mundial e das instituições multilaterais de desenvolvimento.

Por sua vez, no que tange às ações de médio prazo que permearam o trabalho do Grupo ao longo de 2009 e constituem a pauta para os próximos anos, o G-20 concentrou-se nas estratégias de saída às políticas implementadas no combate à crise; criação de um arcabouço para crescimento vigoroso, sustentável e balanceado; continuidade da reforma do FMI; redes de proteção financeira; inclusão financeira; mudanças climáticas; e combate à pobreza.

---

9/ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

## Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), organismo fundado em 1930, tem como função principal fomentar internacionalmente a cooperação financeira e monetária, atuando como fórum nos processos de coordenação entre os bancos centrais e a comunidade financeira; centro de pesquisa financeira e monetária; e agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais.

O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES 15 milhões, equivalendo a 0,55% do capital total do organismo. Como membro do BIS, o BCB participa ativamente das discussões, principalmente nas áreas de supervisão bancária, regulação prudencial, políticas econômica e monetária e sistema de pagamentos.

O BIS coordena comitês e organizações que objetivam promover a estabilidade financeira, ressaltando-se o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado. Estabelecidos ao longo dos últimos quarenta anos pelos bancos centrais dos países do G-10, esses comitês possuem elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

O BIS também secretaria o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), que substituiu o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF). O BCB tornou-se membro do FSB em 2009, passando a participar ativamente das discussões para reformulação dos padrões de regulação prudencial no âmbito global e para a promoção da cooperação entre autoridades nacionais, organismos internacionais e órgãos reguladores.

Finalmente, no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, dentre elas bancos centrais, fazem uso desse serviço. Em média, ao longo dos últimos anos, cerca de 6% das reservas internacionais globais foram aplicadas por bancos centrais junto ao BIS.

Além da Assembleia Geral Anual, que ocorre geralmente em junho, são realizadas, com periodicidade bimestral, reuniões técnicas de alto nível, restritas a presidentes de bancos centrais e, no máximo, a mais um assessor especial. Tais reuniões, consideradas as mais importantes da instituição, possibilitam a discussão aberta, franca e informal relativa à evolução e às perspectivas da economia mundial e dos mercados financeiros, promovendo trocas de opiniões e experiências em diversas questões relacionadas às atividades de autoridade monetária e proporcionando, portanto, o aprimoramento do entendimento dos participantes em relação aos desafios experimentados pela economia mundial.

Em 2009, o BCB passou a participar formalmente do Comitê da Basileia de Supervisão Bancária, o qual direciona seus esforços ao fortalecimento da supervisão prudencial das instituições bancárias; à adoção de práticas mais transparentes em registros financeiros; e ao encorajamento para que o sistema bancário avance na avaliação de riscos.

Ainda em 2009, o BCB, que já vinha participando de trabalhos conduzidos pelo Comitê para Sistemas de Compensação e de Liquidação (*Committee on Payment and Settlement Systems* – CPSS), passou a integrar formalmente esse comitê. O CPSS trabalha em parceria com a Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) – e é um fórum de bancos centrais em que são monitorados e analisados os desenvolvimentos nos sistemas de pagamentos, de compensação e de liquidação domésticos, bem como esquemas trans-fronteiriços e de liquidação multimoedas. Dentre suas ações, destaca-se a coordenação das funções de vigilância (*oversight*) realizadas pelos bancos com relação aos sistemas de pagamentos e acompanhamento dos aspectos de eficiência e estabilidade dos acordos de pagamento da compensação e liquidação de obrigações, bem como dos serviços de liquidação prestados pelos bancos centrais, os quais são fundamentais para a condução e efetividade da política monetária.

O BCB também passou a participar formalmente do Comitê sobre o Sistema Financeiro Global (CGFS), que tem como função principal monitorar o desenvolvimento dos mercados financeiros para os principais bancos centrais. O objetivo do trabalho do Comitê é identificar e avaliar fontes potenciais de estresse nos mercados financeiros globais e, com isso, promover a estabilidade e o aperfeiçoamento dos mercados.

Por fim, o BCB, que já tomava parte, como convidado, nas discussões feitas no âmbito do Comitê de Mercados, passou a integrar formalmente esse fórum de acompanhamento da evolução e de possíveis tendências dos mercados financeiros. A finalidade é facilitar a troca de informações entre seus membros sobre as implicações de curto prazo de eventos recentes no funcionamento dos mercados e nas operações dos bancos centrais.

Ainda no âmbito do BIS, o Banco Central do Brasil participou das reuniões e grupos de trabalho do Conselho Consultivo para as Américas, criado em 2008 e integrado pelos presidentes dos seis bancos centrais da região membros do BIS – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, EUA e México –, com objetivos de aprimorar a atuação daquele organismo na região e de melhor refletir as necessidades e os interesses das Américas em seu programa de trabalho.

## **Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos**

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México, que tem como objetivos específicos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos monetários

e bancários na América Latina e no Caribe, assim como sobre os aspectos pertinentes às políticas fiscal e cambial dos países-membros; a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe; a pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por cinquenta instituições, trinta das quais são bancos centrais associados, com poder de voto e voz. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes, que possuem unicamente poder de voz. A gerência do Centro ocorre por meio da Assembleia de Governadores e da Junta de Governo, assessoradas pelo Comitê de Alternos e pelo Comitê de Auditoria.

Em 2009, o Banco Central do Brasil exerceu a presidência do Comitê de Auditoria, participando das definições de mudanças normativas e administrativas que favoreceram o aperfeiçoamento da governança no Cemla, estruturando um conjunto de normativos técnicos e administrativos que regulam desde a gestão da instituição até a aplicação financeira dos recursos de seu fundo de pensão. Definiu-se, ainda, um modelo de controle interno a ser aplicado e o regulamento para o funcionamento do Fundo de Reservas do organismo, destinado a tratar de contingências.

Durante o exercício de 2009, o Cemla ofereceu 52 eventos de capacitação, entre cursos, *workshops* e seminários. A composição temática desses encontros incluiu atividades vinculadas à estabilidade financeira, aspectos macroeconômicos e de política monetária, gerenciamento de dívida e remessas. Em parceria com o Banco Central do Brasil, o Centro organizou cinco eventos, dos quais três cursos e dois seminários técnicos.

A exemplo de anos anteriores, o Cemla manteve sua política de promoção de assistência técnica aos bancos centrais membros, principalmente ao do Caribe, em coordenação com organismos internacionais e outros sócios técnicos. Desenvolvimento de sistemas de pagamentos e de sistemas de informação de créditos são áreas importantes de apoio oferecido.

No que diz respeito ao Prêmio Rodrigo Gómez, entregue anualmente ao melhor trabalho acadêmico submetido ao Cemla, nove estudos foram analisados em 2009. A melhor avaliação coube ao trabalho do servidor deste Banco Central do Brasil, Fernando Nascimento de Oliveira, sobre *Effects of Monetary on Firms in Brazil: an empirical analysis of the balance sheet channel*.

## Principais Medidas de Política Econômica

### Emenda Constitucional

**62, de 9.12.2009** – Alterou o artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos estados, Distrito Federal e municípios.

### Leis Complementares

**129, de 8.1.2009** – Instituiu, na forma do artigo 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); estabeleceu sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação e instrumentos de ação.

**130, de 17.4.2009** – Dispôs sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revogou dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**131, de 27.5.2009** – Acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e adotou outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

### Leis

**11.898, de 8.1.2009** – Instituiu o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, e alterou as Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**11.908, de 3.3.2009** (conversão da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008) – Autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil.

**11.909, de 4.3.2009** – Dispôs sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, e adotou outras providências.

**11.922, de 13.4.2009** (conversão da Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008) – Autorizou a União a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2008 a 2010, que lhe seriam devidos, em montantes a serem definidos pelo Ministro da Fazenda.

**11.933, de 28.4.2009** (conversão da Medida Provisória nº 447, de 13 de novembro de 2008) – Estendeu, em dez dias, o prazo de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e da Contribuição Previdenciária; e, em cinco dias, o prazo de recolhimento do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

**11.941, de 27.5.2009** (conversão da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008) – Alterou a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedeu remissão nos casos que especifica; instituiu regime tributário de transição, e adotou outras providências.

**11.943, de 28.5.2009** (conversão da Medida Provisória nº 450, de 9 de dezembro de 2008) – Autorizou a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE); dispôs sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; autorizou a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird); e adotou outras providências.

**11.944, de 28.5.2009** (conversão da Medida Provisória nº 456, de 30 de janeiro de 2009) – Fixou em R\$465,00 o valor do salário mínimo, que passou a vigorar em 1º de fevereiro de 2009.

**11.945, de 4.6.2009** (conversão da Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008) – Acrescentou duas novas faixas de valores e respectivas alíquotas (7,5% e 22,5%) à tabela progressiva do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009; estendeu às áreas de livre comércio o mesmo tratamento tributário, relativo à Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), conferido à Zona Franca de Manaus; e adotou outras providências.

**11.948, de 16.6.2009** (conversão da Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009) – Autorizou a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$100 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

**11.960, de 29.6.2009** (conversão da Medida Provisória nº 457, de 10 de fevereiro de 2009) – Alterou e acresceu dispositivos às Leis nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos municípios, relativos às contribuições sociais.

**12.017, de 12.8.2009** – Dispôs sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e adotou outras providências.

**12.053, de 9.10.2009** – Alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, de modo que a meta de superávit primário possa ser reduzida em até 28,5 bilhões, para o atendimento de despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**12.087, de 11.11.2009** – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do país, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas.

**12.096, de 24.11.2009** – Autorizou a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

**12.099, de 27.11.2009** – Dispôs sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e alterou a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

**12.101, de 27.11.2009** – Dispôs sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regulou os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; e adotou outras providências.

**12.154, de 23.12.2009** – Criou a Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc) e dispôs sobre o seu pessoal; incluiu a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social.

**12.182, de 29.12.2009** – Alterou o artigo 3º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2010), de modo a permitir que o valor passível de dedução da meta de superávit primário, em 2010, fosse elevado de R\$22,5 bilhões para R\$29,8 bilhões.



## Medidas Provisórias

**453, de 22.1.2009** – Constituiu fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$100 bilhões, a fim de fazer frente ao aumento da demanda por crédito de longo prazo para investimentos no país. Alterou o regime de tributação, de competência para caixa, do repasse dos ganhos auferidos pelas entidades fechadas de previdência, para as empresas patrocinadoras.

**456, de 30.1.2009** – Fixou em R\$465,00 o novo valor do salário mínimo, que passou a vigorar em 1º de fevereiro de 2009.

**457, de 10.2.2009** – Alterou os artigos 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de modo que fosse permitido o parcelamento de débitos de responsabilidade dos municípios, decorrentes de contribuições para a Previdência Social, com vencimento até 31 de janeiro de 2009.

**459, de 25.3.2009** – Dispôs sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja finalidade é criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de um milhão de unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez salários mínimos.

**460, de 30.3.2009** – Reduziu, de 7% para 6%, a alíquota do Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às receitas das incorporadoras de imóveis, e de 3% para zero a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas com até 150 cilindradas; elevou as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Cofins incidente sobre a venda de cigarros.

**462, de 14.5.2009** – Dispôs sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais.

**464, de 9.6.2009** – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do país, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas.

**465, de 29.6.2009** – Autorizou a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica. Alterou as Leis nº 10.925, de 2004, e nº 11.948, de 2009, e deu outras providências.

**468, de 31.7.2009** – Dispôs sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

**470, de 13.10.2009** – Autorizou a União a conceder crédito à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$6,0 bilhões, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, e definiu regras para o parcelamento de débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial, instituído pelo Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969 (crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI).

**472, de 15.12.2009** – Autorizou a abertura de uma nova linha de crédito da União para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$80 bilhões, para financiar o investimento e o desenvolvimento produtivo, em 2010 e 2011; instituiu novo empréstimo da União para o Fundo da Marinha Mercante, no valor de R\$15 bilhões; dispôs sobre a emissão da Letra Financeira pelas instituições financeiras; prorrogou, até 2014, a desoneração do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente na venda de computadores a varejo; suspendeu a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Cofins e Imposto de Importação incidentes sobre bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; adotou outras providências.

**474, de 23.12.2009** – Fixou em R\$510,00 o valor do salário mínimo que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2010. Adicionalmente, estabeleceu que em 1º de janeiro de 2011 o reajuste para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderá à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) verificada no período de janeiro a dezembro de 2010, acrescida de percentual equivalente à taxa de variação real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, se positiva.

**475, de 23.12.2009** – Fixou em 6,14% o reajuste dos benefícios concedidos pela Previdência Social, a partir de 1º de janeiro de 2010; estabeleceu que a partir de 1º de janeiro de 2010 o limite máximo do salário de contribuição e do salário de benefício será de R\$3.416,54. Em 1º de janeiro de 2011, será concedido, por ato do Poder Executivo, aos benefícios da Previdência Social, reajuste equivalente à reposição da inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano anterior, acrescido de aumento real em percentual equivalente a 50% do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, se positivo.

**476, de 23.12.2009** – Dispôs sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2014, na aquisição de resíduos sólidos por estabelecimento industrial, para utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

## Decretos

**6.752, de 28.1.2009** – Dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009.

**6.759, de 5.2.2009** – Regulamentou a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior e revogou os Decretos nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, nº 4.765, de 24 de junho de 2003, nº 5.138, de 12 de julho de 2004, nº 5.431, de 2 de setembro de 2005, nº 5.887, de 6 de setembro de 2006, nº 6.419, de 1º de abril de 2008, nº 6.454, de 12 de maio de 2008, e nº 6.622, de 29 de outubro de 2008, e o artigo 1º do Decreto nº 5.268, de 9 de novembro de 2004.

**6.761, de 5.2.2009** – Dispôs sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e adotou outras providências.

**6.763, de 5.2.2009** – Dispôs sobre a execução do Quadragésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 35, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, pelo Mercosul, e Chile, de 25 de novembro de 2008. As partes signatárias passarão a aplicar o regime geral de benefícios do ACE nº 35, de 2008, às mercadorias que constam dos respectivos anexos, elaboradas em zonas francas de qualquer natureza, situadas nos territórios das partes signatárias, ou provenientes delas, em conformidade com a respectiva legislação nacional. As listas serão incorporadas ao acordo de forma bilateral, entre o Chile e cada Estado-Parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e poderão ser objeto de revisão anual por acordo das partes signatárias.

**6.765, de 10.2.2009** – Reajustou em 5,92% os benefícios mantidos pela Previdência Social, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2009. Com isso, o limite do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício pagos pela Previdência Social elevou-se de R\$3.038,99 para R\$3.218,90.

**6.769, de 10.2.2009** – Deu nova redação aos artigos 5º, 6º e 7º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, que regulamentou a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispôs sobre a revitalização do setor ferroviário, e deu outras providências.

**6.782, de 18.2.2009** – Dispôs sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (Acordo Automotivo), firmado entre o Brasil e o México.

**6.808, de 27.3.2009** – Alterou a programação orçamentária e financeira referente ao exercício de 2009. As receitas do Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência

Social) foram reestimadas em R\$757 bilhões, situando-se R\$48,3 bilhões abaixo do montante divulgado na Lei Orçamentária. Desse modo, as transferências constitucionais para os estados e municípios passaram a indicar redução de R\$15,9 bilhões, enquanto os gastos do Tesouro e da Previdência Social exigiram um ajuste de, respectivamente, R\$23,3 bilhões e R\$7,6 bilhões.

**6.809, de 30.3.2009** – Estendeu, até 30.6.2009, a redução/isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos e elevou em 23,5% a alíquota do tributo incidente sobre cigarros.

**6.810, de 30.3.2009** – Ampliou para outros segmentos o benefício de redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) concedido a projetos de investimento instalados na Zona Franca de Manaus.

**6.814, de 6.4.2009** – Regulamentou a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispôs sobre regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

**6.823, de 16.4.2009** – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre produtos utilizados na construção civil, para vigorar no período de 17 de abril de 2009 a 15 de julho de 2009.

**6.824, de 16.4.2009** – Alterou o *caput* do art. 18 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, atualizando os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, previstos no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

**6.825, de 17.4.2009** – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre produtos denominados linha branca (fogão, refrigerador, fornos, tanquinhos etc.).

**6.843, de 7.5.2009** – Alterou o artigo 3º do Decreto nº 5.652, de 29 de dezembro de 2005, que dispôs sobre o Regime Aduaneiro Especial da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) – Importação e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – Importação, incidentes na importação de embalagens de que trata a alínea *b* do inciso II do *caput* do artigo 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, instituído pelos artigos 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

**6.864, de 29.5.2009** – Promulgou o Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a República da Índia, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004, e respectivos anexos, assinados em 19 de março de 2005, em Nova Delhi.

**6.867, de 29.5.2009** – Alterou anexos do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, e adotou outras providências.

**6.875, de 8.6.2009** – Reduziu as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidentes sobre a importação e comercialização de gasolina e suas correntes, e diesel e suas correntes.

**6.879, de 18.6.2009** – Dispôs sobre a execução da Ata de Retificação, de 30 de março de 2009, do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, e México.

**6.881, de 18.6.2009** – Dispôs sobre a autorização de operações de exportação de bens de uso na área nuclear e serviços relacionados para a Índia.

**6.884, de 26.6.2009** – Instituiu o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).

**6.887, de 25.6.2009** – Alterou os Decretos nº 5.171, de 6 de agosto de 2004, nº 5.649, de 29 de novembro de 2005, nº 5.712, de 2 de março de 2006, e nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, para regulamentar dispositivo das Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.196, de 2 de novembro de 2005, e nº 11.484, de 2007. Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno de materiais e equipamentos. Reduziu de 85% para 65% o compromisso de exportação da receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços, para habilitação ao Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes). Reduziu de 85% para 70% o compromisso de manter o percentual de exportação durante o período de dois anos-calendário, para habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

**6.889, de 29.6.2009** – Dispôs sobre a composição e as competências do Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e sobre a forma de integralização de cotas nesses fundos.

**6.890, de 29.6.2009** – Prorrogou o prazo de vigência da redução/isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis; caminhões; fogão, refrigerador e geladeira; produtos da construção civil e bens de capital.

**6.903, de 20.7.2009** – Dispôs sobre a execução da Ata de Retificação, de 30 de outubro de 2007, do Acordo de Complementação Econômica nº 62, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, e Cuba.

**6.921, de 4.8.2009** – Discriminou ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

**6.922, de 5.8.2009** – Regulamentou o parcelamento de débitos dos municípios e de suas autarquias e fundações, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos às contribuições patronais sobre a folha de pagamentos e contribuições dos empregados sobre o seu salário de contribuição.

**6.923, de 5.8.2009** – Alterou a programação orçamentária e financeira da União e estabeleceu novo cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009.

**6.927, de 6.8.2009** – Antecipou, no ano de 2009, do mês de setembro para o mês de agosto, o pagamento da primeira parcela do abono natalino devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social.

**6.940, de 18.8.2009** – Alterou o *caput* do art. 6º do Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovado pelo Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, e revogou os Decretos nº 5.522, de 25 de agosto de 2005, nº 5.607, 6 de dezembro de 2005, e nº 5.897, de 20 de setembro de 2006. O capital do BNDES foi fixado em R\$15.879.407.032,73 (quinze bilhões, oitocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e sete mil, trinta e dois reais e setenta e três centavos), dividido em 6.273.711.452 (seis bilhões, duzentos e setenta e três milhões, setecentas e onze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal.

**6.951, de 27.8.2009** – Autorizou o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e adotou outras providências.

**6.956, de 9.9.2009** – Regulamentou o disposto na Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que instituiu o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

**6.960, de 16.9.2009** – Autorizou o Banco do Brasil S.A. a lançar programa de *American Depositary Receipts* (ADRs) com lastro em ações ordinárias.

**6.965, de 29.9.2009** – Promulgou o Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, Brasil, África do Sul e Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

**6.983, de 19.10.2009** – Instituiu alíquota de 2% do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações de entrada de dólares direcionados a aplicações em bolsa de valores e em títulos públicos.

**6.984, de 20.10.2009** – Deu nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 6.983, de 19 de outubro de 2009, que alterou o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), para dispor sobre a produção de efeitos.

**6.993, de 28.10.2009** – Altera a programação orçamentária e financeira e estabelece novo cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009. As estimativas de receita sinalizaram redução de R\$6,3 bilhões, ante elevação de R\$8,9 bilhões nas despesas, comparativamente aos dados estimados em agosto de 2009.

**6.994, de 29.10.2009** – Dispôs sobre a execução do Quinquagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (54PA-ACE35), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, e Chile, em 7 de julho de 2009.

**6.996, de 30.10.2009** – Estendeu, até 31 de janeiro de 2010, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre eletrodomésticos da linha branca, limitando o benefício aos bens que consomem menos energia elétrica.

**6.997, de 4.11.2009** – Aprovou o Programa de Dispendios Globais para 2010 das empresas estatais, e adotou outras providências.

**7.007, de 11.11.2009** – Alterou o Estatuto Social do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aumenta o seu capital social para R\$20.260.881.347,17 (vinte bilhões, duzentos e sessenta milhões, oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), e revogou o Decreto nº 6.940, de 18 de agosto de 2009.

**7.011, de 18.11.2009** – Estabeleceu em 1,5% a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente na cessão de ações que sejam admitidas à negociação em bolsa de valores localizada no Brasil, com o fim específico de lastrear emissão de *depositary receipts*.

**7.013, de 19.11.2009** – Alterou o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Programa Bolsa Família.

**7.016, de 26.11.2009** – Reduziu para zero, até 31 de março de 2010, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre a fabricação de móveis.

**7.017, de 26.11.2009** – Estendeu até 31 de março de 2010 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de veículos “flex”.

**7.027, de 9.12.2009** – Alterou a programação orçamentária e financeira e estabeleceu novo cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009.

**7.031, de 14.12.2009** – Prorrogou, até 29 de junho de 2010, a equalização da taxa de juros, por parte da União, em financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica.

**7.032, de 14.12.2009** – Prorrogou, até 30 de junho de 2010, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bens de capital.

**7.055, de 28.12.2009** – Regulamentou o Fundo Soberano do Brasil (FSB), instituído pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

## **Decretos Legislativos**

**170, de 15.5.2009** – Aprovou o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e Colômbia, Equador e Venezuela, países-membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevidéu, em 18 de outubro de 2004.

**493, de 20.7.2009** – Aprovou o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre Brasil e Argentina, assinado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

**590, de 28.8.2009** – Aprovou o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Estados-Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

## **Resoluções do Conselho Monetário Nacional**

**3.675, de 29.1.2009** – Prorrogou o prazo para o embarque de mercadorias ou para a prestação de serviços com entrega de documento pactuada em contrato de câmbio de exportação.

**3.676, de 29.1.2009** – Alterou os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.677, de 29.1.2009** – Dispôs sobre o prazo de vencimento de parcelas das operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

**3.678, 19.1.2009** – Dispôs sobre o limite de crédito e dos itens financiáveis do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária



(Prodecoop), e sobre o limite individual do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro) em Santa Catarina.

**3.679, de 29.1.2009** – Regulamentou os artigos 24, 25 e 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e revogou a Resolução nº 3.580, de 29 de maio de 2009.

**3.680, de 29.1.2009** – Dispôs sobre o limite de operação de Empréstimo do Governo Federal (EGF) e da Linha Especial de Crédito (LEC) para leite.

**3.681, de 29.1.2009** – Estabeleceu novas condições para concessão de empréstimos e financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União no âmbito do Programa de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confecções (Revitaliza) destinados a operações de capital de giro.

**3.682, de 29.1.2009** – Dispôs sobre as operações de crédito para café ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.683, de 29.1.2009** – Alterou o artigo 2º da Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

**3.684, de 19.2.2009** – Alterou a Resolução nº 3.635, de 13 de novembro de 2008, que dispôs sobre a cobertura de risco de crédito às operações de empréstimo de capital de giro destinadas às empresas de construção civil, prevista na Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008.

**3.685, de 19.2.2009** – Promoveu ajustes nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Linha Especial de Crédito Pronaf mais Alimentos.

**3.686, de 20.2.2008** – Alterou o artigo 9º-B e 9º-I da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, ampliando limites para contração de operações de crédito para execução de ações de saneamento ambiental e para operações no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional (Pró-Moradia) e dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI).

**3.687, de 19.2.2009** – Dispôs sobre elevação dos limites de crédito, ao amparo de recursos obrigatórios (Manual de Crédito Rural 6-2), destinados ao financiamento das despesas de custeio da avicultura de corte e da suinocultura exploradas sob regime de parceria e sobre autorização para concessão de créditos, a fim de reter matrizes suínas.

**3.688, de 19.2.2009** – Alterou o artigo 9º-K da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Intervenções Viárias (Provias).

**3.689, de 4.3.2009** – Alterou a Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008, que estabeleceu critérios e condições especiais para a realização de operações de empréstimo em moeda estrangeira de que trata a Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, e deu outras providências.

**3.690, de 4.3.2009** – Alterou as Resoluções nº 3.596 e nº 3.681, de 31 de julho de 2008 e 29 de janeiro de 2009, respectivamente, no âmbito do Programa de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confecções (Revitaliza).

**3.691, de 23.3.2009** – Alterou a Resolução nº 3.622, de 16 de outubro de 2008, incluindo, entre as garantias dos empréstimos em moeda estrangeira concedidos pelo Banco Central, 100% de ativos denominados ou referenciados em dólares dos Estados Unidos da América (EUA), com classificação nas categorias de risco AA, A e B, ou de risco equivalente, no mínimo, ao grau A, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação.

**3.692, de 26.3.2009** – Dispôs sobre a captação de depósitos a prazo, com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

**3.693, de 26.3.2009** – Vedou a cobrança de despesas de emissão de boletos, alterando o artigo 1º da Resolução nº 3.518, de 6 de dezembro de 2007.

**3.694, de 26.3.2009** – Dispôs sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**3.695, de 26.3.2009** – Dispôs acerca de procedimentos relativos à movimentação e à manutenção de contas de depósitos.

**3.696, de 26.3.2009** – Alterou o art. 9º-J da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com redação dada pelas Resoluções nº 3.453, de 26 de abril de 2007, e nº 3.536, de 31 de janeiro de 2008, e ampliou limite para a contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola.

**3.697, de 26.3.2009** – Prorrogou o prazo estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.105, de 25 de junho de 2003, e alterou o cronograma para enquadramento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente.

**3.698, de 26.3.2009** – Definiu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2009.

**3.699, de 26.3.2009** – Dispôs sobre a linha de crédito destinada à estocagem de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.700, de 26.3.2009** – Dispôs sobre limite de crédito nas operações de custeio para lavoura de trigo.

**3.701, de 26.3.2009** – Consolidou as normas sobre a linha especial de crédito para pagamento de até 40% do valor de prestações de operações dos programas de investimento agropecuário no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de que trata a Resolução nº 3.639, de 18 de novembro de 2008; autorizou a inclusão da poupança rural como fonte suplementar de recursos, e deu outras providências.

**3.702, de 26.3.2009** – Alterou os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.703, de 26.3.2009** – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.704, de 26.3.2009** – Dispôs sobre percentuais de exigibilidade de aplicação em crédito rural de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR) 6-2, partir do período de cumprimento de julho/2009 a junho/2010.

**3.705, de 26.3.2009** – Dispôs sobre percentuais de exigibilidade de aplicação em crédito rural de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR) 6-4 e do encaixe obrigatório da poupança rural, a partir do período de cumprimento de julho/2009 a junho/2010.

**3.706, de 27.3.2009** – Dispôs sobre a concessão de financiamentos imobiliários, o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores e alterou a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, que trata da constituição e do funcionamento de agências de fomento.

**3.707, de 8.4.2009** – Alterou a Resolução nº 3.631, de 30 de outubro de 2008.

**3.708, de 16.4.2009** – Instituiu linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível com garantia em produto e recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$1,310 bilhão, com taxa de juros de 11,25% a.a. para o mutuário final. Na região Nordeste, o período de contratação será de outubro de 2009 a fevereiro de 2010 e, nas demais regiões, de maio a novembro de 2009.

**3.709, de 16.4.2009** – Dispôs sobre as condições para o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre o financiamento concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Caixa Econômica Federal, destinados à linha especial para financiamento de infraestrutura em projetos de habitação popular ao amparo do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.

**3.710, de 16.4.2009** – Dispôs sobre o repasse de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Caixa Econômica Federal para aplicação no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.

**3.711, de 16.4.2009** – Dispôs sobre a venda de contratos de opção de venda como instrumento de Política Agrícola.

**3.712, de 16.4.2009** – Alterou os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.713, de 16.4.2009** – Dispôs sobre ajustes nos programas de investimento agropecuário com recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e autorizou a concessão de Linha Especial de Crédito (LEC) destinada à avicultura de corte e suinocultura em regime de parceria.

**3.714, de 16.4.2009** – Instituiu linha de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada a capital de giro das agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

**3.715, de 16.4.2009** – Alterou o art. 2º da Resolução nº 3.622, de 9 de outubro de 2008.

**3.716, de 17.4.2009** – Incluiu o art. 9º-N à Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, autorizando a contratação de empréstimos em moeda pelos estados e Distrito Federal por instituições financeiras federais.

**3.717, de 23.4.2009** – Alterou a Resolução nº 3.692, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a captação de depósitos a prazo, com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

**3.718, de 30.4.2009** – Alterou a Resolução nº 3.635, de 13 de novembro de 2008, que dispõe sobre a cobertura de risco de crédito às operações de empréstimo de capital de giro destinadas às empresas de construção civil, prevista na Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009.

**3.719, de 30.4.2009** – Dispôs sobre o recebimento da receita de exportação e deu outras providências.

**3.720, de 30.4.2009** – Dispôs sobre a linha de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo, e concedeu novo prazo de contratação da Linha Especial de Crédito para financiamento da aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR).

**3.721, de 30.4.2009** – Dispôs sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

**3.722, de 30.4.2009** – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) a partir da safra 2009/2010.

**3.723, de 12.5.2009** – Alterou o inciso VII do art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que autoriza a contratação de empréstimos em moeda, pelos estados e Distrito Federal, por instituições financeiras federais.

**3.724, de 15.5.2009** – Dispôs sobre a prorrogação de prazo para pagamento de prestações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em regiões atingidas por enchentes ou seca. Ao mesmo tempo, instituiu linha emergencial de crédito para financiamento de atividades dos agricultores familiares atingidas por enchentes ou pela seca.

**3.725, de 15.5.2009** – Alterou condições estabelecidas pela Resolução nº 3.714, de 16 de abril de 2009, com vistas a transferir recursos da linha de crédito instituída ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de capital de giro a agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e a cooperativas agropecuárias.

**3.726, de 28.5.2009** – Alterou a Resolução nº 3.709, de 16 de abril de 2009, que dispõe sobre as condições para pagamento de equalização no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.

**3.727, de 28.5.2009** – Alterou a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

**3.728, de 28.5.2009** – Dispôs sobre limites de direcionamento para a contratação de operações com recursos da exigibilidade da poupança rural (Manual de Crédito Rural – MCR 6-4) e definiu fator de ponderação.

**3.729, de 28.5.2009** – Alterou o art. 1º da Resolução nº 3.692, de 26 de março de 2009, que dispôs sobre os depósitos a prazo com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

**3.730, de 28.5.2009** – Dispôs sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas em regiões atingidas por enchentes ou pela seca e instituiu linha emergencial de crédito para financiamento de atividades rurais atingidas por enchentes ou pela seca.

**3.731, de 17.6.2009** – Alterou normas operacionais do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.732, de 17.6.2009** – Dispôs sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em regiões atingidas por enchentes ou por seca e instituiu Linha Emergencial de Crédito para Financiamento de atividades dos agricultores e familiares atingidas por enchentes ou secas.

**3.733, de 17.6.2009** – Autorizou a prorrogação e a renegociação de parcelas de custeio e investimento para produtores rurais atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008.

**3.734, de 17.6.2009** – Estabeleceu medida emergencial para agricultores atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008.

**3.735, de 17.6.2009** – Dispôs sobre ajustes nas condições básicas do crédito rural referentes à documentação comprobatória da regularidade ambiental.

**3.736, de 17.6.2009** – Dispôs sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento contratadas em regiões atingidas por enchentes ou por seca e instituiu Linha Emergencial de Crédito para financiamento de atividades rurais atingidas por enchentes ou secas.

**3.737, de 22.6.2009** – Dispôs sobre ajustes no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

**3.738, de 22.6.2009** – Dispôs sobre ajustes nas normas de financiamento com recursos controlados e livres do crédito rural a partir da safra 2009/2010.

**3.739, de 22.6.2009** – Instituiu, no âmbito dos programas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).

**3.740, de 22.6.2009** – Dispôs sobre programas de investimento agropecuário amparados em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**3.741, de 22.6.2009** – Dispôs sobre a linha de crédito destinada à estocagem de café, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.742, de 23.6.2009** – Alterou a Resolução nº 3.712, de 16 de abril de 2009.

**3.743, de 29.6.2009** – Definiu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o 3º trimestre de 2009.

**3.744, de 30.6.2009** – Alterou o artigo 2º da Resolução nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, prorrogando, até 1º 2.2010, a possibilidade de realização de operações de *swap* cambial com o *Federal Reserve Bank of New York* (Fed), até o montante agregado de US\$30 bilhões.

**3.745, de 30.6.2009** – Dispôs sobre a exigibilidade de aplicação em crédito rural ao amparo dos recursos obrigatórios (Manual de Crédito Rural – MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4) – Recolhimento, e a transferência dos recursos provenientes das deficiências apuradas no período de cumprimento das exigibilidades.

**3.746, de 30.6.2009** – Criou subexigibilidades de aplicação, alterou fatores de ponderação para fins de cumprimento da exigibilidade e subexigibilidades do Manual de Crédito Rural (MCR) 6-2, a partir da safra 2009/2010, e introduziu ajustes nas seções 6-1, 6-2 e 6-4 do MCR.

**3.747, de 30.6.2009** – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) a partir do ano agrícola 2009/2010.

**3.748, de 30.6.2009** – Fixou a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2011.

**3.749, de 30.6.2009** – Estabeleceu critério para a classificação de operações de crédito rural objeto de renegociação.

**3.750, de 30.6.2009** – Estabeleceu critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**3.751, de 30.6.2009** – Definiu procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras à vista do disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de

maio de 2000, bem como procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito.

**3.752, de 30.6.2009** – Alterou o art. 9º-K da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

**3.753, de 30.6.2009** – Alterou o prazo para conclusão de negociações decorrentes da aquisição de direitos sobre folhas de pagamento para efeito de exclusão do cálculo do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente.

**3.754, de 30.6.2009** – Estabeleceu prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos art. 15, 16, 17 e 21 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.755, de 30.6.2009** – Reduz de 9,5% a.a. para 6,75% a.a. os encargos financeiros de linhas de crédito destinadas aos financiamentos de custeio, colheita, estocagem de café e para Financiamento para Aquisição de Café (FAC), ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.756, de 1º.7.2009** – Alterou as Resoluções nº 394, de 3 de novembro de 1976, que disciplina as atividades dos bancos de desenvolvimento, e nº 2.515, de 29 de junho de 1998, que, entre outras disposições, trata da captação de recursos externos por bancos estaduais.

**3.757, de 1º.7.2009** – Alterou a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

**3.758, de 9.7.2009** – Dispôs sobre as condições para o pagamento de equalização de encargos financeiros, pelo Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre o repasse concedido à Caixa Econômica Federal, destinado à linha especial para financiamento de infraestrutura em projetos de habitação popular ao amparo do Programa Minha Casa, Minha Vida.

**3.759, de 9.7.2009** – Estabeleceu as condições para a concessão de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

**3.760, de 29.7.2009** – Autorizou o lançamento, no exterior, de Programas de *Depositary Receipts* lastreados em ações de emissão de instituições financeiras com sede no país, com ações negociadas em bolsas de valores.

**3.761, de 29.7.2009** – Alterou a Resolução nº 3.105, de 25 de junho de 2003, que dispõe sobre a concessão de prazo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para enquadramento no limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente, de que trata a Resolução nº 2.283, de 5 de junho de 1996.



**3.762, de 29.7.2009** – Dispôs sobre ajustes nas normas de crédito rural a partir da safra de 2009/2010.

**3.763, de 29.7.2009** – Alterou dispositivos da Resolução nº 3.739, de 22 de junho de 2009, que instituiu o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).

**3.764, de 29.7.2009** – Dispôs sobre Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização de maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá e abacaxi da safra 2009/2010.

**3.765, de 29.7.2009** – Alterou prazos e condições de acesso à linha de crédito de refinanciamento de dívidas de cooperados de que trata o art. 57 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.766, de 29.7.2009** – Dispôs sobre a concessão de prazo adicional para reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública nas regiões atingidas por enchentes ou secas.

**3.767, de 29.7.2009** – Alterou normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.768, de 29.7.2009** – Dispôs sobre instituições financeiras e agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) autorizados a operacionalizar o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) nos municípios com até 50 mil habitantes e para atendimento a beneficiários com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

**3.769, de 29.7.2009** – Dispôs sobre a regulamentação do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.770, de 3.8.2009** – Acrescentou o art. 9º-P à Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa um Computador por Aluno.

**3.771, de 26.8.2009** – Alterou a Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, que regulamentou a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

**3.772, de 26.8.2009** – Dispôs sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**3.773, de 26.8.2009** – Dispôs sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de investimento rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.774, de 26.8.2009** – Dispôs sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito de custeio, de tratos culturais e de colheita contratadas no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.775, de 26.8.2009** – Dispôs sobre o bônus de adimplência nas operações de crédito de investimento Grupo “C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.776, de 26.8.2009** – Acrescentou parágrafo único ao art. 1º-A da Resolução nº 3.714, de 16 de abril de 2009, que instituiu linha de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada a capital de giro das agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias.

**3.777, de 26.8.2009** – Regulamentou o inciso II do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de que trata o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

**3.778, de 26.8.2009** – Acrescentou § 7º ao art. 9º-J da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, que estabeleceu linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola.

**3.779, de 26.8.2009** – Alterou o inciso X do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

**3.780, de 26.8.2009** – Alterou o art. 9º-P da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com redação dada pela Resolução nº 3.770, de 3 de agosto de 2009.

**3.781, de 26.8.2009** – Alterou o art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com redação dada pela Resolução nº 2.945, de 27 de março de 2002.

**3.782, de 16.9.2009** – Dispôs sobre o prazo de vencimento de parcelas das operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

**3.783, de 16.9.2009** – Instituiu linha especial de financiamento destinada a cafeicultores.

**3.784, de 16.9.2009** – Dispôs sobre linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.785, de 16.9.2009** – Dispôs sobre operações de crédito para café com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.786, de 24.9.2009** – Dispôs sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**3.787, de 24.9.2009** – Definiu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2009.

**3.788, de 24.9.2009** – Dispôs sobre Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização de produtos agropecuários.

**3.789, de 24.9.2009** – Alterou os incisos I e V do artigo 1º da Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009.

**3.790, de 24.9.2009** – Dispôs sobre as aplicações dos recursos em moeda corrente dos regimes próprios de Previdência Social instituídos pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

**3.791, de 24.9.2009** – Alterou normas operacionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

**3.792, de 24.9.2009** – Dispôs sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

**3.793, de 28.9.2009** – Elevou de seis para doze meses o prazo mínimo de depósito a prazo, com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), permanecendo o prazo máximo em sessenta meses.

**3.794, de 7.10.2009** – Alterou o art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabeleceu novas condições para concessão de empréstimos em moeda, pelos estados e Distrito Federal, por instituições financeiras federais.

**3.795, de 15.10.2009** – Estabeleceu novas condições para renegociação das dívidas de investimento e custeio contratadas com fruticultores com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

**3.796, de 15.10.2009** – Estabeleceu prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos art. 3º e 4º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.797, de 15.10.2009** – Alterou as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e modificou as condições de acesso à linha de crédito de refinanciamento de dívidas de cooperados, de que trata o art. 57 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.798, de 15.10.2009** – Estabeleceu medida emergencial para agricultores atingidos pelo excesso de chuvas em Santa Catarina em 2008 e 2009.

**3.799, de 16.10.2009** – Estabeleceu prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos art. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 18 e 29 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

**3.800, de 19.10.2009** – Dispôs sobre a linha de crédito para financiamento da aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé).

**3.801, de 28.10.2009** – Acrescentou o art. 9º à Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, com vista a estabelecer linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratação de operações de crédito para construção e reforma de estádios da Copa 2014.

**3.802, de 28.10.2009** – Alterou o inciso X do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e revogou as Resoluções nº 3.668, de 17 de dezembro de 2008, e nº 3.779, de 26 de agosto de 2009.

**3.803, de 28.10.2009** – Dispôs sobre a concessão de financiamento para a produção ou industrialização de cana-de-açúcar.

**3.804, de 28.10.2009** – Dispôs sobre a concessão de financiamento para a industrialização de cana-de-açúcar.

**3.805, de 28.10.2009** – Dispôs sobre linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé).

**3.806, de 28.10.2009** – Dispôs sobre a renegociação e a individualização de operações ao amparo de Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

**3.807, de 28.10.2009** – Autorizou o financiamento de investimento na cultura do dendê ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.808, de 28.10.2009** – Dispôs sobre a concessão de prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**3.809, de 28.10.2009** – Dispôs sobre a adoção dos procedimentos de classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

**3.810, de 28.10.2009** – Alterou o art. 4º da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio.

**3.811, de 19.11.2009** – Dispôs sobre a cobertura securitária prevista no artigo 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

**3.812, de 26.11.2009** – Estabeleceu, em três anos, o prazo para reembolso de operações de custeio de açafrão e palmeira real (palmito) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) e incluiu caminhões entre os itens financiáveis do Pronaf Mais Alimentos.

**3.813, de 26.11.2009** – Condiçãoou o crédito rural para expansão da produção e industrialização de cana-de-açúcar ao zoneamento agroecológico e vedou o financiamento da expansão do plantio de Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.

**3.814, de 26.11.2009** – Condiçãoou o crédito agroindustrial para expansão da produção e industrialização da cana-de-açúcar ao zoneamento agroecológico e vedou o financiamento da expansão do plantio nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.

**3.815, de 26.11.2009** – Concedeu novos prazos para a renegociação de operações de investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que tratam os artigos 15, 16, 17 e 21 da Lei nº 11.775, de 23 de julho de 2008.

**3.816, de 26.11.2009** – Alterou a alínea *c* do inciso V do art. 1º da Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009.

**3.817, de 26.11.2009** – Alterou a Resolução nº 3.549, de 27 de março de 2008, que dispõe sobre a captação de depósitos de poupança.

**3.818, de 26.11.2009** – Dispôs sobre ajustes das normas relacionadas à autorização para atuação em crédito rural.

**3.819, de 16.12.2009** – Consolidou normas relativas à linha de crédito instituída ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada ao financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias

de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias, e alterou o prazo de contratação das operações enquadradas na referida linha.

**3.820, de 16.12.2009** – Prorrogou o prazo de contratação e redistribuiu recursos para as operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, passíveis de subvenção econômica pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**3.821, de 16.12.2009** – Autorizou, excepcionalmente para a safra 2009/2010, exceder os limites de crédito previstos no Manual de Crédito Rural, nos casos de concessão de crédito suplementar ao valor do financiamento de custeio para replantio de lavouras em regiões atingidas por enchentes.

**3.822, de 16.12.2009** – Estendeu o prazo para contratação de financiamento para aquisição de Cédula de Produto Rural (CPR) com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

**3.823, de 16.12.2009** – Dispôs sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

**3.824, de 16.12.2009** – Dispôs sobre o registro de instrumentos financeiros derivativos contratados por instituições financeiras no exterior.

**3.825, de 16.12.2009** – Revogou a Resolução nº 3.674, de 30 de dezembro de 2008, que dispôs sobre o tratamento de provisão adicional para operações de crédito, arrendamento mercantil e outras operações com características de concessão de crédito.

**3.826, de 16.12.2009** – Prorrogou o prazo para o embarque de mercadorias ou para a prestação de serviços com entrega de documentos pactuada em contrato de câmbio de exportação.

**3.827, de 16.12.2009** – Definiu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2010.

**3.828, de 17.12.2009** – Dispôs sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

**3.829, de 24.12.2009** – Acrescentou o art. 22-A à Resolução nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

**3.830, de 24.12.2009** – Alterou o inciso XI do art. 9º-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e estabeleceu novo prazo para concessão de empréstimos em moeda por instituições financeiras federais para os estados e o Distrito Federal.

## **Resoluções do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio**

**1, de 15.5.2009** – Aprovou o Regimento Interno do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) e revogou as Resoluções nº 13, de 1993, e nº 19, de 1995.

**2, de 15.5.2009** – Estabeleceu procedimentos para apresentação de Propostas de Criação de Zonas de Processamento de Exportação.

**3, de 15.5.2009** – Estabeleceu os requisitos a serem observados pelos proponentes na apresentação dos projetos industriais referentes às Zonas de Processamento de Exportação e revogou a Resolução nº 20, de 1995.

## **Resoluções da Câmara de Comércio Exterior**

**1, de 13.1.2009** – Alterou a Resolução nº 38, de 6 de setembro de 2007, que autorizou as importações de pneumáticos remoldados, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4012.11.00, 4012.12.00 e 4012.19.00, originários e procedentes dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18, autorizadas pelo artigo 41 da Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 35, de 24 de novembro de 2006, tendo sido reduzidas para 166.000 unidades, com validade até 30.4.2009.

**5, de 3.2.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários.

**6, de 3.2.2009, republicada em 18.2.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modificou as Resoluções nº 22, de 27 de junho de 2007, nº 57, de 20 de novembro de 2007, nº 32, de 30 de maio de 2008, nº 45, de 3 de julho de 2008, nº 47, de 24 de julho de 2008, nº 52, de 28 de agosto de 2008, nº 58, de 16 de setembro de 2008, nº 64, de 22 de outubro de 2008, e nº 77, de 10 de dezembro de 2008.

**10, de 17.2.2009 (DOU 18.2.2009)** – Alterou o inciso I do art. 1º da Resolução nº 27, de 6 de maio de 2008. Houve aumento de R\$300 milhões para R\$600 milhões no limite de faturamento bruto anual para as empresas brasileiras que habilitaram suas operações de exportação ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) – Financiamento.

**11, de 13.3.2009** – Alterou para 2%, até 31.12.2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação especificados, na condição de ex-tarifários.

**13, de 13.3.2009** – Alterou para 2%, até 31.12.2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital especificados, na condição de ex-tarifários.

**17, de 26.3.2009** – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) e excluiu códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da Lista de Exceções de Bens de Informática e de Telecomunicações, de que trata o anexo III da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006.

**21, de 8.4.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que específica, na condição de ex-tarifários.

**22, de 8.4.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e alterou as Resoluções nº 28, de 25 de julho de 2007, nº 57, de 2007, nº 41, de 30 de novembro de 2005, nº 25, de 6 de maio de 2008, nº 64, de 2008, nº 77, de 2008 e, nº 6, de 18 de fevereiro de 2009.

**23, de 28.4.2009** – Alterou o artigo 2º da Resolução nº 38, de 6 de setembro de 2007, que declara que as importações de pneumáticos remoldados, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4012.11.00, 4012.12.00 e 4012.19.00, originários e procedentes dos Estados-Partes do Mercosul ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18, autorizadas pelo artigo 41 da Portaria Secretária de Comércio Exterior (Secex) nº 35, de 24 de novembro de 2006, limitar-se-ão, anualmente, da forma especificada, podendo ser utilizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2009.

**26, de 15.5.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona.

**27, de 15.5.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados relacionados;



modificou as Resoluções nº 73, de 14 de junho de 2007; nº 25, de 4 de junho de 2008; nº 77, de 10 de dezembro de 2008; nº 6, de 3 de fevereiro de 2009; e nº 13, de 13 de março de 2009, e revogou os ex-tarifários constantes das resoluções que especifica.

**28, de 4.6.2009** – Alterou a Lista de Exceções à TEC, de que trata o Anexo II da Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2006, com a exclusão dos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7208.27.90, 7208.38.90, 7208.39.90, 7208.52.00, 7209.16.00, 7209.17.00 e 7228.30.00.

**29, de 5.6.2009** – Alterou a Lista de Exceções à TEC, de que trata o Anexo II da Resolução nº 42, de 2006, com a exclusão do código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7214.20.00.

**30, de 9.6.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação especificados, na condição de ex-tarifários.

**31, de 9.6.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, modificou as Resoluções nº 73, de 20 de dezembro de 2007, nº 47, de 2008, nº 52, de 2008, nº 58, de 2008, nº 77, de 2008, nº 13, de 13 de março de 2009, e nº 22, de 8 de abril de 2009, e revogou o ex-tarifário especificado, constante da Resolução nº 64, de 2008.

**32, de 9.6.2009** – Alterou para 2%, por um período de doze meses e para as quotas indicadas, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação sobre sardinhas e pneumáticos.

**33, de 9.6.2009** – Encerrou a investigação com aplicação de direitos *antidumping* definitivos, por um prazo de até cinco anos, sobre as importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20”, 22” e 22,5”, para uso em ônibus e caminhões, comumente classificados no item da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4011.20.90, originárias da China, sendo recolhidos sob a forma de alíquota específica fixa, conforme o disposto no § 3º do artigo 45 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, nos montantes relacionados.

**37, de 18.6.2009** – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006.

**38, de 10.7.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários.

**39, de 10.7.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona,

e para 0% a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o Bem de Capital que especifica, na condição de ex-tarifário especial.

**41, de 18.8.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes do Sistema Integrado que especifica.

**42, de 18.8.2009, retificada em 21.8.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, modificou as Resoluções nº 13, de 20 de março de 2008, nº 47, de 2008, nº 77, de 2008, nº 6, de 2009, nº 13, de 13 de março de 2009, nº 22, de 2009, nº 27, de 15 de maio de 2009, nº 31, de 9 de junho de 2009, nº 38, de 10 de junho de 2009, e nº 39, de 10 de julho de 2009, e revogou os ex-tarifários que especifica das Resoluções nº 77, de 2008, nº 52, de 2008, nº 6, de 2009 e nº 47, de 2008.

**45, de 26.8.2009** – Dispôs sobre a criação da modalidade de financiamento à produção exportável no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**47, de 31.8.2009** – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) de que trata o Anexo II da Resolução nº 43, de 2006.

**48, de 8.9.2009** – Aplica direito *antidumping* provisório, por até seis meses, nas importações brasileiras de calçados, classificados nas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 6402 a 6405, da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixa de US\$12,47/par.

**49, de 8.9.2009** – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, nas importações de pneus novos de borracha, para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13” e 14”, bandas 165, 175 e 185, comumente classificados no item 4011.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando originárias da República Popular da China, e suspende a medida, por até seis meses, nas importações de pneus novos de borracha, para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 a 70, aro 13”, bandas 165, 175 e 185 para fabricantes de veículos de passageiros, tendo em vista o interesse nacional de estímulo à aquisição de automóveis populares mediante a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

**50, de 9.9.2009** – Alterou para 2%, para uma quota de 60.000 toneladas, por um período de doze meses, a alíquota do Imposto de Importação sobre Acetato de Vinila – Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 2915.32.00.

**51, de 17.9.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação relacionados, na condição de ex-tarifário.

**52, de 17.9.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital especificados, na condição de ex-tarifário.

**53, de 17.9.2009** – Aplicou direito *antidumping* definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidades de 1mL, 3mL, 5mL, 10mL ou 20mL, com ou sem agulha, comumente classificadas nos itens 9018.31.11 e 9018.31.19, quando originárias da República Popular da China.

**54, de 22.9.2009** – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2006.

**61, de 28.10.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e de Telecomunicação, da lista anexa, na condição de ex-tarifário.

**62, de 28.10.2009** – Alterou para 2%, até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modifica as Resoluções nº 52, de 28 de agosto de 2008; nº 64, de 22 de outubro de 2008; nº 77, de 10 de dezembro de 2008; nº 22, de 8 de abril de 2009; nº 39, de 10 de julho de 2009; nº 42, de 18 de agosto de 2009, retificada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de agosto de 2009; e nº 52, de 17 de setembro de 2009.

**63, de 28.10.2009** – Instituiu Grupo Técnico para identificar, avaliar e formular propostas de implementação de contramedidas no âmbito do contencioso “Estados Unidos – Subsídios ao Algodão”.

**74, de 6.11.2009** – Instaurou procedimento de consulta pública relativa à Lista Preliminar (“Lista”) de códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que poderão estar sujeitos à aplicação de contramedidas em decorrência do não cumprimento, por parte dos Estados Unidos, das decisões e recomendações adotadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) no contexto do contencioso “Estados Unidos da América – Subsídios ao Algodão” (WT/DS 267).

**75, de 23.11.2009** – Alterou para 0%, para uma quota de 150.000 toneladas, por um prazo de doze meses, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação da mercadoria

que menciona e para 2%, por um prazo de seis meses, conforme quotas discriminadas, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias relacionadas.

## **Circulares do Banco Central do Brasil**

**3.429, de 14.1.2009** – Estabeleceu procedimentos para remessa de informações relativas às exposições de risco de mercado e apuração das respectivas parcelas do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que tratam as Resoluções nº 3.464 e nº 3.490, ambas de 29 de agosto de 2007.

**3.430, de 16.1.2009** – Alterou o Regulamento de Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

**3.431, de 16.1.2009** – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

**3.432, de 4.2.2009** – Dispôs sobre constituição e funcionamento de grupos de consórcio.

**3.433, de 4.2.2009** – Dispôs sobre concessão de autorização para funcionamento, transferência de controle societário, cisão, fusão, incorporação, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, bem como sobre cancelamento de autorização para funcionamento e para administração de grupos de consórcio.

**3.434, de 4.2.2009** – Regulou as operações de empréstimo em moeda estrangeira de que trata a Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008.

**3.435, de 5.2.2009** – Definiu o acréscimo à taxa *Libor* para fins de cálculo dos encargos financeiros incidentes nas operações de empréstimo em moeda estrangeira de que tratam a Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008, e a Circular nº 3.434, de 4 de fevereiro de 2009.

**3.436, de 6.2.2009** – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI). Regulamentou a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.675, de 29 de janeiro de 2009, que autorizou a prorrogação do prazo para embarque de mercadorias ou para prestação de serviços com entrega de documentos pactuada em contrato de câmbio de exportação.

**3.437, de 13.2.2009** – Alterou o artigo 8º do regulamento anexo à Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001.

**3.438, de 2.3.2009** – Regulamentou a conta Reservas Bancárias e a Conta de Liquidação no Banco Central do Brasil.

**3.439, de 2.3.2009** – Alterou dispositivos relativos às ordens de transferência de fundos no Sistema de Transferência de Reservas presentes no regulamento anexo à Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001, no regulamento anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002, e na Circular nº 3.115, de 18 de abril de 2002.

**3.440, de 2.3.2009** – Introduziu alterações nas regras para a participação na Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe) e para a liquidação financeira dos resultados nela apurados, e adotou outras providências.

**3.441, de 2.3.2009** – Alterou dispositivo da Circular nº 3.281, de 4 de abril de 2005, que trata da obrigatoriedade de indicação de responsável por assuntos relativos ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

**3.442, de 3.3.2009** – Estabeleceu período de entrega da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) de 2009, ano-base 2008.

**3.443, de 6.3.2009** – Dispôs sobre as operações de empréstimo em moeda de que trata o art. 2º-A da Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 3.689, de 4 de março de 2009.

**3.444, de 25.3.2009** – Alterou a Circular nº 3.418, de 4 de novembro de 2008.

**3.445, de 26.3.2009** – Dispôs sobre a remessa de informações relativas às operações de crédito para registro no Sistema de Informações de Crédito (SCR), de que trata a Resolução nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008.

**3.446, de 26.3.2009** – Alterou as Circulares nº 3.434, de 4 de fevereiro de 2009, e nº 3.443, de 6 de março de 2009.

**3.447, de 26.3.2009** – Prorrogou o prazo de que trata o inciso II do parágrafo 1º do artigo 3º da Circular nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008.

**3.448, de 26.3.2009** – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

**3.449, de 31.3.2009** – Dispôs sobre a base de cálculo e o recolhimento das contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para garantia especial dos depósitos a prazo, de que trata a Resolução nº 3.692, de 26 de março de 2009.

**3.450, de 3.4.2009** – Definiu o acréscimo à taxa Libor para fins de cálculo dos encargos financeiros incidentes nas operações de empréstimo em moeda estrangeira de que tratam o art. 2º-A da Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008, e a Circular nº 3.443, de 6 de março de 2009.

**3.451, de 2.4.2009** – Definiu o acréscimo à taxa Libor para fins de cálculo dos encargos financeiros incidentes nas operações de empréstimo em moeda estrangeira de que tratam a Resolução nº 3.672, de 17 de dezembro de 2008, e a Circular nº 3.434, de 4 de fevereiro de 2009.

**3.452, de 17.4.2009** – Alterou a Circular nº 3.418, de 4 de novembro de 2008, com a redação dada pela Circular nº 3.444, de 25 de março de 2009.

**3.453, de 17.4.2009** – Definiu prazo para o registro dos depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) em sistema de registro e de liquidação financeira.

**3.454, de 18.5.2009** – Adequou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) aos dispositivos da Resolução nº 3.719, de 30 de abril de 2009, que tratou de consolidar as regras de recebimento das exportações brasileiras em um único normativo e de dispensar às operações em moeda estrangeira e moeda nacional os mesmos procedimentos operacionais.

**3.455, de 22.5.2009** – Dispôs sobre o valor do parâmetro “b” de que trata a Resolução nº 3.354, de 2006, alterada pelas Resoluções nº 3.446, de 26 de março de 2009, e nº 3.530, de 2008.

**3.456, de 29.6.2009** – Prorrogou o prazo de que trata o inciso II do parágrafo 1º do art. 3º da Circular nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008.

**3.457, de 2.7.2009** – Dispôs sobre a participação das cooperativas de crédito nos sistemas de compensação e liquidação.

**3.458, de 16.7.2009** – Isentou, por tempo indeterminado, a Secretaria do Tesouro Nacional do pagamento de tarifas por utilização do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e alterou o seu vencimento.

**3.459, de 20.7.2009** – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

**3.460, de 23.7.2009** – Instituiu o Documento 24-1 do Manual de Crédito Rural (MCR) para formalização da comunicação de interesse pela transferência dos recursos

provenientes das deficiências de aplicação em crédito rural e divulgou procedimentos para verificação de cumprimento das exigibilidades do MCR 6-2 e do MCR 6-4, em consonância com as disposições das Resoluções nº 3.745 e nº 3.746, ambas de 30 de junho de 2009.

**3.461, de 24.7.2009** – Consolidou as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

**3.462, de 24.7.2009** – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

**3.463, de 12.8.2009** – Estabeleceu critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informação sobre artes relacionadas pelas administradoras de consórcio.

**3.464, de 13.8.2009** – Alterou o documento 24 do Manual de Crédito Rural (MCR).

**3.465, de 2.9.2009** – Alterou a Circular nº 3.109, de 10 de abril de 2002, e o Anexo I do Regulamento da Custódia de Numerário do Banco Central do Brasil, instituído pela Circular nº 3.298, de 1º de novembro de 2005.

**3.466, de 11.9.2009** – Vedou a cobrança da tarifa de “renovação de cadastro” de que tratam as Tabelas I e II anexas à Circular nº 3.371, de 6 de dezembro de 2007, e adotou outras providências.

**3.467, de 15.9.2009** – Estabeleceu critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de controle interno e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e adotou outras providências.

**3.468, de 28.9.2009** – Dispôs sobre o recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de que tratam as Circulares nº 3.091, de 1º de março de 2002, e nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008.

**3.469, de 29.9.2009** – Alterou o art. 11 do regulamento anexo à Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001.

**3.470, de 1.10.2009** – Alterou o Regulamento anexo à Circular nº 3.192, de 5 de junho de 2003, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consórcio e respectivos grupos.

**3.471, de 16.10.2009** – Alterou dispositivos da Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, que estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de

Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco ( $P_{EPR}$ ), de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2009.

**3.472, de 27.10.2009** – Estabeleceu condições e procedimentos para a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**3.473, de 27.10.2009** – Dispôs sobre a permissão às instituições financeiras para participar das operações de subvenção econômica com vistas à implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

**3.474, de 11.11.2009** – Dispôs sobre o registro de instrumentos financeiros derivativos vinculados a empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior realizados com base na Resolução nº 2.770, de 30 de agosto de 2000.

**3.475, de 11.12.2009** – Alterou o anexo ao Regulamento do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), divulgado pela Circular nº 3.232, de 6 de abril de 2004.

**3.476, de 28.12.2009** – Alterou dispositivos da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional ( $P_{OPR}$ ), de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007.

**3.477, de 28.12.2009** – Dispôs sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007.

**3.478, de 28.12.2009** – Estabeleceu os requisitos mínimos e os procedimentos para o cálculo, por meio de modelos internos de risco de mercado, do valor diário referente às parcelas referentes ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros ( $P_{JUR}$ ), ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações ( $P_{ACS}$ ), ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*) ( $P_{COM}$ ) e ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial ( $P_{CAM}$ ) do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, e dispõe sobre a autorização para uso dos referidos modelos.

**3.479, de 30.12.2009** – Excluiu o Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional da Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis (Compe).



## Circulares da Secretaria de Comércio Exterior

**4, de 29.1.2009** – Tornou pública a divulgação, pelas autoridades norte-americanas, de informações atualizadas relativas à Revisão Anual de 2008 do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos da América (EUA).

**14, de 11.3.2009** – Tornou públicas novas informações referentes à Revisão Anual 2008 do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos da América (EUA).

**22, de 17.4.2009** – Tornou pública a forma de redistribuição, entre as empresas que menciona, da quota, resultante da aplicação do Sexagésimo Oitavo Protocolo Adicional, de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves (até 1.500 kg de capacidade de carga) e veículos utilitários (com capacidade de carga útil acima de 1.500 kg e peso bruto total de até 3.500 kg), compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre Brasil e Uruguai, e que cumpram as disposições do Acordo, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária nas exportações do Brasil para o Uruguai.

**38, de 6.7.2009** – Tornou público o encerramento da Revisão Anual 2008 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano.

**57, de 23.10.2009** – Tornou pública a divulgação, pelas autoridades norte-americanas, da lista das petições que foram aceitas para análise no âmbito do processo de revisão anual de 2009 do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos da América, e do cronograma para comentários e audiências públicas das petições aceitas.

**61, de 6.11.2009** – Tornou público que, por intermédio de edital publicado no *Federal Register* em 3 de novembro de 2009 (p. 56.908 e 56.909, vol. 74, nº 211/Notices), sob o título “*Generalized System of Preferences (GSP): Notice Regarding the Filling of Petitions Requesting Competitive Need Limitation (CNL) Waivers for the 2009 Annual GSP Annual Review*”, as autoridades norte-americanas divulgaram procedimentos detalhados para encaminhamento de petições para obter *waivers* dos limites de competitividade e petições solicitando modificações na lista de produtos não produzidos nos Estados Unidos da América.

## Portarias do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**98, de 7.5.2009** – Consolidou as disposições regulamentares das operações de financiamento às exportações, estabelecendo que as exportações de serviços e de mercadorias que relaciona, nas modalidades de Equalização e de Financiamento, são

elegíveis para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), e revogou os normativos especificados.

**191, de 28.10.2009** – Estabeleceu que são elegíveis para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade de financiamento à produção exportável, os serviços e as mercadorias relacionados no Anexo à Portaria nº 98, de 7 de maio de 2009.

**928, de 10.11.2009** – Estabeleceu que a alocação da cota preferencial de exportação de açúcar, destinada ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos, será direcionada às unidades de produção de açúcar instaladas na Região Norte/Nordeste, nos volumes que indica, já descontada a polarização, para exportação no ano-safra 2009/2010, e observará a participação de cada Unidade da Federação nos rateios realizados em anos anteriores e a ponderação de cada unidade industrial de acordo com sua produção dos derivados da cana-de-açúcar na safra 2008/2009.

## **Portaria do Ministério da Fazenda**

**510, de 16.10.2009** – Estabeleceu cronograma de repasse, para a conta única do Tesouro Nacional, dos depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais realizados antes de 1º de dezembro de 1998 na Caixa Econômica Federal. Em 20 de outubro, serão repassados R\$5 bilhões; em 16 de novembro, serão repassados R\$300 milhões; e, em 14 de dezembro, o saldo remanescente dos depósitos identificados.

## **Portarias do Ministério das Minas e Energia**

**405, de 20.10.2009** – Estabeleceu os procedimentos para aprovação de projetos de investimento em minerodutos ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e revogou a Portaria nº 194, de 8 de maio de 2009.

**406, de 20.10.2009** – Estabeleceu os procedimentos para aprovação de projetos de investimento em infraestrutura de produção ou de processamento de gás natural ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

## **Portaria da Secretaria de Comércio Exterior**

**24, de 26.8.2009** – Alterou, em relação à importação de pneumáticos, a Portaria nº 25, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre as normas e procedimentos

aplicáveis às operações de comércio exterior, e revogou o inciso V do Anexo B (Produtos Sujeitos a Procedimentos Especiais). Não será deferida licença de importação de pneumáticos recauchutados e usados, seja como bem de consumo seja como matéria-prima, classificados na posição 4012 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

## Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional

**33, de 21.1.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$48.395.107,74, referenciadas a 15 de dezembro de 2008, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**61, de 28.1.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I) no valor de R\$34.805.471,76, referenciadas a 15 de janeiro de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**189, de 31.3.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$35.650.144,89 (trinta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), referenciadas a 15 de março de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**252, de 30.4.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$53.374.308,05 (cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e oito reais e cinco centavos), referenciadas a 15 de abril de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**365, de 26.6.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$29.208.059,59 (vinte e nove milhões, duzentos e oito mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), referenciadas a 15 de junho de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**504, de 28.8.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$25.726.876,19 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), referenciadas a 15 de

agosto de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**567, de 29.9.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$11.060.779,43 (onze milhões, sessenta mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), referenciadas a 15 de setembro de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**705, de 25.11.2009** – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$6.626.324,32 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), referenciadas a 15 de novembro de 2009, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

## **Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**952, de 2.7.2009** – Dispôs sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e revogou a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 26, de 1993.

**955, de 9.7.2009** – Alterou a Instrução Normativa nº 758, de 2007, que dispôs sobre o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

## **Carta-Circular do Banco Central do Brasil**

**3.386, de 24.3.2009** – Comunica adoção de critério para aceitação do registro de operações no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR).



## **Apêndice**

---

**Membros do Conselho Monetário Nacional**

**Administração do Banco Central do Brasil**

**Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil**

**Unidades regionais do Banco Central do Brasil**

**Siglas**

## **Membros do Conselho Monetário Nacional** (31 de dezembro de 2009)

**Guido Mantega**

*Ministro da Fazenda – Presidente*

**Paulo Bernardo**

*Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão*

**Henrique de Campos Meirelles**

*Presidente do Banco Central do Brasil*

## **Administração do Banco Central do Brasil** (31 de dezembro de 2009)

### **Diretoria Colegiada**

**Henrique de Campos Meirelles**

*Presidente*

**Alexandre Antonio Tombini**

*Diretor*

**Alvir Alberto Hoffmann**

*Diretor*

**Anthero de Moraes Meirelles**

*Diretor*

**Antonio Gustavo Matos do Vale**

*Diretor*

**Mario Gomes Torós**

*Diretor*

**Mário Magalhães Carvalho Mesquita**

*Diretor*

**Maria Celina Berardinelli Arraes**

*Diretora*

### **Secretaria-Executiva da Diretoria**

*Secretário-Executivo:*

Isaac Sidney Menezes Ferreira

*Secretário da Diretoria e do  
Conselho Monetário Nacional:*

Henrique Balduino Machado Moreira

*Secretário de Relações Institucionais:*

José Linaldo Gomes de Aguiar

### **Consultores da Diretoria**

Adriana Soares Sales

Carlos Donizeti Macedo Maia

Dalmir Sérgio Louzada

Everaldo José da Silva Júnior

Katherine Hennings

Marco Antonio Belém da Silva

Otávio Ribeiro Damaso

## **Unidades centrais do Banco Central do Brasil** (31 de dezembro de 2009)

### **Assessoria Parlamentar (Aspar)**

Chefe: *Luiz do Couto Neto*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Auditoria Interna do Banco Central do Brasil (Audit)**

Corregedor-Geral: *Osmane Bonincontro*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 5º subsolo

70074-900 Brasília – DF

### **Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (Coger)**

Corregedor-Geral: *Jaime Alves de Freitas*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 12º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi)**

Chefe: *Jefferson Moreira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 16º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro (Decic)**

Chefe: *Ricardo Lião*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap)**

Chefe: *Claudio Jaloretto*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão (Decop)**

Chefe: *Arnaldo de Castro Costa*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)**

Chefe: *Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 14º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento Econômico (Depec)**

Chefe: *Altamir Lopes*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 10º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)**

Chefe: *Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 13º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Departamento de Gestão de Pessoas e Organização (Depes)**

Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq)**

Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 2º subsolo  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento do Meio Circulante (Mecir)**

Chefe: *João Sidney de Figueiredo Filho*

Av. Rio Branco, 30 – Centro  
20090-001 Rio de Janeiro – RJ

**Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)**

Chefe: *Sergio Odilon dos Anjos*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 5º subsolo  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)**

Chefe: *José Antônio Marciano*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 18º andar  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab)**

Chefe: *João Henrique de Paula Freitas Simão*

Av. Presidente Vargas, 730 – 6º andar  
20071-001 Rio de Janeiro – RJ

**Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)**

Chefe: *Márcio Barreira de Ayrosa Moreira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 5º andar  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)**

Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 19º andar  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Planejamento, Orçamento e Organização (Depla)**

Chefe: *Miriam de Oliveira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 9º andar  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)**

Chefe: *Antônio Carlos Mendes Oliveira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 1º subsolo  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Segurança (Deseg)**

Chefe: *Cleber Pinto dos Santos*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 1º subsolo  
70074-900 Brasília – DF

**Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários (Desup)**

Chefe: *Oswaldo Watanabe*

Av. Paulista, 1.804 – 14º andar – Bela Vista  
01310-922 São Paulo – SP



## **Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc)**

Chefe: *Gilson Marcos Balliana*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

## **Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig)**

Chefe: *Sidnei Corrêa Marques*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 4º andar

70074-900 Brasília – DF

## **Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf)**

Chefe: *José Antonio Eirado Neto*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 2º andar

70074-900 Brasília – DF

## **Ouvidoria do Banco Central do Brasil (Ouvid)**

Ouvidor: *Hélio José Ferreira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 21º andar

70074-900 Brasília – DF

## **Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC)**

Procurador-Geral: *Francisco José de Siqueira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 11º andar

70074-900 Brasília – DF

## **Gerências-Executivas**

### **Gerência-Executiva de Estudos Especiais (Geesp)**

Gerente-Executivo: *Eduardo Fernandes*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 14º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)**

Gerente-Executivo: *Geraldo Magela Siqueira*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 3º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro (Gerop)**

Gerente-Executivo: *Deoclécio Pereira de Souza*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Gerência-Executiva de Projetos (Gepro)**

Gerente-Executivo: *André Pinheiro Machado Mueller*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

### **Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin)**

Gerente-Executivo: *Renato Jansson Rosek*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

**Gerência-Executiva de Relacionamento da Fiscalização (Gefis)**

Gerente-Executiva: *Andréia Laís de Melo Silva Vargas*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

**Gerência-Executiva de Risco da Área de Política Monetária (Gepom)**

Gerente-Executiva: *Isabela Ribeiro Damaso Maia*

SBS – Quadra 3 – Zona Central – Edifício-Sede – 5º andar

70074-900 Brasília – DF

## Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2008)

### 1ª Região – Gerência-Administrativa em Belém (ADBEL)

Gerente-Administrativo: *Gontron Magalhães Júnior*  
Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima  
Boulevard Castilhos França, 708 – Centro  
Caixa Postal 651  
66010-020 Belém – PA

### 2ª Região – Gerência-Administrativa em Fortaleza (ADFOR)

Gerente-Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*  
Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí  
Av. Heráclito Graça, 273 – Centro  
Caixa Postal 891  
60140-061 Fortaleza – CE

### 3ª Região – Gerência-Administrativa em Recife (ADREC)

Gerente-Administrativo: *David Falcão*  
Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte  
Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro  
Caixa Postal 1445  
50040-090 Recife – PE

### 4ª Região – Gerência-Administrativa em Salvador (ADSAL)

Gerente-Administrativo: *Genival Silva Coutinho*  
Jurisdição: Bahia e Sergipe  
Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina  
Caixa Postal 44  
40210-901 Salvador – BA

### 5ª Região – Gerência-Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)

Gerente-Administrativo: *Everaldo José da Silva Júnior*  
Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins  
Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho  
Caixa Postal 887  
30170-001 Belo Horizonte – MG

### 6ª Região – Gerência-Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)

Gerente-Administrativo: *José Antônio Pereira Barbosa*  
Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro  
Av. Presidente Vargas, 730 – Centro  
Caixa Postal 495  
20071-900 Rio de Janeiro – RJ

### 7ª Região – Gerência-Administrativa em São Paulo (ADSPA)

Gerente-Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*  
Jurisdição: São Paulo  
Av. Paulista, 1.804 – Bela Vista  
Caixa Postal 894  
01310-922 São Paulo – SP

### 8ª Região – Gerência-Administrativa em Curitiba (ADCUR)

Gerente-Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*  
Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul  
Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico  
Caixa Postal 1.408  
80530-914 Curitiba – PR

**9ª Região – Gerência-Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)**

Gerente-Administrativo: *José Afonso Nedel*

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Rua 7 de Setembro, 586 – Centro

Caixa Postal 919

90010-190 Porto Alegre – RS

## Siglas

|                 |                                                                                                              |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>a.a.</b>     | Ao ano                                                                                                       |
| <b>ACC</b>      | Adiantamento sobre Contrato de Câmbio                                                                        |
| <b>ACE</b>      | Acordo de Complementação Econômica                                                                           |
| <b>ACE</b>      | Adiantamento sobre Cambiais Entregues                                                                        |
| <b>ACSP</b>     | Associação Comercial de São Paulo                                                                            |
| <b>ADRs</b>     | <i>American Depositary Receipts</i>                                                                          |
| <b>Aelc</b>     | Associação Europeia de Livre Comércio                                                                        |
| <b>Aladi</b>    | Associação Latino-Americana de Integração                                                                    |
| <b>AMLF</b>     | <i>Asset-Backed Commercial Paper Money Market Mutual Fund Liquidity Facility</i>                             |
| <b>Anda</b>     | Associação Nacional para Difusão de Adubos                                                                   |
| <b>Anfavea</b>  | Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores                                                  |
| <b>ANP</b>      | Agência Nacional de Petróleo                                                                                 |
| <b>Apex</b>     | Agência de Promoção de Exportações do Brasil                                                                 |
| <b>APF</b>      | <i>Asset Purchase Facility</i>                                                                               |
| <b>BCB</b>      | Banco Central do Brasil                                                                                      |
| <b>BCE</b>      | Banco Central Europeu                                                                                        |
| <b>BDR</b>      | <i>Brazilian Depositary Receipts</i>                                                                         |
| <b>BIB</b>      | <i>Exit Bond</i>                                                                                             |
| <b>Bird</b>     | Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento                                                  |
| <b>BIS</b>      | Banco de Compensações Internacionais                                                                         |
| <b>BM&amp;F</b> | Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros                                                                      |
| <b>BNDES</b>    | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                                                         |
| <b>BNDESpar</b> | BNDES Participações S. A.                                                                                    |
| <b>BNS</b>      | Banco Nacional da Suíça                                                                                      |
| <b>BoE</b>      | Banco da Inglaterra                                                                                          |
| <b>BoJ</b>      | Banco do Japão                                                                                               |
| <b>Bovespa</b>  | Bolsa de Valores de São Paulo                                                                                |
| <b>BPC</b>      | Banco do Povo da China                                                                                       |
| <b>Caged</b>    | Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados                                                                |
| <b>Camex</b>    | Câmara de Comércio Exterior                                                                                  |
| <b>CBE</b>      | Capitais Brasileiros no Exterior                                                                             |
| <b>C Bonds</b>  | <i>Capitalization Bonds</i>                                                                                  |
| <b>CBT</b>      | <i>Chicago Board of Trade</i>                                                                                |
| <b>CCR</b>      | Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos                                                                 |
| <b>CDB</b>      | Certificado de Depósito Bancário                                                                             |
| <b>CDS</b>      | <i>Credit Default Swap</i>                                                                                   |
| <b>Cemla</b>    | Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos                                                               |
| <b>CFI</b>      | Corporação Financeira Internacional                                                                          |
| <b>CGFS</b>     | Comitê sobre o Sistema Financeiro Global                                                                     |
| <b>CGSIM</b>    | Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios |
| <b>Cide</b>     | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico                                                             |
| <b>CMN</b>      | Conselho Monetário Nacional                                                                                  |
| <b>CNI</b>      | Confederação Nacional da Indústria                                                                           |

|                      |                                                            |
|----------------------|------------------------------------------------------------|
| <b>CNL</b>           | <i>Competitive Need Limitations</i>                        |
| <b>Coaf</b>          | Conselho de Controle de Atividades Financeiras             |
| <b>Cofins</b>        | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social     |
| <b>Compe</b>         | Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis   |
| <b>Conab</b>         | Companhia Nacional de Abastecimento                        |
| <b>Copom</b>         | Comitê de Política Monetária                               |
| <b>CPFF</b>          | <i>Commercial Paper Funding Facility</i>                   |
| <b>CPR</b>           | Cédula de Produto Rural                                    |
| <b>CPSS</b>          | <i>Committee on Payment and Settlement Systems</i>         |
| <b>CRB</b>           | <i>Commodity Research Bureau</i>                           |
| <b>CSLL</b>          | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido                  |
| <b>CVM</b>           | Comissão de Valores Mobiliários                            |
| <b>CZPE</b>          | Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação |
| <b>DAX</b>           | <i>Deutscher Aktienindex</i>                               |
| <b>DBGG</b>          | Dívida Bruta do Governo Geral                              |
| <b>DCB</b>           | <i>Debt Conversion Bonds</i>                               |
| <b>DES</b>           | Direitos Especiais de Saque                                |
| <b>DLSP</b>          | Dívida Líquida do Setor Público                            |
| <b>DPGE</b>          | Depósitos a prazo com garantia especial                    |
| <b>EGF</b>           | Empréstimos do Governo Federal                             |
| <b>EI</b>            | <i>Eligible Interest Bonds</i>                             |
| <b>Embi+</b>         | <i>Emerging Market Bond Index Plus</i>                     |
| <b>Embraer</b>       | Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.                     |
| <b>EPE</b>           | Empresa de Pesquisa Energética                             |
| <b>EUA</b>           | Estados Unidos da América                                  |
| <b>FAC</b>           | Financiamento para Aquisição de Café                       |
| <b>FAT</b>           | Fundo de Amparo ao Trabalhador                             |
| <b>FBC</b>           | Formação Bruta de Capital                                  |
| <b>FBCF</b>          | Formação Bruta de Capital Fixo                             |
| <b>Fecomercio SP</b> | Federação do Comércio do Estado de São Paulo               |
| <b>Fed</b>           | <i>Federal Reserve</i>                                     |
| <b>Fenabrave</b>     | Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores |
| <b>FGC</b>           | Fundo Garantidor de Créditos                               |
| <b>FGE</b>           | Fundo de Garantia à Exportação                             |
| <b>FGEE</b>          | Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica    |
| <b>FGTS</b>          | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço                     |
| <b>FGV</b>           | Fundação Getulio Vargas                                    |
| <b>Fies</b>          | Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior     |
| <b>Finame</b>        | Agência Especial de Financiamento Industrial               |
| <b>Fipe</b>          | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas                 |
| <b>FLIRB</b>         | <i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i>                |
| <b>FMI</b>           | Fundo Monetário Internacional                              |
| <b>FMM</b>           | Fundo da Marinha Mercante                                  |
| <b>FNE</b>           | Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste          |
| <b>FSAP</b>          | Programa de Avaliação do Setor Financeiro                  |
| <b>FSB</b>           | Fundo Soberano do Brasil                                   |
| <b>FSB</b>           | Conselho de Estabilidade Financeira                        |
| <b>FSF</b>           | Fórum de Estabilidade Financeira                           |

|                 |                                                                                            |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>FTP</b>      | Plano de Transações Financeiras                                                            |
| <b>FTSE 100</b> | <i>Financial Times Securities Exchange Index</i>                                           |
| <b>Funcafé</b>  | Fundo de Defesa da Economia Cafeeira                                                       |
| <b>Funcex</b>   | Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior                                            |
| <b>Fundef</b>   | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério |
| <b>Gafi</b>     | Grupo de Ação Financeira                                                                   |
| <b>GFSR</b>     | Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global                                           |
| <b>GLP</b>      | Gás liquefeito de petróleo                                                                 |
| <b>GSCI</b>     | <i>Goldman Sachs Commodity Indexs</i>                                                      |
| <b>GTFAC</b>    | Grupo Técnico de Facilitação do Comércio                                                   |
| <b>IBGE</b>     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                            |
| <b>Ibovespa</b> | Índice da Bolsa de Valores de São Paulo                                                    |
| <b>ICC</b>      | Índice de Confiança do Consumidor                                                          |
| <b>ICE</b>      | <i>Intercontinental Exchange</i>                                                           |
| <b>Icea</b>     | Índice de Condições Econômicas Atuais                                                      |
| <b>ICI</b>      | Índice de Confiança da Indústria                                                           |
| <b>ICMS</b>     | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços                                         |
| <b>IE</b>       | Índice de Expectativas                                                                     |
| <b>IEC</b>      | Índice de Expectativas do Consumidor                                                       |
| <b>IED</b>      | Investimentos Estrangeiros Diretos                                                         |
| <b>IF</b>       | Instituição Financeira                                                                     |
| <b>IGP-DI</b>   | Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna                                           |
| <b>INC</b>      | Índice Nacional de Confiança                                                               |
| <b>INCC</b>     | Índice Nacional de Custo da Construção                                                     |
| <b>Inec</b>     | Índice Nacional de Expectativa do Consumidor                                               |
| <b>INPC</b>     | Índice Nacional de Preços ao Consumidor                                                    |
| <b>IOF</b>      | Imposto sobre Operações Financeiras                                                        |
| <b>IOSCO</b>    | Organização Internacional das Comissões de Valores                                         |
| <b>IPA-DI</b>   | Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna                                     |
| <b>IPC</b>      | Índice de Preços ao Consumidor                                                             |
| <b>IPCA</b>     | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo                                              |
| <b>IPC-Br</b>   | Índice de Preços ao Consumidor – Brasil                                                    |
| <b>IPCH</b>     | Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado                                                 |
| <b>IPI</b>      | Imposto sobre Produtos Industrializados                                                    |
| <b>IR</b>       | Imposto de Renda                                                                           |
| <b>IRPF</b>     | Imposto de Renda das Pessoas Físicas                                                       |
| <b>IRPJ</b>     | Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas                                                     |
| <b>IRRF</b>     | Imposto de Renda Retido na Fonte                                                           |
| <b>ISA</b>      | Índice da Situação Atual                                                                   |
| <b>IVA</b>      | Imposto de Valor Agregado                                                                  |
| <b>JGB</b>      | <i>Japanese Government Bonds</i>                                                           |
| <b>LEC</b>      | Linha Especial de Crédito                                                                  |
| <b>LGN</b>      | Líquidos de gás natural                                                                    |
| <b>LME</b>      | <i>London Metal Exchange</i>                                                               |
| <b>Loas</b>     | Lei Orgânica da Assistência Social                                                         |
| <b>LSPA</b>     | Levantamento Sistemático da Produção Agrícola                                              |
| <b>Mapa</b>     | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                                        |

|                        |                                                                                                                    |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>mbd</b>             | Milhões barris/dia                                                                                                 |
| <b>MBS</b>             | <i>Mortgage-backed securities</i>                                                                                  |
| <b>MCR</b>             | Manual de Crédito Rural                                                                                            |
| <b>MDIC</b>            | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior                                                       |
| <b>Mercosul</b>        | Mercado Comum do Sul                                                                                               |
| <b>MME</b>             | Ministério de Minas e Energia                                                                                      |
| <b>Moderagro</b>       | Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais                                         |
| <b>MTE</b>             | Ministério do Trabalho e Emprego                                                                                   |
| <b>NCM</b>             | Nomenclatura Comum do Mercosul                                                                                     |
| <b>NMB</b>             | <i>New Money Bond</i>                                                                                              |
| <b>NTN-I</b>           | Nota do Tesouro Nacional – Série I                                                                                 |
| <b>Nuci</b>            | Nível de utilização da capacidade instalada                                                                        |
| <b>OEA</b>             | Operador Econômico Autorizado                                                                                      |
| <b>OMC</b>             | Organização Mundial do Comércio                                                                                    |
| <b>p.b.</b>            | Pontos base                                                                                                        |
| <b>p.p.</b>            | Pontos percentuais                                                                                                 |
| <b>PAC</b>             | Programa de Aceleração do Crescimento                                                                              |
| <b>P<sub>ACS</sub></b> | Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações                                     |
| <b>PAF</b>             | Plano Anual de Financiamento                                                                                       |
| <b>Pasep</b>           | Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público                                                             |
| <b>P<sub>CAM</sub></b> | Parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial |
| <b>P<sub>COM</sub></b> | Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias ( <i>commodities</i> )        |
| <b>PDCF</b>            | <i>Primary Dealer Credit Facility</i>                                                                              |
| <b>P<sub>EPR</sub></b> | Parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente às exposições ponderadas por fator de risco                  |
| <b>PIB</b>             | Produto Interno Bruto                                                                                              |
| <b>PII</b>             | Posição Internacional de Investimento                                                                              |
| <b>PIM-PF</b>          | Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Brasil                                                              |
| <b>PIS</b>             | Programa de Integração Social                                                                                      |
| <b>P<sub>JUR</sub></b> | Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros                                     |
| <b>PMC</b>             | Pesquisa Mensal do Comércio                                                                                        |
| <b>PMCMV</b>           | Programa Minha Casa, Minha Vida                                                                                    |
| <b>PME</b>             | Pesquisa Mensal de Emprego                                                                                         |
| <b>PMI</b>             | Projetos Multissetoriais Integrados                                                                                |
| <b>P<sub>OPR</sub></b> | Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional                                                    |
| <b>PR</b>              | Patrimônio de Referência                                                                                           |
| <b>PRE</b>             | Patrimônio de Referência Exigido                                                                                   |
| <b>Previc</b>          | Superintendência Nacional da Previdência Complementar                                                              |
| <b>Procap-Agro</b>     | Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias                                                            |
| <b>Prodecoop</b>       | Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária                            |
| <b>Produsa</b>         | Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável                                                           |
| <b>Proex</b>           | Programa de Financiamento às Exportações                                                                           |
| <b>Proger Rural</b>    | Programa de Geração de Emprego e Renda Rural                                                                       |
| <b>Pró-Moradia</b>     | Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público                                                      |



|                    |                                                                                     |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Pronaf</b>      | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                         |
| <b>Prouca</b>      | Programa Um computador por Aluno                                                    |
| <b>PSI</b>         | Programa de Sustentação do Investimento                                             |
| <b>Recap</b>       | Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras          |
| <b>Reidi</b>       | Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura              |
| <b>RET</b>         | Regime Especial de Tributação                                                       |
| <b>Revitaliza</b>  | Programa de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confeccões |
| <b>RFB</b>         | Receita Federal do Brasil                                                           |
| <b>RGPS</b>        | Regime Geral de Previdência Social                                                  |
| <b>RMCCI</b>       | Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais                          |
| <b>RMSP</b>        | Região Metropolitana de São Paulo                                                   |
| <b>ROSC</b>        | Relatórios de Observância a Códigos e Padrões                                       |
| <b>RTU</b>         | Regime de Tributação Unificada                                                      |
| <b>S&amp;P 500</b> | <i>Standard and Poor's 500</i>                                                      |
| <b>SBPE</b>        | Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo                                         |
| <b>SCR</b>         | Sistema de Informações de Crédito                                                   |
| <b>Secex</b>       | Secretaria de Comércio Exterior                                                     |
| <b>Selic</b>       | Sistema Especial de Liquidação e de Custódia                                        |
| <b>SGP</b>         | Sistema Geral de Preferências                                                       |
| <b>Sisbacen</b>    | Sistema de Informações do Banco Central                                             |
| <b>SPB</b>         | Sistema de Pagamentos Brasileiro                                                    |
| <b>STR</b>         | Sistema de Transferência de Reservas                                                |
| <b>Sudeco</b>      | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste                                 |
| <b>TAF</b>         | <i>Term Auction Facility</i>                                                        |
| <b>TALF</b>        | <i>Term Asset-Backed Securities Loan Facility</i>                                   |
| <b>TBF</b>         | Taxa Básica Financeira                                                              |
| <b>TEC</b>         | Tarifa Externa Comum                                                                |
| <b>TJLP</b>        | Taxa de juros de longo prazo                                                        |
| <b>TR</b>          | Taxa Referencial                                                                    |
| <b>TSLF</b>        | <i>Term Securities Lending Facility</i>                                             |
| <b>UE</b>          | União Europeia                                                                      |
| <b>UNCTAD</b>      | Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento                  |
| <b>VIX</b>         | Índice de Volatilidade da <i>Chicago Board Options Exchange</i>                     |
| <b>WEO</b>         | Perspectivas da Economia Mundial                                                    |
| <b>WTI</b>         | <i>West Texas Intermediate</i>                                                      |
| <b>ZPE</b>         | Zona de Processamento de Exportação                                                 |